

MARIA GORETE NUNES PEREIRA

POTIGUARA DE SAGI:
DA INVISIBILIDADE AO
RECONHECIMENTO
ÉTNICO



MARIA GORETE NUNES PEREIRA

POTIGUARA DE SAGI:
DA INVISIBILIDADE AO
RECONHECIMENTO
ÉTNICO





Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Reitora

Cicília Raquel Maia Leite

Vice-Reitor

Francisco Dantas de Medeiros Neto

Diretor da Editora Universitária da Uern– Eduern

Francisco Fabiano de Freitas Mendes

Chefe do Setor Executivo da Editora Universitária da Uern - Eduern

Jacimária Fonseca de Medeiros

Chefe do Setor de Editoração da Editora Universitária da Uern - Eduern

Emanuela Carla Medeiros de Queiros



Conselho Editorial das Edições UERN

Edmar Peixoto de Lima

Filipe de Silva Peixoto

Francisco Fabiano de Freitas Mendes

Isabela Pinheiro Cavalcanti Lima

Jacimária Fonseca de Medeiros

José Elesbão de Almeida

José Cezinaldo Rocha Bessa

Maria José Costa Fernandes

Kalidia Felipe de Lima Costa

Regina Célia Pereira Marques

Diagramação

Lucas Gabriel Fernandes Nunes

Catálogo da Publicação na Fonte. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

Pereira, Maria Gorete Nunes.

Potiguara de Sagi: da invisibilidade ao reconhecimento étnico [recurso eletrônico]. / Maria Gorete Nunes Pereira. – Mossoró, RN: Edições UERN, 2022.

224 p.

ISBN: 978-85-7621-344-4 (E-book).

1. Etnografia – Grupos indígenas. 2. Potiguara de Sagi. 3. Indígenas – Rio Grande do Norte. I. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. II. Título.

UERN/BC

306.089 CDD

Bibliotecário: Aline Karoline da Silva Araújo CRB 15 / 783

Meus amigos e minhas amigas,

O Projeto Institucional de Fortalecimento de Ações de Divulgação e Popularização da Ciência nos Territórios do RN, pelo qual foi possível a edição de todas essas publicações digitais, faz parte de uma plêiade de ações que a Fundação de Amparo à Ciência, Tecnologia e Informação do Estado do Rio Grande do Norte (FAPERN), em parceria, nesse caso, com a Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FUERN), vem realizando a partir do nosso Governo.

Sempre é bom lembrar que o investimento em ciência auxilia e enriquece o desenvolvimento de qualquer Estado e de qualquer país. Sempre é bom lembrar ainda que inovação e pesquisa científica e tecnológica são, na realidade, bens públicos que têm apoio legal, uma vez que estão garantidos nos artigos 218 e 219 da nossa Constituição.

Por essa razão, desde que assumimos o Governo do Rio Grande do Norte, não medimos esforços para garantir o funcionamento da FAPERN. Para tanto, tomamos uma série de medidas que tornaram possível oferecer reais condições de trabalho. Inclusive, atendendo a uma necessidade real da instituição, viabilizamos e solicitamos servidores de diversos outros órgãos para compor a equipe técnica.

Uma vez composto o capital humano, chegara o momento também de pensar no capital de investimentos. Portanto, é a primeira vez que a FAPERN, desde sua criação, em 2003, tem, de fato, autonomia financeira. E isso está ocorrendo agora por meio da disponibilização de recursos do PROEDI, gerenciados pelo FUNDET, que garantem apoio ao desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação (CTI) em todo o território do Rio Grande do Norte.

Acreditando que o fortalecimento da pesquisa científica é totalmente perpassado pelo bom relacionamento com as Instituições de Ensino Superior (IES), restabelecemos o diálogo com as quatro IES públicas do nosso Estado: UERN, UFRN, UFERSA e IFRN. Além disso, estimulamos que diversos órgãos do Governo fizessem e façam convênios com a FAPERN, de forma a favorecer o desenvolvimento social e econômico a partir da Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI) no Rio Grande do Norte.

Por fim, esta publicação que chega até o leitor faz parte de uma série de medidas que se coadunam com o pensamento – e ações – de que os investimentos em educação, ciência e tecnologia são investimentos que geram frutos e constroem um presente, além, claro, de contribuir para alicerçar um futuro mais justo e mais inclusivo para todos e todas!

Boa leitura e bons aprendizados!

Boa leitura e bons aprendizados!



Fátima Bezerra

Governadora do Rio Grande do Norte



PARCERIA PELO
DESENVOLVIMENTO
CIENTÍFICO DO
RN

A Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Norte (FAPERN) e a Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FUERN) sentem-se honradas pela parceria firmada em prol do desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação. A publicação deste livro eletrônico (e-book) é fruto do esforço conjunto das duas instituições, que, em setembro de 2020, assinaram o Convênio 05/2020–FAPERN/FUERN, que, dentre seus objetivos, prevê a publicação de quase 200 e-books. Uma ação estratégica como fomento de divulgação científica e de popularização da ciência.

Esse convênio também contempla a tradução de sites de Programas de Pós-Graduação (PPGs) das Instituições de Ensino Superior do Estado para outros idiomas, apoio a periódicos científicos e outras ações para divulgação, popularização e internacionalização do conhecimento científico produzido no Rio Grande do Norte. Ao final, a FAPERN terá investido R\$ 100.000,00 (cem mil reais) oriundos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNDET), captados via Programa de Estímulo ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte (PROEDI), programa aprovado em dezembro de 2019 pela Assembleia Legislativa na forma da Lei 10.640, sancionada pela governadora, professora Fátima Bezerra.

Na publicação dos e-books, estudantes de cursos de graduação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) são responsáveis pelo planejamento visual e diagramação das obras. A seleção dos bolsistas ficou a cargo da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE/UERN).

Foram 41 obras submetidas em sete (07) editais, 38 delas serão lançadas. Os editais abrangeram diferentes temáticas assim distribuídas: no Edital 17/2020 - FAPERN, os autores/organizadores puderam inscrever as obras resultantes de suas pesquisas de mestrado e doutorado defendidas junto aos PPGs de todas as Instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICTIs) do Rio Grande do Norte, bem como coletâneas que foram resultados de trabalhos dos grupos de pesquisa nelas sediados.

No Edital nº 18/2021 - FAPERN, realizou-se a chamada para a publicação de e-books sobre o tema “Turismo para o desenvolvimento do Rio Grande do Norte”. No Edital nº 19/2021 - FAPERN, foi inscrita a chamada para a publicação de e-books sobre o tema “Educação para a cidadania e para o desenvolvimento do Rio Grande do Norte: relatos de ações exitosas”. No Edital nº 20/2021 - FAPERN, foi realizada a chamada para a publicação de e-books sobre o tema «Saúde Pública, desenvolvimento social e cidadania no Rio Grande do Norte: relatos de ações exitosas”. O Edital nº 21/2021 - FAPERN trouxe a chamada para a publicação de e-books sobre o tema “Segurança pública, desenvolvimento social e cidadania no Rio Grande do Norte: relatos de ações exitosas”. O Edital nº 22/2021 - FAPERN apresentou a chamada para a publicação de e-books sobre o tema “Pesquisas

sobre o Bicentenário da Independência do Brasil (1822-2022): desdobramentos para o desenvolvimento social e/ou econômico do RN”. O Edital nº 23/2021 – FAPERN realizou a chamada para a publicação de e-books sobre o tema “Pesquisas sobre o Centenário da Semana de Arte Moderna (1992-2022) desdobramentos para o desenvolvimento social e/ou econômico do RN”.

Com essa parceria, a FAPERN e a FUERN unem esforços para o desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Norte, acreditando na força da pesquisa científica, tecnológica e de inovação que emana das instituições potiguaras, reforçando a compreensão de que o conhecimento é transformador da realidade social.

Agradecemos a cada autor(a) que dedicou seu esforço na concretização das publicações e a cada leitor(a) que nelas tem a oportunidade de ampliar seu conhecimento, objetivo final do compartilhamento de estudos e pesquisas.



Gilton Sampaio
de Souza

Diretor-Presidente da FAPERN



Cicília Raquel

Maia Leite

Presidente da FUERN

POTIGUARA DE SAGI, ao tratar do processo de autoafirmação étnica indígena no Rio Grande do Norte a partir de uma cuidadosa etnografia sobre a experiência de mobilização étnico-política dos Potiguara de Sagi (Baía Formosa/RN), constitui-se em contribuição indiscutível aos estudos etnológicos sobre os povos indígenas do Rio Grande do Norte. Trata-se de estudo primoroso sobre o campo interétnico no qual são deslindadas as diversas interfaces do reconhecimento étnico dos Potiguara de Sagi com o registro de memórias e a descrição das estratégias de resistência e as lutas, desafios e conquistas dos indígenas em meio aos conflitos territoriais e fundiários. Destacam-se, em sua exposição, a operacionalização das análises sobre o papel de diversos atores sociais e instituições na composição do campo intersocietário e a compreensão dos processos sociais concretos, abrangendo os fluxos migratórios de famílias e pessoas indígenas da Paraíba, a inserção no movimento indígena estadual e a reorganização territorial e ritual dos indígenas potiguares.

Gorete Pereira mostra com riqueza de detalhes como é possível afirmar uma história genuína contada pelos próprios indígenas, enquanto uma “contra-história”, enfrentando assim o contexto de invisibilidade das populações indígenas no Rio Grande do Norte. Ao trazer para a análise as estratégias sociais na construção da identidade indígena, o presente livro mostra com esmero a mobilização étnica de comunidades em um estado brasileiro onde a presença indígena sempre foi motivo de desconfiança decorrente do longo percurso de apagamento das identidades. Tais identidades se mostraram resistentes ao longo da história e foram decisivas para a construção de um movimento político que tem galvanizado de modo bem singular o reconhecimento étnico e o difícil caminho para acessar os direitos constitucionais e as políticas públicas específicas. O livro, portanto, vem contribuir com a desconstrução de estereótipos e de reescrita da história do Rio Grande do Norte através das experiências indígenas.

José Glebson Vieira
Departamento de Antropologia
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço a DEUS, que me concedeu concluir este trabalho de pesquisa, apesar de todas as adversidades que enfrentei durante os anos de pesquisa – 2013 e 2014 –, não me deixando fraquejar.

Ao meu amado, querido e inseparável companheiro, Josenilson Ferreira de Andrade, que me apoiou durante todo o percurso do meu fazer antropológico, pelo carinho e pela paciência demonstrados a mim, assim como por ter me sustentado nos momentos mais difíceis que passei. Eu não teria conseguido chegar aqui sem a sua colaboração.

A todos os moradores de Sagi, que me acolheram no seio de sua “comunidade” e permitiram que eu realizasse esta investigação. Principalmente àqueles a quem denominei de “meus interlocutores”, ao contribuírem diretamente com o *corpus* narrativo deste trabalho. Não esquecerei, jamais, o casal *Manoelzinho* e Sandra, que estive comigo durante todo o processo etnográfico, contando e recontando a história de seus “parentes”. Eles disponibilizaram seu arquivo pessoal, permitindo-me acessar todos os documentos acerca da participação ativa da liderança local no movimento indígena do estado.

À minha amiga e colaboradora Jussara Galhardo, pelas palavras de conforto e incentivo para que eu concluísse este trabalho com êxito, bem como pela paciência e atenção que me demonstrou durante os períodos de angústia, nos quais eu não sabia para onde ir.

À minha família, principalmente à mamãe, minha irmã Selma e meus filhos, Shaulyn, Shang-ly e Shyng-ly! Obrigada a meus sogros, Dona Lourdinha e Seu Santos (*in memoriam*). Aos meus netos mais próximos, Vinícius e Shelly, por entenderem que eu nem sempre podia lhes dar atenção.

Ao meu orientador, Prof. Edmundo Pereira, e aos professores que contribuíram diretamente com o resultado desta pesquisa: Roseli Porto, Rita Neves, José Glebson e, especialmente, Julie Cavignac, que me acolheu como membro da Base de Pesquisa CIRS mesmo antes de ser aluna do mestrado. Vocês sempre serão lembrados por fazerem parte da minha história acadêmica.

E por último, à Glauciane Pinheiro, Coordenadora da CODESE/SEEC; à Profa. Edinaide Rêgo, minha amiga parceira da diversidade; à Mestra indígena *Tapuia Paiacu* Mônica de Freitas e ao Prof. Dr. Gilton Sampaio, diretor da FAPERN que muito contribuíram para a publicação dessa dissertação em livro!

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
PREFÁCIO	15
INTRODUÇÃO	18
ESCOLHA DO CAMPO DE PESQUISA	18
METODOLOGIAS	20
TRABALHO DE CAMPO: IDAS E VINDAS DE SAGI	23
ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS	28
CAPÍTULO 1 – AFIRMAÇÃO ÉTNICA NO RIO GRANDE DO NORTE	29
1.1 O PROCESSO DE ETNOGÊNESE DOS GRUPOS INDÍGENAS NO RN	
30	
1.2 A QUESTÃO INDÍGENA CHEGA À ACADEMIA E A OUTROS ESPAÇOS PÚBLICOS NO ESTADO	34
1.3 MOBILIZAÇÕES POLÍTICAS DOS GRUPOS INDÍGENAS NO ESTADO	39
1.4 O MOVIMENTO INDÍGENA LOCAL RECEBE APOIO DE OUTRAS INSTITUIÇÕES	63
1.5 OS POTIGUARA DE SAGI SE INSEREM NO CAMPO INDIGENISTA	69
1.6 INSTALAÇÃO DA FUNAI NO ESTADO	78
CAPÍTULO 2 – POTIGUARA DE SAGI	84
2.1 CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA E POPULACIONAL	84
2.2 BREVE HISTÓRICO DE SAGI	92
2.3 GENEALOGIA	103
2.4 SUSTENTABILIDADE	107
2.4.1 AGRICULTURA	108
2.4.2 PESCARIA	111
2.4.3 TURISMO	120
2.4.4 ARTESANATO	125

CAPÍTULO 3 – TERRITORIALIZAÇÃO EM SAGI	129
3.1 REAFIRMANDO UM ETNÔNIMO: POTIGUARA	131
3.2 LUGARES DE MEMÓRIA AO LONGO DA PRAIA	138
3.3 PARENTESCO E MORADIA EM SAGI	151
3.4 PROCESSOS DE OCUPAÇÃO DAS TERRAS	156
3.4.1 SAGI	156
3.4.2 SAGI TRABANDA	161
CONSIDERAÇÕES FINAIS: HISTÓRIA, PARENTESCO E TERRITORIALIZAÇÃO	173
REFERÊNCIAS	176
ANEXOS	181
ANEXO A – ALDEIA JACU: UMA HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA	182
ANEXO B – NÚMERO DE INDÍGENAS NO RN - 2020	185
ANEXO C – ESCOLA INDÍGENA DO AMARELÃO	186
ANEXO D – MOÇÃO ENCAMINHADA PELA 29ª RBA	188
ANEXO E – REGISTRO DAS CONTRIBUIÇÕES DAS INSTITUIÇÕES PARCEIRAS - 2015/2020	189
ANEXO F – DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO DA IDENTIDADE ÉTNICA DOS POTIGUARA DE SAGI – APOINME	191
ANEXO G – CERTIDÃO DE PROPRIEDADE E ÔNUS	192
ANEXO H – CERTIDÃO DO CARTÓRIO – BAÍA FORMOSA	194
ANEXO I – PARECER TÉCNICO SOBRE O “BARREIRO” DE SAGI	195
ANEXO J – GENEALOGIA DA FAMÍLIA CÂNDIDO	199
ANEXO K – REGISTRO DE NASCIMENTO DE ANTÔNIA CÂNDIDO	211
ANEXO L – CARTA DE IRACI CASSIANO	212
ANEXO M – CARTA DOS POVOS INDÍGENAS DO RN	213
ANEXO N – NOTIFICAÇÃO DO IDEMA	214
APÊNDICE	215
APÊNDICE A	216

APRESENTAÇÃO

Este livro é o resultado de uma pesquisa etnográfica desenvolvida por mim entre os *Potiguara* de Sagi – Baía Formosa/RN –, no período de 2013-2015. O estudo aconteceu durante o mestrado em Antropologia Social, cursado no Departamento de Antropologia (DAN) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

A dissertação foi aprovada em maio de 2015, por uma banca examinadora composta pelo professor orientador Dr. Edmundo Pereira (UFRN), além dos professores Dr. José Glebson Vieira (UFRN) e Dr. José Gabriel Correa (UFCG). Considerando que já se passaram quase seis anos da sua escrita inicial, serão acrescentadas, nesta obra, atualizações e/ou informações relevantes para melhor esclarecimento dos fatos, as quais constarão em apêndice, em notas de rodapé e/ou até mesmo no corpo do texto, com o cuidado em preservar a essência dos relatos originais.

Neste trabalho, preocupo-me em dar visibilidade ao grupo que se autoidentifica *Potiguara*. Para tanto, destaco suas lutas, resistências, desafios e conquistas no campo político interétnico, cultural, ideológico e social, mediante as políticas públicas e a sociedade civil, registrando suas memórias, as quais os conduzem a seus antecessores indígenas. Também serão abordados assuntos que nos levam, por extensão, a refletir igualmente sobre as realidades vividas por outros grupos indígenas no estado, haja vista que apenas tiveram lugar nos discursos autorizados quando relegados ao passado, aos extermínios, aos estereótipos e ao “desaparecimento étnico”. Essa iniciativa deve-se ao fato de que há uma realidade e uma dinâmica próprias dos grupos sociais, sobretudo no tocante à questão de sua territorialidade, à defesa de seus espaços e, em contrapartida, aos interesses de grupos corporativos, que defendem seu *status quo* como maneira de perpetuar incansavelmente o domínio e o alcance de seus privilégios.

Desenvolvi este trabalho com base em estudos da antropologia, tendo como autores principais: Hymes (1970), Malinowsky (1984[1921]), Tonkin (1992), Barth (1998), Clifford (2003), Goffman (2002), Oliveira (2004), Le Goff (2003), Vansina (2010), entre outros, que me foram indispensáveis no entendimento das complexidades socioculturais muito específicas das coletividades em questão, enriquecendo meu conhecimento durante o percurso acadêmico. No entanto, o relato oral dos atores sociais com os quais partilhei inúmeros momentos de conversas e interações foi a fonte primária na recuperação valiosa de suas histórias.

Logo no início do livro, no primeiro capítulo, faço um recorte histórico de quase uma década, que abarca o período do ano de 2005 a 2015, no qual são abordadas as mobilizações, as articulações e a organização do movimento indígena no estado. Hoje, após seis anos já percorridos, ao publicar este livro, tenho consciência de que não poderei, de forma alguma, atualizar as informações sobre todos os percursos alcançados por esse movimento político, assim como as conquistas, os avanços e os desafios encontrados na atual e complexa conjectura política do país.

Assim, na medida do possível, registro¹ certas ponderações nesse sentido, as quais abrangem o período de três anos – 2015 a 2017 –, utilizando como referência bibliográfica Guerra (2017). Além disso, relato informações disponibilizadas pelos próprios atores interessados – os *Potiguara* de Sagi – e outros parceiros que contribuíram com esse registro histórico.

No capítulo 2, acrescento informações acerca de outra aldeia formada em Sagi – a aldeia Jacu –, resultado de resistência de um povo que luta para deixar garantida uma herança digna para seus “parentes”, calcada na terra de seus antepassados. Por fim, no terceiro e último capítulo, faço um breve resumo e recorte dos acontecimentos em torno da questão territorial, no tocante à luta pela demarcação do território de Sagi *Trabanda* em dias turbulentos do cenário político atual.

Muito me deixa esperançosa o fato de que este trabalho tem oferecido sua contribuição para os processos demarcatórios do território indígena de Sagi *Trabanda*, em seus trâmites diversos, tanto na área jurídico-processual quanto na acadêmico-científica e pericial. Desse modo, almejo que este possibilite aos leitores reflexões indispensáveis em nosso convívio democrático a respeito das diversidades socioculturais de nosso estado, possibilitando um renovado conhecimento acerca da realidade das coletividades indígenas no Rio Grande do Norte.

Maria Gorete Nunes Pereira
Autora

1 Visando não comprometer a essência do texto original, as atualizações constarão em notas de rodapé, anexos e/ou apêndices, salvo pequenas exceções.

PREFÁCIO

O mundo tem se dividido internamente mesmo quando tem sido pressionado a se juntar, uma vez que os esforços para converter a dominação em ordem têm gerado evasão, resistência e lutas para recuperar a autonomia (MARCUS, 1991).

Muito me honra ter sido convidada pela educadora e antropóloga Maria Gorete Nunes Pereira para prefaciar este importante trabalho sobre os Potiguara da praia de Sagi – Baía Formosa/RN.

POTIGUARA DE SAGI: da invisibilidade ao reconhecimento étnico é uma obra inédita de pesquisa em etnologia indígena realizada no Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Organizada como dissertação de mestrado acadêmica – no período de 2013 a 2015 – a partir de agora, poderá ser apreciada nas páginas deste livro, para conhecimento de pesquisadores, professores, alunos, interessados na temática e, sobretudo, dos *Potiguara* de Sagi, que têm suas memórias, migrações, desafios e lutas, territorialidade e identidade étnica cuidadosamente registradas. Este livro é resultado de um grande esforço da autora, elaborado por meio de um trabalho construído com muita dedicação e acuidade científica, que incondicionalmente desenvolveu durante sua experiência com os indígenas Potiguara da praia de Sagi.

Conforme diz Marcus, citado na epígrafe acima, embora as dominações políticas queiram forçosamente a uniformização e a submissão, o que se tem, na verdade, são resistências e lutas para o estabelecimento de autonomias. Dessa forma, a experiência da autora com os *Potiguara* de Sagi nos traduz sobre o quanto estes são combativos e resistentes na afirmação de sua identidade diferenciada, assim como os demais grupos indígenas no estado, que emergem da invisibilidade e do apagamento étnico a que foram submetidos por séculos de opressão no Rio Grande do Norte.

Para desenvolver este trabalho, foram agregados muitos anos de conhecimento e atuação em políticas públicas afirmativas a partir da Secretaria de Estado da Educação e da Cultura (SEEC/RN), no Núcleo de Educação do Campo e da Diversidade – NECAD, (2005/2015). Essa prática resultou, posteriormente, na dedicação de Maria Gorete Nunes Pereira ao estudo da Antropologia (DAN-UFRN) e sua participação na Base de Pesquisa Cultura, Identidade e Representações Simbólicas – CIRS.

Em virtude do seu esforço em contribuir com a questão indígena no estado, consorciando, para isso, saberes nas áreas da pedagogia e da antropologia, Gorete Nunes ofereceu importante desempenho, compromisso e objetividade ao Grupo *Paraupaba* de Estudos da Questão Indígena no Rio Grande do Norte (2005-2017). Ela participou de suas reuniões propositivas,

empenhando-se nos trabalhos de campo e de extensão universitária, além dos inúmeros encontros, assembleias indígenas, audiências públicas, exposições etnográficas no Museu Câmara Cascudo-UFRN, entre outras atividades sobre o assunto no estado.

Sendo assim, a autora fez um esforço vigoroso, tendo como alicerce sua postura aguerrida sobre a questão, pautada pelo estudo acadêmico-científico, que a impulsionou incondicional e incansavelmente em busca de respostas nessa tarefa. Foram necessários muitos anos de dedicação e de conhecimento das realidades diferenciadas e desconhecidas no estado, sobretudo, dos Potiguara de Sagi, tal como ela relata nas páginas deste texto antropológico.

Para isso, a autora organiza seu trabalho em três capítulos e prioriza os seguintes temas: a etnogênese do grupo pesquisado a partir de seus fluxos de migrações vindos da Paraíba; a sua inserção no movimento indígena no Estado; a sua organização territorial; e a questão das terras identificadas como Sagi *Trabanda*. Como ela própria afirma, usando Clifford (2003), o estudo prioriza uma versão que se contrapõe, como uma contra-história, que lembra o “desacordo” em confronto com a invisibilidade e o autoritarismo dos textos oficiais, assim como do senso comum.

Gorete Nunes desenvolve com primor o capítulo inicial, no qual recupera informações muito valiosas sobre o campo das relações entre os diversos atores do poder público e das instituições parceiras, em apoio aos atores interessados – os indígenas no estado – na construção de políticas públicas de atendimento a suas questões pontuais. Relata de forma muito bem documentada a recuperação histórica das ações e articulações políticas relacionadas às temáticas educacional, cultural, econômica, afirmação étnica, etnodesenvolvimento e territorialidade, mostrando a inserção dos *Potiguara* de Sagi nessas discussões e do movimento indígena emergente.

Em seguida, já no segundo capítulo, ela prioriza com detalhes seus interlocutores – os especialistas da memória –, que relatam acerca da sua organização social, dos seus laços de parentesco e da genealogia de uma das primeiras famílias que se estabeleceu em Sagi, dando origem ao lugar. São aspectos muito bem explorados neste trabalho, que revelam uma etnografia densa e feita com rigor científico.

A ocupação territorial dos *Potiguara* de Sagi Trabanda/RN está descrita com muita precisão e riqueza de detalhes no terceiro capítulo – incluindo seus conflitos territoriais, suas histórias de migrações e seus assentamentos, que consistem em ocupações das terras tradicionais por empreendimentos com fins industriais e turísticos. Nesta parte, também são indicados, processos de geração de unidades identitárias, bem como a escolha do etnônimo *Potiguara* para a autoidentificação desse coletivo, o que permite com que o trabalho se torne instigante e muito bem explorado etnograficamente.

Este livro representa, sem dúvida, um grande esforço da autora, que não se deixou abater pelas inúmeras dificuldades encontradas durante seu percurso acadêmico. Muito pelo contrário, essas particularidades serviram como forças propulsoras para seu engajamento de corpo e alma a cada segundo junto a seus interlocutores e em cada linha escrita em seu diário

de campo numa busca incessante para chegar a seus objetivos.

Além disso, este trabalho tem valor imensurável por ser a primeira publicação de etnografia indígena dentro do Programa de Mestrado em Antropologia – PPGAS/DAN-UFRN. É ainda, o segundo trabalho etnográfico registrado em programas de pós-graduação publicado sobre os indígenas no Rio Grande do Norte, existindo apenas um anterior pela UFPE (2007), que resultou em duas publicações sobre os Mendonça do Amarelão de João Câmara/RN (2011; 2017).

Portanto, os esforços da autora representam uma importante contribuição acadêmico-científica para aqueles que buscam melhor entender e superar os processos de invisibilidade dos grupos indígenas do estado, bem como compreender seus protagonismos enquanto atores de sua própria história de resistência na condução de seus destinos.

Jussara Galhardo Aguirres Guerra
Antropóloga e coordenadora do GP

INTRODUÇÃO

Escolha do campo de pesquisa

Trabalhar com políticas públicas afirmativas na Secretaria de Estado da Educação, Esporte e Cultura (SEEC), no Núcleo de Educação do Campo e da Diversidade (NECAD), me impulsionou em busca de conhecimentos que me propiciassem adquirir uma fundamentação teórico-metodológica adequada para melhor direcionar minha prática pedagógica em benefício das demandas educacionais dos grupos etnicamente diferenciados.

Minha aproximação com a temática indígena deu-se em junho de 2007, quando passei a representar a SEEC nas reuniões do Grupo de Estudos sobre a Questão Indígena no Rio Grande do Norte – Grupo Paraupaba². Desde então, direcionei meus esforços no sentido de compreender e acompanhar, de perto, a emergência étnica dos grupos indígenas organizados, participando direta ou indiretamente dos seus encontros e eventos.

Sendo assim, fui indicada pela coordenadora do setor³ como a responsável por essas questões específicas no estado. Essas atribuições me impulsionaram a adquirir conhecimentos mais densos sobre a temática, com a qual passei a ter forte identificação, atuando durante o período de 2007 a 2015.

Considerando a presença desses atores sociais no estado e, conseqüentemente, suas demandas, tornou-se necessário no NECAD/SEEC o trabalho de profissionais qualificados para gerenciar as ações relacionadas a essa diversidade étnica. Era, portanto, imprescindível o papel de um servidor público que não apenas compreendesse, mas também atuasse como mediador do processo educativo, facilitando a acessibilidade desses grupos a seus direitos garantidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)⁴, que estabelece:

O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos: I - proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identi-

2 Desde sua formação, em fevereiro de 2005, o GP é coordenado por Jussara Galhardo, Mestre em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE/2007), e tem sua sede temporária no Museu Câmara Cascudo (MCC/UFRN, 2005-2016). Tem como objetivo colaborar e articular ações voltadas para as reivindicações, demandas sociais e políticas das comunidades indígenas do RN perante o poder público. Participam do Grupo: lideranças indígenas locais, professores, pesquisadores, bolsistas, estudantes da UFRN e representantes de outras instituições – Fundação José Augusto (FJA), SEEC, Fundação Nacional do Índio (FUNAI), colaboradores políticos (Partido dos Trabalhadores – PT/RN) –, bem como das lideranças indígenas dos *Potiguara* da Paraíba e da Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME), entre outros membros da sociedade civil.

3 Na época, a Professora Francisca Ednaide de Sousa Rêgo.

4 A Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

dades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências; II - garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não índias (BRASIL, 1996).

O cumprimento desses dispositivos legais tem como meta principal possibilitar ao sistema de ensino colocar em prática esses direitos, dando liberdade para que cada escola indígena defina, de acordo com suas particularidades, seu respectivo projeto político-pedagógico. Da mesma forma, deverá proporcionar aos grupos etnicamente diferenciados a oportunidade de recuperar suas memórias e reafirmar suas identidades, dando-lhes acesso aos conhecimentos técnico-científicos da sociedade nacional, enquanto evidencia a abertura para que de fato a escola possa responder à demanda da comunidade, ao oferecer aos educandos o melhor processo de ensino-aprendizagem.

No ano de 2008, outro fator contribuiu para que eu intensificasse minha busca por “novos” saberes. Isso aconteceu com a promulgação da lei que alterou a LDBEN/96⁵, obrigando a inclusão da temática indígena no Currículo Escolar das Escolas de Educação Básica. Foi assim que decidi cursar Antropologia Social, para compreender o porquê de os povos indígenas terem direitos tão específicos, sobretudo a uma educação diferenciada, partindo de um entendimento sobre sua origem.

Mais do que interesse profissional, existe um interesse pessoal com relação à questão indígena. Como meu trabalho envolvia a problemática da diversidade, que me conduzia a lidar diretamente com diferentes atores sociais – ciganos, indígenas, quilombolas e apenados –, sentia-me compelida a ter que me envolver mais intensamente junto às necessidades peculiares dos indígenas referentes às políticas públicas afirmativas.

Ainda no ano de 2008, tive conhecimento de que certos moradores da praia de Sagi, litoral sul, procuraram o movimento indígena do estado e o próprio GP, com vistas a dar visibilidade ao seu grupo familiar, e de sua intenção pelo reconhecimento étnico. Diante de tantas atribuições na SEEC, não pude acompanhar as primeiras visitas e os trabalhos inicialmente desenvolvidos pelo GP nessa localidade, ficando atenta, no entanto, às discussões registradas em relatórios e atas, além de contatos informais com membros do grupo.

Entretanto, foi apenas no ano de 2009, por ocasião da I AIRN⁶, que mantive meu primeiro contato com os representantes indígenas de Sagi que participavam desse momento político, de importância ímpar para o reconhecimento étnico dos indígenas do estado. Considerando minha afinidade com essa problemática, decidi me dedicar a estudos acadêmicos, tendo

5 Lei n. 11.645/08, publicada em 10 de março de 2008, aprovada pelo então Presidente da República – Luiz Inácio Lula da Silva.

6 A I Assembleia Indígena do Rio Grande do Norte (AIRN) aconteceu no Hotel Praiamar – Natal/RN – em dezembro de 2009. Organizada e realizada pelo Grupo Paraupaba, pela FUNAI de João Pessoa/PB, pelo movimento indígena da Paraíba (Marcos, *Caboquinho*, Capitão e Iolanda – todos da etnia *Potiguara* –, dentre outros) e pelas lideranças indígenas no RN (Valda Arcaño/Catu, Ivoneide Campos e Francisca Barbosa/Amarelão, Bolero/Caboclos do Açú, entre outros).

como objeto de pesquisa o entendimento da diferenciação étnica do conjunto de famílias que se apresentava como *Potiguara* de Sagi.

No último dia do referido encontro, reuni-me com representantes desse grupo, dentre os quais estavam: o Sr. Manoel Leôncio do Nascimento, vulgo *Manoelzinho*, que mais tarde se tornou cacique de sua comunidade; o Sr. Carlos Leôncio do Nascimento; o Sr. Temístocles Inácio da Silva; a Sra. Cacilda Maria Pessoa Jerônimo (falecida em 5 de janeiro do ano de 2016); e Osmar Jerônimo Pessoa, vulgo *Mazinho*. Falei-lhes sobre minha intenção de estudar seu grupo familiar, o que foi bem aceito pelos presentes. Com essa aceitação inicial, pude elaborar o anteprojeto, que posteriormente me conduziu a pleitear uma vaga no mestrado em Antropologia Social/UFRN com sucesso.

Durante essa pesquisa, busquei respostas para as seguintes questões: de onde vieram as famílias de Sagi, que naquele momento se apresentavam como indígenas? Quantos são os indígenas na atualidade? Qual o grau de parentesco entre eles? Como está se desenvolvendo o processo de autorreconhecimento étnico? Quais as maiores dificuldades enfrentadas pelo grupo familiar no que diz respeito ao acesso às políticas indigenistas? E que conquistas já foram por eles alcançadas?

Assim sendo, este trabalho tem como objetivo fundamental a investigação do processo de emergência étnica dos *Potiguara* de Sagi, valorizando aspectos relacionados à sua identidade, sobretudo às suas redes de parentesco e narrativas históricas. A partir de então, percebi que passava a fazer parte de um importante processo, que envolvia os próprios atores sociais, na afirmação de uma história mais genuína e detalhada a partir de suas próprias narrativas; uma “história indígena”, uma “contra-história” (CLIFFORD, 2003), que buscava recuperar, por meio de sua história oral, a memória de seus antepassados, a contemporaneidade indígena no estado e a sua emergência étnica como um forte contraponto social.

Conduzi a investigação pautada nos seguintes objetivos específicos: pesquisar a etnogênese desse grupo, que se autoafirma como *Potiguara* de Sagi, através da produção narrativa de sua formação, ressaltando as conexões com antecessores indígenas vindos da Paraíba; e registrar suas lutas e reivindicações no campo interétnico presente no estado do Rio Grande do Norte.

Metodologias

Esta pesquisa etnográfica apresenta informações tanto de natureza qualitativa como quantitativa, no intuito de abordar e evidenciar a complexidade das questões que envolvem o grupo familiar estudado – os *Potiguara* de Sagi.

A história oral constitui a fonte primária para este trabalho. Para tanto, foram coletadas inúmeras narrativas que corroboram a origem, a identidade e a territorialidade do grupo estudado. Consiste, assim, em uma pesquisa de campo, contendo quadros demonstrativos e tabelas, nos quais foram produzidas informações relevantes para este estudo.

O trabalho de campo aconteceu em duas etapas. A primeira foi realizada, intensiva-

mente, no período de 04/11/2013 a 14/02/2014, totalizando cem dias de permanência com os indígenas, quando pude observar seu cotidiano, durante suas atividades laboriosas e relações de convivência. Tive, assim, a oportunidade de conhecer mais profundamente diversas famílias, abordando suas narrativas orais e começando a organizá-las em séries históricas (VANSINA, 2010).

Nessa fase do trabalho, obtive o aporte de certas pessoas, indicadas pelo próprio grupo familiar, para me fornecer as informações necessárias quanto ao desenvolvimento dessa investigação – os “especialistas da memória” (LE GOFF, 2013, p. 425). Para tanto, utilizei a metodologia da “etnografia da fala” (GOFFMAN, 2002; HYMES, 1970), no intuito de recuperar os contextos de produção dessas narrativas e poder desenvolvê-los em suas complexidades, detalhadas a partir dos relatos destes interlocutores: Manoel Leôncio do Nascimento (cacique *Manoelzinho*), Temístocles Inácio da Silva, Antônio Dias e José Amaro da Silva.

Tabela 1 – Mapeamento dos “especialistas da memória”

Nº	NOME	FAMÍLIA	IDADE
01	Antônio Dias	DIAS	66 anos
02	José Amaro da Silva	AMARO	73 anos
03	Manoel Leôncio do Nascimento	CÂNDIDO	46 anos
04	Temístocles Inácio da Silva	CÂNDIDO	68 anos

Metodologicamente, demonstro conexões de genealogias e histórias de famílias para uma melhor compreensão acerca da rede de parentesco dos grupos familiares que se dispuseram a contribuir com a presente investigação. Articulei, dessa forma, os repertórios da fala, numa relação entre “narradores” e “ouvintes”, formando um contexto performático de enunciação (PEREIRA, 2008, p. 93), que tinha como uma de suas principais tarefas apresentar uma história de ocupação da região.

Foram consultados registros pessoais, como cartas e fotografias, que se constituíram fontes importantes na construção da história oral desse grupo familiar. Do mesmo modo, foram examinados documentos em cartórios, documentos em associações e pareceres técnicos (conforme documentos comprobatórios apresentados no corpo deste trabalho).

No período da primeira etapa da pesquisa, realizei entrevistas com trinta e uma pessoas, dentre as quais, vinte indígenas de Sagi; cinco indígenas da Paraíba; quatro parentes consanguíneos, que não se autorreconhecem como indígenas; e duas pessoas não indígenas. Dentre essas, qualifico como meus principais interlocutores aqueles que foram entrevistados mais de uma vez e que, num processo contínuo de interação, contribuíram significativamente para o feitiço do *corpus* narrativo desta pesquisa.

Além dos quatro “especialistas da memória” já referenciados, acrescento os seguintes nomes: José Carlos Leôncio do Nascimento, Cacilda Maria Pessoa Jerônimo, Sandra Silva Teles, Maria Roseno da Silva, João dos Santos Neto, Janaína Vieira da Silva, Isaiás Amaro da Silva e Osmar Pessoa Jerônimo, totalizando doze interlocutores que foram cruciais para a

produção dialógica do conhecimento.

Tabela 2 – Mapeamento dos interlocutores da pesquisa

Nº	NOME	FAMÍLIA	IDADE ⁷
01	Antônio Dias	DIAS	66 anos
02	Cacilda Maria Pessoa Jerônimo	JERÔNIMO	62 anos
03	Isaías Amaro da Silva	AMARO	50 anos
04	Janaína Vieira da Silva	SILVA	38 anos
05	João dos Santos Neto	SANTOS	40 anos
06	José Amaro da Silva	AMARO	73 anos
07	José Carlos Leôncio do Nascimento	CÂNDIDO	51 anos
08	Manoel Leôncio do Nascimento	CÂNDIDO	46 anos
09	Maria Roseno da Silva	ROSENDO	70 anos
10	Osmar Pessoa Jerônimo	JERÔNIMO	30 anos
11	Sandra Silva Teles	TELES	37 anos
12	Temístocles Inácio da Silva	CÂNDIDO	68 anos

A segunda etapa da pesquisa foi realizada no período de 20 a 27 de junho de 2014, a qual objetivou concluir a genealogia de uma das famílias, apontada por meus interlocutores como sendo uma das primeiras a se constituir em Sagi. Da mesma forma, nesse momento, pretendia obter alguns esclarecimentos sobre a ocupação de territórios em Sagi *Trabanda*. Para tanto, contei com o aporte do senhor Ailton Araújo e sua esposa, Maria da Paz Dias, e do senhor Zélio do Nascimento e sua esposa, Marinalva da Silva.

No dia 26 de junho de 2014, com o objetivo de finalizar meu trabalho de campo na comunidade, reunimo-nos, eu e dez⁸ dos meus interlocutores, para que naquela oportunidade eu procedesse com a leitura textual do trabalho de campo produzido por mim junto a eles, resultado das diversas abordagens e entrevistas realizadas. Ao final da leitura, pedi para que fizessem as alterações que julgassem necessárias (PEREIRA, 2012).

Quando escrevi essa história dos *Potiguara* de Sagi, retirei algumas informações coletadas em conversas informais, que julgava desnecessárias por conterem situações conflituosas e de intimidade aparente. No entanto, os próprios atores ali presentes chegaram ao consenso de que os fatos deveriam ser registrados de acordo com o relatado, o qual seria, dessa forma, legitimado unanimemente. A esse respeito, Vansina (2010, p. 155) afirma que, se existe uma “verdade histórica”, ela “está sempre estreitamente ligada à fidelidade do registro oral transmitido”.

Após a leitura do documento, o cacique fez uma observação quanto ao nome de uma parente viva que compõe a árvore genealógica de uma das famílias investigadas. Assim, no dia

7 Quanto às idades, não foram atualizadas e continuam registradas conforme constam no texto original.

8 Manoel Leôncio do Nascimento (cacique) e sua esposa, Sandra Silva Teles; João dos Santos Neto e sua esposa, Janaína Vieira da Silva; Zélio do Nascimento e sua esposa, Marinalva da Silva; José Amaro da Silva – *Vilázio* – e seu filho, Isaías Amaro da Silva; Ailton de Araújo e sua esposa, Maria da Paz Dias.

seguinte, 27 de junho do mesmo ano, fui a Baía Formosa/RN em busca de mais informações. Ao chegar no local, entrevistei em sua residência a senhora Antônia Cândida Martins e sua filha Maria Verônica Madeiro da Costa, que me foram importantes para a conclusão do recorte genealógico da família “Cândido”.

Portanto, durante todo o percurso investigativo, que corresponde às duas etapas do processo etnográfico, entrevistei trinta e sete pessoas, sendo trinta e uma na primeira etapa e seis na segunda, das quais treze interlocutores (35% dos entrevistados) aceitaram o uso do gravador. Mantive contato mais intenso com doze parceiros, que, apenas em algumas ocasiões (dez delas), me permitiram a gravação em áudio. Vale ressaltar que em três dessas gravações a entrevista se estendeu a um coletivo presente.

As demais conversas, que proporcionaram boa parte das informações produzidas, foram registradas diretamente no caderno de campo. Isso exigia um esforço maior, pois, ao término dos diálogos, tinha que fazer imediatamente minhas anotações e transcrições das informações, que eram preciosas e não poderiam ser perdidas.

Na produção das narrativas, foi observado todo o contexto da fala, uma vez que, durante as elocuições, não era somente a fala que importava, mas, sobretudo, a ideia de performance, gestos, corpos, silêncios, tons e todos os aparatos (HYMES, 1970). Foi com esse entendimento que registrei as conversas informais e as entrevistas. Conforme afirma Goffman (2002, p. 110-113), pensando os enquadramentos (*footing*) através de suas mudanças, “a entrada e a saída de assunto em si envolvem uma mudança de tom e uma alteração da capacidade social, na qual os envolvidos pretendem atuar”.

Trabalho de campo: idas e vindas de Sagi

Em 24 de agosto de 2009, visitamos a *comunidade*⁹ de Sagi, sendo meu primeiro contato com os indígenas e a terceira visita do Grupo Paraupaba ao local. Estávamos realizando reuniões para o levantamento das demandas dos grupos indígenas do estado, sobre os quatro eixos¹⁰ temáticos escolhidos para discussão na I AIRN, realizada, então, em novembro de 2009.

Foi nessa oportunidade que conheci algumas famílias, dentre as quais a do Sr. Manoel Severino Nascimento, vulgo Manoel *Pau D’arco*, que nos apresentou seus filhos e netos (cf. Foto 1); a do Sr. Temístocles Inácio e sua esposa, Maria de *Canã*; bem como a de Dona Joana Virgílio do Nascimento e seu irmão, Manuel Virgílio do Nascimento, vulgo *Bio*.

Fotografia 1 – Família Nascimento. No centro, o Sr. Manoel *Pau D’arco* acompanhado de sua

9 O termo *comunidade* é utilizado pelo grupo para se referir a si mesmo como coletivo e ao lugar onde habita.

10 Território e Sustentabilidade; Educação; Saúde; Organização, direitos indígenas e identidade.

esposa, filhos e netos. Em sua casa, 2009



Fonte: Jussara Galhardo

Minha segunda visita ao grupo aconteceu quando o setor em que trabalho na SEEC recebeu um telefonema¹¹ do Senhor Osmar Jerônimo, até então presidente da Associação dos Moradores e Amigos de Sagi (AMA Sagi), solicitando o comparecimento de uma comissão àquela localidade para fazer uma visita à Escola Municipal Manoel Francisco de Melo, localizada no centro de Sagi. Segundo denúncia realizada pelos pais dos alunos à associação, a escola estava impossibilitada de dar início às aulas, pois se encontrava em péssimo estado de conservação, o que exigia reformas urgentes.

Fui designada por meu setor na SEEC para assumir esse trabalho¹² e convidei a coordenadora do Grupo Paraupaba como parceira nessa tarefa, a qual foi realizada no dia 27/02/2010. Vistoriamos toda a escola, incluindo as salas de aula, banheiros, cozinha e área de lazer, com registros de imagens em fotografia e em vídeos. Por fim, elaborei um relatório que foi encaminhado para o Secretário de Estado da Educação e Cultura, Ruy Pereira, que havia solicitado a averiguação da denúncia. O Secretário de Educação do município de Baía Formosa foi notificado a se apresentar à SEEC para prestar os devidos esclarecimentos relativos aos problemas¹³ denunciados pelos pais dos alunos, no entanto, não houve seu comparecimento.

Dois anos após a vistoria (2012), quando voltei a Sagi, pude perceber que a fachada da escola havia sido restaurada. Perguntei ao presidente da Associação sobre a abrangência dessa

11 No dia 21/02/2010, na sala do NECAD.

12 Na equipe estava, além de mim, a coordenadora do GP, Jussara Galhardo, o presidente da Associação, Osmar Jerônimo, e uma mãe de aluno: Gerlane do Nascimento. Como a diretora da escola não se encontrava no povoado, sua mãe, Dona Arlete, que também é funcionária da referida escola, abriu suas portas para a vistoria.

13 Problemas identificados: a escola tem quatro salas de aula, uma dessas ocupada por uma família, cuja casa foi derrubada pela maré alta; paredes caindo o reboco; vigas de ferro das colunas aparecendo; instalação elétrica danificada, inclusive com algumas gambiarras; janelas quebradas; salas de aula sem ventilação; bebedouro sem funcionar; entre outros.

reforma e ele me respondeu¹⁴: “Sim, depois daquela denúncia o prefeito mandou reformar a escola. Só que já tá precisando de uma limpeza”.

A terceira visita a Sagi foi durante o carnaval do ano de 2012. Meu objetivo era conhecer melhor os atores sociais com os quais eu iria desenvolver a minha pesquisa de mestrado. Sendo assim, passei uma temporada de cinco dias nessa localidade e pude observá-los em momentos festivos e em seu cotidiano. Na oportunidade, verifiquei que é um costume local dos pais levarem suas crianças, até mesmo as de colo, para os encontros sociais e as festas.

Visando estreitar o vínculo de amizade e interação com eles, adquiri e vesti uma camiseta do bloco denominado “A Gota Serena – 100 futuro, 100% álcool”, organizado por Osmar Jerônimo, vulgo *Mazinho*. Assim sendo, tive uma oportunidade única de interação e empatia com aqueles que, posteriormente, se tornariam meus interlocutores.

Apesar de conhecer alguns moradores da comunidade de Sagi desde 2009, apenas em novembro de 2013 surgiu a oportunidade de uma aproximação mais intensa e proveitosa, por ocasião da III AIRN¹⁵. Determinada a trabalhar com eles, um mês antes de esse evento ser realizado, em outubro do mesmo ano, fui ao povoado e aluguei uma casa por uma temporada de três meses. Sendo assim, aproveitando as férias no final de ano, dei início à minha pesquisa de campo. A casa localizava-se à Rua do Rio, onde moram 30 famílias das 82 cadastradas pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Dessa forma, no dia 04 de novembro de 2013, um dia antes do início da III AIRN, cheguei a Sagi com meu companheiro, que me auxiliou com os registros fotográficos e as gravações em áudio. Durante esse período, todas as tardes, conversava com o cacique *Manoelzinho* e sua esposa Sandra, que me concederam as primeiras informações sobre o movimento indígena, a questão judicial das suas terras e a origem das famílias que residem na *comunidade*. Todos esses dados foram registrados no meu caderno de campo.

Nos intervalos dessas conversas com aquele casal, eu realizava entrevistas isoladas, buscando comparar algumas informações, que muitas vezes apresentavam variações, as quais foram registradas em sua íntegra. Também aproveitava o tempo para registrar a genealogia das primeiras famílias que vieram da Paraíba para morar em Sagi, eixo central das narrativas que, aos poucos, conseguia reunir.

Sempre ao voltar do campo para minha residência, as informações tinham que ser imediatamente registradas, pois alguns relatos não eram gravados. Durante meu período de permanência nessa localidade, tive a oportunidade de observar aquelas famílias em sua rotina diária.

À noite, sentava-me à calçada, esperando alguém para conversar, e, nessas oportunidades, que foram muitas, sempre estava presente o cacique *Manoelzinho*. As conversas eram sempre longas e muito interessantes. Este, em sua meia-idade – 46 anos –, é um líder

14 Em conversa informal com a autora, em sua casa, no dia 22/01/2014.

15 Que aconteceu no espaço comunitário de Sagi, conhecido como “Bar de Carlos”, em novembro de 2013.

respeitado por muitos de seus parentes, sendo um importante conhecedor da “história de seu povo”. Discorre sobre um acúmulo de narrativas e conhecimentos acerca da realidade do grupo com a segurança e a propriedade de quem compartilhou inúmeras experiências com os mais velhos, ouvindo suas histórias e respeitando suas memórias, como ele próprio informa.

Outros, como João dos Santos, Janaína Vieira, Carlos Leôncio e Cacilda Jerônimo (*in memorian*), ao passarem por mim na calçada, sempre paravam, o que já rendia uma boa conversa até bem tarde da noite. Sem dúvida nenhuma, foram momentos muito construtivos, sobretudo com o principal casal de interlocutores – *Manoelzinho* e Sandra –, que doou o seu tempo, a sua atenção e informações muito valiosas para a feitura do *corpus* narrativo.

O cacique *Manoelzinho* tem documentado todas as ações do movimento indígena de que participou em nome dos interesses da comunidade. Mesmo sendo semianalfabeto, pois somente sabe escrever o seu nome, tem um senso de organização e de responsabilidade reconhecidos pelos demais do grupo. Quando interrogado sobre algum documento, ele prontamente o identifica em seus arquivos.

O acervo que ele organiza é composto não apenas por atas, listas de frequências, relatórios, abaixo-assinados, declarações, ofícios recebidos e enviados, resoluções, portarias, mas também por registros pessoais dos eventos de que participa. São fotografias, filmagens, áudios, pen-drives, CDs e DVDs. Disponibilizou-me toda essa documentação, o que facilitou significativamente a organização das ideias e das informações para a efetivação da presente pesquisa. Considerando que meus interlocutores não permitiram o uso frequente do gravador, senti dificuldade quando, já “fora” do campo, iniciei a elaboração do texto etnográfico, pois à proporção que o desenvolvia, surgiam dúvidas, exigindo outros momentos de intercâmbio e interação.

Em razão disso, precisei voltar a Sagi para complementar as lacunas que surgiram, principalmente quanto à genealogia da família Cândido, uma das fundadoras da rede de parentesco em que se organizam os *Potiguara* de Sagi, bem como para conversar com meus interlocutores a respeito dos detalhes de suas falas, que não haviam ficado claros para mim. Por fim, elaborei um croqui no tocante à organização social das casas das famílias que moram no *terreiro* de seus genitores.

O primeiro retorno foi no dia 19 de abril de 2014, ocasião em que representantes de todas as famílias cadastradas pela FUNAI comemoravam o “dia do índio” reunidos no quintal da casa de Zélio Nascimento, em área ocupada pelos indígenas, chamada de Sagi *Trabanda*, à sombra de um pé de castanhola, onde foi oferecido um almoço patrocinado pelos presentes. Apresentaram o *toré*¹⁶ no início e ao término do evento. Passei o dia inteiro com eles e aproveitei para fazer algumas anotações no meu caderno de campo.

Ao citar as pessoas presentes naquele dia comemorativo como “famílias cadastradas pela FUNAI”, não pretendo afirmar que essa instituição tem a legitimidade de comprovar ne-

16 Presente nas manifestações culturais entre boa parte dos índios do Nordeste. É uma representação cultural que une dança, religião, luta e brincadeira. Durante o ritual, podem ser materializados seres espirituais ou encantados.

nhuma identidade étnica, pois isso cabe apenas aos próprios atores interessados. Ademais, a finalidade desse cadastramento apenas permite o acesso dos indígenas aos seus direitos garantidos pela legislação vigente.

Por fim, pretendo evidenciar que esses indígenas protocolaram suas autorreferências oficialmente e que, em grande medida, enaltecem sua identidade étnica a partir de iniciativas de fortalecimento político dentro do movimento indígena. Os demais, por não se autorreconhecerem, não procederam com o cadastramento oficial. Assim sendo, por questões metodológicas, estes últimos não foram alvo neste trabalho, o qual compôs como interlocutores aqueles que se autoidentificam como *Potiguara* de Sagi.

No segundo retorno, permaneci por mais uma semana – de 20 a 26 de junho de 2014 – na comunidade. Nesse período, tive a oportunidade de participar da “I Festa do Milho de Sagi”, que aconteceu no dia 21, tendo sido planejada, organizada e desenvolvida pela liderança indígena local. Esse evento foi realizado em Sagi *Trabanda*, na lateral do campo de futebol, em frente à casa de Zélio Nascimento. O patrocínio partiu de simpatizantes do movimento indígena e de algumas instituições.

Os organizadores do evento fizeram comidas típicas para venda, como: pamonha, canjica, mugunzá, arroz doce, milho assado, milho cozinhado, mandioca cozida e frita, galinha caipira torrada, espetinho e bebidas (quentão, cerveja e refrigerantes). A abertura da festa se deu com um *toré* de boas-vindas e, em seguida, foi animada por duas bandas, que tocaram até o amanhecer do domingo.

Esse período de permanência foi significativo para a conclusão do meu trabalho. Hospedei-me em uma quitinete, cedida pelo Sr. Ailton de Araújo, localizada junto aos arredores da festa. Essa estada foi gratificante para mim, porque tive a oportunidade de conviver com outras duas famílias por volta de uma semana inteira. Destas, obtive informações importantes sobre questões relativas ao processo de ocupação das terras de Sagi *Trabanda*. Foram entrevistados dois casais¹⁷: o Sr. Ailton de Araújo e sua esposa, Maria da Paz Dias; e o Sr. Zélio Nascimento e sua esposa, Marinalva da Silva.

No dia 27 de junho do ano de 2014, fui a Baía Formosa e entrevistei em sua residência a Sra. Antônia Cândida Martins, de 77 anos, e também a sua filha, Maria Verônica Madeiro Costa. A primeira foi indicada por outros narradores como conhecedora da genealogia de seus pais, fundadores de Sagi.

O pai de Dona Antônia, João Cândido, vulgo *Josu*, foi o único – dos três irmãos que vieram da Paraíba, ainda pequenos, com seus pais, Cândido Martins e Emília Cândido Martins – que não fixou residência em Sagi, migrando para Baía Formosa, onde mora um número significativo de seus descendentes. Estes, em sua maioria, não se autodeclararam indígenas, ainda que a presença desses antecessores esteja clara em suas narrativas.

Apenas um de seus netos – Antônio Madeiro da Costa, vulgo *Toinho* Madeiro – faz essa autorreferência. Ele se casou com uma de suas “primas”, moradora de Sagi, Maria Isabel

17 Os casais foram entrevistados na casa do Sr. Ailton de Araújo, no dia 23/06/2014.

de Lima. Ela é filha de Nilson Cândido Serafim de Lima, neta de Cândido Serafim e bisneta da antecessora da família, Antônia Cândido. Após o casamento, Antônio passou a residir em Sagi, onde cumpre seu mandato de vereador. A primeira filha do casal recebeu o nome de Maria Cândida de Lima Madeiro, em homenagem à bisavó materna e à tia-avó paterna.

Organização dos capítulos

Diante do processo político e de conflito pelo qual os indígenas de Sagi vêm passando, sobretudo na última década, este trabalho, além de exercitar uma breve etnografia do grupo, dedica-se, em especial, ao modo como meus interlocutores foram selecionando memórias (vivas e relatadas por eles). Produziram, assim, uma “representação histórica” (TONKIN, 1992) de quem são, de onde vieram, como estão e para onde vão, produzindo, assim, uma “contra-história”, que lembra o “desacordo” (CLIFFORD, 2003, p. 298) com a sua invisibilidade, contida nas narrativas oficiais e no senso comum.

A partir das indexações do material coletado, quatro temas se destacaram, sendo, a partir destes, organizadas as narrativas, que representam diversas situações por eles vividas, como estado sociais que de conflitos: a etnogênese do grupo pesquisado a partir de migrações vindas da Paraíba; seu envolvimento com o movimento indígena do estado; sua organização territorial; e a questão das terras identificadas por eles como Sagi *Trabanda*.

Assim, apropriada desses temas, organizei esta dissertação em três capítulos. No primeiro, faço uma retrospectiva histórica da formação de um campo indigenista no estado, através dos relatos de suas lutas e conquistas em vários espaços públicos de discussão, desde o momento em que os indígenas no estado resolveram sair da *invisibilidade* a que foram relegados – resultado de uma política ideológica de dominação – até seu autorreconhecimento étnico e autoafirmação pública como indígenas. Destaco, nesse momento, a inserção dos *Potiguara* de Sagi no movimento indígena estadual e seu envolvimento em discussões políticas nacionais.

No segundo capítulo, apresento, além da caracterização dos grupos familiares investigados, um breve histórico acerca de sua organização social, observando, sobretudo, a formação de seus laços de parentesco e o desenvolvimento de economias de subsistência. A partir das narrativas dos meus interlocutores, apresento um recorte genealógico de uma família que foi mencionada como uma das primeiras que chegaram à praia de Sagi e fixaram residência, dando origem ao lugar.

Considerando os aspectos de conflitos territoriais que esse grupo vem sofrendo, abordado, no terceiro capítulo, determinadas situações e suas complexidades, quanto: à geração de unidades identitárias, como a escolha do etnônimo *Potiguara*; à seleção de memórias e lugares para a formalização de uma *história* de migrações e assentamentos; e, por fim, à explanação sobre as incursões recentes advindas de empreendimentos diversos e interesses empresariais no usufruto de áreas ambientais para fins industriais e turísticos, desconsiderando que estas são terras de ocupação tradicional.

CAPÍTULO 1 – AFIRMAÇÃO ÉTNICA NO RIO GRANDE DO NORTE

Este capítulo aborda uma reconstituição histórica das mobilizações sociais dos indígenas em busca do seu reconhecimento étnico no estado do Rio Grande do Norte. Trata-se de uma recuperação dos processos constitutivos acerca das conjunturas que vêm ocorrendo em solo potiguar, a partir das redes de relação que articulam grupos indígenas e agentes de universidades e do poder público, com vistas a dar visibilidade às demandas étnicas por meio de reuniões, assembleias, audiências e seminários em diversos momentos e instâncias diferentes.

Dessa forma, a partir de um conjunto de cenas, apresenta-se a organização de um campo indigenista local (LIMA; BARROSO-HOFFMAN; PERES, s/d¹⁸) de articulações com redes mais amplas. Neste trabalho, a ideia de *indigenismo* é pautada na concepção de Lima (1995, p. 14-15):

Assim, pode-se considerar *indigenismo* o conjunto de ideias (e ideais, i.e., àquelas elevadas à qualidade de metas a serem atingidas em termos práticos) relativas à inserção de povos indígenas em sociedades subsumidas a Estados nacionais, com ênfase especial na formulação de *métodos* para o tratamento das populações nativas, operados, em especial, segundo uma definição do seja índio.

Não pretendo aqui reunir uma multiplicidade de estudos sobre esse tema. Nesta pesquisa, faço um recorte, cuja intenção é apresentar informações sobre o processo histórico e de formação do campo indigenista no estado e suas peculiaridades aqui anunciadas. Para tanto, continuo citando Lima (1995, p. 16), “inspirado nas indagações de Said”:

Estudar *indigenismo* enquanto discurso implicaria em trabalhar não apenas com os textos publicados pela administração colonial sobre as populações nativas. Demandaria o uso de documentos tão amplos quanto textos de Etnologia da época, a literatura de ficção em geral, as notícias de imprensa, iconografia etc., por um período vasto e diversificado da chamada história brasileira, cruzando-os com a temática da construção de discursos sobre a sociedade brasileira, da delimitação simbólica e política do território brasileiro, bem como dos modos concebidos para seu povoamento.

Inicialmente, para entender esse aspecto peculiar no estado, organizo este capítulo em seis partes. Na primeira, procuro relatar o processo de etnogênese dos grupos que se autoafirmam como indígenas no estado do Rio Grande do Norte, a partir do ano de 2005. Adiante, destaco momentos em que a questão e a temática indígenas alcançam espaços na academia e em outros ambientes públicos. Evidencio a forma como esses grupos se mobilizam politicamente e como suas articulações com instituições parceiras se desenvolvem. Por fim, apresento um relato histórico da inserção dos Potiguara de Sagi no campo indigenista do estado, ao mesmo

18 Partindo dos autores, a ideia de campo indigenista procura reunir o conjunto de atores sociais, entre agentes governamentais, não governamentais e indígenas, que na última década tem se articulado para o reconhecimento da presença e dos direitos dessas populações no estado. Trabalhando com a ideia de “cena indigenista”, os autores procuram apresentar momentos em que esses atores se articulam.

tempo que faço uma abordagem sobre a instalação da Coordenação Técnica Local (CTL/FUNAI), em Natal, Rio Grande do Norte.

1.1 O processo de etnogênese dos grupos indígenas no RN

Até recentemente, não havia relatos da existência de indígenas no Rio Grande do Norte. Esse fato estava sendo reforçado pelos registros oficiais, que difundiam a ideia de “desaparecimento” e de “extermínio” dessas populações (CASCUDO, [1955]1995; LYRA, 1998). Inclusive, os censos do IBGE¹⁹, a partir do século XIX, passaram a não reconhecer a presença desses atores sociais em suas classificações²⁰, resultando no apagamento de sua presença no estado. Conforme afirma Oliveira (1999, p. 130), “[...] a inclusão e contagem dos índios como ‘caboclos’ nos censos do século passado e sua substituição por ‘pardos’ neste século (XX) viria tão somente confirmar os pressupostos quanto à sua desaparecimento e insignificância no presente”.

Assim, ao serem incluídos na categoria “pardo²¹”, através dos registros nos censos do IBGE, os povos indígenas passaram a ser diluídos simbolicamente na faceta da miscigenação, conforme continua afirmando Oliveira (1999, p. 131), ao explicar sobre a função dessa categoria (*pardo*) nos censos do Brasil, que é:

[...] a de servir como instrumento do discurso da mestiçagem e reunir evidências numéricas que reforcem as suposições ideológicas quanto à tendência ao “branqueamento” progressivo da população brasileira, no plano das análises regionais leva a confundir em um todo homogêneo fenômenos absolutamente distintos entre si.

Ainda discutindo acerca dessa questão, Oliveira (1999, p. 133) aponta que, em muitos estados, a categoria censitária “pardo” passou a representar uma parcela expressivamente numérica da população brasileira, a título de exemplo: “no Rio Grande do Norte, em 1940, os ‘pardos’ representavam 43% da população total, passando em 1980 a ser a categoria dominante, com 56,7%”. Todavia, foi a partir da validação da Constituição Federal de 1988 que os povos indígenas passaram a ser repensados como grupos etnicamente diferenciados (tratarei dos avanços desse aparato legal mais adiante).

Nos anos de 1960, o censo registrou a presença de uma categoria, “não declarados”, no Rio Grande do Norte, que sinaliza o “aparecimento” de um número de pessoas que não se identificava nem como “pardo” nem com nenhuma outra categoria apresentada no questionário²². No entanto, foi no ano de 1990 que sua presença parcial foi registrada nos registros

19 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

20 Conforme afirma Guerra (2011, p. 239, Anexo A), até o ano de 1844 havia registro de 6.795 indígenas no RN. No entanto, seis anos após essa data (CASCUDO, [1955]1995), estes “desaparecem” do censo, sendo, portanto, identificados pela categoria “mestiços”.

21 É um termo usado pelo IBGE para configurar um dos cinco grupos de “cor” ou “raça” que compõem a população brasileira, junto com *brancos*, *pretos*, *amarelos* e *indígenas*.

22 Esses registros aparecem com os seguintes dados censitários do IBGE: em 1960 são

oficiais do estado como sendo 1.480.486 “pardos” e um número de 394 que se autodeclararam como “indígenas”.

Contudo, foi apenas em 2000 que os termos demográficos apresentaram um registro total de 3.168 autodeclarados como “indígenas”, enquanto os “pardos” foram de 1.454.665 pessoas. Esses resultados não afirmaram que houve uma “explosão demográfica” dessa população no estado, mas apenas sinalizaram autoafirmações indígenas que até então não haviam sido reveladas (GUERRA, 2011).

Assim sendo, o censo demográfico do IBGE, no ano de 2010, computou uma população indígena autodeclarada de 2.597 pessoas em todo o estado. Entretanto, essa contagem demonstrou, do ponto de vista dos processos mais locais, certa deficiência na apresentação dos dados, a exemplo da *comunidade*²³ dos Mendonça do Amarelão, em João Câmara/RN, cujo levantamento de dados feito pelos próprios membros desse grupo familiar aponta uma população em torno de duas mil pessoas.

Nesse contexto, as informações do censo e sua deficiência técnica foram questionadas por Tayse Campos – Coordenadora da Microrregional da APOINME/RN²⁴ e pertencente àquele grupo étnico (BARTH, 1998)²⁵ –, em ocasião da realização da II Assembleia Indígena do RN (AIRN), no ano de 2009, que aconteceu em Goianinha/RN. Na oportunidade, a coordenadora afirmou que os dados do censo foram resultados do treinamento técnico dos recenseadores, que, ao cadastrarem os entrevistados, não lhes perguntavam, nem lhes davam explicações sobre a possibilidade de escolher sua “raça”, segundo as opções do questionário. Sendo assim, o potencial de decisão dos entrevistados ficou prejudicado e isso resultou em dados provenientes de opiniões pessoais dos recenseadores, tendo a aparência física dos entrevistados como forte parâmetro para registro nos computadores.

De todo modo, mesmo não representando oficialmente o número mais fidedigno possível dos indígenas no estado, o exercício do censo teve como resultado positivo tornar público o desejo dessas pessoas de serem registradas como “indígenas”. Em consequência disso, sentiram a necessidade de fazerem articulações entre seus pares.

Enquanto a história oral desses grupos fortalece sua identidade indígena, a carga imposta pelo sistema político ideológico dominante, gerador de uma história oficial que inviabiliza em sua narrativa a presença desses grupos, desconsidera a dinâmica desses atores sociais, fossilizando-os na história do passado colonial, levando em conta apenas os aspectos relacionados à sua ocupação geográfica, desconsiderando aspectos socioculturais, sua gênese e sua

23 O conceito de *comunidade* registrado neste trabalho se estrutura a partir de um senso de pertença a uma coletividade, fundado nas relações de parentesco (afinidade, filiação adotiva) e vizinhança entre seus membros (WEBER, 1994).

24 Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e do Espírito Santo.

25 Uma das características de um grupo étnico é marcar distinção em relação aos demais grupos sociais com que tem relações.

memória social. É por essa razão que, nos últimos séculos, os povos indígenas foram referenciados como “caboclos”, “mestiços²⁶” e, muitas vezes, simplificados a uma classificação como “rurais” ou pessoas do “campo” (GUERRA, 2011). O silêncio sobre a origem desses grupos perdurou durante muito tempo, podendo também estar ligado a uma estratégia que culturalmente foi repassada por gerações, possivelmente uma defesa contra possíveis discriminações e preconceitos advindos da sociedade em geral, que incluem, por vezes, violência física.

Portanto, neste trabalho, procuro utilizar o atributo da invisibilidade “enquanto artifício descritivo”, evitando certo “plano da análise comparativa”, que, segundo Oliveira (2004, p. 62), “continua a ser caudatária de uma etnologia das perdas e das ausências culturais”. Do ponto de vista dos processos mais locais, faço uso da metáfora da *invisibilidade* já no título desta pesquisa para destacar que, desde o início da formação do povoado de Sagi, a região é lugar de moradia do grupo investigado, apesar de permanecer não reconhecido enquanto grupo étnico (BARTH, 1998), até o momento em que se autoidentifica e se apresenta publicamente como grupo diferenciado.

Apesar de esses grupos etnicamente diferenciados no estado serem citados na historiografia oficial como “desaparecidos” e/ou “exterminados²⁷”, reaparecem no cenário público através de um fenômeno conhecido por “etnogênese” (OLIVEIRA, 2004; GRÜNEWALD, 2004). Conforme declarou Luciano do povo Baniwa²⁸:

Desde a última década do século passado vem ocorrendo no Brasil um fenômeno conhecido como “etnogênese” ou “re-etnização”. Nele, povos indígenas que, por pressões políticas, econômicas e religiosas ou por terem sido despojados de suas terras e estigmatizados em função dos seus costumes tradicionais, foram forçados a esconder e a negar suas identidades tribais como estratégia de sobrevivência – assim amenizando as agruras do preconceito e da discriminação – estão reassumindo e recriando as suas tradições indígenas (LUCIANO, 2006, p. 28).

O *ressurgimento* desses grupos na contemporaneidade, especificamente no Nordeste e, particularmente, no Rio Grande do Norte, é explicado pela antropologia como “etnogênese”.-Sobre esse processo, Bartolomé (2006) destaca:-

O termo etnogênese tem sido usado para designar diferentes processos sociais protagonizados pelos grupos étnicos. De modo geral, a antropologia recorreu

26 Na região litorânea, a “mistura”, que implica perda – da cultura, da língua etc. –, aconteceu no século XVI, enquanto no Amazonas foi somente a partir do século XVIII.

27 A *extinção* não física, mas *extinção* administrativa, de classificação, ou seja, no final do século XIX, as aldeias deixaram de existir e em seu lugar foram formadas vilas e, assim, os índios passaram a ser brasileiros “misturados” (OLIVEIRA, 2004).

28 Professor Gersem dos Santos Luciano, do povo Baniwa, defendeu sua tese de doutorado em outubro de 2011 no Programa de Pós-graduação em Antropologia (UNB). Leciona na UFAM, admitido por concurso público em 2009, sendo cedido ao MEC por dois anos, onde exerceu a função de coordenador da Coordenadoria de Educação Escolar Indígena da SECA-DI. Disponível em: www.ufam.edu.br.

ao conceito para descrever o desenvolvimento, ao longo da história, das coletividades humanas que nomeamos grupos étnicos, na medida em que se percebem e são percebidas como formações distintas de outros agrupamentos por possuírem um patrimônio linguístico, social ou cultural que consideram ou é considerado exclusivo, ou seja, o conceito foi cunhado para dar conta do processo histórico de configuração de coletividades étnicas como resultado de migrações, invasões, conquistas, fissões ou fusões. Entretanto, mais recentemente, passou a ser usado também na análise dos recorrentes processos de emergência social e política dos grupos tradicionalmente submetidos a relações de dominação (Hill 1996:1). [...] Em síntese, a etnogênese é parte constitutiva do próprio processo histórico da humanidade e não só um dado do presente, como parecia depreender-se das reações de surpresa de alguns pesquisadores sociais em face de sua evidência contemporânea. [...] Em alguns casos, a etnogênese pode ser resultado indireto e não planejado de políticas públicas específicas. [...] Trata-se da dinamização e da atualização de antigas filiações étnicas às quais seus portadores tinham sido induzidos ou obrigados a renunciar, mas que se recuperam, combatentes, porque delas se podem esperar potenciais benefícios coletivos. Em certas oportunidades isso se deve a desestigmatização da filiação nativa, mas frequentemente também às novas legislações que conferem direitos antes negados, como o acesso a terra ou a programas de apoio social ou econômico (BARTOLOMÉ, 2006, p. 39, 41, 45).

Ainda a respeito desse processo, Arruti (2006), outro pesquisador, expõe:

As “emergências”, “ressurgimentos” ou “viagens da volta” são designações alternativas, cada uma com suas vantagens e desvantagens, para o que, de forma mais clássica e estabelecida, a antropologia designa por etnogênese. Esse é o termo, ainda assim, conceitualmente controvertido, usado para descrever a constituição de novos grupos étnicos (ARRUTI, 2006, p. 50-54).

Contudo, a saída desses grupos do anonimato para a autoidentificação étnica no estado não foi surpresa para o campo acadêmico, uma vez que a pesquisadora Cavignac²⁹ (2003) já havia registrado a possibilidade de esses povos autóctones “ressurgirem”, reivindicando seus direitos:

A “afirmação étnica” se é contextualizada, corresponde, antes de tudo, a uma vontade política que nem sempre se expressa no modo identitário. Além disso, cada vez mais, os membros dessas “comunidades” são profundamente integrados à sociedade envolvente. Devido à alta mobilidade das populações nordestinas, encontramos, no RN, mais registros de uma memória diluída, marcos de uma história pouco gloriosa e, por isso, invisível ou encoberta, do que grupos organizados e que se afirmam como tais. [...] Porém, a ausência de reivindicação étnica no estado não impede que, num futuro mais ou menos próximo, esses grupos passem a redescobrir sua história e acionem, com toda legitimidade, uma das identidades possíveis, sejam ela indígena ou negra (CAVIGNAC, 2003, p. 8-9).

Assim como em outras regiões do Nordeste (OLIVEIRA, 1999), esses grupos ressurgem de maneira organizada através da emergência de novas identidades ou da reinvenção de etnias já reconhecidas. Por exemplo, dos grupos familiares que se autodeclararam indígenas no estado, três se autoafirmam como pertencentes à etnia *Potiguara*. São eles: os Mendonça do

29 Prof.ª Dra. Julie A. Cavignac – Professora e pesquisadora do Departamento de Antropologia (DAN/UFRN).

Amarelão³⁰ – município de João Câmara –; os Eleotério de Catu – municípios de Canguaretama e Goianinha –; e, a partir do ano de 2008, os *Potiguara* de Sagi. Mais recentemente, no ano de 2018, outro grupo familiar *Potiguara*, também de Sagi (Baía Formosa), afirma sua identidade étnica indígena perante a CTL do Rio Grande do Norte como aldeia Jacu (conforme informações no Anexo A). Já o grupo familiar de Açú se autodeclara como Caboclos de Açú. Por sua vez, os que vivem na Lagoa de Taparará, no município de Macaíba/São Gonçalo do Amarante (SGA), autodefinem-se como de etnia *Tapuia Tairairiú*³¹.

Entretanto, o processo de ressurgimento desses grupos etnicamente diferenciados não passa despercebido da curiosidade acadêmica de alguns pesquisadores, os quais investem seu tempo e trabalho em busca de conhecimento dessas realidades diferenciadas e ignoradas dos registros oficiais.

1.2 A questão indígena chega à academia e a outros espaços públicos no estado

Concomitantemente, surgem no âmbito acadêmico as primeiras iniciativas no estado do Rio Grande do Norte que chamam a atenção sobre a temática indígena, voltadas, sobretudo, aos aspectos históricos e culturais, enfocando principalmente os indígenas do estado vizinho, os *Potiguara* da Paraíba. Uma dessas iniciativas aconteceu na UFRN, durante a 50ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), sediada em Natal, no ano de 1998. Na ocasião, foi exposto o projeto “*Pindorama Ta-Agá: imagens do Brasil indígena*³²”, composto por exposições fotográficas, mostra de vídeos, trabalhos de artistas locais e uma mostra fotográfica do Centro Indigenista Missionário (CIMI) de Brasília/DF, além da presença de representantes indígenas da aldeia São Francisco/Baía da Traição/PB. A partir daí, surgiram outras atividades, que culminaram na criação de um grupo de estudo que viabilizou a articulação sistematizada de ações no estado – assunto acerca do qual tratarei mais adiante.

No ano seguinte, 1999, a Fundação Cultural Capitania das Artes, em parceria com a Biblioteca Municipal Esmeraldo Siqueira (SILVA, 2007, p. 134), em Natal, promoveu outro encontro, com o tema: “Cunhaú e Uruaçu: uma história de massacres”, do qual a pesquisadora

30 Essa família numerosa encontra-se em outros aldeamentos, todos localizados no mesmo município de João Câmara. No Serrote de São Bento, em Cachoeira, no Assentamento Santa Teresinha, no Assentamento Marajó e em Açucena. Ainda, outro grupo reside na área urbana de Natal – no Amarelão Novo –, cujo nome oficial é Cidade Praia.

31 Atualmente, esse grupo se organiza em três comunidades, que estão nas localidades de Taparará, de Ladeira Grande – entre os municípios de Macaíba e SGA –, além de Lagoa do Mato, em Macaíba. Já no município de Apodi (oeste potiguar), encontra-se um grupo que se autoafirma como *Tapuia Paiacu*, segundo informações da Sra. Lúcia Tavares. Ela ingressou no movimento indígena do estado a partir do ano de 2013 e tornou-se importante liderança indígena. Esse grupo, em sua maioria, vive na área urbana e parte dele ocupa a Chapada do Apodi, desde o dia 19/01/2019. Fonte: Por áudio via *WhatsApp*, no dia 1º jun. 2020.

32 Esse trabalho foi produzido pelo Centro de Estudos dos Povos Indígenas (CEPI), grupo coordenado por Jussara Galhardo. Não houve continuidade nos anos seguintes.

Jussara Galhardo (MCC/UFRN)³³ participou e apresentou um documentário com o mesmo tema do evento. O vídeo “Cunhaú e Uruaçu: uma história de massacres” (GUERRA, 1999) teve como objetivo³⁴ “mostrar a história dos episódios ocorridos em Cunhaú e Uruaçu, durante o século XVII, numa abordagem sob os pontos de vista histórico, político-econômico, religioso e cultural”. De acordo com nota explicativa no início do documentário:

Foram ouvidas as opiniões de historiadores, religiosos, pesquisadores, sociólogos e antropólogos sobre o assunto, como também as demais pessoas, considerando como estas percebem a história, como a interpretam, seja através da religiosidade, das crenças ou das manifestações artístico-culturais. Entre os vários aspectos apresentados no documentário, o que se refere à aliança dos indígenas com as forças holandesas, constituiu mais uma estratégia de defesa contra a opressão e violência dos colonos portugueses que apenas uma mera participação coadjuvante ao lado do oportunismo do holandês (GUERRA, 1999).

No mesmo ano, o processo de beatificação dos “Mártires de Cunhaú e Uruaçu³⁵”, junto ao Vaticano (SILVA, 2007; GUERRA, 2011), também contribuiu, mesmo que de maneira negativa, para evidenciar a temática indígena no estado. Em sequência, outros eventos impulsionaram essa discussão, por exemplo, no ano 2000, as comemorações do “descobrimento” do Brasil mobilizaram os povos indígenas do país a se posicionarem contra esses festejos.

Nesse momento “histórico” para o país e de revolta e protestos para os povos indígenas do Brasil, a pesquisadora já mencionada produziu outro trabalho em vídeo, intitulado “Brasil outras histórias outros 500” (GUERRA, 2000). Na oportunidade, foram entrevistados os *Potiguara* da Paraíba e outras lideranças em protesto na Bahia.

O antigo cacique Djalma, da aldeia São Francisco/PB, deixava clara a sua insatisfação com o momento de festividade, afirmando em um trecho do documentário³⁶: “o Brasil não foi descoberto, o que ocorreu foi uma invasão pelos portugueses e holandeses. O Brasil já era indígena... Não temos nada que comemorar não, aí estamos dando mais força pra eles”.

Ainda no ano 2000, Jussara Galhardo e um educador da Fundação José Augusto (FJA), Alcides Sales, entraram em contato com a professora Dra. Julie Cavnac (DAN/UFRN) e expuseram sobre a existência de grupos familiares que apontavam para a origem e identidade indígenas. Via-se a necessidade, então, de desenvolver estudos e pesquisas acadêmicas que se voltassem para essa realidade pouco percebida no estado.

33 Museu Câmara Cascudo/Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

34 Conforme informe no próprio DVD (GUERRA, 1999).

35 Mártires de Cunhaú e Uruaçu ou Protomártires do Brasil é o título dado aos 30 cristãos martirizados, no interior do Rio Grande do Norte. Foram vítimas de dois morticínios, ambos no ano de 1645, no contexto das invasões holandesas no Brasil. O primeiro na Capela de Nossa Senhora das Candeias, no Engenho de Cunhaú, município de Canguaretama; outro em Uruaçu, comunidade do município de São Gonçalo do Amarante. Foram beatificados pelo Papa João Paulo II, em 5 de março de 2000.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Mártires_de_Cunhaú_e_Uruaçu.

36 Trecho da entrevista gravada por Jussara Galhardo. Disponível no DVD “Brasil outras histórias outros 500” (GUERRA, 2000).

Para tanto, foi criado um projeto de extensão de nome “Tapera: em busca dos lugares de memória³⁷” e, também, foi iniciada a pesquisa “Remanescentes indígenas e afrodescendentes no Rio Grande do Norte”, ambos coordenados pela referida professora, visando realizar trabalho de campo e registro de narrativas dos grupos Eleotério de Catu (Canguaretama/Goianinha) e dos Mendonça do Amarelão (João Câmara).

O Projeto “Tapera³⁸” vem discutindo sistematicamente, entre pesquisadores e alunos da UFRN, desde 2001, “questões ligadas à memória, ao patrimônio, à tradição e à etnicidade, centrando suas atenções no Rio Grande do Norte³⁹”. Essas ações se iniciaram no ano de 2002. O referido projeto foi aprovado pela Pró-reitora de Extensão (PROEX/UFRN), vinculada ao Departamento de Antropologia (DAN) e à Base de Pesquisa Cultura, Identidade e Representações Simbólicas (CIRS). Até os dias atuais, cumpre com sua proposta inicial de reunir “informações de cunho antropológico, histórico e arqueológico e a sua disponibilização na internet⁴⁰”.

Durante a Campanha da Fraternidade (CF), no ano de 2002, denominada “Fraternidade e Povos Indígenas – por uma terra sem males”, a Arquidiocese de Natal, em parceria com o Museu Câmara Cascudo (MCC) e o DAN, ambos vinculados à UFRN, realizaram diversas atividades de fortalecimento e de conhecimento sobre a problemática indígena no estado (SILVA, 2007; GUERRA, 2011).

Uma das atividades⁴¹ para dar visibilidade à presença indígena no estado aconteceu durante a programação da CF-2002, através da mesa-redonda “Presença Indígena no Rio Grande do Norte”. Ela reuniu no auditório da Biblioteca Central Zila Mamede (BCZM/UFRN) professores da UFRN, da UERN, bem como pesquisadores e membros da sociedade organizada.

A participação de representantes indígenas no próprio estado ainda era muito tímida. Entretanto, a presença política dos *Potiguara* da Paraíba fez-se indispensável nesses primeiros momentos, que foram cruciais para o avanço das discussões sobre a problemática indígena no Rio Grande do Norte, até então assunto ignorado pelo poder público e pelo senso comum.

No período do ano de 2000 a 2004, foram realizadas as primeiras pesquisas acadêmicas (SILVA, 2007; GUERRA, 2007)⁴² em grupos familiares no estado, que apontavam antecedentes indígenas e uma história oral específica ligada a uma identidade diferenciada. Por meio

37 Jussara Galhardo trabalhou como pesquisadora voluntária nesses projetos ligados à Base de Pesquisa Cultura, Identidade e Representações Simbólicas (CIRS-DAN/UFRN).

38 Foi elaborado um *site*, www.tapera.cchla.ufrn.br, no qual estão divulgados todos os trabalhos produzidos pelos integrantes do projeto.

39 Informações disponibilizadas em: <http://cchla.ufrn.br/tapera/oprojeto.htm>. Acesso em: 14 nov. 2014.

40 Informações disponibilizadas no *site*: <http://cchla.ufrn.br/tapera/oprojeto.htm>. Acesso em: 14 nov. 2014.

41 Informações sobre outros eventos que evidenciaram a temática indígena no estado, em ordem cronológica dos acontecimentos (de 1998 a 2007), podem ser observadas no quadro elaborado por Silva (2007, p. 140-145).

42 GUERRA, Jussara Galhardo Aguirres. *Mendonça do Amarelão: caminhos e descaminhos da identidade indígena no Rio Grande do Norte*, 2007; SILVA, Cláudia Maria Moreira da. “...*Em busca da realidade...*”: a experiência da etnicidade dos Eleotérios (Catu/RN), 2007.

da Base de Pesquisa CIRS e sob a orientação da Profa. Dra. Julie Cavnac, foram incentivados os primeiros estudos, pesquisas e visitas de pesquisadores e estudantes a esses grupos familiares no estado.

Alguns resultados desses esforços foram divulgados no formato de artigos em revistas, monografias, relatórios, trabalhos apresentados em congressos da Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) e da Associação Nacional de História (ANPUH), em Semanas de Humanidades e em publicações de revistas, a exemplo da MNEME⁴³. Em sequência, surgiram alguns projetos de mestrado, não necessariamente vinculados ao CIRS/DAN-UFRN, mas que propunham a investigação sobre aspectos relativos a identidade, memória, história oral, territorialidade e articulações políticas desses atores sociais no Rio Grande do Norte.

Por sua vez, no ano de 2004, o Museu Câmara Cascudo/UFRN, por meio da colaboração de sua direção, que apoiou os trabalhos de campo realizados pela pesquisadora Jussara Galhardo, teve como resultado a identificação de grupos familiares⁴⁴ que se autorreferenciavam como coletividades indígenas no estado. Sendo assim, foi enviada carta ao presidente da FUNAI, na época Dr. Mércio Pereira Gomes, em dezembro do mesmo ano. Nesse documento, fora mencionada a questão desses atores sociais, que, por meio de narrativas orais, manifestavam suas conexões com antepassados indígenas e apresentavam um forte sentimento de pertença aos territórios tradicionalmente ocupados por suas famílias extensas (GUERRA, 2011).

Ao tomar conhecimento do assunto, o presidente da FUNAI contatou a direção do MCC/UFRN, informando sobre sua vinda a Natal⁴⁵. A reunião aconteceu na própria instituição, no primeiro dia de fevereiro de 2005, com a presença de representantes de instituições⁴⁶ e principalmente com os atores interessados, representantes indígenas de Catu: Vandregécílio Araújo da Silva, conhecido por *Vando*, José Luiz Soares, Josimar Santana e *Awá-Catu*; e do Amarelão: Maria Ivoneide Campos da Silva, além da Irmã Teresinha de *Galles* (cf. Ata/GP, 2005⁴⁷).

Esses indígenas expuseram seus problemas e necessidades, reivindicando, principalmente, a falta de reconhecimento oficial sobre sua presença no estado. Como resultado desse primeiro encontro, ficou acordado que seria criado um grupo, já composto com aqueles que es-

43 A revista eletrônica MNEME é uma publicação semestral do Departamento de História do CERES/UFRN.

44 Localizados nos municípios de: Canguaretama/Goianinha, os Eleotério (Catu); e João Câmara, os Mendonça do Amarelão.

45 Conforme Fax n. 278/2005-FUNAI-DF.

46 Mércio Pereira Gomes – Presidente da Fundação Nacional do Índio (FUNAI); Jerônimo Rafael Medeiros – Diretor do MCC/UFRN; Jussara Galhardo Aguirres Guerra – Antropóloga e pesquisadora/MCC/UFRN; e Mário de Carvalho Silva – historiador e pesquisador –, ambos funcionários da instituição; Fábio Santos – Coordenador da Coordenadoria de Defesa das Minorias/Secretaria Estadual de Justiça/RN (CODEM/SEJUC); José Eudes Cabral – Assessor do Deputado Estadual Fernando Mineiro; Cláudia Moreira – pesquisadora do DAN/UFRN.

47 Todas as informações contidas neste trabalho sobre os eventos organizados e realizados pelo Grupo Paraupaba foram disponibilizadas por Jussara Galhardo, conforme atas e/ou relatórios de viagens cedidos pela coordenadora do GP.

tavam presentes na reunião. Daí em diante, seria trabalhada a possibilidade de se realizar uma primeira audiência pública, cujo objetivo principal seria o de chamar a atenção da sociedade civil e do poder público para a problemática indígena local.

Assim, no mesmo mês e ano em que houve essa reunião – fevereiro do ano de 2005 –, foi criado o Grupo de Estudo sobre a Questão Indígena no Rio Grande do Norte, mais conhecido como Grupo Paraupaba (GP). O nome do grupo foi escolhido em homenagem a Antônio Paraupaba, importante “liderança indígena potiguar, que no século XVII, agregou forças com diferentes grupos étnicos e lutou contra a opressão dos colonizadores, que teimavam em escravizar os povos indígenas no estado” (Ata de Criação do GP, 2005). Diante da formação do GP, foram elencados como objetivos específicos:

Promover a realização de estudos e reflexões sobre a temática e a questão indígena no estado; realizar eventos culturais sobre essa temática; articular e colaborar com as políticas de afirmação de identidade das comunidades indígenas do RN; valorizar e fortalecer suas lutas políticas; promover e respeitar a autonomia cultural, política, econômica e o direito à autodeterminação dos povos indígenas do estado; colaborar e articular ações voltadas para as reivindicações, demandas sociais e políticas das comunidades indígenas do RN perante o poder público (Ata do GP, 2005).

A partir da criação do GP e do incentivo de políticas públicas afirmativas⁴⁸, foram iniciadas as mobilizações das lideranças indígenas no estado, que se fortaleceram por meio de intercâmbios com os seus *parentes*⁴⁹, com o apoio do movimento indígena da Paraíba e com a colaboração da FUNAI – João Pessoa/PB, num esforço conjunto que, em apenas alguns anos, resultou no autorreconhecimento de quinze grupos (conforme apresentado no Anexo B) etnicamente diferenciados no Rio Grande do Norte⁵⁰, que resolveram sair da invisibilidade e lutar por seus direitos específicos, garantidos pela Constituição Federal⁵¹.

48 De acordo com a Home Sociologia, “Os programas de ações afirmativas são na verdade políticas de correção de desigualdades sociais e formas de efetivação de direitos”, informação disponibilizada no *site*: <https://meuartigo.brasilescola.uol.com.br>. Acesso em: 1º jun. 2020.

49 No capítulo 2, falarei sobre a concepção de *parente* para o grupo pesquisado.

50 Esses grupos residem nos municípios de João Câmara (Amarelão), Canguaretama/Goianinha (Eleotério), Açu (Caboclos de Açu), Baía Formosa (*Potiguara* de Sagi), Macaíba/São Gonçalo do Amarante (*Tapuia Tarairiú*) e, posteriormente, em Apodi – oeste do RN (os *Tapuia Paiacu*). Mediante o protagonismo aguerrido das lideranças indígenas no estado, outras identificações étnicas têm se firmado. Sendo assim, atualmente, são conhecidas 15 comunidades indígenas no estado, como a família Mendonça que ocupa as comunidades de Açucena, Amarelão, Assentamento Marajó, Assentamento Santa Terezinha, Cachoeira e Serrote de São Bento, todas localizadas na zona rural de João Câmara. Além de “uma família do Amarelão – Mandu – que sofreu um processo de deslocamento – na década de 80 após a cidade de João Câmara passar por abalos sísmicos – para a Cidade Praia, zona norte de Natal” (GUERRA, 2017, p. 24). Quanto aos *Potiguara* de Sagi, além de *Trabanda*, há a aldeia Jacu. Na Lagoa de Tapará, vivem os *Tapuias Tarairiú*, que estão em mais duas localidades: Ladeira Grande e Lagoa do Mato. Na Chapada do Apodi, vive um pequeno grupo *Tapuia Paiacu*, estando a sua maioria nos espaços urbanos.

51 A atual Constituição, promulgada em 5 de outubro de 1988, expressa os direitos dos

Envolvidos nos debates e reuniões promovidos pelo GP, os Mendonça do Amarelão e os Eleotério de Catu dão início à sua luta pelo reconhecimento étnico perante o poder público. Para tanto, organizaram-se e compareceram à VI Assembleia da APOINME, que aconteceu no período de 5 a 10 de junho do ano de 2005, na Baía da Traição/PB, sob o tema: “Força e resistência na construção de uma nova história”, objetivando “legitimar a nova forma de luta coletiva perante o movimento indígena no Nordeste, ao mesmo tempo que pretende firmar alianças e obter apoio para a questão étnica no estado do Rio Grande do Norte” (GUERRA, 2011, p. 201-202).

Desse modo, esses grupos emergentes evidenciam sua presença no estado como atores sociais, politizando memórias anunciadas em narrativas que expressam uma representação histórica (TONKIN, 1992⁵²) do ponto de vista dessas populações. Nesse sentido, assinalam histórias silenciadas pelos discursos autorizados e pleiteiam seus direitos específicos em importantes momentos de diálogos, com vistas a seu reconhecimento étnico. Sendo assim, realizaram audiências públicas, assembleias, encontros, seminários, protestos e manifestações públicas⁵³, protagonizando uma ampla discussão com diversos setores do poder público.

1.3 Mobilizações políticas dos grupos indígenas no estado

A partir do ano de 2005, os indígenas do Rio Grande do Norte se organizam com vistas a comprovar sua presença no estado em diversas oportunidades de diálogos junto ao poder público e com membros da sociedade civil. Inicialmente, essas discussões foram planejadas e organizadas pelo GP em parceria com os grupos indígenas e demais parceiros institucionais. Posteriormente, os próprios atores sociais, interessados na divulgação de seu autorreconhecimento étnico, empenharam-se na busca de iniciativas políticas, à medida que se tornaram protagonistas na reelaboração de sua própria história na contemporaneidade.

Esse empenho fortalecido por ações estrategicamente planejadas proporcionou aos grupos indígenas do estado não apenas o conhecimento sobre os seus direitos específicos, mas, sobretudo, seu amadurecimento político, ao mesmo tempo que fomentou a articulação de suas lutas e a concretização de seus objetivos. Desse modo, a seguir, serão apresentados cronologicamente os eventos realizados, que contribuíram significativamente para o fortalecimento da luta indígena no Rio Grande do Norte.

povos indígenas em um capítulo específico, intitulado “Dos índios”, no Título “Da Ordem Social”, em oito artigos isolados e em um artigo, no “Ato das Disposições Constitucionais Transitórias”, referentes à demarcação dos territórios indígenas.

52 Como afirma Tonkin (1992, p. 2), “fatos e opiniões não existem livremente, mas são produzidos pela gramática e as grandes convenções discursivas que são então interpretadas por ouvintes”.

53 As informações referentes ao processo de *etnogênese* dos indígenas no RN, apresentadas neste trabalho, foram pautadas em consulta de documentos cedidos pelas Coordenações do Grupo Paraupaba (MCC/UFRN) e da Microrregional da APOINME/RN, bem como por meio do arquivo pessoal do indígena de Sagi Manoel Leôncio do Nascimento.

O evento inaugural – a Primeira Audiência Pública⁵⁴ – teve como tema “Comunidades Indígenas do RN: afirmação de suas identidades”. Foi realizada na Assembleia Legislativa de Natal, em 15 de junho de 2005 (GUERRA, 2011). Esse foi um momento histórico, considerando que a historiografia local⁵⁵ negava a presença das populações indígenas no estado, desde o início do século passado, consagrando seu “desaparecimento étnico” dentro de uma lógica político-desenvolvimentista e elitista. No entanto, após séculos de “ocultamento”, esses atores sociais marcaram sua presença e desvendaram historicamente seu legado e sobrevivência em território potiguar perante o poder público e a sociedade em geral. A audiência foi transmitida ao vivo pela TV Assembleia do RN. Sobre a importância desse momento histórico para essas populações, o relatório⁵⁶ final da CAI-ABA expõe:

A audiência pública foi, portanto, um evento importante nos processos de emergência étnica no Rio Grande do Norte [...]. Contudo, o evento deve ser visto como apenas uma etapa, aliás, bastante específica e limitada, de um processo muito mais amplo, que exigirá certamente o fortalecimento e a maior mobilização política, além da definição mais precisa das demandas e reivindicações das comunidades indígenas (Relatório - CAI-ABA, 2005, p. 3).

Conforme aludido no relatório, houve a presença de “um público significativo e bastante heterogêneo”, o qual englobava indígenas de três comunidades, que representavam centenas de famílias, as quais somam mais de 2 mil e quinhentas pessoas. Esse total contrariou até mesmo os dados oficiais do censo IBGE/2000, que computaram apenas um número de 598 indígenas no estado. O referido relatório ainda acrescenta:

Os Eleotério vivem no distrito de Catu, município de Canguaretama⁵⁷, totalizando aproximadamente uma população acima de *quinhentas pessoas*, que estão em conflito com a Usina Estiva, que tem ocupado sistematicamente suas terras. [...]

54 Na ocasião desse evento, o Deputado Estadual Fernando Wanderley Vargas da Silva, vulgo Mineiro – Partido dos Trabalhadores (PT) –, coordenou a audiência. Jussara Galhardo do GP abriu essa audiência com a leitura do documento introdutório. A mesa foi assim composta: Procurador da República Federal – Sr. Yordan Moreira Delgado; Administrador Regional da FUNAI/João Pessoa/PB – Sr. Petrônio Machado Cavalcanti Filho; Reitor da UFRN – representado pelo Prof. Luiz Assunção, do Departamento de Antropologia (DAN/UFRN); Presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos – Sr. Fábio Santos; Diretor do MCC/UFRN – Prof. Jerônimo Medeiros, representando o Grupo Paraupaba (GP) e o MCC/UFRN; e Prof. Carlos Guilherme do Valle (DAN/UFRN), representando a CAI/ABA. As lideranças indígenas presentes foram: José Ciríaco Sobrinho – “Capitão” –, do GT Indígena/UFPB, e o Cacique Geral dos *Potiguara – Caboquinho* –, representantes dos Mendonça do Amarelão, dos Eleotério de Catu e dos Caboclos de Açú (conforme Relatório da CAI-ABA, 2005).

55 Registrada, por exemplo, por Cascudo ([1955]1995) e Lyra (1998).

56 Esse Documento Pós-Audiência Pública foi assinado pelo representante da CAI/ABA (arquivos do GP, 2005).

57 Observa-se nesse documento da CAI-ABA que os primeiros registros sobre essa família extensa da aldeia Catu incluem apenas o município de Canguaretama. Posteriormente, as informações acerca dessa aldeia abarcam os municípios de Canguaretama e de Goianinha, visto que ela se encontra localizada entre ambos.

Os Mendonça do Amarelão vivem no município de João Câmara, reunindo mais de 200 famílias, por volta de *duas mil pessoas*, que vivem hoje em terras que foram regularizadas por meio da mobilização junto do MST. Trata-se do Assentamento Santa Terezinha com extensão de 25 hectares. Os Caboclos do Açú constituem uma comunidade de aproximadamente *150 pessoas*, vivendo de “meia”, portanto, sob regime de patronagem, no interior do estado. Estão em situação de conflito direto com os proprietários locais (Relatório Final CAI-ABA, p. 1).

Inicialmente, foi apresentado o discurso de abertura pela coordenação do Grupo Paraupaba, seguido de apresentações e discussões dos indígenas e das instituições presentes, no tocante às demandas indígenas do estado, que incluíram assuntos relacionados a territorialidade, educação e saúde diferenciadas. O discurso inicial da coordenadora do GP destacou a importância do evento:

Assim sendo, foi considerada de extrema importância a organização desta Audiência Pública, quando será possível conhecer de modo mais detalhado a situação vivida pelas comunidades indígenas no estado, seus problemas, suas demandas e reivindicações. Esse evento será certamente um momento crucial na história dos índios do Rio Grande do Norte. História esta tão esquecida nas escolas, nos livros didáticos e pela sociedade em geral, precisando, portanto, ser relida, ser abordada de forma crítica e, principalmente ser amplamente incluída nos currículos escolares nas competências municipal e estadual, recuperando a memória e a contribuição indígena em nosso estado no ambiente escolar, acadêmico e para a sociedade em geral. Esse é o desafio: questionar a validade única e incontestável das “versões oficiais” e lançar mão dos avanços de estudos que relativizam o senso comum e as ideias que rejeitam, de modo etnocêntrico, as formas de diferenciação étnica e indígena. Para tanto, é preciso ouvir o “outro”, as comunidades indígenas que vêm se autoafirmando no Rio Grande do Norte, cuja própria versão da história é muito mais legítima e culturalmente autorizada que os saberes e discursos hegemônicos (Arquivo do GP, 2005. Datado e assinado por Jussara Galhardo, em 15 de dezembro de 2005).

As demandas foram apresentadas oralmente em plenária pelos representantes indígenas⁵⁸ de cada comunidade e entregue um dossiê para cada membro da Mesa (Foto 2). Porém, nenhuma dessas solicitações teve retorno, exceto uma iniciativa isolada da Secretaria de Estado da Educação e da Cultura (SEEC/RN), por meio de alguns membros do Comitê Gestor Estadual de Educação do Campo (COGEC/RN), que se propuseram a realizar visitas às comunidades com vistas a conhecer os problemas existentes no tocante à educação, sem, no entanto, terem alcançado avanços significativos nesse sentido.

58 Os Mendonça do Amarelão, representados na mesa pela professora Maria Ivoneide Campo da Silva; os Eleotério de Catu/Canguaretama, representados por Vandregécilio Arcanjo da Silva, conhecido por *Vando*; e os Caboclos do Açú, representados por Luiz do Carmo, fazendo-se ouvir por meio de um abaixo-assinado, entregue por *Vando* ao Procurador da República, solicitando o reconhecimento oficial dessas comunidades como indígenas (Foto 2).

Fotografia 2 – I Audiência pública. Local: Assembleia Legislativa/Natal, 2005.

Vando/Catu entrega o abaixo-assinado ao Procurador da República



Fonte: Lenilton Lima

Ainda assim, essa audiência gerou visibilidade dentro do processo de “emergência étnica” (OLIVEIRA, 2004) no estado, tendo sido divulgada pela imprensa local e transmitida pela TV Assembleia/RN. Outro aspecto importante discutido nessa oportunidade foi a criação de uma unidade administrativa da FUNAI no Rio Grande do Norte.

Logo após a concretização desse momento, foram formadas delegações que participaram das discussões sobre a questão indígena nas Conferências Estadual e Nacional da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR). Esses debates resultaram na elaboração de um Plano Estadual de Políticas da Igualdade Racial juntamente com o Conselho Estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (COEPPPIR/RN), no qual as demandas indígenas foram contempladas (GUERRA, 2011).

Em outubro de 2005, Natal sediou o I Seminário Macrorregional para o Desenvolvimento das Ações em Saúde Indígena, ocasião em que a FUNASA⁵⁹ tomou conhecimento sobre a presença indígena no estado. A coordenadora do GP foi convidada para o evento e se fez presente, no entanto, apesar dos seus esforços, “não fluíram ações concretas por parte da FUNASA Regional e o assunto foi esquecido” (GUERRA, 2011, p. 214-215).

A II Audiência Pública também ocorreu na Assembleia Legislativa de Natal, em 24 de abril do ano de 2008, tendo como objetivo principal “dar agilidade a alguns aspectos pendentes da I Audiência Pública⁶⁰”, entre os quais, a questão da titulação das terras. As populações

59 Fundação Nacional da Saúde.

60 Conforme Ata/GP, 2008.

indígenas perderam o acesso aos “territórios tradicionalmente ocupados⁶¹”, devido às ameaças de fazendeiros locais e de proprietários de usinas. Tudo isso resultou na perda de territórios tão importantes para a autossustentabilidade desses grupos e, conseqüentemente, na perda de autonomia econômica e política. Quanto à educação e à saúde diferenciadas, da mesma forma, continuaram sem respostas advindas do poder público⁶². Apenas nos últimos anos e após muitos encontros, discussões e reivindicações em torno dessa questão, é que finalmente a construção do prédio da escola indígena tornou-se realidade na comunidade do Amarelão (Anexo C).

Mais uma vez, o Deputado Fernando Mineiro presidiu a mesa, que contou com a participação de representantes das comunidades indígenas do estado – sendo acrescentada de-

61 De acordo com a CF (BRASIL, 1988), “§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. § 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes”. Essa expressão é recorrente entre os indigenistas quando se referem à terra povoada pelos indígenas desde o início de sua ocupação.

62 No entanto, quanto à educação diferenciada, houve avanços no município de João Câmara, com a alteração da Lei Orgânica do Município, no ano 2015, que reza no Art. 132º: “a educação escolar indígena será organizada tomando como base o Decreto Federal n. 6.861 de 27/05/2009” (GUERRA, 2017, p. 175). O município de Goianinha também autorizou o funcionamento de uma escola genuinamente indígena no Catu, que, apesar de ter sido criada na década de 1960, sob o Decreto n. 03/60, a Escola Alfredo Lima – Catu/Goianinha – foi denominada, através do Decreto n. 1.955/2019, de Escola Municipal Indígena Alfredo Lima. No ano 2018, passou a ofertar, em tempo integral, a EEI. Enquanto seu gestor, José de Alexandria, e a SEMEEL estão providenciando sua regulamentação junto à SEEC, já se encontram concluídos o Projeto Político-Pedagógico e o Regimento Interno.

Banguê⁶³, do município de Açú, e a de Sagi, do município de Baía Formosa⁶⁴ –; do movimento indígena da Paraíba; de instituições como o Museu Câmara Cascudo/UFRN; do Grupo Parau-paba; da Fundação José Augusto; do Conselho Indigenista Missionário (CIMI/NE); da Comissão de Assuntos Indígenas da Associação Brasileira de Antropologia (CAI-ABA); da Fundação Nacional da Saúde (FUNASA); e da Coordenadoria Estadual de Promoção da Política de Igualdade Racial (COEPPIR/RN). Banguê⁶⁵, do município de Açú, e a de Sagi, do município

63 Essa comunidade foi desmobilizada com a morte da liderança, o Sr. João “Brabo”. Confirmando essa afirmação, Tayse (via áudio em *WhatsApp*, em 12/06/2015) informou que a última reunião que aconteceu na comunidade foi em maio de 2012, por ocasião da mobilização de mulheres para a I AMIRN em Açú/RN, onde estavam presentes, além dela, Luiz e Valda (ambos de Catu), Sandra (Sagi), Martinho (FUNAI) e cerca de vinte a vinte e cinco pessoas da *comunidade*. Nessa oportunidade, lembra-se Tayse: “Dona Zélia afirmou que quem era caboclo era Seu João Brabo e ele saindo da comunidade as outras famílias não se reconheciam como descendente de indígena”. Segundo afirmou Luiz (via áudio em *WhatsApp*, em 21/06/2015) sobre essa questão: “a minha percepção é que tá havendo uma repressão por parte da dona da fazenda, por eles trabalharem de meia com ela nas terras, eles sentem ela como sua madrinha. E isso, com a saída do Seu João Brabo, com o falecimento dele houve um enfraquecimento por parte dos nativos, dos próprios indígenas, que sei que tem lá e estão negando a identidade, precisaria o movimento voltar lá pra entender o que está acontecendo de verdade”. Mesmo a assembleia ocorrendo em Açú, nenhum dos que estavam ali presentes demonstrou interesse em participar do evento. Até mesmo os filhos do Sr. João, que foram morar em Açú, não se fizeram presentes. Apesar de deixar os contatos deles na *comunidade*, para tirarem qualquer dúvida ou até mesmo fazer um estudo de identidade, até o presente momento, ninguém foi procurado pelo grupo.

64 Quando o debate foi aberto para a plenária, o advogado Luciano Ribeiro Falcão, até então responsável pela questão territorial da comunidade de Sagi, denunciou as dificuldades que esses indígenas vinham sofrendo como vítimas da especulação imobiliária, cujo processo tramitava na Justiça Estadual. A partir desta data, o grupo familiar de Sagi passou a ter visibilidade em relação à sua identidade étnica indígena, por meio de seu interlocutor em audiência.

65 Essa comunidade foi desmobilizada com a morte da liderança, o Sr. João “Brabo”. Confirmando essa afirmação, Tayse (via áudio em *WhatsApp*, em 12/06/2015) informou que a última reunião que aconteceu na comunidade foi em maio de 2012, por ocasião da mobilização de mulheres para a I AMIRN em Açú/RN, onde estavam presentes, além dela, Luiz e Valda (ambos de Catu), Sandra (Sagi), Martinho (FUNAI) e cerca de vinte a vinte e cinco pessoas da *comunidade*. Nessa oportunidade, lembra-se Tayse: “Dona Zélia afirmou que quem era caboclo era Seu João Brabo e ele saindo da comunidade as outras famílias não se reconheciam como descendente de indígena”. Segundo afirmou Luiz (via áudio em *WhatsApp*, em 21/06/2015) sobre essa questão: “a minha percepção é que tá havendo uma repressão por parte da dona da fazenda, por eles trabalharem de meia com ela nas terras, eles sentem ela como sua madrinha. E isso, com a saída do Seu João Brabo, com o falecimento dele houve um enfraquecimento por parte dos nativos, dos próprios indígenas, que sei que tem lá e estão negando a identidade, precisaria o movimento voltar lá pra entender o que está acontecendo de verdade”. Mesmo a assembleia ocorrendo em Açú, nenhum dos que estavam ali presentes demonstrou interesse em participar do evento. Até mesmo os filhos do Sr. João, que foram morar em Açú, não se fizeram presentes. Apesar de deixar os contatos deles na *comunidade*, para tirarem qualquer dúvida ou até mesmo fazer um estudo de identidade, até o presente momento, ninguém foi procurado pelo grupo.

de Baía Formosa⁶⁶ –; do movimento indígena da Paraíba; de instituições como o Museu Câmara Cascudo/UFRN; do Grupo Paraupaba; da Fundação José Augusto; do Conselho Indigenista Missionário (CIMI/NE); da Comissão de Assuntos Indígenas da Associação Brasileira de Antropologia (CAI-ABA); da Fundação Nacional da Saúde (FUNASA); e da Coordenadoria Estadual de Promoção da Política de Igualdade Racial (COEPPIR/RN).

Na II Audiência Pública, não houve representação do Ministério Público, apesar dos convites realizados. Após a apresentação e a fala dos representantes indígenas sobre suas questões, o cacique Potiguara *Caboquinho* e o Capitão Potiguara – lideranças do movimento indígena da Paraíba – propuseram que fosse organizada e planejada a I Assembleia Indígena no RN (AIRN), cuja agenda seria discutida pelos atores interessados, ou seja, os grupos indígenas no Rio Grande do Norte (Ata do GP, 2008).

Na tarde do mesmo dia, no Pátio da Ciência – MCC/UFRN, realizou-se o I Encontro das Comunidades Indígenas do RN, com o apoio e a organização do Grupo Paraupaba e do movimento indígena da Paraíba. Nesse encontro, fora acordada a formação de uma comissão de lideranças indígenas no estado para elaborar um abaixo-assinado e entregá-lo ao Ministério Público. Ainda se discutiu sobre a realização de reuniões nas comunidades locais pelo movimento indígena da Paraíba, em parceria com o GP, para o fortalecimento das articulações indígenas no estado em preparação para a I AIRN.

Devido a problemas políticos entre as lideranças indígenas da Paraíba, não foi possível contar com o apoio desses parceiros nas reuniões preparatórias para a I AIRN. Coube, então, ao Grupo Paraupaba realizar esses encontros *in loco*, nas cinco comunidades indígenas, quando na oportunidade foram apontadas pelos próprios interessados suas demandas específicas quanto aos três eixos temáticos a serem discutidos nos grupos de trabalho durante o evento, quais sejam: território, saúde e educação. Apresento, mais adiante, o Mapa 1 com a localização desses grupos indígenas no estado.

A I Assembleia Indígena do estado do Rio Grande do Norte (I AIRN) teve como tema: “Reconstruindo a cidadania”. Realizou-se no Bello Mare Hotel, Ponta Negra /Natal, no período de 11 a 14 de dezembro de 2009, sob patrocínio da FUNAI/João Pessoa/PB⁶⁷ e organização do

66 Quando o debate foi aberto para a plenária, o advogado Luciano Ribeiro Falcão, até então responsável pela questão territorial da comunidade de Sagi, denunciou as dificuldades que esses indígenas vinham sofrendo como vítimas da especulação imobiliária, cujo processo tramitava na Justiça Estadual. A partir desta data, o grupo familiar de Sagi passou a ter visibilidade em relação à sua identidade étnica indígena, por meio de seu interlocutor em audiência.

67 No dia 09/09/2009, uma comissão formada por Jussara Galhardo – MCC/UFRN; Gorete Nunes – SEEC; Luciano Falcão – Advogado; participante do GP; e Manoel Leôncio – da Comunidade Indígena de Sagi – compareceu à sede da FUNAI de João Pessoa para apresentar um dossiê contendo o planejamento e os orçamentos para a realização da I Assembleia Indígena do Rio Grande do Norte. O referido órgão se comprometeu a patrocinar o evento, para o qual disponibilizou a quantia de R\$ 13.658,00 (treze mil, seiscentos e cinquenta e oito reais), voltados ao pagamento de hospedagem e alimentação de oitenta pessoas convidadas, dentre as quais 30 delegados representantes das comunidades indígenas do estado.

Grupo Paraupaba (GP/MCC/UFRN), da APOINME/CE, do movimento indígena da Paraíba, representado pelo cacique *Caboquinho* e por Claudécir da Silva Braz, vulgo cacique *Cal*, da Organização dos Povos Indígenas da Paraíba (OPIP) e parceiros, destacando-se a SEEC e a Editora IMEPH-Fortaleza-CE. A I AIRN trouxe ao debate a questão indígena do estado a partir dos próprios atores interessados, representados pelos 26 delegados⁶⁸ (a delegação de Sagi, Foto 3), escolhidos durante as reuniões preparatórias nas comunidades.

O evento promoveu cinco mesas de discussões: Identidade étnica e organização, Território e meio ambiente, Saúde indígena, Etnodesenvolvimento e direitos sociais e, por fim, Educação indígena e a Lei 11.645/2008. A primeira mesa foi coordenada pelo administrador da Regional da FUNAI/PB, Petrônio Machado Cavalcanti Filho, que salientou a importância de todas as comunidades participarem das discussões dos Territórios da Cidadania.

Fotografia 3 – Representantes indígenas de Sagi na I AIRN, 2009. Da direita para esquerda – 1ª fila) Osmar, Cacilda e *Vilázio*; 2ª fila) Carlos, *Manoelzinho* e Temístocles



Fonte: Jussara Galhardo

68 Sendo 8 delegados de Sagi: Osmar Jerônimo, Manoel Leôncio, Antônio Nascimento, Gilvan dos Santos, Cacilda Jerônimo Temístocles Inácio, Carlos Leôncio e Uilton do Nascimento; 8 do Amarelão: Francisca Batista, Tayse Campos, Adailton Barbosa, Rozania Barbosa, Ivoneide Campos, Claudiane Pedro, José Raimundo e José Batista; 8 de Catu: Valda Archanjo, Luiz Soares, Nataniel Raimundo, Vangerlânia Araújo, Wellington Soares, João Benedito, Joaquim Simão e Vandregécilio Araújo; e 2 dos Caboclos: Antônio Luís Lopes e Antônio Luís Filho.

Mapa 1 – Localização das comunidades indígenas no RN, 2009



Nessa ocasião, o Prof. Dr. José Augusto Laranjeira Sampaio, antropólogo da UNEB e da ANAÍ/BA, falou sobre os povos indígenas no Nordeste brasileiro e os processos de “emergência étnica”. Em seguida, o Prof. Dr. Edmundo Pereira, antropólogo e professor do DAN/UFRN, debateu acerca da autonomia, da participação e da organização dos povos indígenas. Em seguida, Jussara Galhardo – antropóloga do MCC/UFRN – discutiu sobre aspectos relacionados à identidade indígena, à história oral e à memória social dos grupos indígenas do estado. Por sua vez, Gustavo Hamilton Menezes, FUNAI/DF, abordou a necessidade de reelaborar a pedagogia nacional, bem como incentivou a UFRN a buscar meios para debater a temática indígena nos fóruns acadêmicos (Foto 4).

Fotografia 4 – Mesa de abertura da I AIRN, Natal, 2009



Fonte: Arquivo Grupo Paraupaba/MCC/UFRN

Após as ponderações dos antropólogos, os indígenas presentes à mesa se pronunciaram. Inicialmente, Tayse Campos, indígena *Potiguara*, dos Mendonça do Amarelão/João Câmara, falou da participação política dos indígenas no RN e sugeriu encaminhamento para a eleição de duas indicações (um coordenador e um vice) para representar a microrregional da APOINME no estado. Luiz Soares, indígena *Potiguara*, de Catu dos Eleotério – Canguaretama –, chamou a atenção sobre a importância de se ter orgulho da identidade étnica indígena e apresentou a monografia de Nataniel (também de Catu), que trata da história e memória indígena dos Eleotério.

As demais mesas formadas abordaram discussões específicas acerca das questões de cada comunidade, das quais seus representantes expuseram os problemas relacionados a território, meio ambiente, saúde, etnodesenvolvimento e direitos sociais. A mesa⁶⁹ de encerramen-
69 Nessa mesa, Thiago Garcia – MEC/DF – destacou a importância da Lei 11.645/08 nas escolas para não indígenas, chamando a atenção quanto a não confundir com a Educação Escolar Indígena (EEI), que é específica para os aldeamentos indígenas. O Prof. Dr. José Augusto, vulgo *Guga*, falou da necessidade de se fazer um diagnóstico das escolas indígenas no

to, coordenada por Jussara Galhardo, discutiu a respeito da educação indígena e da implantação da Lei 11.645/2008 nos currículos das escolas de educação básica do estado.

O auge das discussões aconteceu durante a formação dos grupos de trabalho (GTs), que apresentaram as demandas dos grupos indígenas do estado ali representados. Os documentos de apoio e base para essas discussões foram as atas elaboradas nas reuniões preparatórias para a AIRN, feitas anteriormente pelo GP em visita às comunidades, de modo que, na oportunidade, os próprios atores interessados – os indígenas – falaram de suas questões e apontaram as medidas e possíveis soluções para resolverem seus problemas de ordem política, social, cultural, educacional e de etnodesenvolvimento, a partir do poder público.

Após a apresentação dos resultados dos GTs em plenária, houve uma eleição para a escolha dos articuladores dos trabalhos da APOINME na Microrregional do RN. José Luiz Soares, da aldeia de Catu, coordenou a votação, que apresentou os seguintes resultados: Tayse Michelle Campos da Silva (Mendonça do Amarelão) obteve quinze votos, sendo eleita titular, e Osmar Jerônimo (Sagi), com nove votos, foi eleito suplente (Ata do GP, 2009).

O evento foi concluído com a elaboração de uma moção de repúdio⁷⁰, sugerida em plenária pelo indígena Luiz Soares, da comunidade de Catu, acerca da ausência dos convidados, a saber: as prefeituras municipais de Baía Formosa, de Canguaretama, de Goianinha, de Açú e de João Câmara; o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional; o Ministério Público Federal; o Ministério Público Estadual; a Fundação Nacional da Saúde; e o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Os representantes indígenas apontaram ser fundamental a presença de representantes dessas instituições públicas nessa ocasião, considerando que, diante da magnitude do encontro, essas parcerias se tornariam indispensáveis para que, de fato, a questão indígena viesse a repercutir politicamente no estado, envolvendo o poder público nessas ações.

A II Assembleia Indígena do Rio Grande do Norte (II AIRN) aconteceu na Casa de Cultura Popular “Palácio Antônio Bento”, no município de Goianinha/RN, no período de 22 e 23 de novembro do ano de 2011. Recebeu apoio institucional da Coordenação Técnica Local/CTL-FUNAI/RN e contou com as parcerias de Jussara Galhardo (GP/MCC/UFRN), Professora Rita Neves (UFRN) e Professor Glebson Vieira (UERN), tendo sido planejada, organizada

RN. Em seguida, Luiz Soares – professor da comunidade Catu – evidenciou os projetos que estão sendo desenvolvidos na Escola Municipal João Lino da Silva, cujo currículo valoriza a Língua *Tupi* e o *toré* como expressões culturais de força identitária. Maria Ivoneide Campos da Silva – professora indígena na comunidade do Amarelão – relatou a falta de compromisso dos professores e do preconceito por parte dos gestores, enquanto o Deputado Fernando Mineiro – PT – incentivou os indígenas a se organizarem e participarem ativamente das discussões políticas do movimento indígena. Por sua vez, a Profa. Maria Gorete Nunes Pereira – representante da SEEC/RN – salientou a necessidade de o estado e os municípios focarem na formação continuada para professores das escolas públicas, no intuito de eles desenvolverem projetos voltados para a inclusão da temática indígena em sala de aula (Lei n. 11.645/08). Em seguida, apresentou o projeto que vem trabalhando na Escola Municipal Nazaré Duarte, Goianinha/RN, na qual trabalha como coordenadora pedagógica (Ata do GP, 2005).

70 Moção assinada por todos os presentes no evento, em 13 de dezembro de 2009 (arquivos da FUNAI-João Pessoa/PB).

e coordenada pelos representantes indígenas⁷¹, que tiveram um importante protagonismo nesse evento (Ata da APOINME/RN, 2011). A foto abaixo apresenta a delegação de Sagi.

Fotografia 5 – Apresentação dos *Potiguara* de Sagi na II AIRN, 2011. Local: Casa de Cultura – Goianinha/RN



Fonte: Gorete Nunes

É importante realçar que a I e II audiências, bem como a I AIRN, foram planejadas e organizadas pelo GP e pelos indígenas, sendo apoiados por instituições parceiras, conforme especificado anteriormente. Já a partir da segunda assembleia, houve um importante envolvimento dos indígenas, com o apoio logístico da coordenação da Microrregional da APOINME/RN⁷², na pessoa de Tayse Campos. Isso mostra que o GP tem cumprido um de seus principais objetivos⁷³, qual seja, “assessorar os grupos indígenas no RN em busca do fortalecimento de suas identidades”, resultando em avanços na conquista dos seus direitos.

Outro momento de relevância foi a III Audiência Pública, que aconteceu na Câmara Municipal de Vereadores de Canguaretama (Foto 6), no dia 21 de março do ano de 2012, com o tema “Educação escolar indígena, identidade e autonomia para um futuro igualitário”. Seu

71 Tayse Campos – Coordenadora da Microrregional da APOINME/RN –, do Amarelão/João Câmara; Valda Maria Arcanjo, Coordenadora da Microrregional de Mulheres da APOINME/RN, e José Luiz Soares, representante do Comitê Regional da FUNAI/RN, Nordeste II, ambos da aldeia Catu/Canguaretama; Sandra Silva Talles – da aldeia Sagi *Trabanda*/Baía Formosa.

72 Todas as informações contidas neste trabalho relativas ao movimento indígena local sob a liderança da Microrregional da APOINME/RN foram disponibilizadas pela coordenadora Tayse Campos por meio de Atas.

73 Conforme registro em Ata do GP, 2005.

objetivo foi promover uma discussão com as autoridades e parceiros institucionais presentes a respeito da questão dos direitos dos indígenas do estado a terem uma educação diferenciada, sendo enfatizada a Escola Municipal João Lino da Silva (Catu/Canguaretama).

Fotografia 6 – III Audiência Pública. Local: Câmara de Vereadores/Canguaretama



Fonte: Arquivo Grupo Paraupaba, 2012

Estiveram presentes na audiência, além de representantes indígenas⁷⁴, autoridades e parceiros das seguintes instituições públicas: FUNAI/RN – Martinho Andrade; GP/MCC/UFRN – Jussara Galhardo; SEEC – Gorete Nunes; Luciano Falcão – Advogado Popular; e os Vereadores de Canguaretama: João Paulo Pessoa, Carlos Fagundes e Luciano Júnior, sendo este último representado pela Sra. Fátima Moreira – sua genitora e atual vice-prefeita da cidade (Ata do GP, 2012).

Um dos resultados dessas mobilizações até então realizadas deu-se em 07 de agosto de 2012, quando o então secretário de educação de Canguaretama, Prof. Jonas Cavalcanti, foi à Subcoordenadoria de Organização e Inspeção Escolar (SOINSPE/SEEC/RN) e formalizou a solicitação da autorização⁷⁵, funcionamento e reconhecimento da Escola Municipal João Lino

74 Estavam presentes os indígenas de Catu/Canguaretama: Valda Arcaño – CMI/APOINME/RN; Maria José – Diretora e Coordenadora Pedagógica da Escola João Lino da Silva; Vangerlânia Araújo e Luiz Soares – CR/FUNAI/NII; Williane – Associação dos Povos Indígenas de Catu; Manoel Leôncio do Nascimento, cacique *Manoelzinho* – aldeia Sagi *Trabanda*/Baía Formosa –, Temístocles Inácio, Janaína Vieira da Silva e Zélio do Nascimento; bem como uma representante dos Mendonça do Amarelão/João Câmara – Tayse Campos – APOINME/RN.

75 No ano de 2012, a subcoordenadora desse setor de Inspeção Escolar, a professora Maria Auxiliadora da Cunha Albano, me convidou para participar de uma reunião com o então Secretário de Educação de Canguaretama, para decidir a situação da Escola João Lino da Silva. Ficou acordado que esta permaneceria municipalizada, na ocasião, foi dada a entrada no Processo de n. 476557/2012-6-SEEC para autorização do funcionamento dessa instituição como escola

da Silva como a primeira Escola Indígena do estado do Rio Grande do Norte⁷⁶. Considerando que essa experiência é nova para o estado, faz-se necessária, portanto, a colaboração de um técnico especialista em EEI para orientar a elaboração de currículos diferenciados, com horário de tempo integral, contendo disciplinas específicas, além de uma organização curricular que atenda à diversidade cultural desses grupos sociais.

Mediante a sequência de acontecimentos políticos, aconteceu nos dias 29 e 30 de maio do ano de 2012 a I Assembleia de Mulheres Indígenas do Rio Grande do Norte (I AMIRN), em Açu/RN, mais especificamente na Floresta Nacional do Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBio). Sem dúvida, foi um momento de relevância na luta desses atores sociais rumo à conquista dos seus direitos, tendo como fator estratégico o fortalecimento do movimento indígena estadual. Entretanto, para sua realização, ocorreu no dia 13 de abril, no mesmo local e ano, uma reunião preparatória de mobilização e de formação de uma equipe organizadora.

Na ocasião, a comissão foi formada pela Coordenadora de Mulheres Indígenas da Microrregional da APOINME/RN – Valda Arcanjo da Silva –, de Catu/Canguaretama/RN; por Francisca, de Tapará/Macaíba/RN; por Rozânia, do Amarelão/João Câmara/RN; por Elaine Leôncio, de Sagi *Trabanda*/Baía Formosa/RN; e por Vanda, dos Caboclos de Açu/RN. Uma das atribuições dessa comissão foi visitar as comunidades indígenas do estado, visando mobilizar as mulheres no sentido de organização e articulação desse momento importante para elas, além da escolha de delegadas para participarem da I AMIRN. Foram escolhidas 22 delegadas⁷⁷, sendo cinco do Amarelão, cinco de Catu, quatro dos Caboclos, quatro de Sagi e quatro de Tapará.

A reunião preparatória contou com a representação de certas instituições⁷⁸, tendo sido acordado que a FUNAI alocaria os recursos para hospedagem e alimentação dos indígenas com

indígena. Foi autorizada a funcionar através da Portaria SEEC/SOINSPE – n. 1706/2015 –, com vigência durante o período de 11/12/2015 a 11/12/2020.

76 No ano de 2018, a Escola Municipal Alfredo Lima – Catu/Goianinha – passou a ofertar a EEI em tempo integral, pautada em um currículo diferenciado, conforme proposta curricular selecionada e apresentada no Congresso Internacional dos Povos Indígenas da América Latina (CIPIAL), pela autora, nos dias 05 a 07 de junho do ano de 2019, sob o tema: EEI: construindo uma proposta curricular diferenciada na Escola Municipal Indígena Alfredo Lima. Conforme disponível nos Anais do evento no *site*:

<http://www.congressopovosindigenas.net/anais/3º-cipial/eei-construindo-uma-proposta-curricular-diferenciada-na-escola-municipal-indigena-alfredo-lima>. Quanto à escola indígena do Amarelão, ver Anexo L.

77 Amarelão: Ivoneide Campos, Rozânia Barbosa, Damiana Barbosa, Jaciara Soares e Tayse Campos; Catu: Vangerlânia Arcanjo, Vandreg Jefferson Arcanjo, Valda Arcanjo, Lauana Soares, Micarla da Silva; Caboclos: Francinete Silva, Vanderlange Neta, Zélia Barbosa, Celina da Silva; Sagi: Cacilda Jerônimo, Elaine Leôncio, Janaína Vieira, Rizalva do Nascimento; e Tapará: Francisca Bezerra, Zuleide Bezerra, Antônia Conceição e Luzinete Tavares.

78 FUNAI – Martinho Andrade; UFRN/MCC/GP – Jussara Galhardo; SEEC/RN – Gorete Nunes; ICMBio – Mauro; Prefeitura de Açu/Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação (SMDSH) – Secretária Maira Oliveira; e IBAMA – Amauri Gurgel.

a contrapartida dos municípios envolvidos⁷⁹. Na oportunidade, a secretária Maira (SMDSH) falou sobre uma nova proposta da Secretaria quanto à construção de uma agrovila na comunidade dos Caboclos, com moradia e criação de um centro comunitário (Relatório do GP, 2012).

De acordo com o programado, a I AMIRN aconteceu no final do mês de maio do ano de 2012 e a primeira mesa temática, “MULHERES INDÍGENAS: Movimento, Políticas e Direitos”, foi moderada por Francisca Bezerra (Tapará/Macaíba). Nesse momento, foram apresentados diversos temas, dentre os quais a “Situação das Mulheres Indígenas do RN”, por Valda Arcanjo (APOINME/RN). Por sua vez, Ceiza *Pitaguary* – Coordenadora do Departamento de Mulheres da APOINME – discursou sobre a “Importância das Mulheres no Movimento Indígena”. As falas dos representantes do poder público⁸⁰ foram bem enfáticas com questões relacionadas a gênero e direitos da mulher.

A segunda mesa, denominada “Políticas públicas e política indigenista”, foi coordenada por Valda Arcanjo. Na oportunidade, o indígena Weiber *Tapeba* (CR/FUNAI/CE) abordou o tema “Regularização das terras e territórios indígenas”, antes atribuído ao Sr. Paulo Barbosa, da Coordenação Regional da FUNAI/CR/CE, que não pôde comparecer ao evento. Depois, Weiber esclareceu sobre “Educação: território etnoeducacional (TEE)”. Em seguida, os representantes institucionais⁸¹ também elucidaram seus discursos.

No segundo dia do encontro, as representantes indígenas se dividiram em cinco grupos de trabalho (GTs) para discutirem os problemas de suas comunidades relativos a educação, saúde indígena, gênero, terra, território e desenvolvimento sustentável, definindo prioridades e estratégias. Na oportunidade, foi redigido um documento final e cópias foram enviadas para as lideranças indígenas do estado, os parceiros e os órgãos federal, estadual e municipais. As agendas propostas nesses encontros são resultado dos processos sociais que estão em curso no país, nos quais representantes indígenas do estado participam ativamente dessas discussões, subsidiando, assim, a organização dessas mesas temáticas nos encontros locais.

Na sequência dos eventos políticos, como a AMIRN, aconteceu o I Encontro de Jovens Indígenas no Rio Grande do Norte (I EJIRN), que foi sediado na Câmara Municipal de Vereadores de João Câmara/RN, durante os dias 18 e 19 de outubro do ano de 2012. Esse encontro foi resultado de um encaminhamento dos jovens indígenas durante os trabalhos da II AIRN no ano de 2011, quando pleitearam esse evento e registraram essa demanda em ata.

Em 18 de junho do ano seguinte, foram iniciadas as discussões para a rea-

79 A prefeitura de Açu forneceu material logístico e lanche, enquanto as demais se responsabilizaram pelo traslado (ida e volta) dos indígenas de suas comunidades até Açu.

80 Ádna Martins – CODEM/SEJUC/RN – explicou sobre os “Direitos Humanos”; Léia Vale – COGER/CGPDS –, sobre “Equidade de Gênero”; e Rogério Souza – MPF /RN –, sobre a “Lei Maria da Penha” (Lei n. 11.340).

81 Lúcio Wanderley – CR/FUNAI/CE – falou sobre “Política da Previdência Social”; Lylia Galetti – CGETNO/FUNAI – não pôde comparecer, mas enviou os slides; Martinho Andrade – CTL/FUNAI/RN – apresentou o tema “Gênero e Etnodesenvolvimento Econômico”; e Socorro Almeida – DFDA/RN – concluiu falando sobre “ATER Indígena” (Ata da APOINME/RN, 2012).

lização do encontro em reunião na CTL/FUNAI/RN. Em 28 de agosto, aconteceu no mesmo local outra reunião para a formação de uma Comissão⁸², que visitaria as comunidades, visando à mobilização dos jovens para participarem do encontro (Ata da APOINME/RN, 2012).

O referido encontro foi promovido pela coordenação da microrregional da APOINME/RN e contou com a colaboração da CTL/RN/FUNAI, da Câmara de Vereadores e da Secretaria Municipal de Educação de João Câmara, do Grupo Paraupaba (MCC/UFRN), da Subsecretaria da Juventude (SEJUC/RN), da Prefeitura Municipal de Açu e do Grupo *Motyrum Caaçu* – este último formado por artesãos indígenas do Amarelão, João Câmara/RN. Durante as visitas de mobilizações às comunidades, foram escolhidas vinte e quatro delegações⁸³, sendo cinco dos Caboclos, cinco do Amarelão, cinco de Catu, cinco de Sagi *Trabanda* e quatro de Tapará (Foto 7).

A primeira mesa temática, “Organização, participação social e autonomia dos jovens indígenas no RN”, foi moderada por Elaine Leôncio, de Sagi *Trabanda*. Tayse Campos falou sobre a “Importância da participação dos jovens no movimento indígena”. Por sua vez, Luiz Soares, de Catu, que é representante titular do Comitê Regional (CR/Nordeste II/FUNAI), discutiu acerca da “Afirmção da identidade indígena”. Ainda de Catu, Vandrê Arcanjo desenvolveu o tema “Jovens indígenas no RN: a atuação no movimento indígena no estado”. Do movimento indígena da Paraíba, Francinaldo Potiguara, representante da Organização dos Jovens Indígenas da Paraíba (OJIP/PB), discorreu sobre “Organização social e autonomia”. Para encerrar as discussões da mesa, Valda Arcanjo elucidou o tema “Mulher indígena no RN” (Ata da APOINME/RN, 2012).

82 A comissão foi formada por Tayse Campos – Coordenadora da APOINME/RN; Valda Arcanjo – CMI/APOINME/RN; Elaine Leôncio – Liderança jovem da aldeia Sagi *Trabanda*; Rafael de Souza – Liderança jovem do Amarelão/João Câmara; e Carlos Henrique – servidor da CTL/FUNAI/RN.

83 Representando os Caboclos: Celina da Silva, Vanderlange Neta, Janiele da Silva, Eri van da Silva e Juliana Soares; Amarelão: Rafael de Souza, Anderson Barbosa, Rozânia Barbosa, Sara Soares, João Paulo da Silva; Catu: Keline Soares, Rogério Avelino, Vandregesson Arcanjo, Ladislau Soares, Carla da Silva; Sagi: Micarla Nascimento, Wdeiferson do Nascimento, Alef do Nascimento, Rafaela Amaro e Elayne Leôncio; e Tapará: Frankwellintong Bezerra, Luciene de Lima, Maria José de Lima e Maria da Guia de Lima.



Fonte: Jussara Galhardo

Após a conclusão da segunda mesa⁸⁴, formaram-se os grupos de trabalho, nos quais os participantes discutiram sobre os eixos temáticos voltados para educação, saúde indígena, esporte e lazer, terra e território, além de etnodesenvolvimento, organização e participação social. Após as apresentações das demandas em plenária, foi encaminhada aos órgãos competentes uma síntese das reivindicações por meio de uma ata fotocopiada.

No ano seguinte, aconteceu a I Assembleia Microrregional da APOINME/RN, no período de 24 e 25 de abril de 2013, sediada no “Auditório das Aves”, no Instituto de Biociências no *Campus* da UFRN, e promovida pela coordenação da microrregional da APOINME/RN e por representantes das comunidades indígenas do estado. Contou com o apoio da CTL/FUNAI/RN, do GP/MCC/UFRN, do ICMBio/Açu, do IBAMA/RN, das Prefeituras de Açu e de Canguaretama, do Professor Deusimar Freire Brasil/UFRN e do Grupo *Motyrum*⁸⁵ da UFRN.

Depois das boas-vindas aos participantes do encontro e dos agradecimentos aos parceiros, Tayse Campos, dos Mendonça do Amarelão, formou a primeira mesa de discussão (cf. Foto 8), composta pelos indígenas Adriano, dos Caboclos de Açu; Manoel Leôncio do Nascimento, da aldeia Sagi *Trabanda*; José Luiz Soares e Valda Arcanjo, da aldeia Catu; e Francisca da Conceição Bezerra, de Tapará.

84 Durante a segunda mesa temática, “Políticas Públicas”, foram debatidos os seguintes temas: “Direitos dos Jovens, Políticas de Segurança e Inclusão Social” – Ádna Lígia, da CODM/SEJUC – e “Educação Indígena: políticas de inclusão no Ensino Superior” – Célia Maria da Silva, da CTL/FUNAI/PB (cf. folder do evento).

85 Programa de ensino, pesquisa e extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). “*Motirũ, Motirõ, Motyrum*: União de pessoas para construir algo coletivamente, uns ajudando aos outros”. Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/Motyrum>. Acesso em: 15 nov. 2014.

Fotografia 8 – I Assembleia da Microrregional da APOINME. Local: Auditório das Aves/IBC/ UFRN, 2013. Mesa de abertura do evento



Fonte: Jussara Galhardo

Tayse Campos iniciou sua fala esclarecendo sobre a organização da APOINME, seus eixos prioritários de luta, as instâncias onde pode atuar, afirmando que “esse evento é para acontecer a cada cinco anos”. Em seguida, apresentou o relatório de sua gestão na microrregional da APOINME/RN, referente ao quadriênio de 2009 a 2013. Posteriormente, os participantes da mesa fizeram um debate e avaliaram a atuação da microrregional nos últimos quatro anos, destacando os avanços e as dificuldades encontradas (Ata da APOINME/RN, 2013).

Na ocasião, Tayse Campos comunicou sobre seu afastamento da microrregional, decorrente de questões pessoais, mas José Luiz Soares sugeriu que ela permanecesse no cargo e que se escolhesse um suplente para ajudá-la no trabalho da coordenação. Ele explicou: “no momento em que o movimento indígena do RN está vivendo, seria mais prudente que você continuasse na coordenação da APOINME⁸⁶”. Sendo assim, Tayse Campos concordou com a proposta de Luiz, continuando como coordenadora por mais quatro anos. No momento, após a votação, Francisca Tapará foi eleita como sua suplente.

O segundo dia de encontro foi inusitado, pois, em vez de as discussões continuarem em sala fechada, resolveram propor outro modelo de trabalho e partiram em passeata para as ruas junto com os apoiadores. Assim, no dia 26 de abril, às dez horas, realizaram um Ato Público que saía da Praça Cívica, em Natal, e seguia para a sede do IBGE, onde, de frente ao prédio, fizeram “um protesto em repúdio ao Censo do ano 2010, porque não reflete um número confiável, por não aproximar da realidade populacional das comunidades indígenas do RN, e cobrar

86 Conforme Ata oficial, disponibilizada pela Coordenadora da Microrregional da APOINME/RN, Tayse Campos.

que o IBGE capacite melhor os recenseadores quanto à questão da autodeclaração étnica” (Ata da APOINME/RN, 2013).

Também foram à Procuradoria da República, nesse mesmo dia, e entraram para falar com o Procurador Ronaldo Sérgio, que não estava no prédio, pois se encontrava em Brasília/DF. Porém, o Procurador-Chefe Fábio Venzon recebeu quatro lideranças⁸⁷ e Lenilton Lima – fotógrafo e apoiador do movimento indígena no estado – para explicar-lhes o porquê de o MPF não atender as reivindicações dos povos indígenas quanto a defender a comunidade Sagi *Trabanda* no processo de reintegração de posse movido por Waldemir Bezerra – especulador imobiliário do RN. Fábio Venzon disse:

MPF/RN está tomando providências para atender a reivindicação da comunidade Sagi/*Trabanda* e o assessor do Procurador Ronaldo Sérgio, Sr. Jairo, afirmou que já foi solicitada a 6ª Câmara/Procuradoria Geral da República a vinda de um analista pericial para fazer perícia na comunidade e a partir daí o MPF/RN decidirá se entrará no caso defendendo a comunidade na justiça. Jairo garantiu que o analista pericial estará vindo em maio para Natal para fazer esse trabalho. Nada mais havendo a constar, eu, Tayse Michelle Campos da Silva, lavro a presente ata que segue assinada por mim e pelos demais presentes (Ata da APOINME/RN, 2013).

Dando sequência a essa cronologia dos acontecimentos indígenas no estado, realizou-se, nos dias 06 e 07 de novembro do ano 2013, a III Assembleia Indígena no Rio Grande do Norte (III AIRN)⁸⁸. Diferentemente das demais assembleias, essa aconteceu em uma comunidade indígena de Sagi, mais especificamente no salão do “Bar de Carlos”, local onde ocorrem todas as reuniões e eventos comunitários do lugar.

Como em todas as assembleias indígenas do estado, essa programação foi marcada por um momento de discussão entre as lideranças indígenas (Foto 9). O encontro teve sua abertura com o ritual do *toré*⁸⁹, em que participaram todos os indígenas presentes. Pediram as bênçãos do deus *Tupã* para iniciarem as atividades do encontro. Em seguida, formou-se uma mesa de avaliação de todos os eventos do movimento indígena ocorridos no estado, com a

87 Tayse – Amarelão; Luiz Soares – Catu; Adriano Lopes – Caboclos de Açú; e *Manoelzinho* – Sagi.

88 A III AIRN foi organizada pela APOINME/RN junto aos demais representantes indígenas do estado, além do apoio da CTL/FUNAI de Natal, por meio de Martinho Alves de Andrade Júnior. Dessa vez, o GP participou apenas como colaborador.

89 Desde o ano de 2009, logo após a I AIRN, os indígenas do estado, com o apoio dos *Potiguara* da Paraíba, começam a se articular e a se organizar politicamente e adotaram o ritual da dança do *toré* como sinal diacrítico. Para Grünwald (2008), “o *toré* ganha visibilidade (e a relevância atual) a partir de um processo social que se inicia na primeira metade do século XX. Hoje, o *toré* está inclusive totalmente incorporado ao movimento indígena no Nordeste como forma de expressão política. Trata-se, a princípio, de uma dança ritual que consagra o grupo étnico. [...] Essa prática cultural passou, assim, a circular ideologicamente como **sinal diacrítico** dessa ampla indianidade e, até hoje, é ensinada de grupos reconhecidos a grupos que pleiteiam reconhecimento indígena em todo o Nordeste”. Disponível em:

http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252008000400018&script=sci_arttext. Acesso em: 20 ago. 2020.

participação de um representante por aldeia. Após desfeita essa primeira mesa, deu-se início a outras discussões, para as quais foram convidados representantes de várias instituições.

Fotografia 9 – III AIRN/2013, Sagi. Elaine Leôncio, representante jovem dos *Potiguara* de Sagi, apresenta a demanda da I EJIRN



Fonte: Gorete Nunes

No entanto, os organizadores do evento reclamaram da ausência de representantes da Secretaria de Estado da Educação e da Cultura (SEEC), que sequer justificou a sua ausência no encontro. Além disso, os documentos e as atas enviadas pela APOINME/RN a essa instituição acerca da educação escolar indígena e da implementação da Lei n. 11.645/08 no estado continuam sem respostas.

Com a formação dos grupos de trabalho e seus eixos temáticos sobre “saúde, educação, sustentabilidade e território”, a delegação indígena elenca seus problemas e aponta as estratégias para soluções. Após o encontro, foi elaborada uma ata e, em seguida, encaminhada uma cópia aos órgãos competentes. Logo abaixo, elaboro uma síntese dos problemas apresentados pelos indígenas da aldeia Sagi *Trabanda* nos GTs realizados na III AIRN:

Quadro 1 – Demandas da aldeia Sagi *Trabanda* – 2013

GT	DEMANDAS	SOLUÇÕES APRESENTADAS
EDUCAÇÃO	<ol style="list-style-type: none"> 1. Construção de uma escola indígena 2. Qualificação específica para professores indígenas 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Acompanhar o projeto de construção da escola indígena, executado pela SEEC/RN com os recursos do Banco Mundial; 2. Cobrar da mesma instituição a formação inicial em EEI para professores indígenas, conforme previsto nas ações do PAR.
SAÚDE E PREVIDÊNCIA SOCIAL	<ol style="list-style-type: none"> 1. Péssimas condições de funcionamento e atendimento no posto de saúde – PSF 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Enviar pedido de contratação de Agentes de Saúde Indígenas para as Secretarias de Saúde Municipais; 2. Solicitar uma reforma para o PSF.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	1. Mulheres e jovens desinformados, sem nenhuma qualificação para o trabalho	1. Realização de oficinas sobre direitos indígenas, artesanato, sabão/sabonete, corte e costura; 2. Beneficiamento das frutas nativas; 3. Recuperação de atividades tradicionais culturais; 4. Desenvolvimento de atividades de prevenção contra drogas e alcoolismo; 5. Prevenção da violência contra a mulher.
TERRA E TERRITÓRIO	1. Não dispõem de terra para o cultivo de alimentos de subsistência, nem para a criação de animais 2. Problema ambiental na ponte do Rio Cavaçu	1. Regularização das terras indígenas pela FUNAI; 2. Desapropriação de áreas para plantio de roçados e hortas comunitárias, moradia e criação de animais; 3. Desenvolver projetos de apoio à pesca de peixes e crustáceos; 4. Construção de infraestrutura para a produção de alimentos, bem como garantir o acesso a áreas de plantio e colheita de frutas nativas, mesmo que estejam em propriedades particulares.
Fonte: Ata da APOINME/RN, 2013		

Ainda no ano de 2013, a Associação Comunitária Amarelão (ACA) elaborou um projeto, com a assessoria do Grupo Paraupaba, para concorrer ao Prêmio Cultura Indígena – *Raoni Metuktire*⁹⁰/MINC, em sua 4ª edição, tendo sido contemplada na categoria “iniciativas culturais que envolvam mais de uma comunidade ou povo indígena⁹¹”. O objetivo principal dessa iniciativa, de acordo com o documento original do projeto, enfoca:

Valorizar e divulgar a realidade etnocultural e indígena nas escolas e secretarias municipais do Estado do Rio Grande do Norte (Lei 11.645-2008; LDB-1996), onde estão inseridas as comunidades indígenas do estado, por meio de uma ampla divulgação de informações que trabalhem diretamente com professores e alunos, além dos gestores das secretarias municipais, no intuito de oferecer subsídios para a conscientização e para o desenvolvimento de práticas pedagógicas voltadas para o combate ao preconceito, aos estereótipos, bem como desenvolver atividades que possibilitem à descriminalização étnica em sala de aula e fora delas e que estejam de acordo com a realidade diferenciada das comunidades indígenas (Projeto “*Jepuruvô Arandú*”, 2013, p. 3).

Para a concretização desse projeto, articularam-se: Grupo Paraupaba, na organização e coordenação junto à Associação da Comunidade do Amarelão (ACA); Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) – *Campus* de Canguaretama e de João Câmara; Universidade Estadual (UERN) – *Campus* de Açú; SEEC/DIREC; e Secretarias Municipais de Educação e Cultura (SEMEC).

A coordenação geral do projeto⁹² ficou sob a responsabilidade de Tayse Campos. Já

90 Nessa edição de 2013, o homenageado foi o cacique *Raoni Metuktire*, líder do povo *Mebengokre*, conhecido internacionalmente.

91 Conforme registro no próprio projeto.

92 No ano de 2019, Gorete Nunes e Jussara Galhardo elaboraram o artigo: JEPURUVÔ

as monitoras e palestrantes⁹³ – Jussara Galhardo, do GP-MCC/UFRN, e Gorete Nunes – desenvolveram uma metodologia voltada principalmente para estimular professores e gestores a reflexões e percepções que resultassem em novas práticas pedagógicas em sala de aula e repercutissem nos currículos escolares, visando o rompimento de velhos paradigmas sobre a realidade dos indígenas no estado e, conseqüentemente, no país como um todo.

Parte dos recursos do projeto investiu na aquisição, a preço de custo, de seiscentos exemplares do livro *Mendonça do Amarelão: os caminhos e descaminhos da identidade indígena no Rio Grande do Norte* (GUERRA, 2011), junto de DVDs com gravações de textos acadêmicos e suporte de vídeos etnográficos. Esse material didático-pedagógico foi entregue para a delegação indígena, professores e gestores participantes dos seminários municipais. As ações do projeto “*Jepuruvõ Arandú* (utilizando sabedoria) – despertando o índio nas escolas do Rio Grande do Norte, segundo a Lei n. 11.645/08”, proporcionaram a realização de seis seminários no ano de 2014, nos municípios⁹⁴ (Foto 10) onde, na ocasião, viviam os cinco grupos indígenas do estado em processo de autoafirmação étnica.

ARANDU – “Utilizando Sabedoria”: uma experiência com educadores e gestores em torno da temática indígena nas escolas do Rio Grande do Norte de acordo com a Lei 11.645/2008, o qual foi submetido e aprovado pela comissão organizadora do 3º Congresso Internacional dos Povos Indígenas da América Latina (3º CIPIAL), que aconteceu em Brasília no período de 03 a 05 de julho de 2019. No segundo dia do evento, ele foi apresentado, tendo sido publicado posteriormente em três línguas: português, inglês e espanhol. Encontra-se disponível nos Anais do referido evento, no site: <http://www.congressopovosindigenas.net/aaais/3o-cipial/jepuruvõ-arandu-utilizando-sabedoria-uma-experiencia-com-educadores-e-gestores-em-torno-da-tematica-indigena-nas-escolas-do-rio-grande-do-norte-de-acordo-com-a-lei-11-64/>.

93 Jussara Galhardo apresentou o tema: “Lei 11.645: como pensar uma educação que respeite a diversidade etnocultural no Brasil?”. Gorete Nunes dialogou sobre a “Inserção da temática ‘história e cultura dos povos indígenas’ nos currículos da Educação Básica”.

94 Os seminários foram em: João Câmara – a família Mendonça; Canguaretama/Goianinha – os Eleotério de Catu; Açu – os Caboclos de Açu; Baía Formosa – os *Potiguara* de Sagi; e Macaíba – os *Tapuia* de Tapará.



Fonte: Lenilton Lima

Apesar de algumas dificuldades estruturais, os seminários municipais ocorreram com a proporção esperada, atendendo os objetivos propostos de forma satisfatória. Os indígenas estiveram presentes durante todo o processo metodológico, trabalhando intensamente na elaboração dos projetos planejados pelos professores de cada município.

Entretanto, o Seminário Estadual – a etapa final do projeto –, que estava programado para ser realizado no ano de 2015, não chegou a acontecer por motivos burocráticos da referida Secretaria. Nessa ocasião oportuna, seriam apresentados os resultados das ações desenvolvidas em salas de aula nesses municípios. As experiências pedagógicas de maior relevância e êxito deveriam ser selecionadas por uma comissão local formada por técnicos das instituições parceiras responsáveis pelos seminários municipais. Seriam contempladas, assim, as quatro experiências inovadoras nas categorias: Ensino Infantil, Ensino Fundamental Anos Iniciais, Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio, incluindo a modalidade Educação de Jovens e Adultos. A comissão estadual elegeria dois projetos por município – ao todo seriam 12 projetos selecionados –, para que fossem apresentados no fórum do seminário estadual, o qual escolheria – com premiação – os dois melhores trabalhos desenvolvidos no estado.

Contudo, isso não ocorreu. Apesar de nossas insistências nesse sentido, não obtivemos êxito. No entanto, o que valeu, de fato, foram as experiências municipais expostas em plenária durante esses seminários, através das propostas de projetos significativos elaborados, que romperam paradigmas, desmistificando os estereótipos indígenas apresentados nos livros

didáticos. Portanto, de agora em diante, cabe a cada gestor e a cada educador ter suas próprias iniciativas e ser protagonistas dessas mudanças, necessárias para a transformação de pensamentos e práticas pedagógicas em torno da temática indígena nas salas de aula da rede pública de ensino do estado.

Outro evento que marcou os avanços políticos conquistados pelos indígenas do estado se deu com a realização do I Seminário sobre Educação Escolar Indígena no Rio Grande do Norte, que aconteceu no período de 21 a 23 de julho do ano de 2014, na Escola Municipal Indígena João Lino da Silva. Esse espaço de discussão foi planejado e organizado pela liderança indígena de Catu, sob a coordenação do cacique Luiz Soares, em parceria com as demais comunidades indígenas do estado. Teve apoio do IFRN – *Campus* de Canguaretama; da CTL/RN/FUNAI; da Prefeitura Municipal de Canguaretama e da SEEC; da Coordenação de EEI do estado da Bahia; da Coordenação Geral de EEI/MEC; da Prefeitura Municipal de Baía da Traição/PB; e da Prefeitura Municipal de Goianinha/RN. Foram realizadas mesas temáticas que propiciaram esclarecimentos acerca da importância da implantação de escolas indígenas no estado e da necessidade de uma educação diferenciada para crianças e jovens indígenas.

O início do evento ocorreu com uma concentração por meio de prece e abertura do *toré*. Logo após o ritual, foi formada a primeira mesa de discussão. Nesse momento, Sueli Potiguara falou sobre o tema “Gestão escolar indígena: com base em relato de experiência pelos gestores das escolas indígenas”. Relatou sobre sua experiência como gestora da Escola Pedro *Poty*, localizada na aldeia São Francisco, em Baía da Traição/PB. Na segunda mesa, formada por Sônia Barbalho – representante da Secretaria Municipal de Educação de Baía da Traição/PB –, Joelma Potiguara e a Coordenadora da EEI do Governo da Bahia, Rosilene *Tuxá*, foi abordado o tema “Políticas de EEI”, de acordo com suas experiências nos estados da Paraíba e da Bahia.

No terceiro dia do encontro, houve ainda duas mesas temáticas. A primeira teve a participação de Jailton Figueiredo – Professor Potiguara e aluno do PROLIND/UFCG⁹⁵; Flávio Ferreira – Coordenador de extensão do IFRN-*Campus* Canguaretama; Glebson Vieira – Professor do DAN/UFRN; e Ivoneide Campos – Professora da comunidade do Amarelão. O tema em debate foi “Formação de professores indígenas”. Já a segunda mesa contou com Tayse Campos – Coordenadora da APOINME/RN e representante indígena na CNEEI/MEC⁹⁶ – e Jailton Figueiredo – Professor Potiguara –, que falaram sobre o tema “Controle social – participação indígena nos conselhos de acompanhamento da política de educação escolar indígena”. Os trabalhos foram encerrados com a apresentação do resumo das discussões.

O estímulo à participação dos indígenas do estado nesses momentos de discussões tem possibilitado avanços significativos no campo indigenista, o que tem sido evidenciado através do fortalecimento do movimento indígena estadual, contribuindo para uma melhor vi-

95 Programa de Formação Superior e Licenciatura para Indígenas/Universidade Federal de Campina Grande.

96 Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena/Ministério da Educação e Cultura.

sibilidade desses grupos, que lutam por seu reconhecimento junto às instâncias públicas com a colaboração de parceiros. A título de atualização, apresentarei um resumo dos eventos realizados no período de 2015 a 2020 pelas lideranças indígenas do estado, que participaram ativamente (Apêndice A).

1.4 O movimento indígena local recebe apoio de outras instituições

Conforme mencionado anteriormente, até poucos anos atrás, o Rio Grande do Norte era um dos estados da federação onde não havia registro oficial da presença de populações indígenas em seu território. No entanto, na última década, as narrativas orais desses atores sociais esquecidos na história e execrados pela ideologia política do estado há séculos se posicionaram contrariamente aos discursos autorizados, deixando claras sua autoafirmação étnica e a busca em favor desse reconhecimento pelo poder público para a promoção dos seus direitos específicos.

Esses atores sociais têm alcançado, em um campo indigenista marcado por múltiplas articulações entre índios e não índios, o respeito e a colaboração das instâncias governamentais e não governamentais, dentro do estado (UFRN, IFRN, SEEC, COEPPIR, CODEM/SEJUC, MPE, SEMEC, CTL/FUNAI/RN), na região Nordeste (APOINME, FUNAI – João Pessoa/PB e FUNAI – Fortaleza/CE) e nacionalmente (MEC, FUNAI, MPF, FCP⁹⁷). Diante disso, articulam-se no campo do movimento indígena, mostrando visivelmente avanços nesse sentido, tanto do ponto de vista da questão étnica e sua autoafirmação quanto no aspecto da territorialidade e na luta por suas terras de ocupação tradicional.

Como exemplo das propostas deliberadas em plenária na I AIRN, realizada em 22 de dezembro de 2009, aconteceu o primeiro Encontro de Sensibilização sobre a questão da Educação Indígena, no gabinete do Secretário de Educação – Dr. Ruy Pereira (falecido em fevereiro de 2010). Esse encontro tinha como objetivo discutir e definir encaminhamentos práticos acerca da educação escolar indígena, bem como da implantação da Lei n. 11.645/2008.

Nesse momento, estavam presentes, além dos técnicos pedagógicos⁹⁸ do NECAD/SEEC, duas representantes indígenas da comunidade dos Mendonça do Amarelão, as professoras Maria Ivoneide Campos da Silva – Coordenadora Administrativa da ACA – e Francisca Batista de Melo Silva – vulgo *Chiquinha* –, bem como o Grupo Paraupaba, representado por Jussara Galhardo, e a representante da FUNAI/PB, Célia Maria da Silva. Na ocasião, foram feitos alguns encaminhamentos, dentre os quais a realização de uma reunião com a UNDIME, no sentido de esta articular um momento com os secretários de educação dos municípios onde as comunidades indígenas estão localizadas, com vistas à reelaboração do projeto político-pe-

97 A Fundação Cultural Palmares, criada em 1988, é uma instituição pública vinculada ao Ministério da Cultura que tem a finalidade de promover e preservar a cultura afro-brasileira.

98 Francisca Ednaide Rêgo Pinto, Gorete Nunes, Magda Benfica, Nerione Garcia, Elenita Freitas e Zacarias Anselmo.

dagógico das escolas e à inclusão da temática indígena em seus currículos.

Outro ponto encaminhado foi a proposta de formação de uma equipe para realizar discussões com os professores das comunidades indígenas, objetivando fazer esclarecimentos sobre a legislação e sua implementação. Também ficou acordado que representantes dos órgãos competentes realizariam visitas às comunidades indígenas para tomarem conhecimento de suas demandas e buscarem soluções. Portanto, foi dado prosseguimento à elaboração de um calendário de visitação. No entanto, com o falecimento do Dr. Ruy Pereira, nenhuma dessas ações planejadas foi viabilizada.

Enquanto isso, o Grupo Paraupaba e o Museu Câmara Cascudo/UFRN, junto às instituições parceiras e representantes indígenas do estado, continuaram a organizar encontros, coordenando programas e projetos de extensão universitária, credenciando bolsistas (alunos da UFRN) para a realização de pesquisas e trabalhos de campo, entre outras atividades ligadas a esses grupos familiares.

Entre os projetos de extensão universitária, serão destacados dois. O primeiro deles é “Paraupaba – a questão indígena no Rio Grande do Norte” (2008, 2009 e 2010), que teve como objetivo estimular e promover ações para o desenvolvimento de uma reflexão sobre a questão indígena no estado, agregando esforços conjuntos com outras instituições e com membros da sociedade civil numa perspectiva de respeito à diversidade étnico-cultural no Rio Grande do Norte.

Esse projeto possibilitou a realização de uma pesquisa que promoveu estudos entre os quatro primeiros grupos indígenas no estado, preocupando-se em conhecer a realidade sociocultural desses grupos familiares que se autoafirmam como indígenas e que se articulam no sentido de sua visibilidade e conquista de seus direitos diferenciados. Para tanto, foram cumpridas inúmeras visitas a esses grupos, assim como realizados trabalhos de campo com bolsistas credenciados e também voluntários.

O segundo projeto, denominado “*Mocepi* – valorizando a história e a cultura indígenas em sala de aula”, objetivou articular ações voltadas para facilitar a inclusão da temática indígena nas escolas, de acordo com a Lei 11.645/08 (2010, 2011). Sua execução aconteceu apenas em parte, devido aos recursos terem sido muito escassos para o desenvolvimento das ações a que se propunha. Ainda assim, foram realizados debates com alunos e professores nas comunidades de Sagi – Baía Formosa/RN – e Catu – Goianinha/RN –, cujos tópicos se voltaram para a “valorização” da história e da cultura indígenas.

Com a implantação de uma Coordenação Técnica Local (CTL) no Rio Grande do Norte, a FUNAI promoveu, em outubro de 2013, o I Seminário sobre Direitos Indígenas, no Auditório do IBAMA/RN, em Natal, com o apoio da UFRN e da APOINME. Segundo o *folder* do evento, esse momento “representa a consolidação de esforço para promover reflexão e discussão sobre os direitos dos povos indígenas”, contribuindo, assim, “[...] para pôr a temática indígena em evidência no estado do Rio Grande do Norte [...] e propiciar espaço de articulação e produção de conhecimento que estejam a serviço dessas comunidades indígenas”.

Esse acontecimento contou com a participação de representantes indígenas do estado e também com a colaboração e presença de autoridades, representantes de suas áreas e instituições específicas nas dez mesas temáticas discutidas por dois dias. Segue, abaixo, um quadro dos temas e de seus respectivos palestrantes⁹⁹.

Quadro 2 – Mesas Temáticas do Seminário Direitos Indígenas. Natal, 2013

DIA	MESA	TEMA	PALESTRANTE
08	I	Etnogênese e os povos indígenas no Nordeste	Maria Rosário Gonçalves de Carvalho –UFBA
	II	Os Direitos Indígenas e a Convenção n. 169 da OIT	Dra. Juliana Melo – UFRN/DAN
	III	Competência e atuação da procuradoria especializada/FUNAI com ênfase nas Portarias 839/10 e 755/11	Dr. Flávio Chiarelli Vicente Azevedo – PFE/FUNAI/DF – e Dra. Maria Vital da Rocha – AGU/CE
	IV	Competência do MPF para atuação na promoção e proteção dos Direitos Indígenas, sob a luz da CF de 1988, e Perícia Antropológica do MPF	Dr. Luciano Mariz Maia – Procurador Geral da República – e Dr. Sérgio Brissac – Analista Pericial do MPF/CE
	V	Competência e atuação da Defensoria Pública da União e Estadual na defesa dos direitos coletivos e individuais dos povos indígenas	Vinício Freire Vinhas – DPU/RN – e Francisco de Paula Leite Sobrinho – DPE/RN
09	VI	Competências da FUNAI: abordagem geral (conceitos e diretrizes) e papel da Ouvidoria da FUNAI	Paulo Celso de Oliveira – Ouvidor da FUNAI/DF
	VII	Considerações sobre a Lei de Acesso à Informação e Serviço de Informações ao Cidadão – SIC/FUNAI	Patrícia Sommer – Ouvidoria da FUNAI/DF
	VIII	Políticas de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável	Carolina Comandulli – Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável – FUNAI/DF
	IX	Considerações acerca do procedimento de demarcação de terras indígenas	Aluizio Ladeira Azanha – Diretoria de Proteção Territorial – FUNAI/DF
	X	Papel da Coordenação da Regional e Coordenação Técnica Local na promoção e proteção dos direitos dos indígenas no Rio Grande do Norte	Martinho Andrade – CTL FINAI, Natal/RN

O evento supracitado objetivou, sobretudo, discutir sobre os direitos indígenas garantidos pela Constituição Federal promulgada em outubro de 1988. Sabe-se que, apesar de ter completado 26 anos de promulgação, os povos indígenas de todo o país têm exigido do Govern

99 Conforme *folder* do evento.

no Federal o respeito e a consolidação de seus dispositivos, existindo nessa relação muitas dificuldades e interesses contrários aos dos indígenas. Houve alguns desdobramentos no referido seminário que chegaram até a comunidade de Sagi, no tocante à questão judicial que envolve a terra da aldeia Sagi *Trabanda*.

No período de 1 a 7 de agosto de 2014, a UFRN sediou a 29ª Reunião Brasileira de Antropologia e, na oportunidade, representantes de três comunidades indígenas – os Mendonça do Amarelão, os Eleotério de Catu e os *Potiguara* de Sagi – foram convidados a participar do evento. O cacique *Manoelzinho*, entre outros, participou de uma roda de discussão, em uma “conversa na calçada” – trabalho coordenado pela Profa. Julie Cavnac, sob o tema “A cultura na economia da ‘cultura’: atividades sustentáveis: turismo e conflitos”.

No último dia do simpósio especial, dia 06 de agosto, foi debatido o tema “Violações aos direitos indígenas: ditadura militar e regime tutelar”. Nessa ocasião, o professor Glebson Vieira entregou ao coordenador do evento, o antropólogo e pesquisador João Pacheco de Oliveira Filho, uma moção na qual foi solicitada ao Ministério da Justiça Federal, à Secretaria Geral da Presidência da República, à Procuradoria Geral da República e à Presidência da FUNAI:

A imediata constituição de um grupo técnico de identificação e delimitação territorial para garantir a regularização fundiária da Terra Indígena Potiguara de Sagi e pede providências urgentes para solucionar a ação de reintegração de posse que desalojará oito famílias e privará pelo menos oitenta e duas famílias de dispor de terras para a produção de sua subsistência (Trecho do texto original, datado de 06/08/2014).

Esse documento foi elaborado pelo professor Glebson Vieira (DAN/UFRN), conjuntamente com Gorete Nunes (GP), Jussara Galhardo (GP/MCC/UFRN) e com a participação dos atores interessados: o cacique *Manoelzinho* e Zélio Nascimento, ambos da aldeia Sagi *Trabanda*, que participavam do evento.

De acordo com o Informativo n. 13/2014, de 17/09/2014, do Conselho Deliberativo do CNPq, as 17 Moções aprovadas na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia foram encaminhadas aos respectivos órgãos via correios. Dentre essas moções, a de Sagi foi a primeira citada (Anexo D), conforme publicação no *site* da ABA¹⁰⁰:

100 Disponível em: <http://www.portal.abant.org.br/index.php/imprensa/outros>. Acesso em: 19 nov. 2014.

Quadro 3 – Moção de Sagi aprovada na 29ª RBA, 2014

Nº	TÍTULO	REMETENTE/S	DESTINATÁRIO/S	ENCAMINHAMENTOS
1	Imediata identificação e delimitação territorial para regularização fundiária da Terra Indígena Potiguara do Sagi	CAI	MJ, SG, PR, PGR e FUNAI	Enviada por e-mail (Ofício n. 032/2014/ABA/PRES), dia 04/09/2014

Fonte: Informativo nº 13/2014 do Conselho Deliberativo do CNPq

Nesse mesmo evento, apresentamos¹⁰¹ a comunicação “Museu Câmara Cascudo/UFRN: novos paradigmas, novos caminhos junto às comunidades indígenas do Rio Grande do Norte”, no Grupo de Trabalho 62¹⁰², “Museus indígenas e etnomuseologia: experiências de construção e reconstrução de saberes e subjetividades”, que teve como proposta:

Despertar para uma nova parceria da antropologia com a museologia gerando novas possibilidades gerenciais, novos caminhos epistemológicos e metodológicos e uma maior aproximação com a sociedade, sobretudo com os grupos sociais, detentores de memória e de saberes próprios que precisam ser recuperados e valorizados como patrimônio da cultura viva e pulsante (cf. objetivo do projeto apresentado ao GT 62).

Nos dias atuais, o Museu Câmara Cascudo (MCC)¹⁰³ está redefinindo suas metas e um novo plano conceitual para compor as exposições de longa duração, mas é válido salientar que há tempos, por meio dos trabalhos desenvolvidos pelo GP, essa instituição abriu seus portões para interagir com os indígenas no estado, buscando conhecer suas realidades a partir de suas próprias narrativas, memória social e identidade étnica. Para tanto, já foram criadas diversas oportunidades de debates, reuniões, palestras, projetos conjuntos e trabalhos de campo com a parceria e o protagonismo desses atores sociais.

No período de 24 de julho a 26 de setembro do ano 2014, o MCC sediou a Exposição “ÍNDIOS: os primeiros brasileiros”, do Museu Nacional-UFRJ, sob a curadoria do Prof. João Pacheco de Oliveira. Para possibilitar um diálogo com a realidade contemporânea dos indígenas do estado (Foto 11), foi organizada a exposição “Indígenas no RN: identidade étnica

101 Elaborada pela autora, Jussara Galhardo Aguirres Guerra, e pela coautora, Maria Gorete Nunes Pereira.

102 Coordenado por Mariana de Campos Francozo (Univ. de Leiden) e Christiano Key Tambascia (Univ. Estadual de Campinas – IFCH).

103 O atual Museu Câmara Cascudo, órgão subordinado diretamente à Reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), foi fundado no início dos anos de 1960. Criado inicialmente como Instituto de Antropologia – através da Lei Estadual n. 2.694, de 22 de novembro de 1960 –, foi a primeira instituição de pesquisa da Universidade do Rio Grande do Norte (federalizada em 18/12/1960, conforme Lei 3.849).

e contemporaneidade”, sob a curadoria da antropóloga Jussara Galhardo A. Guerra. Mais de cinco mil pessoas visitaram as referidas exposições em três meses, entre escolas, universidades e demais interessados.

Fotografia 11 – Painel fotográfico da liderança indígena do estado do RN, da direita para a esquerda: Tayse Campos – Mendonça do Amarelão; Cacique Luiz – Catu; e Cacique *Manoelzinho* – Sagi. Local: MCC/UFRN



Fonte: Arquivo GP, 2014

Durante os dias 24 e 25 de julho de 2014, aconteceu no MCC mais uma ação de extensão voltada para a exposição do Museu Nacional, a oficina, que levou o mesmo nome da exposição “ÍNDIOS: os primeiros brasileiros” e foi ministrada pelo Prof. Dr. Edmundo Pereira (MN/UFRJ) e promovida pelo Museu Nacional, com apoio do Museu Câmara Cascudo / UFRN. Foi uma discussão que possibilitou esclarecimentos a respeito da exposição, que estava aberta ao público, bem como facilitou o entendimento da leitura proposta na disposição dos acervos exibidos.

Em outros espaços institucionais, mais especificamente no IFRN, aconteceu, nos dias 11 e 12 de agosto de 2014, no auditório do *Campus* Central, o I Seminário sobre Diversidade Etnicorracial: estudos afro-brasileiros e indígenas, visando discutir questões sobre diversidade étnico-racial do Rio Grande do Norte em diálogo com ações afirmativas institucionais. Nessa ocasião, estiveram presentes lideranças indígenas do estado, dentre as quais o cacique *Manoelzinho* e Zélio do Nascimento, da aldeia Sagi *Trabanda*, além de representantes institucionais¹⁰⁴ convidados para a mesa temática “Questão indígena no RN em perspectiva”. De acordo com as informações contidas no *folder* do evento, o seminário objetivou:

104 Jussara Galhardo (GP/MCC/UFRN); Prof. Glebson Vieira (DAN/UFRN); e Martinho Andrade (CTL-FUNAI/RN).

Fortalecer a implantação dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas – NEABI no IFRN; subsidiar a implementação e o desenvolvimento de políticas e ações de ensino, pesquisa e extensão sobre as várias dimensões das relações étnico-raciais nos *campi* do IFRN e propiciar a formação continuada sobre os estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (cf. folder do evento).

As ações realizadas por essas instituições evidenciam não apenas o reconhecimento da presença dos grupos indígenas no estado, ao possibilitarem a participação desses atores sociais nas discussões que envolvem a diversidade étnico-racial. Mostram também que os espaços de formação acadêmica estão preocupados com a implementação das políticas públicas afirmativas na educação superior.

Visando atualizar as informações acerca dos eventos organizados por instituições parceiras entre os anos de 2015 e 2020, registramos as contribuições tanto do IFRN, através da oferta do Programa de Formação Continuada para Professores Indígenas/Saberes Indígenas, quanto da UFRN, com a oferta do Curso de Licenciatura Intercultural – Nível Superior – para Professores Indígenas (PROLIND) (conforme Anexo E).

1.5 Os *Potiguara* de Sagi se inserem no campo indigenista

A partir do ano de 2005, três grupos indígenas¹⁰⁵ iniciaram sua luta no Rio Grande do Norte, com vistas ao reconhecimento de suas identidades étnicas perante o poder público e a sociedade civil. Quanto aos *Potiguara* de Sagi, começaram as discussões internas a respeito da sua identidade étnica a partir do ano de 2008, mas apenas se incorporaram efetivamente ao movimento indígena, ao lado dos demais parentes, por ocasião da I AIRN, no ano de 2009. Nesse período, estavam dramaticamente enfrentando grandes dificuldades quanto à questão de suas terras e haviam perdido recentemente o processo judicial que tramitava na Comarca de Canguaretama/RN.

O advogado da causa, Luciano Falcão¹⁰⁶, sabendo da origem étnica das famílias de Sagi envolvidas no processo, apresentou-se na plenária da II Audiência Pública no ano de 2008 e expôs as dificuldades as quais eles enfrentavam contra a especulação imobiliária. No mesmo ano, procurou o Grupo Paraupaba, dessa vez com Manoel Leôncio do Nascimento, o qual falou sobre sua relação de parentesco com os *Potiguara* da Paraíba e que desejava participar das reuniões do GP, assim como do movimento indígena no estado. Terminada a reunião, Jussara Galhardo foi convidada a conhecer os indígenas de Sagi.

Nesse contexto, em 17 de agosto do ano de 2008, em companhia do advogado Luciano Ribeiro Falcão, a antropóloga realizou a primeira visita ao povoado de Sagi, lá permanecendo por dois dias. Oportunamente, participou de reuniões e conversas informais, bem como realizou algumas entrevistas, nas quais ela percebeu que:

105 Os Mendonça do Amarelão, de João Câmara; Os Eleotério de Catu, de Canguaretama; e Os Caboclo de Açú.

106 Advogado – OAB/RN 6115.

Por meio de seus repertórios, foram reveladas conexões muito presentes com os indígenas Potiguara da Paraíba. Ao que tudo indica, parte dos que vivem em Sagi pertence ao povo Potiguara que migrou dos aldeamentos da Baía da Traição e se estabeleceu na região no início do século passado. Assim sendo, percebe-se que existe uma memória social indígena, mas que está latente, não tendo ainda despertado de forma coletivamente organizada para a autoafirmação étnica e, conseqüentemente, para a garantia de direitos diferenciados agregados a essa realidade (cf. Relatório de viagem – arquivo do GP/2008).

No período de 27 a 29 de junho de 2009, um grupo composto por sete pessoas foi à comunidade de Sagi¹⁰⁷ e se hospedou por três dias em residência cedida por uma simpatizante do GP (Foto 12). Dentre esses pesquisadores, estavam participando da visita duas alunas de Ciências Sociais e bolsistas do GP – Louíse Branco, que mais tarde escreveu uma monografia sobre os índios de Sagi¹⁰⁸, e Nátaly Santiago Guilmo. Ambas realizaram entrevistas, orientadas por Jussara Galhardo¹⁰⁹, com os moradores mais antigos da localidade, que afirmaram sua origem e identidade indígenas, ao mesmo tempo que falaram sobre sua genealogia familiar e sua conexão com antecessores indígenas.

107 Jussara Galhardo, coordenadora do GP; Maria Ivoneide Campos, Rosânia e Luis, do Amarelão/João Câmara; Luciano Falcão, advogado; Louíse e Nátaly, bolsistas do GP, que se hospedaram na residência de Denise, proprietária do imóvel.

108 BRANCO, Louíse Caroline. **Ser índio na praia: emergência étnica e territorialidade no Sagi**. 2012. 90 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

109 O roteiro, elaborado e orientado por Jussara Galhardo, continha perguntas relevantes para entender determinados aspectos de sua organização social: a genealogia do entrevistado; sua origem – de onde o(a) entrevistado(a) e sua família são provenientes; a cronologia de deslocamentos; a causa da migração; a identidade e a memória social; as perspectivas em relação ao autorreconhecimento étnico; a atividade realizada para o sustento da família; a importância do cemitério na terra que se encontra em litígio para a família do(a) entrevistado(a); a opinião sobre a criação da Associação dos *Potiguara* em Sagi.

Fotografia 12 – Representantes dos Grupos Paraupaba e “*Motyrum-Caaçu*”. Na janela: Louíse e Rosânia; sentados: na frente, Jussara Galhardo, no meio, Luiz e Ivoneide Campos



Fonte: Arquivo do GP/MCC/UFRN, 2008

A partir do ano de 2009, Manoel Leôncio do Nascimento, vulgo *Manoelzinho*, em companhia de outras lideranças indígenas do Rio Grande do Norte, iniciou uma peregrinação¹¹⁰ em busca do reconhecimento étnico dos indígenas de Sagi, apoiados por representantes do movimento indígena da Paraíba, por meio da participação em eventos realizados em outros estados. O primeiro destes foi a VIII Assembleia da APOINME, que aconteceu em Jaboatão dos Guararapes/PE, no período de 21 a 23 de novembro de 2009. Nessa ocasião, tanto os representantes indígenas do Rio Grande do Norte quanto os do Piauí foram ouvidos pelos representantes dos povos indígenas do Nordeste, de Minas Gerais e do Espírito Santo (Foto 13). No encerramento do encontro, foi elaborado um documento final, no qual se evidenciavam o reconhecimento e o apoio da APOINME aos indígenas no RN e no Piauí.

110 Segundo afirma Oliveira (2004, p. 34), “desde V. Turner (1974), os antropólogos sabem que as peregrinações podem ser importantes meios para a construção de uma unidade sociocultural entre pessoas com interesses e padrões comportamentais variados. Não são poucos nem inexpressivos os autores que consideram as viagens como fator importante na própria constituição das sociedades (Fabian 1983; Anderson 1983; Pratt 1992 e, mais recentemente, Clifford 1997)”.



Fonte: Luciano Falcão

Em dezembro de 2009, com a publicação do Decreto n. 7.056/2009, que adotou medidas para a “reestruturação da FUNAI”, movimentos indígenas de todo o país resolveram protestar contra essa medida governamental, organizando marchas em todo o Brasil rumo à sede da FUNAI-DF. Os diferentes grupos étnicos vindos de todas as regiões se instalaram na sede da FUNAI em Brasília, determinados a “ficarem acampados por tempo indeterminado até que tivessem uma conversa com o presidente da república e com o presidente da FUNAI¹¹¹”.

Em janeiro do ano de 2010, partiu uma delegação do Rio Grande do Norte com destino a Brasília, com o apoio institucional da FUNAI de João Pessoa/PB e do Grupo Paraupaba. Essa comitiva foi composta por representantes indígenas de Sagi – Manoel Leôncio, *Manoelzinho*, Temístocles Inácio e Carlos Leôncio – e de Catu – Luiz, Jaqueline, Natan e Manoel. Em solidariedade aos representantes do estado, também participaram dessa marcha Jussara Galhardo e Luciano Falcão, que advogava a questão das terras de Sagi *Trabanda*. Ao falar sobre o desfecho dessa manifestação, Jussara Galhardo conclui:

Após mais de sete dias que estavam acampados, uma pequena comissão foi designada (*Caboquinho*, Capitão e Luciano) para conversar com o presidente da FUNAI – Márcio Meira, que falou em ir a Baía da Traição para conversar com os Potiguara e Tabajara da PB e do RN. Por fim, os acampamentos foram muito cansativos e talvez não tenha sido uma decisão muito acertada a de unir mais de 700 indígenas em condições muito precárias, considerando que tiveram que retornar para suas aldeias espalhando o vírus da gripe e outras doenças adquiridas durante a estada em Brasília (cf. Relatório de viagem – arquivo GP, 2010, p. 87).

111 Conforme relatório de viagem (2010, p. 86) da Coordenadora do Grupo Paraupaba/MCC/UFRN, Jussara Galhardo.

Em fevereiro de 2010, logo após participarem da I AIRN, representantes do estado¹¹² dirigiram-se a Pernambuco com vistas a legitimar sua identidade junto à Regional da APOINME, fundada em abril de 1995 e sediada em Olinda/PE. Seu coordenador, Manoel Uilton dos Santos, vulgo Uilton *Tuxá*, afirma em documento entregue às lideranças que essa organização apoia a luta dos indígenas emergentes no estado do RN, conferindo a cada representante das comunidades uma “Declaração de Reconhecimento pela APOINME” (Anexo F).

No que diz respeito aos indígenas de Sagi, o referido coordenador os declara oficialmente¹¹³ “como sendo da etnia indígena *Potiguara* e que a citada comunidade faz parte da área de abrangência dessa regional”. Solicita ao poder público que respeite a “legislação indigenista brasileira e os tratados internacionais, dos quais o Brasil é signatário¹¹⁴”.

A partir da participação de representantes indígenas de Sagi na I AIRN/2009, bem como após a consolidação de sua autoafirmação pela regional da APOINME/PE, lideranças desse grupo se sentiram mais motivados a buscar seus direitos em outras instâncias. Portanto, relataremos alguns momentos que subsidiaram o fortalecimento do movimento indígena no estado do Rio Grande do Norte, enfatizando principalmente a participação ativa da liderança indígena de Sagi em eventos, encontros, reuniões, mobilizações e protestos, tendo em vista que o objetivo desse registro é apresentar a inserção do grupo pesquisado nas discussões políticas nas esferas local e nacional, dentro do campo indigenista que vem se formando na última década.

No período de 08 e 09 de fevereiro de 2011, aconteceu, na Baía da Traição/PB, um encontro entre os *Potiguara* da Paraíba e os indígenas do Rio Grande do Norte, objetivando articular a formação do *Território Etnoeducacional* (TEE/PB/RN) unificado¹¹⁵. O antropólogo Thiago Almeida Garcia, Coordenador Geral de Educação/FUNAI, esclareceu aos participantes o objetivo do encontro, citando um dos parágrafos do texto informativo entregue aos presentes:

Essa política propõe construir um novo modelo de planejamento e gestão da educação escolar indígena, tendo como principal referência a forma como os povos indígenas se organizam, as suas especificidades sociolinguísticas, políticas, históricas, geográficas e suas relações intersocietárias (cf. Trecho do texto informativo sobre os TEEs, p. 1).

Thiago Almeida ainda destacou o Decreto n. 6.861, publicado pela Presidência da República em 27 de maio de 2009, que trata da educação escolar indígena, definindo sua orga-

112 Os representantes de Sagi foram Manoel Leôncio do Nascimento, Temístocles Inácio da Silva e Osmar Jerônimo. Estiveram presentes, ainda, representantes do Amarelão – João Câmara; de Catu – Canguaretama/Goianinha; e dos Caboclos de Açú.

113 Conforme a Declaração de Reconhecimento, datada de fevereiro de 2010.

114 Idem.

115 Além de vários indígenas da Paraíba; do Ceará: Weiber Tapeba; do RN: Luiz, Vargerlândia e Wellington (Catu) e Tayse e Rozânia (Amarelão), participaram do evento Jussara Galhardo Aguirres Guerra – MCC-UFRN – e Maria Gorete Pereira Nunes – SEEC/RN –, ambas convidadas por Gersem José dos Santos (Gersem Baniwa) – Coordenador geral do TEE/MEC –, através do ofício circular n. 06/2011-/CGEEI/DEDI/SECD/MEC, que também esteve presente no evento com Thiago Almeida Garcia – ME.

nização em TEEs e chamando a atenção para outra citação do referido texto:

Um dos pontos importantes desse decreto é que a definição dos territórios etnoeducacionais será feita a partir de consulta aos povos indígenas, aos entes federados, à Fundação Nacional do Índio, à Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena, à Comissão Nacional de Política Indigenista e aos Conselhos Estaduais de Educação Escolar Indígena. Dessa forma buscamos garantir que cada território seja implementado com a efetiva participação dos povos indígenas e das instituições que trabalham na educação escolar indígena (cf. Trecho do texto informativo sobre os TEEs, p. 2).

Porém, apesar de as lideranças indígenas do RN terem levado o diagnóstico educacional das suas comunidades durante esse evento, por meio de um levantamento realizado na I AIRN/2009, não foi possível consolidar um pacto entre os dois estados de forma unificada, pois houve divergências políticas entre os *Potiguara* da Paraíba¹¹⁶. Foi declarado que seus interesses discordavam das necessidades do RN, cujo movimento estava apenas no início, em contrapartida, o estado vizinho já estava bem amadurecido nas discussões sobre a EEI. Nesse momento, ficou inviável a unificação do território etnoeducacional. Em consequência dessa discordância política, o TEE/PB/RN não foi efetivado. No entanto, a proposta do MEC continua sendo a de unificação¹¹⁷.

Outro momento de fortalecimento político para os indígenas no estado aconteceu em março de 2011, com a II Assembleia de Mulheres Indígenas, realizada pela Regional da APOINME, em Rodelas/BA. Nesse fórum, foram eleitas as coordenadoras de mulheres indígenas das microrregionais. A coordenadora da microrregional do RN, Tayse Campos, indicou como representante das mulheres indígenas do estado no RN Valda Arcanjo, a qual aceitou o cargo e logo deu início às discussões sobre a realização de uma assembleia de mulheres no Rio Grande do Norte, cujos encaminhamentos foram discutidos naquela reunião.

No período de 12 a 15 de dezembro de 2011, Valda Arcanjo e Tayse Campos participaram da 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres em Brasília/DF. Na solenidade de abertura, estavam presentes a Presidenta Dilma Rousseff e a Ministra Iriny Lopes, da Secretaria de Políticas para as Mulheres, entre outras representantes das demais secretarias federais, além de representantes dos movimentos sociais de cada estado brasileiro (Ata da APOINME/RN, 2011).

Na oportunidade, foram criados os grupos de trabalhos (GTs), que discutiram sobre os seguintes temas: “As mulheres no momento atual do desenvolvimento econômico e social do país”, “Autonomia econômica e social: igualdade no mundo do trabalho e desafios do desen-

116 Enquanto um grupo apoiava os indígenas do RN, outro apresentava opiniões contrárias, alegando que a demanda da Paraíba estava mais avançada, uma vez que no RN essa discussão estava apenas começando.

117 Até o ano de 2015, foram pactuados 25 TEEs em todo o país, sendo sua projeção total de 41, dos quais 03 estão em processo de implementação e 13 em processo de consulta, incluso, neste último, o caso do TEE Paraíba e Rio Grande do Norte. Fonte: adelco.org.br. Portal do MEC.

volvimento sustentável” e “Desafios de um projeto com igualdade entre mulheres e homens, enfatizando o potencial agroindustrial e energético”. Durante as discussões nos GTs, houve a incorporação das dimensões de conceitos como: “raça, etnia, orientação sexual e geracional”.

Em visita aos grupos indígenas no RN, por ocasião da preparação para a II AIRN, Valda Arcanjo apresentou às mulheres indígenas do estado o relatório dos GTs da 3ª Conferência, com vistas a fortalecer a luta dessa categoria no movimento indígena local (Ata da APOINME/RN, 2011). Sandra Teles, casada com o cacique *Manoelzinho*, foi escolhida pela comunidade para representar as mulheres indígenas de Sagi. Valda Arcanjo, ao falar a respeito dos encontros realizados com as mulheres indígenas nas comunidades do RN, durante as reuniões preparatórias para a I AMIRN, 2012, esclareceu:

Essa mobilização feita por nós mesmos indígenas nas comunidades do RN, no momento, foi muito gratificante pra mim, por contatar com as comunidades e ouvir os relatos das necessidades de cada uma daquelas comunidades. Mesmo sendo comunidades distantes, pretendo articular com a APOINME para que possamos dar apoio no que diz respeito a uma melhor afirmação nos municípios em que está localizada cada comunidade, como também elaboração de projetos onde possa levar oficinas de capacitação em várias áreas como artesanato e outros meios que possam gerar renda para as mulheres das comunidades indígenas, pois é o que mais as mulheres reivindicam para sua renda familiar, quando no momento vivem da mínima renda do esposo (cf. e-mail recebido pela autora, em maio de 2012).

Continuando a descrever a trajetória política da luta dos indígenas do estado, *Manoelzinho* de Sagi estava entre os representantes indígenas do RN no evento “Rio + 20¹¹⁸”, que ocorreu no período de 13 a 22 de junho de 2012 no Rio de Janeiro. Na oportunidade, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) fez um comunicado aos povos indígenas do Brasil por ocasião da “Cúpula dos povos”¹¹⁹, chamando a atenção para três aspectos¹²⁰: 1º) os direitos territoriais indígenas e a situação de suas terras no Brasil, destacando as ameaças aos direitos indígenas; 2º) a violência e a criminalização das lideranças indígenas, enfatizando os povos indígenas em situação de isolamento e de risco; e 3º) os grandes projetos e o direito à consulta prévia, livre e informada.

Esses encontros têm possibilitado uma ampla visibilidade dos grupos indígenas no RN, assim como têm fortalecido as mobilizações indígenas locais. Neles, as lideranças indígenas apreendem cada vez mais sobre os seus direitos e adquirem confiança necessária para reivindicá-los.

Diante dessas experiências, no dia 14 de agosto do ano de 2012, representantes das

118 Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), em que governantes e membros da sociedade civil se reuniram para discutir sobre como transformar o planeta em um lugar melhor para se viver.

119 Evento paralelo à CNUDS (Rio+20), organizado por entidades da sociedade civil e movimentos sociais de vários países, que aconteceu no Aterro do Flamengo – RJ.

120 Conforme cópia de documento (arquivo pessoal do cacique).

comunidades indígenas¹²¹ do Rio Grande do Norte formaram uma comissão com o objetivo de visitar a FUNAI em Brasília/DF. Lá chegando, reuniram-se com representantes do Ministério da Justiça – o Ministro José Eduardo Cardozo – e da Advocacia Geral da União (AGU) – Dr. Luiz Inácio Adams –, bem como com a Presidenta da FUNAI/DF – Dra. Marta Maria de Amaral Azevedo. A proposta desse encontro foi buscar das autoridades presentes soluções para os problemas que estão enfrentando em suas comunidades, ficando acordado que as demandas apresentadas seriam encaminhadas para os órgãos competentes.

No dia 15 de fevereiro de 2013, as lideranças indígenas do RN¹²² participaram de uma reunião na ouvidoria da FUNAI/DF, com a Dra. Patrícia Sommer. Na ocasião, voltaram a tratar das demandas dos indígenas no RN, estando determinados a ouvir definitivamente um posicionamento desse órgão indigenista. Em conformidade com a ata disponibilizada pela microrregional da APOINME/RN, os assuntos apresentados nessa reunião foram: a questão do processo judicial da comunidade de Sagi *Trabanda*; a educação indígena e sua regularização nas escolas das comunidades; e o apoio aos jovens que necessitavam estudar fora de suas localidades.

Ainda, foi pautada a questão da saúde, quando solicitaram a realização de diagnósticos sobre a saúde dos indígenas nas comunidades do estado, bem como a definição de cobertura do DSEI¹²³ para atender às demandas específicas desses grupos. Da mesma forma, foi sugerida uma melhor atuação da Regional (CR Nordeste II), no sentido de esta responder aos documentos e às ações encaminhadas pelo movimento indígena no RN. Os representantes ainda falaram sobre um assunto preocupante – o Projeto RN Sustentável –, ao solicitarem à FUNAI/DF que se manifestasse oficialmente junto ao Banco Mundial quanto às ações desse órgão internacional executadas pelo Governo do Estado, as quais afetam frontalmente os interesses indígenas.

Após a exposição dos problemas, Patrícia Sommer afirmou que era possível que a AGU defendesse a comunidade de Sagi nesse processo judicial e pediu que fosse encaminhada uma cópia dos autos do processo para que ela pudesse ter um entendimento com a Procuradoria. Reafirmou, ainda, que todas essas denúncias seriam tratadas com a Procuradoria da AGU. Após concluída a pauta, as denúncias foram repassadas para formulários específicos, assinados por Tayse Campos e Luiz Soares, que são, respectivamente, do Amarelão/João Câmara e de Catu/Canguaretama e Goianinha.

Nesse mesmo dia, 15 de fevereiro de 2013, às 14 horas, os representantes mencionados acima reuniram-se na 6ª Câmara da Procuradoria Geral da República/Ministério Público Federal (PGR/MPF), em Brasília/DF, com a Procuradora Dra. Maria Eliane Menezes de Farias

121 *Manoelzinho* também estava representando os indígenas de Sagi.

122 Tayse Michelle Campos da Silva – Amarelão/João Câmara, Coordenadora da Microrregional da APOINME/RN e representante suplente do Comitê Regional da FUNAI – Nordeste II; José Luiz Soares – Catu/Canguaretama, representante titular do Comitê Regional da FUNAI – Nordeste II; Valda Maria Arcanjo da Silva – Catu/Canguaretama, Coordenadora de Mulheres da Microrregional da APOINME/RN; Antônio Adriano Lopes – Caboclo/Açu; Zuleide Maria Bezerra – Tapará/Macaíba; e Manoel Leôncio do Nascimento – Sagi/Baía Formosa.

123 Distrito Sanitário Especial Indígena.

e o antropólogo e analista pericial Jorge Bruno Sales Souza, ambos da PGR/MPF, para tratarem das demandas dos grupos indígenas no RN. Os assuntos abordados inicialmente nesse encontro foram referentes a demandas dos povos indígenas encaminhadas ao Ministério Público Federal do RN e que não têm sido atendidas. Os representantes também solicitaram a presença de um analista pericial do MPF para realizar visitas às comunidades indígenas do Rio Grande do Norte, visando a elaboração de relatórios sobre a situação encontrada nessas localidades.

No tocante à educação escolar indígena, eles solicitaram que o Ministério da Educação regularizasse as escolas das comunidades indígenas do RN, bem como pediram apoio necessário para os jovens que precisam estudar fora das comunidades. Quanto à questão da saúde indígena, os representantes chamaram a atenção para que a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) realizasse diagnósticos nas comunidades indígenas no RN e insistiram na definição da abrangência de atendimento do DSEI¹²⁴ no estado.

Como encaminhamento para as lideranças indígenas do RN, ficaram os seguintes procedimentos: encaminhar à 6ª Câmara o detalhamento das demandas com o aporte fotográfico e enviar o documento com a resposta da Advocacia Geral da União (AGU) acerca da questão territorial (processo) das famílias de Sagi, bem como o vídeo da audiência judicial sobre esse litígio. Por fim, no tocante à questão territorial dos *Potiguara* de Sagi, coube à 6ª Câmara reconduzir o processo judicial que se encontrava na jurisdição estadual para ser julgado na instância federal, o que significou um grande avanço político para aquelas famílias.

Quanto à necessidade de ser adotada a educação escolar indígena, ficou acordado que essa questão seria encaminhada ao Grupo de Educação Indígena da 6ª Câmara, como também seria acionado o MEC para as devidas providências. No tocante à saúde indígena, a demanda seria encaminhada ao Grupo de Saúde Indígena da 6ª Câmara para que este, por sua vez, acionasse a SESA/MS¹²⁵. Também foi decidido sobre a iniciativa de criação de um Núcleo Indígena no MPF/RN, levando-se em conta que seria reclamada a esse órgão sua postergação no trato com o movimento indígena no estado.

A partir da aproximação dos *Potiguara* de Sagi com o GP e com outros indígenas no estado, o grupo se fortaleceu gradativamente sob a liderança de Manoel Leôncio do Nascimento¹²⁶. Conforme os relatos apresentados, ele vem representando a *comunidade* desde o início da sua autoafirmação étnica.

Todavia, diante de alguns impasses¹²⁷ que estavam afligindo alguns indígenas de Sagi,

124 Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) – criado pela Lei n. 9.836, de 24 de setembro de 1999.

125 Secretaria Especial de Saúde Indígena/Ministério da Saúde.

126 Conforme relatarei mais adiante, *Manoelzinho*, como é conhecido pela comunidade, tornou-se o cacique do grupo pesquisado. Contou, para isso, com o apoio de outros “parentes”, o que tem resultado no fortalecimento de sua liderança. Bisneto de uma das primeiras moradoras/fundadoras de Sagi, tem se destacado como importante liderança do seu grupo familiar, articulando-se em busca de direitos, em parceria com a FUNAI e o movimento indígena nacional.

127 Relacionados à liderança do grupo e à atuação de Luciano Falcão na causa jurídica.

aconteceu uma reunião local no dia 26 de março de 2013, visando resolver os problemas que os incomodavam. Para tanto, compareceram à reunião 45 indígenas da própria comunidade, representantes de instituições¹²⁸ parceiras, como também, a convite de Jussara Galhardo, representantes dos *Potiguara* da Paraíba¹²⁹, totalizando 56 pessoas nesse encontro.

Essa reunião teve dois propósitos: escolher e empossar o cacique da aldeia local e decidir sobre a atuação do advogado Luciano Falcão na questão da terra de Sagi *Trabanda*. Na ocasião, *Manoelzinho* pediu para sair da liderança do grupo, porque estava se sentindo injustiçado por alguns parentes insatisfeitos com a sua atuação. No entanto, por decisão unânime dos indígenas presentes na reunião, ele foi aclamado como seu legítimo cacique¹³⁰, tendo sido formalizada, assim, sua posição política no grupo.

Diante do que foi apresentado, é possível observar e analisar a participação ativa dos *Potiguara* de Sagi sob a liderança do cacique *Manoelzinho* nas discussões políticas e nas ações de reivindicação dos direitos coletivos em diversos encontros vivenciados pelos indígenas no estado, destacando o protagonismo desses atores sociais na construção histórica do movimento indígena mediante o campo indigenista local.

1.6 Instalação da FUNAI no estado

Respondendo a diversas reivindicações dos povos indígenas do estado, a FUNAI instalou-se em Natal/RN em maio de 2011, por meio da Coordenação Técnica Local (CTL/RN), visando atender às demandas sociais dos indígenas. Está vinculada à Regional Nordeste II, localizada em Fortaleza/CE. Ao tratar do processo que culminou na instalação desse órgão no estado, Jussara Galhardo¹³¹ afirmou:

Isso se deu após diversas ocasiões de discussões nos eventos políticos – audiências, debates, assembleias e reuniões em que foram discutidos assuntos relativos à autoafirmação étnica, reivindicações políticas e sociais dos indígenas no Rio Grande do Norte. Foram mais de seis anos de luta nesse sentido, tendo a contri-

128 Martinho Alves de Andrade Júnior (Coordenador da CLT/FUNAI/Natal/RN), Jussara Galhardo Aguirres Guerra (Coordenadora do GP/MMC/UFRN), Maria Gorete Nunes Pereira (SEEC/NECAD/RN e Membro do GP), Lenilton Lima (fotógrafo – República das Artes – Natal/RN), Dennys Luca Xavier (Assessor do Deputado Estadual Fernando Mineiro – Natal/RN), Louíse C. Gomes Branco (Coletivo Libertário Formigueiro) e os bolsistas do CRDH/UFRN: Allyne Macedo, Poliana Brito de Paula e Magnos da Silva Marques.

129 Indígenas *Potiguara*: José Ciríaco (capitão *Potiguara*), Claudedir da Silva Braz (cacique *Cal* – aldeia Monte-Mor), Sandro Gomes Barbosa (cacique geral dos *Potiguara*/PB), Alcides da Silva Alves (cacique – aldeia São Francisco) e Francisco José dos Santos (pajé – aldeia São Francisco).

130 Para os *Potiguara* de Sagi, o termo “cacique” representa um líder que comanda o grupo, que toma a dianteira nas decisões de ordem política e social e que os representa “fora” da comunidade.

131 Jussara Galhardo Aguirres Guerra é Mestre em Antropologia-UFPE e Coordenadora do GP/MCC/UFRN.

buição do Grupo Paraupaba - MCC/UFRN, do movimento indígena Potiguar-PB e da anterior Coordenação Regional da FUNAI de João Pessoa-PB, ao lado de outros parceiros que tiveram a iniciativa de levar esse debate – até pouco tempo silenciado e esquecido – ao conhecimento do poder público e da sociedade civil do estado (cf. Depoimento registrado em ata do GP, 2011).

O Prof. Dr. Glebson Vieira, também pesquisador da questão indígena, vinculado atualmente ao DAN/UFRN e participante do GP, destacou a importância da CTL/RN/FUNAI em Natal. De acordo com comentário disponível na *web*:

A instalação da Coordenação Técnica Local (CTL) da FUNAI em Natal é de fato uma grande conquista. Ela é fruto da mobilização das comunidades indígenas do RN. Do ponto de vista das contribuições da CTL/FUNAI em Natal, é possível falar, em primeiro lugar, do reconhecimento, por parte do Estado brasileiro, acerca da existência de comunidades indígenas no RN e da legitimidade de suas demandas, contrastando com o “apagamento” dessas identidades étnicas, muito presente até bem pouco tempo no cenário local. Outra contribuição que, a meu ver, será consequência, em médio prazo, da presença da FUNAI no RN, refere-se à possibilidade do “aparecimento” de outras comunidades pleiteando o reconhecimento como indígenas (cf. Entrevista disponível no *site*: <http://www.cchla.ufrn.br/interlegere/10/inter-legere.htm>. Acesso em: 20 dez. 2014).

A presença da FUNAI possibilitou uma maior visibilidade para esses grupos indígenas no estado. No entanto, as ações no campo indigenista oficial estavam apenas ensaiando seus primeiros passos, considerando que a demarcação de terras indígenas é um processo muito complexo e desgastante, além de demandar muito tempo de esforços conjuntos. Isso exige sempre muita perseverança, sobretudo das lideranças indígenas envolvidas, que devem manter um diálogo permanente com o movimento indígena, tendo como parceiras as organizações governamentais e não governamentais para o alcance de seus direitos específicos.

Mesmo após a instalação da FUNAI no estado, o processo da aldeia Sagi *Trabanda* continuou tramitando na justiça estadual, sendo representado por um advogado popular – Luciano Falcão. Porém, no dia 26 de março do ano 2013¹³², a comunidade se reuniu e quarenta e cinco dos indígenas presentes no encontro decidiram pelo afastamento do advogado. Logo em seguida, o processo judicial em tramitação foi transferido para a alçada federal, mais especificamente, passou a ser matéria de responsabilidade da Advocacia Geral da União (AGU).

Diante disso, compareci à sede da CTL/FUNAI, em Natal, após agendamento prévio, para conversar com Martinho Andrade, seu coordenador. O objetivo dessa conversa era obter esclarecimentos sobre o andamento das ações processuais envolvendo os indígenas de Sagi. O encontro aconteceu no dia 18 de dezembro do ano de 2014, tendo sido autorizada sua gravação, bem como me foram disponibilizados alguns documentos relevantes. O diálogo foi importante, porque certos detalhes referentes aos autos processuais da terra em litígio dos *Potiguara* de Sagi me foram esclarecidos.

O coordenador me informou que há uma ação da AGU realizada logo após uma reu-

132 Conforme registrado no Capítulo 1 deste trabalho.

nião¹³³ que aconteceu na comunidade, quando os indígenas decidiram retirar o advogado popular da questão judicial envolvendo a terra indígena, movida contra eles pelo Sr. Waldemir Bezerra. Porém, quanto à decisão, não era tão simples assim. Segundo Martinho Andrade¹³⁴, “eles teriam que ter feito um documento destituindo o advogado e entrar com esse documento lá na justiça para informar. Ou eles ou o próprio Luciano. Isso só veio acontecer em junho ou julho, quando o próprio Luciano fez o documento de renúncia”.

No entanto, a suspensão do referido advogado desse processo não foi oficializada de forma imediata no fórum. Ele saiu do caso, de acordo com a vontade da comunidade, em março, mas apenas em julho isso foi documentado através de sua renúncia¹³⁵. Nesse período, entre março e julho, a FUNAI não ficou parada, ou seja, logo encontrou uma alternativa junto à Procuradoria Geral Federal (PGF) em defesa dos indígenas por meio de uma apelação, conforme continuou explicando Martinho Andrade:

Quando a AGU entrou, ela não entrou em defesa dos índios. Ela entrou em defesa da FUNAI. Como eles tinham um advogado constituído ainda, a AGU não poderia entrar em interesse deles – é regulado isso em portaria. A gente achou essa possibilidade através de uma orientação da procuradoria geral da FUNAI. Então, se tem índios, a FUNAI tem interesse, por via *input* indireta houve um recurso de apelação (cf. Entrevista gravada e compilada pela autora, na sede da CTL/FUNAI de Natal, em 18/12/2014).

Logo no mês de abril do ano de 2014, houve uma decisão desfavorável do Tribunal Regional Federal¹³⁶ em relação aos réus do processo – os indígenas –, repetindo a mesma sentença anteriormente dada pela justiça estadual, ou seja, instituindo o direito de posse da referida terra ao Sr. Waldemir Bezerra, alegando entre outras razões:

[...] conforme declarado pela própria FUNAI, o processo demarcatório ainda não foi concluído, eis que os réus, somente em 11/07/2011, formalizaram o pedido de regularização fundiária, de modo que, até o seu final, não se pode reconhecer essas terras como sendo indígenas. O indigenato expressa-se no reconhecimento de que determinadas terras, que são efetivamente utilizadas pelos povos indígenas, a estes pertencem desde os tempos da colonização, sendo nulos os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse dessas terras, por particulares (cf. Apelação Cível 566120-RN – 0010610-70.2013.4.05.9999, p. 4).

Entretanto, para Martinho¹³⁷, “a AGU novamente entrou com um pedido para poder

133 No dia 26 de março de 2013.

134 De acordo com entrevista gravada e compilada pela autora, na sede da CTL/FUNAI de Natal, em 18/12/2014.

135 Solicitei a Luciano Falcão uma cópia ou dados referenciais dos documentos emitidos por ele enquanto advogado dos indígenas, via e-mail, no dia 16/12/2014. No entanto, não obtive nenhuma resposta.

136 Apelação Cível 566120-RN – 0010610-70.2013.4.05.9999. Relator: Desembargador Federal Geraldo Apoliano, em 24/04/2014.

137 Conforme entrevista gravada e compilada pela autora, na sede da CTL/FUNAI de Natal, em 18/12/2014.

reverter essa decisão do TRF¹³⁸, que confirmava aquilo que a justiça estadual tinha dito”. Essa solicitação foi enviada ao desembargador do TRF no dia 02 de junho de 2014, pelo Procurador Federal Ricardo Ramos Coutinho (PRF/PE)¹³⁹, referente à Apelação Cível¹⁴⁰, esclarecendo alguns pontos desconsiderados pela Terceira Turma do TRF da 5ª Região, que decidiu, por unanimidade, rejeitar as apelações encaminhadas ao Poder Judiciário. Entre esses pontos, destaco:

A embargante FUNAI, em sua apelação, esclarece acerca do reconhecimento da identidade étnica indígena de acordo com a Convenção n. 169, da Organização Internacional do Trabalho – OIT, ratificada pelo Estado brasileiro, bem como pelo próprio pleito e autorreconhecimento da Comunidade Indígena Sagi-Trabanda, pertencente a etnia Potiguara, originária do município de Baía Formosa/RN, não apreciados pelo acórdão recorrido. [...] A existência da comunidade indígena vem a ser inquestionável, ante o seu autorreconhecimento e a reivindicação na demarcação de suas terras, enquanto o acórdão embargado não poderia negar tratar-se de terra indígena a área disputada sem a realização de prova antropológica judicial. [...] O TRF da 1ª Região tem, na aplicação dos dispositivos constitucionais e legais, decidido que direito dos índios à posse de suas terras vem a ser diferenciada em relação a estabelecida pelo Código Civil, independentemente de demarcação, que tem o caráter declaratório ou não constitutivo (cf. Documento enviado em 02/06/2014 ao TRF pela AGU/PGF, em oposição aos presentes EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, referente ao AC n. 566120-RN – 0010610-70.2013.4.05.9999, de 24/04/2014, p. 2-3).

Continuando, Martinho Andrade explicou sobre a argumentação usada pelo Sr. Waldemir Bezerra no tribunal, a qual foi assegurada por um de seus funcionários¹⁴¹, que atuou como sua testemunha no processo acerca de seu “direito de posse”:

Uma coisa é você dizer que é o dono daquilo ali, outra coisa é você dizer quem tem a posse. É uma matéria que não é muito fácil de se conversar sobre ela, porque às vezes a gente confunde. Ele [Waldemir Bezerra] tá pedindo a reintegração de posse, como se ele tivesse a posse. E a única coisa que ele tem como argumento favorável é que ele mantinha uma pessoa ali paga e essa pessoa chegou lá (na audiência) e confirmou – que é o tal do vigia. Não necessariamente para manter a posse você precisa estar lá pessoalmente. Se você manter uma pessoa ali, contratada para fazer aquele trabalho e você é responsável pela aquela pessoa, você mantém a posse (cf. Entrevista gravada e compilada pela autora, na sede da CTL/FUNAI de Natal, em 18/12/2014).

Quando perguntei ao coordenador da CTL/RN sobre a localização do processo que saiu da justiça estadual para a federal, ele me informou¹⁴² que “está no TRF em Pernambuco, Recife. Lá é onde ficam esses desembargadores do TRF”. Na atualidade, o processo se encontra na instância regional. Ainda, indaguei: “que avanços foram conquistados?”.

138 Tribunal Regional Federal.

139 Procuradoria Regional Federal da 5ª Região – Recife/PE.

140 AC n. 566120-RN – 0010610-70.2013.4.05.9999, de 24/04/2014.

141 A mãe desse funcionário se autoafirma indígena e foi cadastrada pela FUNAI no ano de 2013.

142 Conforme entrevista gravada e compilada pela autora, na sede da CTL/FUNAI de Natal, em 18/12/2014.

Ele (o processo) sofreu aquela ação de apelação, eles responderam com a confirmação daquilo que tinha acontecido aqui no Estado. Mas houve um recurso da AGU, que não sei quando foi impetrado, se foi em agosto ou setembro. Mas para caracterizar isso é uma coisa muito complicada: a decisão não se revoga, ela é analisada e pode subir pra outra instância. Chegando ao supremo federal, pode ser que tenha uma chance de que isso seja revertido, pode ser que não. Mas é um jogo de ações, de liminar... eu tenho pouco acesso a isso. Só espero que dê certo! (cf. Entrevista gravada e compilada pela autora, na sede da CTL/FUNAI de Natal, em 18/12/2014).

Ao questionar o entrevistado sobre o seu entendimento acerca da contribuição do parecer técnico emitido pela 6ª Câmara (Brasília/DF), ele afirmou que¹⁴³ “gostaria mais que o Ministério Público se pronunciasse do que FUNAI, porque como ele é parte do processo”.

Para Martinho, o TRF desconsiderou o esforço do MP quanto à elaboração do parecer pericial solicitado à 6ª Câmara, ao explicar que¹⁴⁴, “obviamente, cabe ao MP reconhecer isso e agravar. Eles estão sabendo, pois houve uma reunião com a procuradoria da AGU e o MP e eles foram informados”. Esclarecendo sobre a parte da área exigida por Waldemir Bezerra na justiça, ele ainda complementou¹⁴⁵: “é uma discussão que é muito importante de se entender: esses 75ha, em nenhum momento, foram colocados como uma necessidade dos índios. Os 75ha é uma necessidade do Waldemir Bezerra, foi ele quem moveu a ação contra os índios”.

A terra tradicionalmente ocupada, apresentada pelos indígenas em suas narrativas, vai além dessa área delimitada e exigida por Waldemir Bezerra, cabendo à FUNAI, do ponto de vista dos antigos moradores de Sagi, demarcá-la. De todo modo, esse quinhão disputado judicialmente encontra-se incorporado ao território tradicional indígena.

De acordo com as cópias dos documentos emitidos pelo Cartório Judiciário de Baía Formosa acerca da área em litígio, pode-se constatar que houve uma contradição nas informações apresentadas. O primeiro documento – cuja cópia encontra-se anexada ao processo judicial¹⁴⁶ (Anexo G) –, também citado pelo Procurador do TRF como um documento fidedigno, sob o qual se concedeu a reintegração de posse a Waldemir Bezerra, certificou¹⁴⁷:

[...] um registro de uma Propriedade de Ônus de uma área de 75 ha [...] localizada no Distrito de Sagi, município de Baía Formosa/RN a mesma de propriedade da Firma EMPISEL – Empreendimentos Pituba Serviços LTDA, [...] representado pelo Sócio Majoritário, o Sr. Thomaz Soares de Mello. [...] CERTIFICO AINDA, que consta o registro de um Contrato Particular de Compra e Venda deste Imóvel, registrado em 13/02/2007 neste Cartório, [...] celebrado em 15/06/2005, tendo como promitente comprador Waldemir Bezerra de Figueredo, tendo como objeto o imóvel com área de 75 hectares, desmembrado da área maior, denominada Fazenda Sagi (cf. Cópia do documento disponível no Anexo C deste trabalho).

O segundo documento (Anexo H), emitido em 03/09/2013 pelo mesmo Cartório,

143 Idem.

144 Idem.

145 Idem.

146 Processo n. 0001772-71.2007.8.20.0114 – Comarca de Canguaretama.

147 Certidão de Propriedade e Ônus, datada de 13/02/2007.

constatou¹⁴⁸ “a inexistência da matrícula da referida área”. Diante disso, surgiu a questão: qual dos dois documentos é o “verdadeiro”? Seria o que afirma o contrato de compra e venda de uma área pertencente anteriormente ao Sr. Tomás de Melo e “vendida” no ano de 2007 ao Sr. Waldemir Bezerra ou o mais recente, que afirma a inexistência de registro cartorial dessa área?

Portanto, cabe à justiça decidir frente a duas opções. A primeira delas diz respeito à versão apresentada pelo grupo familiar, que se autoafirma como indígena e defende que há quase um século e meio vive na região, pela qual tem um forte sentimento de pertença. Já a segunda apontaria para uma decisão abalizada em documentos cartoriais que se contradizem, que são dúbios quanto à legitimidade do proprietário sobre a terra em questão.

O coordenador da CTL/Natal ainda relatou sobre os trabalhos futuros da FUNAI em Sagi, comunicando que¹⁴⁹ “nosso trabalho de identificação a gente espera começar o quanto antes. Há uma possibilidade de ser feito a partir de 2015. Aí, a gente vai ter o limite exato do território indígena de Sagi”.

Diante do exposto, tendo como base os dados reunidos neste capítulo, podemos afirmar que a partir de 2005 iniciou-se no Rio Grande do Norte um novo capítulo na história indígena no estado, marcado pela “presença” dessas populações em solo potiguar, ainda que dentro de movimentos múltiplos, locais, estatais, não governamentais – todos em defesa de sua visibilidade.

Essa história passou a ser recuperada pelos próprios atores sociais, no jogo de suas interlocuções variadas, sendo rerepresentadas através das ações desses grupos sociais, que assumiram um protagonismo incansável em busca de sua recuperação histórica e da afirmação de suas identidades etnicamente diferenciadas. Determinados, pois, a restabelecerem suas terras – perdidas por ações usurpadoras contra seus antecessores –, esses grupos detêm o discurso e a mobilização política como forças argumentativas e de jurisprudência, à medida que avançam no campo interétnico em busca da recuperação de seus direitos peculiares.

148 Conforme Ofício n. 013/2013, expedido pelo Interventor Jeremias Duarte Ribeiro, em resposta ao ofício n. 05/2013-SEEC/GS, datado de 20/08/2013, que solicita informações sobre o referido imóvel pelo subsecretário Osvaldo Gomes Neto, considerando a construção de uma escola indígena financiada pelo Banco Mundial.

149 Conforme entrevista gravada e compilada pela autora, na sede da CTL/FUNAI de Natal, em 18/12/2014.

CAPÍTULO 2 – POTIGUARA DE SAGI

Após expor alguns dos atores, seus discursos e as práticas encontradas no campo indigenista que vem se formando no estado, dentro do qual a afirmação étnica de Sagi vem se articulando, destacarei alguns elementos históricos e de organização social do grupo pesquisado.

Apresentarei a genealogia de uma das famílias mais numerosas, a qual, segundo os interlocutores desta pesquisa, deu origem ao povoado de Sagi, cujos descendentes, na contemporaneidade, reivindicam o direito de permanecerem nas terras pertencentes a seus antecessores indígenas. Finalizando o capítulo, relatarei as atividades desenvolvidas pelo grupo como meio de subsistência, tais como agricultura, pescaria, turismo e artesanato, enfatizando os aspectos favoráveis e antagônicos encontrados por eles na produção de sua sustentabilidade.

2.1 Caracterização geográfica e populacional

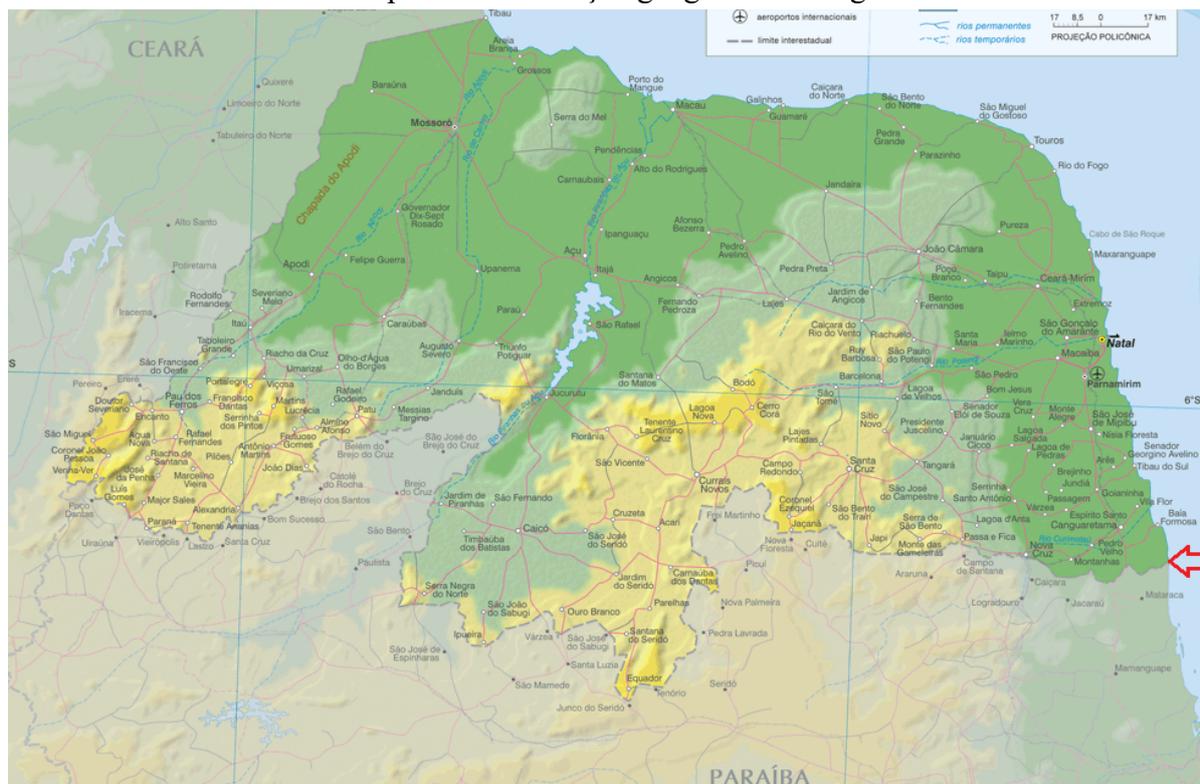
A praia de Sagi encontra-se localizada no extremo sul do litoral do estado do Rio Grande do Norte, pertencente ao município de Baía Formosa¹⁵⁰, e faz fronteira com a Paraíba, através do Rio Guaju. Em seu entorno, há reservas de Mata Atlântica, com vários mananciais – lagoas, rios, fontes, nascentes e cachoeiras. Limita-se ao sul com Mataraca/PB, ao norte, com a Mata Estrela¹⁵¹ e Baía Formosa, a oeste, com a plantação de cana-de-açúcar pertencente à “Destilaria Baía Formosa” (Vale Verde Empreendimentos), e, a leste, com o Oceano Atlântico, conforme pode ser observado no mapa abaixo¹⁵².

150 Distante 90 km de Natal, capital do estado do Rio Grande do Norte, e 120 km de João Pessoa/PB. Em 31 de dezembro de 1958, o município foi emancipado de Canguaretama, ocupando uma área de 245.510 km², sendo apenas 0,3682 km² em perímetro urbano. Segundo o Censo do IBGE, em 2014, sua população foi estimada em 9.116 pessoas. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=240140>. Acesso em: 13 out. 2014.

151 A maior reserva natural do estado.

152 Mapa do RN. Disponível em: <https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-instant&ion=1&espv=2&ie=UTF-8#q=mapa+do+rn+completo>. Acesso em: 29 out. 2014.

Mapa 2 – Localização geográfica de Sagi



Fonte: Google Maps

Entretanto, nesta pesquisa, o espaço geográfico denominado Sagi abrangerá uma extensão de oito quilômetros de praia praticamente deserta, sendo três quilômetros ao sul, até a divisa RN/PB – Rio Guaju –, e cinco quilômetros ao norte, até os parrachos¹⁵³ de Urubu, visto que considereei a memória dos grupos familiares investigados ao relatarem sobre seus *parentes* indígenas que moraram no percurso de praia que vai desde a “Boca da Barra¹⁵⁴” até os “Espaia-do de Mestre André¹⁵⁵”, durante as migrações da etnia *Potiguara* entre Baía da Traição/PB e Vila Flor/RN. Oportunamente, tratarei dessa questão mais adiante.

Com base em Cascudo (1968, p. 120), a palavra Sagi é de origem tupi e seu significado é “de *uçá-gi*, rio dos *uçás*, dos caranguejos *uçás*”. Entretanto, conforme o depoimento de Joaquim Rosendo, 45 anos, registrado por Branco (2012, p. 42), o nome Sagi é originário de um tipo de comida muito consumida pelos primeiros moradores.

Elaine Leôncio do Nascimento, filha do cacique *Manoelzinho*, falou sobre uma informação que lhe foi repassada por Vandregercílio Arcaño da Silva, vulgo *Vando*, indígena *Potiguara* de Catu/Canguaretama/RN, que ouvira dos anciãos de sua aldeia: “*Sagi* vem de ‘*as*’ – de caranguejo *uçá* – e de ‘*saí*’, que significa olho em tupi”. Em seu entendimento, como

153 Local da praia formada por recifes de corais rasteiros.

154 Expressão recorrente, usada por vários entrevistados quando se referem ao encontro do Rio Guaju com o mar, na divisa do RN/PB. Uma menos recorrente é “Boca do Rio”.

155 Expressão usada pelos moradores de Sagi quando se referem à localidade da praia, também conhecida por Urubu, a qual é menos recorrente, onde morou a família de Mestre André – indígena que migrou de Baía da Traição/PB com sua família.

o caranguejo sai do rio, Sagi significa “olho do rio”. Assim sendo, seja o nome Sagi referente a um alimento, seja a um tipo de caranguejo, seja até mesmo à palavra olho, o que se percebe é a preocupação dos antigos indígenas em nomear esse lugar de moradia utilizando-se de um significado que tivesse relação com o espaço onde vivem e com o seu conhecimento ambiental e histórico.

Há nesse povoado (Mapa 3) uma população de aproximadamente oitocentas pessoas¹⁵⁶, das quais duzentas e cinquenta e sete se autoafirmam indígenas *potiguara*¹⁵⁷, formando oitenta e duas famílias cadastradas pela FUNAI. Dentre essas, há vinte e três pessoas que também foram cadastradas, mas que são de “fora”, ou seja, não foram contadas como indígenas, apesar de manterem relacionamentos conjugais com indígenas¹⁵⁸. Por essa razão, nesta pesquisa, quando me refiro a essas famílias oficialmente reconhecidas pela FUNAI, utilizo a expressão “comunidade”¹⁵⁹. Essa categoria é usada pelos indígenas ao tratarem do grupo que apoia a liderança nas tomadas de decisões.

O cadastro realizado pela FUNAI é fundamental para os indígenas, não apenas porque representa uma formalização exigida pelas instâncias públicas, mas também porque, de acordo com a sua principal função, promove a acessibilidade aos benefícios garantidos pela Constituição Federal, dentre os quais: aposentadoria, auxílio doença, auxílio maternidade e direito a cestas básicas. A esse respeito, afirmou o cacique *Manoelzinho*:

Onde a gente tá num paga nada, quando chega o tempo de aposentar é só preencher um documento, quem num tá no movimento tem que pagar e ir atrás do sindicato, tem que ter tempo de serviço e ter contribuição pra chegar lá e ganhar um pouquinho mais, tem que ter 65 anos, aonde a gente tá, com 60 já pode se aposentar e a mulher com 55 (Entrevista realizada no dia 20/12/2013, na casa do cacique).

Da mesma forma, o cadastro pode ser um fato gerador de conflitos intergrupais. Nos meses de abril e maio de 2013, a FUNAI, por meio da CTL/RN¹⁶⁰, entregou ao cacique *Manoelzinho* sessenta e duas cestas básicas para serem distribuídas entre as trinta e duas famílias que se autoafirmavam indígenas e que, na época, haviam sido cadastradas provisoriamente pela liderança indígena local.

156 Conforme informação da Associação dos Moradores e Amigos de Sagi (AMA/Sagi – 2010). Essa associação enfrenta sérios problemas de ordem administrativa e financeira, encontrando-se inativa.

157 Desde 2008, esse grupo luta pelo reconhecimento étnico. Para Oliveira (2004), encontra-se no processo de “etnogênese”, o qual, segundo o antropólogo, é pensado como um fato social, que abrange tanto a emergência de novas identidades quanto a reinvenção de etnias já reconhecidas.

158 Relatório datado de 28 de agosto de 2013.

159 Do mesmo modo que Grünewald (2004, p. 170), quando se refere ao caso dos Atikum, estamos diante de uma “comunidade indígena que se formou numa situação histórica”.

160 Coordenação Técnica Local – instalou-se em Natal no segundo semestre do ano de 2011.

Mapa 3 – Visão aérea de Sagi



Fonte: Google Earth, 2014

A distribuição desse benefício gerou desarmonia na comunidade entre os que não foram contemplados, tendo em vista que as cestas somente podiam ser entregues àqueles necessitados, ou seja, aos chefes de família desempregados e sem renda própria. Desse modo, os que tinham carteira assinada ou emprego fixo não podiam receber tal vantagem. Mesmo assim, retrucaram em ser beneficiados, mas não obtiveram êxito. Esse fato gerou um clima tenso entre eles e a liderança indígena local.

Ao explicar sobre o período de cadastramento, o cacique *Manoelzinho* informou¹⁶¹: “o pessoal do cadastro ficaram três dias fazendo o cadastro em Sagi, quem não fez nesse prazo, só quando o pessoal voltar depois de fazer nas outra comunidade”. Esse alerta foi repetido às pessoas da comunidade, para que os interessados não perdessem a segunda oportunidade, caso contrário, ficariam de fora do cadastro e, conseqüentemente, não poderiam receber os benefícios garantidos aos “regularizados”, tendo que esperar dez anos para o próximo recadastramento.

Embora esse cadastro tenha sido realizado pela própria FUNAI, não representa o quadro real da população indígena em Sagi, tendo em vista que existem outras classificações entre os moradores que não foram contempladas oficialmente por esse órgão. Por exemplo, além dos 237 cadastrados pela FUNAI, há 163 “parentes consanguíneos” dessas famílias¹⁶², que,

161 Conforme entrevista realizada no dia 20/12/2013, na casa do cacique.

162 Essas informações foram levantadas pela liderança indígena local, na minha presença,

por diversos motivos, deixaram de se cadastrar no período de sua realização, permanecendo de “fora” dessa contagem.

Quando perguntei a quatro¹⁶³ dessas pessoas, citadas pelos meus interlocutores como parentes, sobre os motivos pelos quais não fizeram o cadastramento, alegaram-me as seguintes razões: i) falta de esclarecimento – não sabiam do censo; ii) medo de perderem o emprego – trabalham com empresários que são contra o movimento indígena; iii) têm terras particulares e têm medo que a FUNAI “se aposses delas”; ou, ainda, iv) não confiam na liderança indígena local.

Segundo *Manoelzinho*, ainda existe outra classificação, que não foi contemplada no cadastro, referente àqueles que negam sua indianidade étnica, conforme ele explicou¹⁶⁴: “aqui no Sagi, 90% da população é indígena, mas muitos não quer se cadastrar, tem vergonha de ser indígena, mas nós todo é parente”.

Considerando essa afirmação, a liderança local realizou outro levantamento¹⁶⁵ de informações, no qual foram computados 56 “parentes consanguíneos” que moram em outras localidades e 124 pessoas não cadastradas, porque não se autorreconhecem como indígenas, apesar de os parentes afirmarem o contrário. Esse último caso representa um número significativo de pessoas que, até o momento, não optam pela autoidentificação étnica, apesar de morarem em Sagi e conviverem com seus parentes.

Continuando a conversa informal com uma das quatro pessoas que me pediram para não serem identificadas sobre sua posição em relação ao movimento indígena local, ela¹⁶⁶ afirmou que isso se dá devido ao preconceito: “ficam apontando a gente como índio, mas eu não sou índio”. No entanto, quando questionei a respeito do seu parentesco com indígenas, ela respondeu: “É, mas eu não sou, meu pai é que era caboco¹⁶⁷, não índio, não quero que me chame de índio, não tenho nada a ver com índio! Índio é preguiçoso, eu sou trabalhador”¹⁶⁸.

Para Grünewald (2004), os Atikum se consideravam caboclos, no entanto, aceitavam

quando na oportunidade registrei uma lista nominal desses parentes, no meu caderno de campo, na casa do cacique, em 22/01/2014.

163 Elas me pediram para não serem identificadas neste trabalho. Duas destas foram entrevistadas formalmente e duas, por meio de conversas informais.

164 Conforme conversa informal, que aconteceu na calçada da casa da autora, no dia 22/01/2014.

165 Realizado na casa do cacique *Manoelzinho*, nos dias 23 e 24/01/2014, na presença da autora.

166 Entre os quatro com quem mantive contato, este foi o que mais se posicionou negativamente ao movimento indígena local. No entanto, no término da pesquisa, fui informada de que essa mesma pessoa cogitava a possibilidade de se cadastrar.

167 Essa expressão, no contexto da etnicidade, está sendo reelaborada pelos atores sociais durante o processo de “emergência étnica” no estado. Assim, longe da negação de uma identificação diferenciada, é acionada como valor simbólico, caracterizado como autoidentificação indígena.

168 Vale ressaltar que, de fato, o termo índio é de uso mais recente. Localmente, a expressão mais antiga e usada para marcar indianidade é *caboclo*.

a denominação “remanescentes indígenas”, dada pelo órgão tutor. O autor esclarece: “são raros os Atikum que cotidianamente se dizem índios, preferindo mencionar que esses eram seus antepassados. Se chamam de caboclos e reservam aquela primeira categoria como forma de garantir acesso a determinados recursos” (GRÜNEWALD, 2004, p. 170). Entre os *Potiguara* da Paraíba, também há essa identificação, conforme Vieira (2010, p. 105):

O termo *caboclo* longe de representar uma categoria homogênea, tal como poderia ser depreendido se levarmos em conta apenas o fato da mistura ter se intensificado no período colonial, e reforçado pela classificação pejorativa de comportamentos, revela processos de identificação que são múltiplos. “***Ser caboclo não parte de uma essência ideal ou fixa, isto é, como ‘índio manso’ ou ‘índio domesticado’, ‘índio cristão’ como, por exemplo, dar a entender as ações do Estado-nação; refere-se a um termo que demarca a história da*** relação com a chamada civilização e que particulariza modos de ser e de estar que se alternam (Viegas, 2007).

Outro motivo demonstrado pelos que não se autorreconhecem como indígenas está associado a terem um padrão de vida “melhor” em relação aos demais, conforme os depoimentos¹⁶⁹ seguintes: “já tenho emprego, uma casa e uma terrinha, não preciso ficar brigando”; “tenho meu negócio, pra que me expor? Não preciso disso!”. Ainda: “quem tá nessa briga é porque não tem terra pra trabalhar, mas eu já tenho a minha!”; “esse povo gosta é de confusão, não tem o que fazer, mas eu tenho o que fazer, não tenho tempo de ficar brigando”.

Esses depoimentos evidenciam que as pessoas que já têm um meio de subsistência garantido, independentemente da demarcação de terra e de serem *parentes* de sujeitos que se autoafirmam indígenas, não apoiam o movimento indígena local, enquanto os envolvidos na luta pela consolidação dos seus direitos dependem de uma definição política territorial a seu favor para garantir o sustento de suas famílias. Nesse contexto, percebi que a diferenciação étnica em Sagi se assemelha muito ao grupo indígena Tremembé do Ceará, pesquisado por Valle (2004, p. 290): “os índios, os índios que não querem ser índios, os que não são índios e os que não são índios, mas acham que são”.

Assim sendo, apresento abaixo uma tabela de classificação geral com uma síntese dos dados levantados pela liderança local e pela FUNAI, cujo elo identificador de parentesco está definido por pertencimento a “troncos” familiares reconhecidos pela história dos seus antepassados, a qual apresenta memória e identidade indígenas.

169 Esses depoimentos são das quatro pessoas que pediram para não serem identificadas neste trabalho.

Tabela 3 – Dados classificatórios

CLASSIFICAÇÃO GERAL	
Cadastrados pela FUNAI	257
“Parentes consanguíneos” não cadastrados	163
Negam a indianidade étnica, apesar de serem reconhecidos pela comunidade	124
Total de indígenas que moram em Sagi	544
Parentes que moram em outras localidades	56

Fonte: Dados levantados pela liderança local

Nesta pesquisa, devido à complexidade da situação classificatória relatada, serão considerados indígenas apenas os cadastrados pela FUNAI, os quais serão identificados como “Potiguara de Sagi”, enquanto grupo etnicamente diferenciado. Isso ocorre porque durante o processo investigativo foram eles que saíram da invisibilidade étnica para a autoafirmação pública de sua identidade, ao ponto de pedirem para serem registrados como famílias pelo órgão indigenista.

Ressalto que não estou afirmando que é a FUNAI quem comprova ou não a indianidade de um povo, pois isso se dá por meio do autorreconhecimento, mesmo para alguns dos que não se autorreconhecem, conforme aprovado pela Convenção 169¹⁷⁰: “nenhum Estado ou grupo social tem o direito de negar a identidade a um povo indígena ou tribal que como tal ele próprio se reconheça” (OIT, 2011, p. 8). Para os fins específicos deste trabalho, visto, apenas, apontar como indígenas os que passaram a se autoidentificar como pertencentes à etnia *Potiguara*.

Reportando-me à política de contagem da FUNAI, quanto ao número de famílias cadastradas, o critério considerado pelos recenseadores como “família” engloba pai, mãe, filhos do casal, avô(ó), tio(a) e sobrinhos(as) que moram numa mesma residência. No entanto, o conceito de “família” utilizado neste trabalho vai além desse padrão, visto que levei em conta as narrativas orais dos meus interlocutores, quando afirmam que “família” são todos os parentes que descendem do mesmo *tronco velho*¹⁷¹.

Esse tipo de ideologia do parentesco, especialmente sublinhada nas contendas políti-

170 A Convenção n. 169, sobre povos indígenas e tribais, e a Resolução referente à ação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário, foram ratificadas pelo Congresso Nacional em junho de 2002, através do Decreto Legislativo n. 143, de 20/06/2002, publicado no DOU, de 21/06/2002.

171 Para Vieira (2010, p. 47-48), “de forma geral, a observação de que os antepassados eram ‘caboclos velhos’ denota a composição de famílias em torno de um ‘tronco comum’, os chamados ‘trancos velhos’, que formam a base de uma ‘comunidade de sangue’ ou ‘comunidade de parentes’ cujos descendentes são tratados como ‘pontas de rama’”. O uso dos termos “tronco” e “rama” sugere a recorrência de metáforas botânicas no estabelecimento de ligações a um só “tronco” e no acionamento de relações com um núcleo comum de parentes, independentemente de o vínculo ser de alianças ou de descendência. Do ponto de vista genealógico, os “trancos velhos” correspondem à geração dos avós; há casos, não tão comuns, que incluem os bisavós e os tataravós, parentes de terceira e quarta gerações acima de *ego*.

cas em que o grupo tem de se apresentar etnicamente, pode também ser pensado socialmente, uma vez que, através da recuperação da genealogia das famílias mais antigas do lugar¹⁷², evidencia-se uma complexa rede de matrimônio e aliança por compadrio, dentro do que Augé, Aghassian e Grandin (1975, p. 51) classificam como “família extensa”: “extensão no tempo e por intermédio de laços de casamento, das relações entre pais e filhos. Numa sociedade de filiação indiferenciada (cognática), ela corresponde, idealmente, a um grupo formado por um casal e as famílias conjugais de todos os seus descendentes”.

Sendo assim, *parente*, para meus interlocutores, é todo aquele que tem relação com uma pessoa cuja história familiar se reporta a antecessores indígenas. No entanto, há variações quanto a essas concepções. Por exemplo, para o cacique *Manoelzinho*¹⁷³, “uma pessoa adotada e registrada por um casal indígena não é considerada indígena, porque não tem o mesmo sangue”. Woortmann (1987, p. 149) esclarece que, “sem dúvida, ‘sangue’ é a categoria central para a definição dos vínculos especiais que unem os parentes”. Como explicita Vieira (2010, p. 97), ao pesquisar sobre a “produção de parentes” no caso dos *Potiguara* da Paraíba, “os usos de tais expressões acentuaram a importância do sangue na produção do parentesco como uma substância que liga as pessoas aos seus parentes através das gerações pelo que é compartilhado e herdado e que fomenta a configuração de uma unidade social abrangente”.

Ainda há outro contexto em que parente é entendido pela *comunidade* como sendo um estatuto político. Por exemplo, o senhor que trabalha como vigia do empresário que entrou na justiça em disputa pelas terras indígenas é filho de uma viúva cadastrada, mas, segundo a liderança local, ele jamais terá o direito de se cadastrar, tampouco de ser reconhecido como indígena porque “traiu” seus parentes ao apoiar um inimigo comum, priorizando o seu emprego. O cacique *Manoelzinho* assegurou¹⁷⁴: “ele nunca terá um pedaço de terra entre nós e nunca será um dos nosso, pelo menos enquanto eu for vivo!”.

Portanto, apesar de o cacique afirmar que “parente tem que ter o mesmo sangue”, as relações de parentesco vão além da consanguinidade. Elas incluem, também, envolvimento na “causa” por aliança (quando os indígenas se casam com não indígenas), por afinidade ou por ocasião do batismo, nas relações de compadrio.

Nesse entendimento, a noção de *parente* é mais abrangente do que a concepção do termo indígena, considerando que uma pessoa pode ser *parente* de outra sem ser indígena. Assim sendo, o que se considera como “família” está além da questão da identidade étnica. Ao mesmo tempo, dentro do contexto estudado, a produção da indianidade tem gerado constante produção e debate sobre a parentalidade. Concluo essa discussão com a concepção de Woortmann (1987, p. 159, 166-167) sobre parentesco:

A rede sociológica é, no entanto, informada por um outro conjunto de categorias ideológicas definidas em termos de parentesco: *família, parente e aparentado*.

172 Conferir Anexo G.

173 Em conversa informal, na sua casa, no dia 18 de dezembro de 2013.

174 Idem.

[...] E o que distingue as três categorias umas das outras é o grau de obrigação devido. [...] é a ideia de que elas implicam graus de solidariedade, o que tem a ver, naturalmente, com o significado mesmo do parentesco – um conjunto de pessoas em que se pode confiar; um conjunto de pessoas que se pode ajudar.

Por fim, no contexto do movimento indígena local, ultrapassando as fronteiras de Sagi, o termo *parente* nomeia aqueles que estão unidos politicamente, compartilhando forças junto aos seus pares em busca de suas conquistas, bem como na luta pelas questões territoriais.

2.2 Breve histórico de Sagi

Até a década de 1950, Sagi tinha pouca relação com as demais áreas urbanas do estado, porque não havia estradas nem rodagens que ligassem o povoado a outros lugares. O deslocamento das pessoas era feito por longas caminhadas a pé ou no lombo de animais – jumento, burro-mulo ou cavalo. Por esse motivo, o único acesso possível que tinham era por meio da praia até chegar à cidade de Baía Formosa, sede do município, localizada a 10 km ao norte e/ou ao sul dos aldeamentos dos *Potiguara*, na Paraíba, com uma distância de 25 km.

No entanto, os interlocutores relatam que quando eram pequenos ouviam seus pais falarem de uma estrada muito antiga que ficava distante de Sagi, cujo percurso era diferente do atual. Segundo o Sr. Carlos Leôncio:

A estrada antiga vinha até a Ilara (uma lagoa) e não passava pelo caminho da estrada nova, passava pela Lagoa Grande, distante uns três quilômetros daqui e o Seu Manu era o morador mais antigo de lá. Também morava lá o pai de Maria Roseno¹⁷⁵, Seu José Rosendo, mas essa estrada era estreitinha e só passava um carro alto porque tinha no meio um leirão de areia, andava mais gente a pé e a cavalo. Quando o pessoal dos Maú – Bastião, Fernando e João Maú – vinha fazer festa aqui, há mais de 70 anos atrás e já tinha essa estrada (Entrevistado em sua casa, no dia 04/02/2014).

Nessa época, existia um serviço de mensageiro, que hoje é obsoleto, mas que naquele tempo era necessário e muito importante para a comunicação das pessoas do lugar. Durante muitos anos, o Sr. José Leôncio, pai do cacique *Manoelzinho* e do Sr. Carlos Leôncio, foi o mensageiro de Sagi. Sua tarefa era entregar cartas, recados, remédios e, dependendo da situação, esse serviço se ampliava. O Sr. Carlos lembrou¹⁷⁶: “papai ia entregar até porco, tanto daqui pra Formosa, como pra Barra de Camaratuba e Baía da Traição. Esse serviço era a pé, pela praia, numa maré de vazante, era só pagar e ele ia, quando a maré enchia ele já tava de volta”. O Sr. Temístocles também relatou que conheceu um mensageiro que ia de Baía Formosa a Baía da Traição:

Ele ia numa maré e voltava na mesma, uma distância de 10 léguas, o nome

175 Apesar de o nome correto da família ser Rosendo, devido a um erro do Cartório de Baía Formosa, D. Maria foi registrada como “Roseno”.

176 Conforme entrevista gravada e transcrita pela autora, na casa do Sr. Carlos Leôncio, no dia 04/02/2014.

dele era Antônio Tragino, era um senhor baixinho, perna pequenininha, andava a pé pela praia, eu alcancei ele. Ele saía de Formosa de 4h da manhã, pra levar uma carta em Baía da Traição – nessa época não existia correio – antes da maré encher a tarde, chegava a Formosa, aí qualquer coisa que queria mandava o mensageiro buscar ou levar. Esse morreu bem fraquinho, andava com um pau se sustentando, acabou-se de uma vez, findou não andando mais, de tanto viajar a pé. Ele parou de viajar e ficou todo elétrico, se tremendo todo, assim ó! (Entrevista *in loco* em Cutia, no dia 26/01/2014).

Continuando a narrar sobre a importância desse antigo ofício, o Sr. Carlos Leôncio afirmou que, quando seu pai não podia fazer essas viagens, ele as cumpria em seu lugar, a depender da urgência do serviço. Suspirou um pouco e descreveu um episódio dramático em que teve de correr disparado pela praia até Baía Formosa em busca de ajuda para salvar a vida de uma parturiente, cujo parto estava complicado. Isso ocorreu apesar de esta ser auxiliada por sua avó, experiente parteira, a qual, por sua vez, já herdara esse conhecimento de sua mãe, Dona Antônia Cândido, bisavó do Sr. Carlos. Ele relatou:

Eu mesmo, quando já tava taludinho, já corri três vezes até Formosa, sem parar, atrás de um carro pra levar mulher pra parir. Uma vez foi Vanira, que mora lá em cima, esposa de *Zé Marreca*. Eu tava lá em casa e nem papai, nem o marido dela estava, aí ela botou pra morrer, que passou da hora de ganhar o menino e minha avó era a parteira na época e disse que tava atrás de uma pessoa pra ir a Formosa buscar um carro porque o menino num nascia, mas ninguém queria ir, porque já tava escuro e tinha medo do batatão, a maré tava baixa. Aí eu disse: quem vai sou eu! E fui até a casa de Seu Juvenal em Formosa pra pegar o carro dele, quando eu ia correndo encontrei o filho de Seu Antônio Félix – Severino Félix –, que hoje tá em Minas, ele disse: Tá indo pra onde nessa pressa? Respondi: Vou pra Formosa buscar um carro que Vanira tá morrendo! Ele disse: vou mais tu! E a gente correu até a subida de Bubu. Quando chegamos, falamos com Sr. Juvenal, ele disse: meu filho, meu carro tá sem gasolina. E agora? Como é que a gente faz? Ele respondeu: fale com Juba e ele vai até a Penha buscar gasolina ou fale com Antônio, que tem uma Toyota, que ele faz a viagem. Fizemos carreira pra casa de Juba e ele foi com a gente até a Penha porque o carro dele não tinha gasolina pra vim até aqui. Quando chegamos no meio do caminho, tome chuva! Quando chegou ali na Ilara tem uma pontezinha tava tudo cheio d’água, quase que o Toyota não passa. Num tem o pé da ladeira pra chegar até aqui? Pois bem, do lado de cá tinha um cajueiro, que era tão limpo que parecia isso aqui (casa), lá era onde o carro traçado vinha, até ali, que era onde a gente chamava de “rodoviária”, quando chegamos lá, a gente continuou o caminho subindo a ladeira correndo no escuro, isso é o que não entendo: era um escuro tão grande, com chuva, o caminho estreito e a gente corria, sem vê nada e não se perdia, nem batia em nada. Quando chegamos na casa de Vanira, inventamos uma cama de pau, botemos um colchão, cobrimos com plástico e levemos ela até o carro, porque ela não conseguia sentar na cadeira, mas graças a Deus ela pariu e tá aí, conseguiu se salvar com o filho! (Entrevistado em sua casa, no dia 04/02/2014).

O “pé da ladeira” a que o Sr. Carlos Leôncio se referiu é o início do morro que dá acesso a Sagi. Era um aclive muito alto, que na época isolava a estrada carroçável do povoado – hoje, apesar de calçada, a ladeira ainda é bastante íngreme. Os carros não subiam esse morro de areia e, portanto, o povoado ficava isolado.

Para chegarem até esse local, os moradores de Sagi tinham que caminhar pela mata,

numa trilha, subindo e descendo morros de areia, até o ponto que eles chamavam de “rodoviária”. Quando lá chegavam, ficavam à sombra de um cajueiro, esperando por um carro de tração ou pelo caminhão que transportava mangaba durante o período de safra, facilitando, assim, seus deslocamentos.

Nessa época, havia um único tabuleiro de mangaba que ia de Sagi até a estrada principal, onde hoje é a BR-101. De acordo com a Sra. Maria Roseno¹⁷⁷, as mangabas verdes eram coletadas para serem vendidas e as maduras “do chão” serviam de alimento para a família e eram servidas com pirão de peixe. Dona Maria continuou: “como não tinha mesa, a gente sentava tudo no chão, numa roda, e eu dava a comida as crianças”. Prosseguiu contando sobre as opções de alimentos: “eles comiam abóbora ou batata doce machucada com leite de cabra, de gado ou de coco. Eu também dava a eles *calambika*”¹⁷⁸.

Dona Maria lembrou que, mesmo sem uma renda fixa, seus filhos nunca passaram fome. Além dessas iguarias, havia a coleta de frutas típicas da região, como: caju, cajarana, manga, mangaba, murici e araçá. Ela afirmou¹⁷⁹: “como não tinha geladeira, as fruta era colocada numa bacia grande, coberta com um pano limpo, as criança ia lá e comia sempre que tinha fome”. Ainda sobre a época das mangabas, o Sr. Carlos Leôncio relatou:

Eu era muito pequeno e me lembro muito bem que saía umas cinquenta pessoa de madrugada – uma hora da manhã – para os tabuleiro de mangaba que ia daqui até a pista. Quem tinha a perna boa, andava mais – ia pra Garaturuba, pra Lagoa D’agua. Quando dava quatro hora da tarde, tava todo mundo na Ilara, quem tinha dois ou três saco de mangaba se ajuntava ali. Passava o dia todinho catando mangaba e comia farinha com mangaba, peixe com mangaba. A água levava num cabacinho, quando era no verão só tinha água nas lagoa, mas quando tava longe e secava a cabaça nós tomava água nos cincho, que é uma planta parecido com a folha do pé de abacaxi, é uma planta parecida com agave, só que embaixo fica água. Onde desse fome, parava e comia. Eu com sete anos já pegava uma caixa de mangaba com 30 quilo. O ponto de encontro era na Ilara, quem chegava ficava esperando por Seu Batista, que quando chegava trazia aquele pacotão de bolacha, cada pessoa que tinha ali ele dava um pacote, ele trazia a três quarta ou o caminhão carregado de caixa vazia e entregava as caixa a nós pra encher de mangaba, quando enchia as caixa nos botava em cima do carro, de um em um pra não atrapalhar e ele pagava a nós, pela quantidade de caixa que a gente entregava a ele. Quando terminava de carregar o caminhão já era seis ou sete hora da noite, a gente apagava o fogo, ficava tudo no escuro e (faz um movimento com as mãos) ia embora. Chegava em casa dez ou onze da noite e ia tomar café com peixe e farinha seca (Entrevistado em sua casa, no dia 04/02/2014).

Atualmente, os tabuleiros de mangaba se reduzem a poucas “braças de terra”, pois a usina derrubou praticamente toda a mata nativa de onde os moradores de Sagi retiravam boa parte do seu sustento. Continuando os relatos, o Sr. Carlos Leôncio falou sobre as andanças que faziam sem se preocupar com as distâncias, pois andar a pé não era empecilho, nem mesmo para se divertirem.

177 Entrevistada em sua casa, no dia 20/01/2014, conforme registro no caderno de campo.

178 É um alimento feito com farinha de castanha pilada e farinha de mandioca, acrescentadas ao suco do caju.

179 Entrevistada em sua casa, no dia 20/01/2014, conforme registro no caderno de campo.

Nessa época a gente andava muito a pé, hoje se andar daqui prali a gente cansa logo, naquele tempo, ninguém ficava em casa, o pessoal era muito animado, aonde tinha uma festa a gente ia. Os homem mandava a mulher engomar a roupa, botava numa toalha, botava na cabeça e ia embora. Bebia e dançava a noite todinha e quando era no outro dia vinha embora a pé e num cansava. Hoje daqui pra Formosa só vai se for de carro ou de moto, mais de primeiro! E, aqui no Sagi era só um miolinho, um pouquinho de casa de taipa com um candieiro. Eu sei disso porque sempre gostei de conversar com o povo veio. Eles dizia que época boa era a deles, porque aqui e no Guaju tinha muito vinho – a bebida deles era vinho – pra brincar o coco de roda e o Pastorinho. Hoje mesmo, o Sagi é assim calçado, mas não tem uma festa que preste. Quando tem uma festa é cheia de bagunça (Entrevistado em sua casa, no dia 04/02/2014).

Partindo dessas memórias, ele passa a contar sobre uma festa que era bem conhecida na região. As pessoas iam até lá a pé, ou montadas em animais, de São José de Mipibu/RN, Canguaretama/RN e Sibaúma/RN. Também compareciam parentes da Paraíba: de Mataraca, Baía da Traição e Rio Tinto. Havia a participação de jovens e idosos. A festa tinha dia para começar, geralmente era a Festa da Padroeira, mas não tinha hora para acabar, conforme ele explicou:

Tem uns 40 anos que eu ainda via uma lapinha aqui em Sagi no meio da rua, o cordão vermelho e o cordão azul, quem ganhava aquela flor dava dinheiro e era o dono da festa. A moça mais bonita da festa, pegava aquela flor e caminhava no meio da multidão e a pessoa que ela escolhia, botava aquela fita no ombro e oferecia a flor bem cheirosa – botava perfume na flor. O homem como é abestalhado ficava com a flor e dava muito dinheiro a ela. Aí, o cordão que vendesse mais flor era o que ganhava. Cada moça vendia muitas flor, num era só uma não, era muita. Na época, papai é quem tocava (Entrevistado em sua casa, no dia 04/02/2014).

Até a década de 1950, os habitantes de Sagi desfrutavam de uma vida simples e com certa autonomia, em que o meio de subsistência era garantido pela caça, pesca, agricultura e coleta de frutos silvestres, abundantes na região. No entanto, na década de 1960, já se podia comprar alguns produtos alimentícios que chegavam ao povoado no lombo dos animais e eram vendidos na “budega¹⁸⁰” do Sr. Cecílio e na vendinha do Sr. Narciso. O Sr. Carlos Leôncio relatou que, quando era menino, sua mãe o mandava comprar café torrado em panela de barro e pilado em pilão. O café não era pesado, porque não tinha grama na vendinha, mas era medido em uma colher, enquanto o açúcar bruto era vendido por quarta, enrolado em papel de embrulho.

O papel servia pra enrolar a bolacha regalia, que era aquelas bolacha grande, num sabe? O café e o açúcar amarelado, Seu Narciso dobrava e a gente levava pra casa. O café era torrado num caco de barro e pilado num pilão, cada pacote de café em grão era pilado com um lito de açúcar. Dona Maria José torrou muito café pra Seu Narciso e Seu Cecílio! Eles botava numa vasilha, tampava e vendia de colher em colher. A bolacha eles comprava em saco grande e vendia a granel. Os dois era indígena e a vendinha era de taipa, coberta de palha, como as casa (Entrevistado em sua casa, no dia 04/02/2014).

180 Um pequeno armazém que vendia de tudo um pouco.

De acordo com as memórias do Sr. Carlos Nascimento, o Sr. Narciso comprava esses alimentos na Penha – antigo nome de Canguaretama – ou em Nova Cruz. O percurso era trilhado com o auxílio de animais. Ele ainda lembrou o nome de dois cavalos que faziam o transporte: Sorriso e Boneco.

O pai dele, o Sr. José Leôncio, como não tinha montaria, aproveitava essas viagens em que os caçoes iam vazios para trazer mercadorias e levar os seguintes produtos: coco, milho, feijão, jerimum e carvão, com destino às feiras daquelas cidades, enquanto ele viajava no meio da carga. O Sr. Carlos afirmou¹⁸¹: “quando a coisa tava braba, quando o tempo ficava ruim de chuva e o roçado não dava nada, a gente ia pro mato cortar madeira pra fazer carvão, esse era o único jeito de não passar necessidade”. Ele continuou:

E quando não tinha farinha aqui, comprava na Pituba¹⁸², comprava nada! Trocava por peixe, e a farinha era medida num litro quadrado, feito de tábua, desse tamanho assim e dessa largura, dava mais ou menos um quilo de farinha e a gente ia a pé. Quando a pessoa ia de cavalo, deixava o cavalo do lado de cá e atravessava a pinguela e continuava a pé até Pituba. Quando chegava em casa ia comer peixe com pirão feito da farinha (Entrevistado em sua casa, no dia 04/02/2014).

Observei nesses relatos que havia sempre um meio de sobrevivência, evitando, assim, situações mais críticas de fome nas famílias. Isso acontecia devido às alternativas que se dispunham diante dos que desejavam trabalhar na pescaria, na agricultura, na troca do excedente por outros produtos e na coleta dos frutos silvestres.

Outros ainda usavam armadilhas para caçar tatu, cutia e nambu. Essa última, por exemplo, era caçada à noite, nas “posturas”¹⁸³. Quando o caçador encontrava esses esconderijos, destruía os ovos, ensacando as fêmeas, que ficavam se batendo, desorientadas com o facho de luz direcionado para elas, tornando-se, assim, uma presa fácil para os caçadores. Hoje, a caça da cutia e do nambu é proibida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

No início dos anos de 1970, toda a água utilizada nas casas era levada no dorso das pessoas, em galões, latas e/ou em potes. A água era tirada das cacimbas à beira do rio. A “luz” de que dispunham era à base de candeiro a gás (querosene) ou fogueiras. Todo o alimento era cozido em fogão à lenha ou a carvão.

Em meados da mesma década, após a construção da primeira estrada, embora com toda a dificuldade de acesso ao povoado, o prefeito de Baía Formosa mandou construir um cacimbão, no qual as pessoas pegavam água para abastecer as suas casas. Com a propulsão a motor, foi disponibilizada energia até às 10h da noite. Os usuários não pagavam por esses ser-

181 Conforme entrevista gravada e transcrita pela autora, na casa do Sr. Carlos Leôncio, no dia 04/02/2014.

182 Pequeno povoado vizinho a Sagi que também pertence ao município de Baía Formosa.

183 São esconderijos, principalmente dentro do canavial, onde as fêmeas põem seus ovos e ficam com os machos protegendo seus filhotes contra o ataque dos predadores.

viços (água e energia), que eram oferecidos gratuitamente.

As casas da região eram construídas “de taipa e cobertas de palha”. O Sr. Carlos Leôncio falou sobre o tempo em que as pessoas iam a um barreiro “pegar o barro” para construir suas casas:

A gente, pra dá uma de rico, dizia: eu vou tapar a minha casa de barro, aí pegava uma bacia ou um saco e ia buscar o barro no ombro, isso aqui meu (aponta para o ombro) ficava no sangue. Quando os parente tinha um dinheirinho pagava os caba que tinha cavalo com caixote, enxia e era ligeiro, mas quando não tinha, como nós, era sofrimento. E pra cavar! Era com picareta, era rojão! As casa daqui tudinho num pegou barro de fora, era só dali e ficava bem lisinha (as paredes). É um barro no meio da areia, a gente tirava a areia, descobria o barro debaixo, era um barro liguento (Entrevistado em sua casa, no dia 04/02/2014).

Dona Cacilda¹⁸⁴ também tem na memória a época em que “as casa aqui era tudo de barro e nós tirava o barro de um barreiro aqui perto”. Esse barreiro a que Dona Cacilda e Sr. Carlos Leôncio se referem fica localizado no quilômetro três, na saída de Sagi para o Rio Guaju. Percebi que, enquanto realizava as entrevistas, alguns dos meus interlocutores sempre falavam sobre as casas de taipa e citavam esse “barreiro” como local de onde o barro era retirado.

Entretanto, foi apenas no dia 27/01/2014, enquanto estava realizando uma entrevista na casa da irmã do Sr. Temístocles, Dona Jacira Inácio, sobre a genealogia de sua família, acompanhada de Dona Cacilda, que minha curiosidade sobre esse barreiro se aguçou. Nessa oportunidade, conheci um jovem¹⁸⁵ que, após conversarmos, me convidou para conhecer a sua genitora, uma professora aposentada, também mestre¹⁸⁶, que morava na casa ao lado da que estávamos.

Desde o ano de 1989, essa senhora, Dona Ana, já viúva, tem casa de veraneio em Sagi e sobre isso ela lembrou¹⁸⁷: “agora, no dia 26 de janeiro completam 25 anos que vim morar aqui. Era uma casa de taipa que meu marido comprou porque adorava pescar. Quando o mar avançou, destruiu várias casas e a minha foi atingida também”. Logo que chegou a Sagi e conheceu os “nativos”, ela contou que teve uma impressão que descreveu assim:

Aqui é uma região indígena, nunca tive dúvida sobre isso. A dominação foi tão grande que os índios esqueceram o toré, tiveram que esquecer o Deus Tupã e a magia das águas. Abandonaram as ervas naturais e passaram a usar remédios de farmácia. As cascas que eles arranjam aqui dentro dessas matas, isso cura, mas dizem que é macumba (Entrevistada em sua casa, no dia 27/01/2014).

Dona Ana chama a atenção para as propriedades medicinais da Lagoa de *Araraquá*-

184 Em conversa informal na casa da autora, no dia 05/01/2014.

185 Élamo Rocarte de Azevêdo Souza, Mestre em Estudo da Mídia/UFRN, com a dissertação “As Representações das Festas no Mês de Junho no Fotojornalismo de Periódicos Luso e Brasileiro”.

186 Ana Maria de Azevêdo Souza – 54 anos, Mestre em Geografia/UFRN, com a dissertação “O Culto Religioso Produzindo Novos Territórios. A (re)Invenção de Cunhaú”.

187 Entrevistada gravada em sua casa, no dia 27/01/2014.

ra¹⁸⁸. Falou que essa lagoa recebeu um nome estrangeiro dado pelos seus visitantes, passando a ser conhecida turisticamente pela denominação de “Lagoa da Coca-Cola”. Ela reafirmou¹⁸⁹: “aquela água tem o poder de cura”. Contou-me também que sempre gostou de passear com seus filhos na praia, quando um certo dia se deparou com algo que ela identificou como *sambaqui*¹⁹⁰.

A esse respeito, ela relatou¹⁹¹: “encontramos esse lugar que eu chamo de *sambaqui*, porque tem muitas conchas e alguma coisa como cerâmica. Pra mim é um cemitério de índio”. Assim, na concepção dela, o barreiro citado acima pelos meus interlocutores é um *sambaqui*. Ela notificou o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional sobre o “achado”, mas até a presente data nenhum representante veio ao local, que continua exposto, sem nenhuma proteção.

Na tarde desse mesmo dia, acompanhada de Élamo e de Dona Cacilda, fui conhecer o tal barreiro. Quando nos aproximamos do local, a superfície de areia da praia se modificou, começando a aparecer várias conchas misturadas com a areia. Em nenhuma outra parte da praia observam-se essas conchas, exceto nesse local.

Continuando a caminhada por uma estrada feita pelos “bugreiros”, essas conchas foram se intensificando, até que se pode observar o que os moradores de Sagi chamam de “barreiro”. O local é camuflado pela vegetação e pela areia, o que torna a parede de conchas “protegida” dos curiosos, porque, não sabendo de sua origem, ninguém tem parado para observá-lo.

O formato original do morro foi modificado devido às escavações dos moradores de Sagi para retirarem o barro, restando apenas um paredão de conchas com camadas de cores e texturas diferentes, onde podem ser vistas as marcas das picaretas no barro, usado por eles para construir suas casas de taipa (Foto 14).

Minha primeira impressão ao me deparar com o “barreiro” foi a de que ele pareceu-me ser uma construção antiga feita pela mão do homem. Considerando que era composto, visivelmente, por vários materiais orgânicos, especificamente por conchas, com a ação do tempo e da natureza, formou-se um morro fossilizado¹⁹².

188 Nome de origem tupi, advindo de *arará kûara*: arará (variedade de formiga) e *kûara* (buraco), buraco das ararás. Disponível em: http://www.girafamania.com.br/girafas/lingua_guarani.html. Acesso em: 27/01/2014.

189 Conforme entrevista gravada em sua casa, no dia 27/01/2014.

190 É uma palavra de origem tupi: *tamba* (concha); *ki* (amontoado). Significa “monte de conchas”.

191 Conforme entrevista gravada em sua casa, no dia 27/01/2014.

192 “Os *sambaquis*, colinas artificiais de conchas contendo restos de ocupações humanas sobrepostas, têm sido estudados desde o século passado, quando se iniciaram as pesquisas arqueológicas sistemáticas no Brasil. [...] Os *sambaquis* têm sido sistematicamente destruídos desde o início do período colonial para a obtenção de cal extraída das conchas. [...] A alta concentração de conchas favorece a preservação dos materiais orgânicos depositados nos *sambaquis*, bem como dos indivíduos ali enterrados” (NEVES, 2004, p. 181-182).

Fotografia 14 – Local conhecido pelos moradores de Sagi como “barreiro”



Fonte: Josenilson Andrade

Nenhum morador de Sagi suspeita da possibilidade de esse “barreiro” ser um *sambaqui*, exceto Dona Cacilda, que me acompanhou ao local, e o Sr. Carlos, que participou de uma conversa informal¹⁹³ conosco sobre a visita que fizemos ao local. O Sr. Carlos perguntou: “Cacilda, tu lembra daquele barreiro de lá? Que tinha muito lixo? O primeiro barreiro era o de lá! Tu lembra?”. Dona Cacilda respondeu: “lembro, e foi nesse (barreiro) que a gente foi”. Esse diálogo mostra que o “barreiro” que conheci tinha sido um antigo depósito de lixo, o que consiste, portanto, em mais um indício de aquele local ser um sambaqui.

Como a dúvida se intensificou ao conhecer o local, comuniquei o fato ao Museu Câmara Cascudo/UFRN por meio de Jussara Galhardo, entregando-lhe algumas fotografias do “barreiro”. Ela agendou, com uma comissão¹⁹⁴, uma visita a Sagi, que aconteceu no dia 25 de junho de 2014. Na oportunidade, os paleontólogos (Foto 15) fizeram uma avaliação do local (Anexo I), chegando ao seguinte laudo técnico:

193 Na casa da autora, no dia 06/02/2014.

194 Formada pelos paleontólogos Prof. Ms. Claude Luiz de Aguiar Santos e Profa. Ms. Maria de Fátima Cavalcante Ferreira dos Santos, pela antropóloga Ms. Jussara Galhardo e pelo fotógrafo Lenilton Lima.

As conchas observadas durante o percurso são espécies holocênicas, facilmente encontradas a partir da inframaré ou em poça de intermarés e associados a depósitos de intermarés. Embora se tenha conhecimento de aproveitamento dessas espécies na alimentação humana atualmente, não se verificou indícios dessa atividade no material encontrado. As características dessas conchas sugerem depósitos naturais na zona de intermarés, removidos mecanicamente e descartados como rejeito em trechos do supralitoral. Pelas características mencionadas, entendemos que a ocorrência de conchas no trecho visitado não caracteriza a estrutura de sambaqui (cf. PARECER TÉCNICO: AVALIAÇÃO DE POSSÍVEL OCORRÊNCIA DE SAMBAQUI EM DEPÓSITOS DE DUNAS NA PRAIA DE SAGI, BAÍA FORMOSA/RN, p. 4).

Fotografia 15 – Paleontólogos do MCC/UFRN analisam o “barreiro”



Fonte: Lenilton Lima

A partir da década de 1970, o cenário da história de Sagi mudou radicalmente, com a instalação de uma usina de açúcar construída nas imediações do povoado. Para tanto, o proprietário dessa empresa adquiriu avultados hectares de terra, no intuito de produzir a matéria-prima necessária para o desenvolvimento dessa atividade econômica. Desse modo, os canais foram se multiplicando, estendendo-se, e muitas estradas foram sendo construídas para facilitar o transporte da cana – do campo à destilaria. Isso resultou no desmatamento de uma grande área de Mata Atlântica e, conseqüentemente, no “descobrimento” de Sagi.

Devido ao fato de não haver estrada do povoado à usina, os primeiros cortadores de cana que moravam em Sagi faziam uma verdadeira maratona para chegar ao trabalho. De acordo com o Sr. Carlos Leôncio¹⁹⁵, “eles saíam de uma hora da madrugada e iam pra Mata dos Caibo, quando chegava lá ainda tava escuro, eles acendia uma fogueira e ficava esperando o trator ou a gaiola que vinha de cinco pra cinco e meia buscar eles”. Continuou: “eu lembro disso porque quando eu era pequeno ouvi muita gente reclamando desse trabalho, que era muito difícil, mas eles precisava do dinheiro no final da semana pra fazer a feira”.

Certo dia, um dos encarregados da usina, “chefe das máquinas”, caminhando em meio

195 Entrevistado em sua casa, em 04/02/2014.

à mata para direcionar o desmatamento, encontrou as belezas paradisíacas de Sagi e conheceu uma das jovens do lugar, por quem se enamorou. Em consequência disso, ele autorizou a construção de uma estrada de acesso até o povoado e pediu a seus moradores que não falassem ao prefeito sobre esse assunto, já que este não queria desviar a atenção turística de Baía Formosa, devido aos planos de investimento para a cidade.

Essa é a versão conhecida pelos entrevistados e por todos os moradores de Sagi, com exceção de um deles, que me confidenciou ter sido responsável por arquitetar e conseguir a ligação entre a estrada dos canaviais a Sagi, mas me pediu para não ser identificado neste trabalho. Ele ainda esclareceu:

Na época, entre 78 e 79, eu tinha de 15 a 16 anos, chegou aqui uma firma de Patos pra fazer a desmatção dessa usina. Essa firma era de Dr. Valdeci Rodrigues, que era deputado lá. Quando eu comecei a trabalhar nessa firma daqui até a usina era só mato. Um dia eu ia passando por lá e o mestre Assis se engraçou de mim e disse: Neginho, tu num quer esse final de semana ficar aqui pastorando essas máquinas que a gente vai viajar? – era catorze máquina – que quando eu vier lá pra terça-feira te dou um negócio. Eu disse: fico! Que ficar foi esse que eu comecei a trabalhar nela vigiando e com 17 anos já tava guiando as máquina (Entrevista realizada na casa alugada pela autora durante sua estadia em Sagi, no dia 25/02/2014).

Sendo conhecedor das dificuldades que as pessoas do povoado enfrentavam por não disporem de uma estrada de acesso até Sagi, ele planejava uma maneira de conduzir as máquinas até lá e, sempre que possível, avançava naquela direção. Quando o desmatamento chegou a Lagoa Grande, ele pediu ao seu chefe¹⁹⁶: “Assis, fala com ele (o encarregado) pra gente abrir a estrada até Sagi. Ele disse: puxe pro lado de lá, depois a gente fala com ele. Era dois trator na frente com corrente derrubando o mato e eu atrás arregaçando os cipó de sucupira que era dessa grossura assim!”. Com a ajuda das mãos, gesticulava, demonstrando a grossura dos trocos da mata que tinham de destruir para a construção da estrada.

Após vários meses de tentativas e sempre direcionando as máquinas para o seu objetivo, finalmente Assis falou com o encarregado e ele autorizou a estrada. Afirmou¹⁹⁷: “mas só conseguimos até o topo do morro, até na ‘rodoviária’, quando foi subir o morro, pronto, a estrada morreu!”.

Assim, a estrada foi feita até o início do morro. Trouxeram da usina as caçambas cheias de piçarro e outras máquinas pesadas para compactar o solo. Porém, o problema de acesso continuava, segundo ele informou¹⁹⁸: “a ladeira era muito alta e em pé, passei um mês trabalhando e quando colocamos o piçarro, nenhum carro traçado (com tração) conseguia subir, se tentasse atolava ou descia de ré, ninguém queria mais continuar!”.

Como o trabalho estava sendo em vão, não apresentando resultado, ele pensou¹⁹⁹:

196 Conforme entrevista confidencial, na casa da autora em Sagi, no dia 25/02/2014, registrada no caderno de campo.

197 Idem.

198 Idem.

199 Idem.

“como o encarregado das máquinas é solteiro, vou convidar ele pra conhecer as meninas bonitas do lugar, se ele se interessar por alguém, ele deixa eu continuar o trabalho”. Então, passou a insistir nesse convite, mas o encarregado sempre desistia quando via que tinha de escalar o morro para chegar a Sagi.

Um dia, já sem esperanças, o encarregado lhe chamou²⁰⁰: “ei, Neguinho – era assim que ele me chamava –, hoje eu vou conhecer as meninas com você! Aí eu disse: vá lá pra casa! – minha casa era de taipa bem pequeninha, eu dei uns camarão a ele e a gente foi beber lá em Seu Cecílio, eu já na malícia!”. O rapaz, todo feliz, saiu convidando as meninas solteiras para conhecer o seu chefe. Logo, o encarregado “gostou” de uma delas – hoje, essa senhora é casada com outra pessoa e mora no povoado. Porém, o rapazinho não desistia do seu objetivo. Prosseguiu com o relato:

A moral da história é que eu ficava dando corda ao encarregado: você todo de bota, chega num carro possante e deixa aqui e vai até a casa da menina a pé. Chega lá todo suado e sujo de areia preta, porque o carro não pode subir essa ladeira! No outro dia ele disse: como é que a gente faz pra passar a estrada? Aí eu disse: libere a máquina grande e deixe comigo! (Entrevista realizada na casa da autora em Sagi, no dia 25/02/2014).

A máquina à qual ele se referia era a única capaz de realizar o serviço planejado. Ele continuou²⁰¹: “tinha um tal de ‘Luminoso de Patos’ que me ensinou a passar as dezesseis macha dessa máquina e a como butar a areia pra fora, aprendi o macete, aí eu disse: vou arrombar até Sagi”. Mesmo recebendo uma ordem direta para abrir a estrada, o rapazinho não podia revelar a ninguém que havia recebido autorização de seu chefe para realizar tal feito, considerando que essa era uma tarefa “irregular”, o que não seria interessante para o prefeito, pois desviaria as atenções de Baía Formosa. Nesse sentido, relatou:

Aí o encarregado dizia: vai dar cadeia. Eu dizia: vai não! Qualquer coisa, eu digo que eu fiz sem você saber. Aí comecei a cavar e o morro começou a baixar. A máquina potente inclinava a lâmina, aí eu saía arrastando a areia de cima pra baixo e espalhando – aprendi guiar as máquina vendo os outro fazer. Trabalhava no fim de semana sozinho, aí quando o pessoal chegava de casa perguntava: quem tá fazendo essa estrada? Ninguém sabia responder e eu ficava bem caladinho! (Entrevista realizada na casa da autora em Sagi, no dia 25/02/2014).

No entanto, como era um trabalho árduo, cansativo e clandestino – realizado à noite e nos finais de semana –, esse rapaz percebeu que não conseguiria concluir a tarefa sozinho. Portanto, convidou um colega, que também tinha se agradao de uma moça do lugar. Esse motorista, por fim, casou-se com a referida moça e constituiu família em Sagi. Ele comentou:

É agora ou nunca! Pegando um fim de semana esticado, que tinha um feriado grande e tendo mais de cinquenta tambor de óleo, com duzentos litro cada um – eu era tão irado que levantava sozinho o tambor pra abastecer o trator. Aí eu chamei

200 Idem.

201 Idem.

Bigode, o nome dele era Antônio, mas eu chamava assim. Aí eu disse: o senhor fica mais eu nesse fim de semana? Ele ficou me ajudando e nós arregaçamos a estrada até perto da igreja, quando foi pra amanhecer a terça-feira, a estrada tava arrombada e o povo começou a perguntar: quem foi? quem foi? Aí eu disse: foi a usina. E até hoje ninguém aqui sabe que foi eu que consegui dá um jeito pra trazer as máquina até aqui (risos) (Entrevista realizada na casa da autora em Sagi, no dia 25/02/2014).

Com todo esse esforço, apenas veículos de tração subiam a ladeira. Os carros comuns ficavam atolados, porque, mesmo rebaixando o morro para a construção da estrada, quando chovia, a água que descia das encostas arrastava o piçarro, dificultando a passagem de veículos pequenos. Porém, na gestão seguinte, conforme ele encerrou sua fala²⁰², “o prefeito que ganhou mandou ajeitar a estrada, aí desceram o morro e os carro começou a subir. Com o tempo, a ladeira foi calçada, porque ele (prefeito) queria ganhar a eleição de novo”.

Com a acessibilidade, chegou também o “progresso”. Desse modo, no início da década de 1980, o novo prefeito de Baía Formosa autorizou o melhoramento da estrada, ligando a atual BR-101 ao povoado. Com a estrada feita, gradualmente, a comunidade teve acesso à energia elétrica e à água encanada. Como consequência disso, pessoas vindas tanto do sul do país quanto do exterior aproveitaram a oportunidade e passaram a investir no lugar.

2.3 Genealogia

Durante a minha pesquisa, ficou evidenciada a relação de parentesco entre os moradores de Sagi, principalmente quando tive contato com as pessoas que, de uma forma ou de outra, se diziam ser *parentes*. Esse aspecto me deixava cada vez mais intrigada, levando-me muitas vezes a me questionar: se essas pessoas são todas parentes, então qual parentela elas têm em comum? Em virtude disso, passei a buscar informações que me conduzissem a seus antepassados.

Iniciei a elaboração dessa genealogia a partir da visão dos colaboradores interessados em me auxiliar nessa tarefa de recuperação genealógica. Parti da pessoa entrevistada (*ego*²⁰³) até, retrocedendo no tempo, chegar a seus avós e bisavós. Desse modo, conforme fluíam as memórias dos entrevistados, que apontavam para uma configuração familiar mais detalhada, seguindo, assim, a concepção de Grūnewald (1990), o emaranhado confuso que havia em minha cabeça foi se desfazendo. Esse pesquisador, ao estudar os Atikum, passou a “pensar genealogia” (GRÜNEWALD, 1990, p. 171), de acordo com as palavras de Foucault (1999, p. 13), como um “acoplamento do conhecimento com as memórias locais, que permite a constituição de um saber histórico das lutas e a utilização deste saber nas táticas sociais”.

Ao relacionar todas as informações produzidas pelos “especialistas da memória” (LE GOFF, 2003) e os interlocutores, foi identificado o elo que havia entre os *parentes* desse extenso grupo familiar. Essa identificação somente foi possível quando encontramos a raiz de uma

202 Idem.

203 De acordo com Batalha (1995, p. 753), *ego* significa “o eu a partir do qual se estabelece a rede de parentesco”.

das famílias mais antigas da localidade, a família Cândido, que se estabeleceu em Sagi no final do século XIX e, desde então, entrelaçou-se com as famílias Martins, Serafim, Leôncio, Nascimento, Félix, Araújo, Santos, Vicente, Claudino, Lobo, Marcelino, Moreira, Inácio, Lima, Silva, Madeiro, Costa e Ribeiro, resultando em sete gerações de parentes.

Além da família Cândido, também foi identificada a família Amaro como uma das primeiras a formarem o povoado, fixando residência nesse lugar desde o início do estabelecimento de moradias em Sagi *Trabanda*. Mantiveram laços conjugais com as famílias Conceição, Rosendo, Cruz e Borges.

A família Amaro é representada pelo Sr. José Amaro da Silva, 73 anos, conhecido por *Vilázio*, cuja esposa é Maria Roseno da Silva. O casal teve quinze filhos, dos quais dois morreram após o batismo e onze estão vivos; quarenta e seis netos; e quatorze bisnetos, conforme informações cedidas²⁰⁴ por eles.

O Sr. *Vilázio* falou que o seu pai veio de Baía da Traição/PB e casou-se com Lídia Maria da Conceição. Ele nasceu em Sagi *Trabanda* e lá mesmo se casou. Criou todos os seus filhos e ainda reside nessa localidade. Três filhos do casal e uma neta construíram suas casas no “terreiro” da casa do pai/avô (Croqui 2), mas existem espaços projetados para a construção de mais quatro casas, até o final do ano, sendo três para os filhos e uma para a neta que mora com eles. Dona Maria afirmou²⁰⁵: “aqui tem lugar pra construir casa pra todos os meus filhos”.

A família Dias também foi citada como uma das primeiras de Sagi, sendo representada pelo Sr. Antônio Dias. Porém, não foi possível traçar a genealogia dessa família, devido ao esquecimento desse interlocutor, que não conseguiu falar nem mesmo sobre os nomes dos seus dezessete filhos.

Durante o processo investigativo, percebi que algumas famílias ficaram de “fora” dessa rede de parentesco, apesar de estarem registradas no cadastro da FUNAI realizado no ano de 2013. Foram estas: Albuquerque, Almeida, Alves, Avelino, Barbosa, Bezerra, Cardoso, Delfino, Ferreira, Freire, Gomes, Moraes, Nunes, Severino, Viana, Vieira, Vitorino e Zidoro. Isso acontece porque essas famílias se uniram entre si num período mais recente da história dos *Potiguara*, não entrando na classificação das famílias mais antigas.

Partindo das memórias dos meus colaboradores e do levantamento de dados realizado com o auxílio indispensável de uma liderança local, selecionei uma dessas primeiras famílias a formar Sagi, no intuito de esboçar uma genealogia (Anexo J) que apresentasse os processos de geração de parentes no lugar, a exemplo da família Cândido.

Utilizei os seguintes critérios para essa escolha: sua significância na reconstrução de uma identidade indígena local; seu reconhecimento como uma das primeiras famílias que vieram da Paraíba e se estabeleceram no povoado até os dias atuais; o número de pessoas que a constituiu; e, por último, a cooperação dos seus parentes entre si, o que me possibilitou reconstruir um recorte genealógico de sua representação. Segundo o cacique *Manoelzinho*:

204 Em entrevista realizada em sua residência, no dia 20 de janeiro do ano de 2014.

205 Entrevistada em sua casa, no dia 20/01/2014.

Os mais velho dizem que aqui só tinha quatro casa e uma delas era da mãe do meu avô, minha bisavó Antônia Cândido. As quatro era de família diferente, só sei que tinha a família Conceição. A pessoa mais idosa que está viva fez cento e sete anos esse mês (janeiro), mas não está lúcido, é João do Espírito Santo Claudino – João Marreco (Conversa informal na casa do cacique, em 10/12/2013).

A família Cândido é representada em Sagi a partir da memória de três irmãos: Antônia Cândido, Oliva Maria da Conceição – conhecida por Santina Cândido – e João Cândido. Seus parentes não trazem registrada na memória nenhuma informação sobre seus pais, exceto que estes vieram da Paraíba com seus três filhos pequenos. No entanto, contatando Dona Antônia Cândida, filha de João Cândido, a qual mora em Baía Formosa, foi fácil identificarmos os seus pais, que originaram essa família em Sagi. Isso foi possível quando ela me apresentou uma cópia da sua certidão de nascimento, registrada no 2º Cartório Judiciário de Canguaretama/RN, sob o n. 3.433 (Anexo K).

Dona Antônia – 77 anos – nasceu em 19 de outubro de 1937, em Baía Formosa. É filha de João Cândido Martins e Domitila Cândida Martins e os avós paternos são Cândido Martins e Emília Cândida Martins. Portanto, esse documento possibilitou não apenas a identificação dos primeiros Cândidos a chegarem em Sagi, mas também a percepção de que existe uma flexão de gênero no nome (ou sobrenome) das mulheres da família Cândido, conhecidas como Cândida.

Não se tem conhecimento se isso foi um erro de Cartório (nesse caso específico) ou se foi uma opção entre os familiares. O fato é que o nome da esposa do Sr. Cândido Martins é Emília Cândida e a esposa do seu filho, João Cândido, chama-se Domitila Cândida. Entretanto, não sabemos se Cândida era o “nome” delas antes do casamento, se elas o receberam após suas uniões matrimoniais ou se já usavam esse “nome” por serem parentes, provavelmente primos, considerando que a parentela é algo comum entre eles.

Portanto, esse “sobrenome” no feminino acompanha os nomes próprios das primeiras mulheres da família. Como não tive acesso a outros documentos ou informações mais minuciosas, o que não é relevante nesta pesquisa, tendo em vista que o levantamento de genealogias não é inviabilizado pela inexistência de documentos inscritos, resta a dúvida quanto ao uso da flexão desse sobrenome.

A genealogia dessa família foi elaborada a partir das memórias dos *parentes* entrevistados em suas residências e em datas diferentes. Aconteceram diversos momentos de interações entre eles. A seguir, relaciono seus nomes e respectivos laços de parentesco: Antônio Cândido Serafim, neto de Dona Antônia Cândido e bisavô do cacique *Manoelzinho* e de Maria Isabel de Lima; os irmãos Temístocles Inácio da Silva, Jacira Inácio da Silva e Antônio Inácio da Silva, que, por sua vez, são netos de Dona Santina; há, ainda, a filha de João Cândido – Dona Antônia Cândida Martins – e seus filhos: Antônio Madeiro da Costa e Maria Verônica Madeiro da Costa.

Segundo os entrevistados que moram em Sagi, Dona Antônia foi parteira e quando

morreu, com mais de 100 anos, a filha dela, Joana Cândido Serafim, seguiu sua profissão. Não souberam informar sobre o marido de Dona Antônia, apenas relataram que ele tinha o sobrenome de Serafim e que esse sobrenome foi repassado para seus oito filhos²⁰⁶.

Quanto à irmã de Dona Antônia – Oliva Maria da Conceição –, é importante registrar que o sobrenome dela diferia do de seus irmãos e poucas pessoas a conheciam pelo nome de “Oliva”, pois na comunidade era conhecida por Santina Cândido. Isso foi esclarecido por uma de suas netas – Dona Jacira – e reconhecido por Maria das Dores do Nascimento – vulgo *Zita*²⁰⁷, atual esposa do Sr. Temístocles –, que informou: “eu alcancei ela viva e ela dizia que se chamava Oliva, mas a gente não acreditava”.

Outro aspecto que me chamou a atenção foi que o sobrenome “Conceição” foi aludido pelo cacique *Manoelzinho* como sendo de uma das quatro primeiras famílias a residirem em Sagi. Ninguém soube explicar se ela herdou o nome de uma de suas avós, como é comum entre os filhos homens do povoado, ou qual é a verdadeira explicação, nesse caso.

Senti dificuldade quanto à identificação dos descendentes de alguns homens dessa família, em virtude de os pais registrarem seus filhos e até netos com o seu próprio nome, sem diferenciá-los, ou seja, sem acrescentar ao final “Júnior” ou “Filho”. Exemplifico com a família de José Leôncio do Nascimento, esposo de Joana Cândido Serafim, em que um dos filhos desse casal recebeu o mesmo nome do pai. Outro exemplo é o de José Inácio da Silva, esposo de Mariquinha Cândido Serafim, em que um dos seus filhos recebeu o mesmo nome do pai dele. Mais outro exemplo é o de José Cândido Serafim, nome do filho de Antônia Cândido, que foi repassado para seu neto. O nome João Inácio da Silva é atribuído ao filho e ao neto de Santina Cândido. Por sua vez, Manoel Inácio da Silva – marido de Santina Cândido – repassou seu nome ao filho, mas acrescentou o sobrenome “Filho”. Da mesma forma, isso aconteceu com Antônio Inácio, cujo filho se chama Antônio Inácio Filho.

No início da pesquisa, esses nomes idênticos geraram uma certa confusão nas informações, porque os interlocutores usavam o mesmo nome para identificar pai, filho e neto, sem diferenciá-los. Porém, entre eles, há uma distinção e identificação por meio de cognomes. Assim como entre os *Potiguara* da Paraíba, pesquisados por Vieira (2010, p. 61), “os nomes genéricos geraram semelhança entre eles, assim como entre os homens, o que exigiu a invenção dos apelidos como mecanismo de singularizar as pessoas”. Quando percebi que esse era um costume local, passei a instigá-los com mais veemência quanto à confirmação das informações, visando fazer a distinção entre eles, registrando corretamente os descendentes de cada um.

Encontra-se anexo um “Quadro demonstrativo da genealogia da família Cândido” (Anexo J), distribuída em sete gerações. Como não foi possível identificar todos os membros dessa família, por ser numerosa e por muitos terem migrado para outras cidades, registrei apenas o nome daqueles que os interlocutores conseguiram recuperar por meio de sua memória.

206 Joana Cândido, Maria Cândido, Santana Cândido, Mariquinha Cândido, Cândido, José Cândido, Pedro Cândido e Mila Cândido. Todos usam “Serafim” como sobrenome (Anexo J).

207 Conforme conversa informal em sua casa, no dia 23/01/2014.

Portanto, fiz um recorte genealógico dos *parentes* e, de acordo com o que foi informado, coloquei uma observação na última coluna da tabela, com o nome do local onde moram/moraram, bem como utilizei alguns símbolos, conforme nota no final do referido quadro.

Nesse sentido, a tabela abaixo apresenta uma síntese das sete gerações, partindo de um único casal, que chegou a Sagi no final do século XIX com três filhos, dos quais as duas mulheres (Dona Antônia e Santina Cândido) viveram no povoado até falecerem, deixando seus descendentes no lugar. Entretanto, o único filho do casal, João Cândido, vulgo *Josu*, foi morar em Baía Formosa e lá permaneceu até sua morte, em janeiro de 2014.

Tabela 4 – Quantitativo dos descendentes da família Cândido

CASAL	FILHOS	NETOS	BISNETOS	TRINETOS	TETRANETOS	PENTANETOS
Cândido Martins = Emília Cândida	Antônia Cândido	08	40	95	91	32
	Santina Cândido	06	23	46	46	08
	João Cândido	09	28	56	53	06
PARCIAL	03	23	91	197	190	46
TOTAL	550					

Fonte: Dados coletados a partir das entrevistas realizadas com os interlocutores

Tendo em vista que as duas irmãs receberam os sobrenomes dos esposos e não dos pais, o sobrenome Cândido(a) continua até os dias atuais apenas entre os descendentes de João Cândido. A única exceção é uma filha de um casal de primos – Antônio Madeiro da Costa, neto de João Cândido, e Maria Isabel de Lima, bisneta de Antônia Cândido –, que recebeu o nome de Maria Cândida de Lima Madeiro, seguindo o costume de suas antecessoras.

O resultado do recorte genealógico dos descendentes dos três filhos do casal Cândido Martins e Emília Cândida foi: 03 filhos, 23 netos, 91 bisnetos, 197 trinetos, 190 tetranetos e 46 pentanetos, totalizando 550 descendentes recuperados pela memória dos interlocutores. Isso somente foi possível porque me reportei a três *egos*: o cacique *Manoelzinho*, bisneto de Antônia Cândido; Temístocles Inácio, neto de Santina Cândido; e Antônia Cândido, filha de João Cândido.

2.4 Sustentabilidade

Sagi consiste em um povoado localizado no extremo sul do litoral do estado do Rio Grande do Norte, o qual possui oito quilômetros de praias semidesertas, inseridas na rota de turismo do Brasil. Contudo, os moradores desse lugarejo não têm nesse empreendimento turístico um meio de sustentabilidade. Muito pelo contrário, essa atividade impacta o ambiente natural onde reside um grupo de mais de duzentas pessoas que dele depende para desenvolver suas atividades de subsistência.

Desde o início da formação do povoamento em Sagi, o grupo indígena pesquisado,

identificado como “*Potiguara de Sagi*”, tem usado a pesca e a agricultura como os seus meios essenciais de subsistência. Já o turismo e o artesanato são desenvolvidos por um pequeno número de pessoas do lugar. Para tanto, apresentarei essas atividades desenvolvidas no povoado em ordem de relevância para o grupo, de acordo com os tópicos pescaria, agricultura, turismo e artesanato.

2.4.1 Agricultura

Apesar de não possuírem terras para o plantio de seus roçados, os *Potiguara de Sagi* têm na agricultura seu maior meio de subsistência, conforme enfatizado por Tayse Michelle Campos da Silva – coordenadora da microrregional da APOINME/RN –, que informou²⁰⁸: “entre as comunidades indígenas do estado, a de Sagi é a que mais desenvolve a agricultura”. Falando sobre essa prática, o cacique *Manoelzinho* declarou²⁰⁹: “se você pegar do TECNA-RÃO²¹⁰ subindo até o Guaju, todo mundo trabalhou e fez roçado ali, mas hoje num pode mais”.

Atualmente, essa prática encontra-se restrita, porque falta terra para o plantio de seus roçados. Apesar de disporem do mar, dos rios e dos manguezais para a pesca, os indígenas não podem comprar o equipamento apropriado para o desenvolvimento de uma pescaria satisfatória, resumindo-se a uma prática secundária. Portanto, passam a depender dos roçados como opção alternativa de autossustentabilidade, como esclareceu o Sr. Temístocles:

Essa terra é muito boa, tudo o que plantar dá: batata, feijão, melancia, jerimum, roça... Mas no começo eu passei muita fome aqui no Cutia, porque o que a gente plantava só dava de ano em ano e a pescaria, as condição era pouca pra comprar o material, foi quando fui plantar em Lagoa D’agua e as coisa melhorou (Entrevista *in loco* – em Cutia, no dia 26/01/2014).

O Sr. Temístocles afirmou que a “coisa melhorou” quando ele passou a plantar em outra área, trabalhando em duas roças, em épocas diferentes, colhendo duas vezes por ano, o que fez com que não faltasse mais comida. Continuou relatando:

Quando eu comecei a trabalhar em dois canto... vamos dizer: eu plantava no verão, no mês de outubro pra colher no outro ano, de setembro envante, aqui eu plantava no mês de janeiro ou fevereiro, dependendo do inverno, aí pronto, quando começava a comer era feijão, batata, melancia, jerimum, milho. Aí acabou a necessidade (Entrevista *in loco* – em Cutia, no dia 26/01/2014).

Ele ainda falou que, antes de os *parentes* terem essa ideia de plantar em lugares diferentes, tinha período em que “o inverno era fraco” e que eles chegavam até mesmo a “passar fome”. Em muitas ocasiões de desespero, foram obrigados a tomar atitudes extremas, confor-

208 Em uma conversa informal, em 05/11/2013, por ocasião da III AIRN, em Sagi.

209 Em conversa informal na casa da autora, em 15/12/2013.

210 Empresa de produção de larvas de camarão localizada no início de Sagi. Ela se encontra desativada.

me ele mesmo confessou contristado:

A gente roubava a roça dos outro. Era quem caboco, o que tinha o pé maior ficava atrás pisando no rasto de nós que ia na frente levando tudo: batata, jerimum, o que tivesse no caminho pra matar a fome, quem via o rasto pensava que era uma só pessoa, mais deixa que era cinco ou seis. Vai todo mundo num rasto só, por onde o primeiro passar, todo mundo tinha que passar também, no mesmo caminho, no mesmo passo, no mesmo rasto, quem caboco, entendeu como é que é? (Entrevista *in loco* – em Cutia, no dia 26/01/2014).

Foi assim que, depois de tantas dificuldades enfrentadas, eles passaram a plantar não apenas em dois roçados, mas também ampliaram o plantio para as margens das lagoas e dos rios. Faz mais de cinquenta anos que a maior área plantada fica localizada às margens do Rio dos Pauis, cercada por canaviais. Porém, recentemente, o proprietário da usina mandou seu vigia destruir os roçados de três agricultores indígenas: Isaías Amaro, Nilson e Severino dos Santos.

Isso tem acarretado problemas sérios para eles que desfrutavam do seu trabalho diário, retirando da terra uma excelente fonte de alimentos tanto para o consumo de sua família como para a venda do excedente. Em face disso, atualmente se sentem impossibilitados de plantar, como afirmou o Sr. Isaías Amaro:

O vigia da usina arrancou um bocado de roça minha: pé de melancia, abóbora, banana, macaxeira, milho, batata. Meu roçado é uns cem metro e dá uns trinta de largura. Tem muita vagem pra se plantar, mas ele empatou, ninguém pode plantar. Eu planto há três anos, mas meu tio João Rosendo plantava há mais de trinta. Como ele não pode mais trabalhar por conta da saúde, ele mandou e eu continuei no canto dele. Outro tio meu, Raimundo Rosendo – tio *Doca* –, planta ali também tem trinta ano plantando, parou por conta dele. Arrancou a roça de Nilson, que é primo de *Manoelzinho* (cacique), plantou três vezes e ele arrancou. Já foi serviço do pai dele há muitos anos, o pai dele morreu, Deus levou ele, aí Nilson continuou trabalhando e arrancou o de Severino também. Toda essa área que a gente tá plantando já foi dos pai da gente, dos avô da gente, família da gente que vem plantando todo ano. Toda semana eu trazia uma carroça de banana pra vender aqui, toda semana. Tira o sustento da gente, dos filho da gente porque a gente tira pra comer e o resto nós vende. Aqui no *Trabanda* cada um de nós tem um roçado e a gente planta também no roçado coletivo, depois que eu limpar meu roçado vou me juntar com os outro pra limpar o roçado comunitário. Minha vivência é essa: roçado e pescaria pra dá comida a minha família (Conforme entrevista realizada em sua casa, no dia 28/01/2014).

Apesar de terem destruído três roçados, outros agricultores ainda continuaram plantando nessa área “proibida”, conforme o Sr. Isaías Amaro relatou²¹¹: “Temisto, Seu Manoel *Pau D’arco* e o genro dele Eduardo e Edvaldo plantam lá. Tem outro primo de *Manelzinho*, Mark-suel, que planta na área do pai dele, todo esse pessoal tira a alimentação dali”. Ainda não se sabe por quanto tempo eles continuarão plantando, tampouco qual o motivo que levou a terem escolhido esses três agricultores para destruir os seus roçados. Quando perguntei se era devido ao tamanho da terra utilizada para o plantio, Isaías respondeu:

211 Entrevistado em sua casa pela autora, no dia 28/01/2014.

Ele não disse por que escolheu nós, mas não é pelo tamanho da roça, não! É porque num querem mesmo. As outra roça de Tio *Doca* ele arrancou, mas ele continua trabalhando no sítio de bananeira, que é o maior de todos, até a cerca que ele colocou pros bicho não entrar e destruir a roça dele, o vigia foi lá e arrancou, estaca por estaca e o arame. Toda semana uma pessoa vinha buscar uma camioneta cheia de macaxeira dele, o mais que agravou foi o meu. Minha roça tava dessa altura, o milho já bonecendo e ele derrubou tudo, ficou tudo lá, no chão! (Entrevista em sua casa, no dia 28/01/2014).

O Sr. Isaías Amaro ficou indignado quando falou sobre o roçado que perdeu, demonstrando um semblante triste e permanecendo cabisbaixo enquanto respondia às perguntas direcionadas a ele. Nesse momento, em que consertava uma rede de pesca, retrucou²¹²: “é, agora só resta pescar”. Porém, a pescaria não é suficiente para prover o sustento de sua família, por isso, justifica-se a sua tristeza.

De acordo com o cacique *Manoelzinho*²¹³, o encarregado da Usina começou a destruir os roçados no ano de 2013 e, desde então, três deles não existem mais: “os roçado arrancado foram de três família, mas tem outros roçado plantado nos paul: tem de Zezito, Temisto, Manoel *Pau D’arco*, D. Luzia, *Doca*, Zélio, Juarez, Martinho, tem muita gente ali dento, é porque não trabalho lá com eles pra vê o que tá acontecendo!”.

Ele continuou falando que acredita que nenhum outro roçado será destruído²¹⁴, porque²¹⁵ “ele (o vigia) disse que não era mais ele que ia arrancar os roçado, era o IDEMA²¹⁶, ele disse que não ia se meter mais nisso não”. Falou sobre a área plantada: “aqui tá o rio subindo... é paul desse lado e paul desse, tá entendendo? A nascente do rio é na Lagoa do Junco, tem plantado até os bambu, tem um canto mais estreito e outros mais largo, mas é todo cercado pelas cana”.

Considerando que o vigia havia afirmado que não mais destruiria nenhum roçado, mesmo temeroso, o Sr. Isaías Amaro retornou à sua área de plantio no *paul*. No dia 19 de abril, momento em que retornei à aldeia para as comemorações locais, ele me relatou, satisfeito: “plantei muito milho e se Deus mandar chuva, vou tirar uma boa safra de lá”.

A tabela abaixo é resultado do cadastramento realizado pela FUNAI no ano de 2013 e apresenta as profissões informadas pelos indígenas nessa ocasião. Conforme se pode observar

212 Idem.

213 Em conversa informal na casa da autora, no dia 29/01/2014.

214 A desconfiança dos agricultores realmente tinha fundamento, pois, nos anos de 2016 e 2017, eles presenciaram, mais uma vez, a destruição de seus roçados. É digno de nota registrar que isso acontecia justamente no início da colheita, quando os agricultores indígenas impotentes observavam todo o seu meio de subsistência ser tirado deles. A cada ano, a justiça dava ganho de causa aos indígenas, mas a usina recorria e era dada a ordem judicial de destruírem toda a produção. Por essa razão, os agricultores decidiram não mais plantar nessa área e que apenas retornariam após a conclusão definitiva da demarcação de suas terras – conforme informações cedidas à autora pelo cacique *Manoelzinho* por meio de áudio, via WhatsApp, em 18/05/2020.

215 Idem.

216 Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (IDEMA/RN).

pelos números, a ocupação que prevalece entre os *Potiguara* de Sagi é a agricultura. Das 130 pessoas que informaram sua ocupação, 63 são agricultores, representando um percentual de 48,5% dos indígenas cadastrados.

Tabela 5 – Demonstrativo dos cadastrados (por profissão) – FUNAI/2013

CADASTRADOS – INDÍGENAS –	OCUPAÇÃO INFORMADA						
	SIM					NÃO OUTRAS	
SIM	NÃO	PESCA- DOR	AGRICULT.	ARTESÃO	PROF.		
257	23	44 = 33,8%	63 = 48,5%	10 = 7,7%	02 = 1,5%	11 = 8,5%	150
TOTAL:	280	SUBTOTAL:			130	150	

Fonte: Elaborada com base nas informações repassadas oralmente por Martinho Andrade – técnico da FUNAI

Percebe-se que em segundo lugar está a ocupação de pescador, pois das 130 informadas, 44 pessoas exercem ou afirmam exercer esse ofício, o que equivale a 33,8% do total. As demais profissões contabilizam 23 pessoas, que representam 17,7%, ou seja, somam juntas menos que o percentual da segunda colocada.

Assim sendo, atualmente, a situação dos *Potiguara* de Sagi, por mais difícil que seja, não é tão árdua como no passado, quando “passavam fome” e até mesmo eram impelidos a ter que “pegar” alimentos nos roçados dos outros. Sobre essa mudança, o Sr. Temístocles afirmou²¹⁷: “hoje na cidade, as famílias têm ajuda daquela bolsa que o governo dá”. Mesmo assim, não é o suficiente para suprir as necessidades diárias dessas famílias, que precisam de terra para plantar seus roçados. Caberá, portanto, ao órgão indigenista, em uma futura demarcação de suas terras, levar em conta os vários mananciais existentes na região, onde a água é abundante, a terra é fértil e a produção seria garantida para esse grupo indígena.

2.4.2 Pescaria

Os pescadores de Sagi são cadastrados na Colônia de Pescadores e Aquicultores de Baía Formosa, Z11, criada em 27 de agosto de 1949 e presidida pelo Sr. Arnaldo e pelo vice-presidente indígena, João dos Santos Neto, que reside em Sagi. Nela, foram cadastrados 57 pescadores, sendo 25 homens e 32 mulheres. Considerando que o vice-presidente é indígena, sempre que se faz necessário, são realizadas reuniões no próprio povoado, para tratarem de assuntos de interesse comum, como aposentadorias, benefícios, entre outros.

Todos os associados portam uma carteira de identificação feita pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP) e são assegurados pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), o que possibilita aos pescadores o direito de receberem benefícios como auxílio doença, auxílio maternidade, aposentadoria e, durante o ano, três parcelas para preservarem a

217 Conforme entrevista *in loco*. Cutia, 26/01/2014.

piracema – período em que os peixes sobem os rios para desovarem. Além disso, pagam uma mensalidade que é investida na própria Colônia, no intuito de suprir despesas com viagens do presidente a Natal para tratar de problemas de documentações dos sócios, compra de material de expediente e de limpeza da sede, bem como pagamento dos salários de duas funcionárias da instituição.

Em 24 de janeiro de 2014, o vice-presidente da Colônia, em entrevista em sua casa, afirmou que, dos 57 cadastrados, apenas 14 pescadores estão na ativa, sendo 13 homens e uma mulher. Os demais somente recebem os benefícios, mas não exercem a profissão continuamente. Porém, ele não os denunciou, porque é consciente de que estes precisam dos benefícios oferecidos pelo governo para ajudar na subsistência de suas famílias. O mais grave que identifiquei na pesquisa foi o fato de que dois dos pescadores ativos estendiam suas redes de pesca nos rios, o que impossibilitava a *piracema*. Sugeri à direção da Colônia que os notificasse sobre o crime ambiental que estavam praticando. Caso não parassem, pedi para que fosse formalizada uma denúncia junto ao órgão competente.

Em virtude de ser uma região “boa de peixe”, o litoral de Sagi é procurado por pescadores de várias zonas de pesca do litoral do estado, bem como da Paraíba. A pescaria é satisfatória tanto em alto mar como nos rios, nos mangues e nas pedras, como declarou o Sr. Temístocles, quando visitamos Urubu²¹⁸: “até hoje tem muita gente que pesca nessas pedra, eu mesmo já pesquei muito aqui! Ainda venho de Sagi pescar aqui e no inverno dá muito siri mole, desse tamanho assim! Na maré baixa dá tanto aratu, que é uma beleza!”. Continuou falando acerca de uma área de pesca muito valorizada na região:

O irmão de Deodato, o Sr. Tragino, pescou muito aqui. Ele conhecia um lugar que se dá o nome de *Taci*, quando arreja a rede os peixe tá em cima. João Paulo, pai de Valdemiro, avô da mulher de Galego, ele dava uma jangadinha de madeira do sul – não era de isopor não – pra Tragino ensinar onde era o taci, e ele morreu e nunca ensinou! (Entrevista *in loco* – em Cutia, no dia 26/01/2014).

Quando perguntei ao Sr. Temístocles como eles pescavam quando não existia rede de pesca na região, ele respondeu²¹⁹: “nesse tempo, quando eu era menino, tudo era na linha: mero, ariacó – era os peixe que se conseguia pegar na linha. Não existia rede!”.

A pesca era completamente artesanal. O instrumento usado era apenas um anzol preso por uma linha de *nylon*, que jogavam ao mar enquanto a outra extremidade ficava presa na mão do pescador. Eles adquiriam esse material – anzol e linha – por meio da troca por peixe com seus parentes de Sagi, que comercializavam mercadorias, trazidas para o povoado em cima do lombo dos animais. Não tinham meios financeiros próprios para conseguirem o material necessário à realização da pesca de peixes maiores. Quando perguntei se ele lembrava do tempo em que as redes apareceram em Sagi, ele respondeu:

218 Entrevista gravada pela autora por ocasião da visita *in loco* aos lugares de memória e moradia, localizados entre Sagi e Urubu, no dia 26 de janeiro do ano de 2014.

219 Idem.

Quando eu era rapazinho, as rede que aparecia era de fio e o material era comprado em Natal ou João Pessoa. Os pescador juntava três linha de fio torcida e fazia uns cordão. Esses cordão era torcido num carro de tábua. Botava um novelo daquele fio preto e começava a rodar... Ia no mato, pegava tucuna, raspava e botava numa gamela – um pedaço de pau cavado – a água ficava quim vinho e botava a linha dento da tinta de tucuna pra zaprezar o peixe, era assim, pra puder pescar (Entrevista *in loco* – Cutia, em 26/01/2014).

Essa rede era artesanal, desde o momento de tecerem os cordões até a sua finalização. Inicialmente, juntavam três fios de algodão e os torciam em um “carro” de tábua, “que girava, parecido com um carretel”. Para unir os fios, eles os mergulhavam numa mistura feita da raspa de uma árvore com água. Os pescadores teciam essas redes, mas não as usavam. Devido aos custos para a compra do material, eles as faziam por encomenda, ou seja, o interessado entregava-lhes o material e eles as confeccionavam.

O Sr. Carlos Leôncio ainda trouxe na memória o nome dos pescadores de Sagi na época em que ele era menino²²⁰: “os pescador daqui era papai, pai veio (avô), Seu *Nino*, Geraldo Amaro, *Zebola*, João Paulo, Valdemir e lá embaixo (Cutia) era *Temisto*, *Olê*, Deodato e João de *Canã*, que tinha uma jangada grande daquela madeira do sul”. Falou a respeito das dificuldades que eles passavam naquela época para conseguir madeira para construir um barco de pesca, motivo pelo qual precisavam do esforço de três a quatro parentes:

A madeira pra fazer a jangada era comprada em Pitimbu/PB, uns 70km de João Pessoa, eles comprava quatro pau bem roliço. Eles ia a pé e voltava com a madeira por dentro d’agua, pegando carona nos barco de pescador conhecido até Baía da Traição ou mesmo até Formosa, quando chegava aqui, ia furar a madeira no trado²²¹ – um ferro, com uma curva no meio, numa ponta um fuso, na outra uma cabeça de pau –, fazia um espontão – uma espécie de lança pra fisgar o peixe – com um pau branco tirado da mata e juntava três a seis pau pra fazer a jangada. A do meu avô tinha seis pau, pescava quatro homem, num bote pequeno tinha três pau. Quando o barco ficava encharcado que não prestava mais, uns quatro ano de uso, aí fazia tudo de novo (Entrevista em sua casa, pela autora, em 18/01/2014).

Entretanto, a abundância de peixes nessa região tem trazido muitos problemas para o pescador local, principalmente quando pescadores de outras colônias invadem a área e danificam as redes com seus barcos potentes, sem se preocupar com aqueles que praticam a pesca simples e artesanal e que precisam garantir o sustento de suas famílias. Quando isso acontece, é feita uma denúncia na colônia pertencente ao pescador que desrespeitou os espaços do outro, no entanto, nem sempre é possível identificá-lo, acarretando em perdas e, conseqüentemente, prejuízos para os pescadores locais, que ficam vários meses sem pescaria, por não disporem de recursos para a aquisição de outras redes.

Ainda há os que praticam a pesca irregular de lagosta. Eles pescam as espécies no período de reprodução, quando é proibida esta atividade – mesmo quando liberada, apenas pode

220 Entrevista gravada na casa do Sr. Carlos Leôncio, no dia 18/01/2014.

221 Uma ferramenta usada por carpinteiro para furar a madeira.

ser realizada com o uso de armadilhas especiais, como os covos²²² (Foto 16). Apesar disso, alguns pescadores “de fora” desconsideram a orientação e utilizam equipamentos sofisticados de mergulho e barcos especiais, tornando-se páreos desiguais para os pescadores de uso artesanal.

Fotografia 16 – O pescador Temístocles (*Temisto*) preparando o seu covo para a pescaria



Fonte: Jussara Galhardo

O pescador local somente consegue tirar do mar o suficiente para o consumo, devido à falta de recursos para a aquisição de equipamentos de pesca. Raramente, há sobras para serem vendidas, mas, quando “o mar tá bom pra peixe”, eles o comercializam para ajudar na compra de outros itens alimentícios, como contou João dos Santos²²³: “a gente vende ao pombeiro” – que é o atravessador – ou aos donos de pousadas, os quais estão sempre dispostos a comprar o peixe fresco por uma quantia menor.

De acordo com João dos Santos, há dois tipos de redes utilizadas pelos pescadores locais: a primeira é chamada de rede grande (malha maior), usada no verão²²⁴: “essa rede a gente usa de outubro a meados de abril e com ela a gente pega: robalo, pescada branca e xaréu”. Já a segunda, a rede fina, é usada no inverno²²⁵: “de abril em diante, depois da quaresma, até o final de setembro”.

222 Armadilhas portáteis construídas artesanalmente com diversos materiais.

223 Entrevistado em sua casa, no dia 24/01/2014.

224 Entrevistado em sua casa, no dia 24/01/2014.

225 Idem.

Eles compram as malhas com 48/100 metros e as preparam com chumbadas e boias, para figarem peixes menores, como: guaiuba, chicharro, serra e bonito. Grande parte dos pescadores locais tece suas próprias redes (Fotos 17 e 18). Acompanhei o trabalho de João dos Santos e de Isaías Amaro, os quais foram entrevistados em suas casas, quando faziam as redes de *nylon* – comprado em carretéis.

Fotografia 17 – O pescador João dos Santos colocando chumbada na sua rede de pesca



Fonte: Arquivo pessoal

Quando prontas, as redes são colocadas em um barco. Os pescadores João dos Santos e Batista levam até oito redes ao mesmo tempo, apesar de a embarcação ser pequena. Ao chegarem ao local onde percebem uma grande quantidade de peixe, as “largam” deixando na boia uma bandeira para marcar sua localização. Esse tipo de pescaria é realizado mais próximo da costa e mais rápido, segundo João dos Santos²²⁶: “no verão, a gente sai de três horas e volta às cinco da tarde, no inverno sai de três e volta de nove pras dez horas da noite”.

Essas redes que eles “largam” no mar são chamadas de “rede boieira”, porque ficam boiando na superfície da água, conforme afirmou João dos Santos²²⁷: “em cada braça a gente usa três boia e coloca um pisca e fica esperando até a hora de puxar. Dura duas hora pra largar e a gente espera oito hora pra puxar. É como se fosse uma rede de arrasto em alto mar, por isso hoje nós num usa mais”.

226 Idem.

227 Idem.

Fotografia 18 – O pescador Isaiás Amaro tece a sua rede de pesca



Fonte: Arquivo pessoal

Esse tipo de pescaria é uma prática predadora, porque arrasta toda vida marinha que se emaranha na rede e também leva outras redes pequenas que encontrar pelo caminho. Por esse motivo, os pescadores locais não costumam praticá-la. Confirmou João dos Santos²²⁸: “nós não faz essa pesca mais porque é arriscada, nós tem medo de dá prejuízo aos outro”.

Portanto, a pescaria mais usual, atualmente, feita por esses pescadores, é através da rede fundada, que para eles é a forma correta de disporem a rede no mar, porque assim evitam acidentes e prejuízos para si e para os outros pescadores. A rede fundada fica submersa e o local é marcado por uma bandeira presa a uma boia. João dos Santos afirmou²²⁹: “hoje eu pesco com meu irmão, a gente leva vinte e quatro rede no barco, quando chega lá, a gente divide uma corda de seis braça e coloca as rede em fila: duas fila com seis, uma com sete e uma com cinco”.

Preocupados com a maneira correta da distribuição dessas redes no mar, os pescadores locais seguem todo um ritual para não prejudicarem o seu trabalho, tampouco o dos outros. Passam a “afundar” suas redes, utilizando boias menores e numa distância maior, para que estas não subam à superfície. Para tanto, eles prendem as redes com uma âncora, que as mantém presas, esticadas e fixas embaixo d’água, evitando que se emaranhem umas nas outras.

A embarcação mais utilizada na pescaria local é a *baitera*²³⁰. Em Sagi, apenas um pescador, João dos Santos, tem um barco de madeira movido a remo e/ou a motor, o qual ele usa

228 Idem.

229 Idem.

230 Pequeno barco de pesca artesanal.

para pescar com o seu irmão, José Batista dos Santos. Quando vão fazer a limpeza do barco, levam-no até o Rio Guaju, onde sobem um pouco a correnteza e o encostam rente a um banco de areia, tornando-se mais fácil para fazer tanto a limpeza como a manutenção do barco.

Segue abaixo uma tabela demonstrando o número de embarcações que existem no litoral de Sagi, o local onde ficam atracadas, bem com o nome dos seus respectivos proprietários.

Tabela 6 – Demonstrativo dos pescadores de Sagi

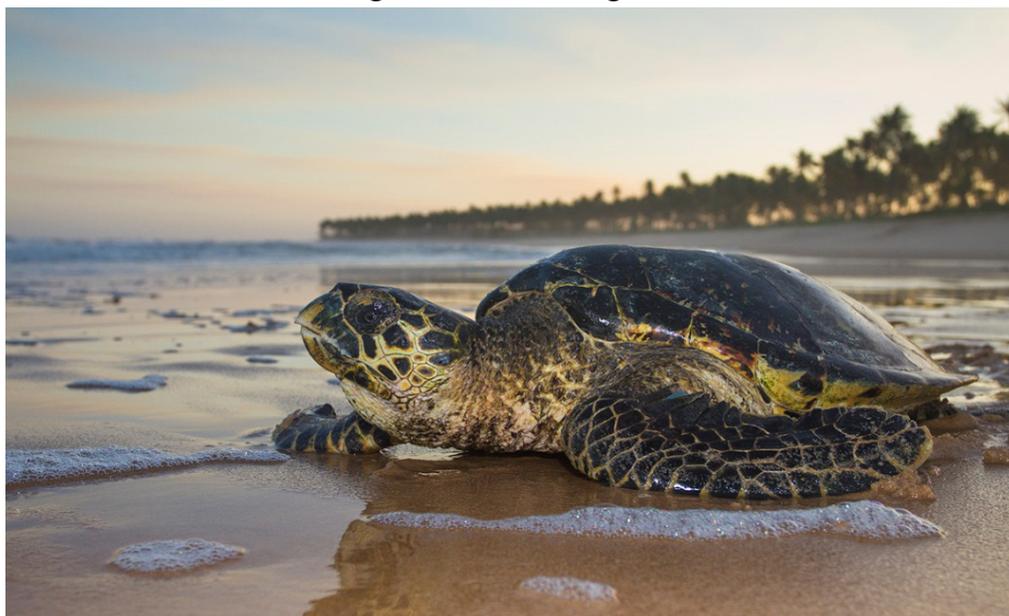
LOCAL	EMBARCAÇÃO	QUANT.	PESCADORES
Guaju	Baitera	03	Isaías Amaro
			Zélio Nascimento
			Antônio Félix (<i>Galego</i>)
Sagi	Baitera	09	Ramos Jerônimo
			Severino Gomes
			Orlando Jerônimo
			Manoel Leôncio do Nascimento
			João Maria
			Zenilton
			Romildo Ismael
			Gilvan dos Santos
	João dos Santos Neto		
	Barco	01	
Guajiru	Baitera	03	Ailton Araújo
			João Dias
			Francisco Dias
Cutia	Baitera	01	Manoel Félix
TOTAL		17	16 pescadores

Fonte: Elaborada pela autora com base nas informações orais

Essa tabela apresenta uma síntese da situação da pesca na região. Há quatro lugares de pescaria: Guaju, Sagi, Guajiru e Cutia. Além disso, existem dezesseis baiteras e apenas um barco, somando dezessete embarcações pertencentes a dezesseis pescadores. Nem todos estão ativos, ou seja, apesar de terem a baitera, não vão ao mar frequentemente, preferindo pescar nos rios ou nos manguezais. A baitera de João dos Santos é utilizada apenas para conduzi-lo, juntamente com seu irmão, bem como para transportar as redes e outros equipamentos de pesca.

Há cerca de 30 anos, a região litorânea de Sagi é monitorada pelo Projeto Tartaruga Marinha (TAMAR/ICMBio) (Foto 19), que em sua totalidade alcança uma área de 33km de praias no Rio Grande do Norte, a qual vai desde o município de Natal até Baía Formosa. O monitoramento é realizado por cinco técnicos, cada um responsável por uma área de 6 a 7 km de praia. Para tanto, utilizam bicicletas ou motos.

Fotografia 19 – Tartaruga Pente



Fonte: Projeto TAMAR

Em Sagi, esse trabalho é realizado pelo indígena “tartarugueiro” José Carlos Leôncio do Nascimento, 51 anos, irmão do cacique *Manoelzinho*, que há dez anos monitora uma área de 7km de proteção, a qual se estende do Rio Guaju a Cutia. Segundo ele afirmou, trabalha com “carteira assinada pela firma CAPELA do Rio de Janeiro” e que “a vigília é feita todos os dias, a partir da meia noite, durante o período de outubro a maio de cada ano, quando acontece a desova”.

O trabalho de monitoramento implica acompanhar e descobrir os locais onde as tartarugas sobem à praia, identificados através da observação dos rastros deixados por elas durante a maré baixa. O técnico segue esses rastros, descobre onde os ovos foram postos e fixa um marco no local, com o número do registro e do ninho, anotando as seguintes informações num bloco: número do registro; ordem de subida da tartaruga à praia; data e hora da identificação; e em qual quilômetro da praia foram encontrados.

Iniciando pelo Rio Guaju, a praia é sinalizada com uma placa fixada a cada quilometragem, facilitando a localização do ninho. Nessa placa, ele faz as anotações, de acordo com as tipologias adotadas, registrando, por exemplo, o resultado dessa subida, conforme as iniciais: ML, SD e CD. ML significa meia lua – quando a tartaruga sobe à praia, faz meia lua e volta ao mar sem fazer ninho em nenhum lugar. No retorno, ela cruza essa linha, o que indica que ela não voltará a esse local nesse ano. No entanto, se a meia lua for perfeita, entre 13 e 15 dias, ela voltará para a segunda desova. Cada tartaruga desova duas vezes por ano, sendo a distância entre um ninho e outro de 50 a 100 metros, para o norte ou para o sul. SD representa sem desova – ela cava o ninho, mas por algum motivo não desova, podendo ser por observar alguém por perto, algum barulho, o sol nascendo etc. Já CD significa com desova – a tartaruga demora

de uma hora e meia a duas horas para desovar.

Assim que a tartaruga põe os ovos, o “tartarugueiro” – que a aguarda escondido, já na espera – segura-a antes de sua volta ao mar. Em seguida, tira suas medidas – tamanho e largura do casco e da parte inferior do peitoral –, anotando os dados em um anel que ele prende em uma de suas nadadeiras. Quando a tartaruga já está cadastrada, o técnico faz apenas a notificação em seu registro de controle.

Após 40 a 45 dias da desova, se os dias forem quentes, os filhotes nascem, em sua maioria fêmea. Porém, se os dias forem frios e chuvosos, pode perdurar por até 60 dias para saírem os filhotes, sendo, nesse caso, a maioria macho. Quando as tartarugas nascem, o técnico conta o número de filhotes através das cascas dos ovos deixados no ninho aberto e registra os dados no seu caderno de acompanhamento de acordo com a sigla TR (transferência). Ela indica que, dependendo do local onde a tartaruga marinha põe seus ovos, às vezes, faz-se necessário transferi-los, por ficarem num local de fácil acesso aos predadores – geralmente as raposas –, por ser passagem de bugres, motos ou pedestres, que podem encontrar o ninho e destruí-lo, ou pelo avanço do mar.

Mesmo assim, não havendo tanta incidência, em alguns casos, é preciso transferir o ninho. Essa transferência somente pode ser realizada de madrugada, porque a luz e o calor do sol podem impedir o nascimento dos filhotes. Nesse caso, os ovos são contados, colocados numa caixa com areia do próprio ninho e, em seguida, transferidos para um ninho preparado pelo técnico, que tem todo o cuidado quanto à arrumação correta dos ovos, comprimindo-os com areia e batendo forte – como faz a tartaruga fêmea com as patas traseiras, para que os filhotes possam nascer com segurança.

Nessa temporada – de outubro/2013 a fevereiro/2014 –, foram realizadas três transferências: uma com 160 ovos, outra com 138 e a última, como afirma o técnico: “quando estava fiscalizando os ninhos na minha rotina, percebi que em alguns trechos da praia a maré havia avançado e em um dos ninhos, os ovos estavam todos descobertos consegui salvar apenas seis ovos, mas fiz a transferência com sucesso”.

Também é realizado um trabalho de salvamento quando uma tartaruga é encontrada emaranhada em redes de pesca. Para se fazer o resgate, muitas vezes, é necessária a ajuda de outros pescadores para que ela possa voltar ao mar com segurança. Outras vezes, é preciso chamar o IBAMA, mas nem sempre essa tarefa é bem-sucedida, tendo em vista que as redes cortam bastante e muitas não têm conseguido sobreviver.

Muitos pescadores encontram tartarugas mortas emaranhadas nas redes de pesca, mas, temendo serem punidos, cortam as redes e as soltam ao mar, sendo comum encontrar tartarugas mortas no perímetro da praia. Muitos encontram os ninhos descobertos e, antes de avisarem ao “tartarugueiro”, retiram alguns ovos para consumo próprio, apesar da proibição. O hábito de comer tartaruga era comum nessa região e fazia parte da alimentação das pessoas do lugar, como lembrou o Sr. Carlos Leôncio:

Na época do meu avó ele pegava tartaruga e tratava aqui na frente, tinha dia que ele e outros pescador pegava mais de cinco tartaruga e tratava aqui na praia, não esperava nem desovar, era só pegamos, trazendo pra cá, pra tratar e levar pra casa pra comer e tinha um senhor na Barra de Cunhaú que tinha uma criação de mais de 50 tartaruga dentro do cercado, isso era comum nessa região! (Entrevista realizada em sua casa, em 22 de janeiro de 2014).

Esse senhor ainda traz na memória um incidente que envolveu um dos seus primos, conforme ele afirmou: “quando um técnico do IBAMA flagrou ele na maré (em Cutia) tratando uma tartaruga, numa baitera, a uns 200 metro da praia, quando ele percebeu que estava sendo filmado, jogou a tartaruga no mar com tudo e lavou a baitera e veio pra terra”. Quando chegou a terra, negou o crime, mas diante da prova incontestável se identificou como primo do “tartarugueiro”. O técnico do IBAMA disse que, em consideração ao seu primo, não iria levar o caso adiante, mas que ele aprendesse a lição e não fizesse mais isso, tendo em vista que o registro do crime ficaria guardado para qualquer eventualidade.

Apesar de tudo, segundo o técnico, atualmente há uma melhor conscientização entre os pescadores e até mesmo entre os frequentadores da praia, no tocante à preservação dos ninhos. Isso se atribui ao respeito conquistado pelo técnico por seu trabalho de preservação. O Sr. Carlos declarou: “hoje, quando alguém encontra um ninho descoberto, que a maré cavou, me comunica imediatamente e eu fico muito feliz, porque sei que meu trabalho tá dando certo”. No entanto, para isso acontecer, ele continuou: “antigamente, tive que tomar algumas providências”. A atitude que ele tomou foi amedrontar os “predadores” – entre esses, parentes –, que matavam as tartarugas para comer e/ou roubar seus ovos, avisando-os de que se continuassem com essa prática iria chamar reforços e eles seriam presos. Contudo, nunca foi necessário tomar essa medida extrema.

Nessa temporada reprodutiva, referente a um período de cento e dez dias, iniciando em 14 de outubro de 2013 até o dia 04 de fevereiro de 2014, por ocasião da segunda etapa da entrevista, o “tartarugueiro” informou o resultado da temporada: 27 tartarugas subiram à praia; 25 desovaram; 4 ninhos foram destruídos por raposas e 3 ninhos foram levados pela maré.

Portanto, apesar de Sagi ser uma localidade onde a pesca é favorável – além do mar, existem dois rios na região: Guaju e Cavaçu – e oferecer uma potencialidade em grande escala para o desenvolvimento dessa atividade, atualmente, há um número reduzido de pescadores ativos – apenas 14. Existem, entretanto, grande deficiência e falta de incentivo por parte dos órgãos competentes para ampliar o número de profissionais que pretendem desenvolver essa prática de sustentabilidade.

2.4.3 Turismo

O desenvolvimento turístico em Sagi iniciou-se recentemente. Não sei se posso chamar de

“desenvolvimento”, uma vez que nenhum investimento foi realizado no povoado e poucos sobrevivem dessa atividade. Apenas no ano de 2006, o prefeito de Baía Formosa, por ser empresário na área, estendeu seu negócio até o Rio Guaju, oferecendo passeios turísticos.

O percurso passa pela Lagoa de *Araraquara*, que é um dos pontos turísticos do estado do Rio Grande do Norte e recebeu o nome de “Lagoa da Coca-Cola” pelos turistas, devido à tonalidade da água ser de cor escuro-avermelhada. Essa cor é provavelmente resultado da filtração da água pelas raízes das plantas pau-ferro e barbatimão que cercam toda a lagoa, conhecida pelos habitantes locais como “*babatenô*”. Eles acreditam que essas plantas têm efeito cicatrizante e, quando as pessoas tomam banho na lagoa, saem com a pele e o cabelo hidratados.

Nessa lagoa, o turista pode tomar banho e tirar fotos. A entrada de acesso é pela guarita localizada em Cutia e fiscalizada pela Usina Ecoacúcar. Os “bugreiros” fazem a segunda parada no *Ombak Bar*, em Sagi, cujo proprietário é paulista, e em seguida finalizam o passeio no Rio Guaju, onde seis mulheres indígenas vendem alguns produtos, por conta própria, sem nenhum apoio dos empresários locais. No entanto, poucos turistas se interessam em consumi-los porque os “bugreiros”, antes de saírem de Baía Formosa, os orientam a levarem água e lanche. Conforme se pode perceber, quem está faturando com o turismo na região são os empresários que têm recursos para investimentos, enquanto os trabalhadores, moradores do lugar, ficam à margem dessa atividade lucrativa.

De acordo com as entrevistas realizadas com o cacique *Manoelzinho* e seu irmão Carlos Leôncio, percebi que não há nenhum interesse político em investir no turismo em Sagi, porque isso iria gerar concorrência com o turismo de Baía Formosa, que é o foco dos investidores. Conforme o Sr. Carlos Leôncio:

O prefeito não queria a estrada aqui porque podia desviar o turismo de Formosa, mas quando a estrada foi feita o outro prefeito tentou fazer uma pousada naquele terreno onde hoje é o posto de gasolina, como não conseguiu a licença pra construção, vendeu a área e não queria que o turismo viesse praqui e fosse pra Formosa (Conforme conversa informal realizada na casa da autora, no dia 26/01/2014).

Em Sagi, existem apenas uma pequena pousada com seis dormitórios e um bar pertencentes a uma família indígena. Em Sagi *Trabanda*, há um condomínio desde o ano de 2006, construído por um empresário norueguês e administrado por uma imobiliária paulista, com vinte e quatro apartamentos, que recebem frequentemente turistas independentes da rota dos passeios realizados pelas agências de turismo.

Contudo, essa atividade turística provocou um agravante em uma das modalidades pesqueiras da região, afetando diretamente os pescadores de mariscos e caranguejos, uma vez que, para manter o fluxo de turistas para o condomínio, foi construída, no ano de 1999, uma ponte sobre o Rio Cavaçu, para dar acesso a Sagi *Trabanda*. Quando a maré enche, torna-se o único acesso automotivo àquele empreendimento imobiliário. Essa construção tem provocado sérios problemas no manguezal.

Às margens desse rio, no início da ponte, localizado no lado de Sagi, um senhor

construiu um pequeno bar onde vende, além de bebidas, um passeio ecológico de canoa, cujo percurso sobe o rio uns duzentos metros, adentrando o manguezal, fazendo uma parada para um banho com argila – uma areia negra do mangue. Ele é conhecido por *Toreba* e afirmou: “essa argila deixa a pele macia, todas as turista gosta do passeio. É só alegria”!

Param nesse bar carros particulares, além dos “bugreiros”, cujos pacotes vendidos aos turistas oferecem o passeio ecológico. Visando ampliar os negócios, ele contrata de dois a três jovens ajudantes, por temporada. Apesar de se autoafirmar indígena, ele ainda não se cadastrou, sendo, portanto, a única pessoa do lugar que tem lucrado com o turismo.

O Rio Guaju fica localizado na divisa do RN/PB e faz parte da rota de turismo no estado, mesmo assim não foi projetada pelos empreendedores nenhuma infraestrutura para acolher os turistas, quando chegam ao rio. Entretanto, seis mulheres, por iniciativa própria, se aventuram no turismo como meio de subsistência de suas famílias e, para tanto, construíram suas barracas de varas de mangue, cobertas de palha, à margem do rio, onde vendem seus produtos, praticamente, duas vezes por semana ou todos os dias na alta estação – período de veraneio. Apesar de cansativa e pouco rentável, essa atividade proporciona uma pequena fonte de renda para essas famílias.

Nesse sentido, visando atender aos turistas trazidos pelos “bugreiros” de Baía Formosa e levar para casa o sustento de seus filhos, essas mulheres caminham a pé 3 km de Sagi até o Rio Guaju, empurrando um carro de mão, cheio de mercadoria – uma destas é ajudada pelo marido, que, sendo pescador, aproveita para pescar e preparar o churrasco de camarão e o peixe assado na brasa. Dona Cacilda falou sobre elas: “*Mira, Vanderléa, Neide* e Flávia vende água de coco, água mineral, cerveja, churrasco”, enquanto Gerlane vende apenas artesanato e Risalva está vendendo sabonete de argila.

Após um dia cansativo de trabalho pesado, elas ainda têm 3 km de volta para casa. Esse retorno ainda é mais difícil e cansativo quando coincide com a maré alta, exigindo delas mais esforço, porque a caminhada passa a ser feita na areia fofa. E quando o tempo não está tão atrativo, apresentando céu nublado ou mesmo chuvoso, os turistas não fazem o passeio e, conseqüentemente, elas são obrigadas a fazer o percurso de volta trazendo em seus carrinhos toda a mercadoria que levaram.

No dia seguinte, a rotina é a mesma. Realizei mais de uma vez esse percurso a pé e constatei quão cansativo e desgastante é esse caminho para essas pessoas trilharem todos os dias para ir trabalhar. E ainda mais esforço fazem ao ter que empurrar carrinhos de mão em areia fofa.

Contudo, há outras atividades desenvolvidas nesse rio, onde essas pessoas ganham alguns “trocados”. Posso citar uma brincadeira de criança que virou uma modalidade desportiva: o “esquibunda”, que consiste em esquiar nas areias com um pedaço de madeira similar a uma prancha. É praticada pelas crianças e jovens do lugar e agrada muito aos turistas, que descem as dunas até caírem nas águas do Rio Guaju.

Outra atividade também apreciada pelos passeantes partiu da iniciativa de Antônio do Nascimento, que se tornou uma alternativa de subsistência para sua família. É um atrativo conhecido no estado por *aerobunda* (tiroleza). Ele construiu uma estrutura de madeira, com cordas presas nas extremidades, onde os aventureiros sentam numa cadeira, também presa às cordas, e descem morro abaixo. Sua irmã esclareceu: “o turista sobe o morro e senta numa cadeira, que desce numa corda amarrada até o rio. Meu irmão cobra R\$ 5,00 (cinco reais) por pessoa para praticar essa aventura”.

Ela continuou informando que, além dessas atividades, há cinco canoieiros que fazem passeios com turistas, em suas canoas, subindo o Rio Guaju até o manguezal, e no final do percurso tem um banho de argila, que eles acreditam ter efeitos medicinais. Segundo Risalva, são eles: “Antônio, Wêdma, Orlando, Francisco e Jonas”. No entanto, para permitir esse passeio, ela declarou: “o bugueiro exige 50% de cada canoieiro, que leva de uma vez seis pessoas, cobrando R\$ 15,00 (quinze reais) por cabeça. Ou dá o dinheiro na hora que o turista sobe na canoa ou o passeio não acontece”. Risalva, indignada, concluiu dizendo: “pior ainda é que o prefeito está planejando cobrar uma porcentagem dos barraqueiros para oferecer o trabalho de tratorista para limpar a praia e recolher o lixo!”.

Desse modo, podemos afirmar que as pessoas do povoado sobrevivem do turismo? Como? Se as atividades desenvolvidas por elas estão relacionadas apenas como apoio em serviços gerais no condomínio, como garçom ou garçonete nos bares ou como barraqueiras no Rio Guaju, ou através de iniciativas desportivas visando conseguir alguns “trocados”? Até mesmo a profissão de “bugreiro” tem suas vagas preenchidas pelos motoristas de Baía Formosa. Em síntese, as tarefas menos rentáveis são as executadas pelos moradores de Sagi.

Procurei saber de um ex-vereador do lugar se há algum projeto em andamento para a melhoria das condições de trabalho dessas pessoas. No entanto, não obtive nenhuma resposta concreta. Assim sendo, conforme os relatos apresentados, as atividades turísticas desenvolvidas pelos indígenas de Sagi estão longe de ser consideradas satisfatórias, e muito menos sustentáveis.

Segundo um *site* de pesquisa, o turismo “se tornou uma das principais atividades econômicas do Estado. [...] é a que mais emprega, [...] ocupando o posto de segunda fonte de renda estadual (Receita estimada de US\$ 216.131.752 em 2002, segundo dados da SETUR-RN)”. De acordo com o Mapa 4 apresentado na página seguinte, Sagi está incluída na rota de turismo do litoral do estado do Rio Grande do Norte.

Nessa perspectiva, visando maiores informações sobre o potencial turístico dessa região, pesquisei uma postagem no *youtube*, com o título “Um Paraíso chamado Sagi”, enviada ao *site* no dia 25 de setembro do ano de 2010 pelo jornalista José Vieira Neto, cujo conteúdo faz parte de uma reportagem iniciada em Baía da Traição, seguindo pela trajetória do litoral até a praia de Sagi. O vídeo destaca

A pequena vila de pescadores, no litoral sul do Rio Grande do Norte, não é o que se pode chamar de destino turístico. É, no entanto, um paraíso já descoberto por aventureiros que dispensam o conforto e busca belezas naturais. E além do mar com ondas fortes e baías suaves, tem rios e lagoas, dunas e mangues (cf. publicação em *site* citado em nota de rodapé).

Esse vídeo é interessante porque mostra tanto o percurso de Baía da Traição a Sagi, conforme registrado no início deste capítulo, quanto as aventuras praticadas no Rio Guaju, por exemplo, as atrações do banho no rio, o banho de argila e o “esquibunda”, encerrando a reportagem no Rio Cavaçu, que o jornalista denomina de Rio Sagi.

Mapa 4 – Rota de turismo pelo litoral do RN



Outro vídeo, cujo tema é “Banho na ‘Lagoa da Coca-Cola’”, poderá contribuir com o vislumbre da Lagoa de Araraquara, referenciada anteriormente. Trata-se de uma produção independente, postada no mesmo *site*, sendo compartilhada pelo turista Daniel Amaral Santos, em 22 de março do ano de 2014. Seleccionei esse vídeo, entre tantos outros, pelo fato de apresentar um mergulho nessa lagoa conhecida pelos turistas como “Lagoa da Coca-Cola”. Seu objetivo é apresentar a lagoa como opção turística da região e, posteriormente, uma oportunidade econômica para os indígenas que vivem em Sagi, caso o órgão indigenista venha a demarcar suas terras.

2.4.4 Artesanato

As primeiras iniciativas realizadas quanto ao desenvolvimento dessa atividade artística no povoado de Sagi aconteceram por ocasião das ações de um projeto elaborado pela Associação Comunitária Amarelão (ACA), João Câmara/RN, em parceria com o Grupo Paraupaba. Esse projeto foi contemplado pelo Prêmio Cultura Indígena na edição Xicão Xucuru/MINC (2007/2008). Entre as mais de 500 iniciativas que concorreram à premiação, este foi selecionado entre os 102 contemplados.

O referido projeto, intitulado “*Motyrum Caaçu* : unidos pela arte” (o nome é de origem tupi e significa Mutirão no Mato Grande), teve como objetivo difundir o artesanato entre os Mendonça do Amarelão e as comunidades indígenas do estado, por meio de oficinas e, posteriormente, constituir o primeiro grupo de artesãos indígenas do estado do Rio Grande do Norte.

No dia 26 de março do ano 2009, aconteceu na comunidade de Sagi a 1ª oficina de artesanato, ministrada pela coordenadora do projeto, Tayse Campos, em parceria com o Grupo Paraupaba, representado por sua coordenadora Jussara Galhardo. Nessa oficina, os alunos, jovens e adultos indígenas, produziram pulseiras, brincos, *tererês* e filtro de sonhos, usando sementes, linhas e missangas, bem como colares de conchas. As crianças produziram maracás de cabaças (cf. Foto 20), os quais eram pintados para serem utilizados no *toré*.

Dentre os que participaram dessa oficina, com 3 (três) horas de duração, se destacaram Dona Cacilda Jerônimo, Micarla Nascimento e Rivânia Nascimento. A primeira senhora até hoje produz outras modalidades de artesanato como crochê, *tenerife* e colchas de retalhos. A segunda casou-se e migrou para Minas Gerais com o esposo, e a última continuou com o artesanato como meio de subsistência.

Fotografia 20 – Oficina de artesanato: criança pintando um maracá



Fonte: Jussara Galhardo

Segundo o cadastramento realizado pela FUNAI, no ano de 2013, com os indígenas do lugar, eles informaram sobre suas ocupações e apenas 7,7% são artesãos, dentre os quais escolhi uma jovem senhora para registrar sua história, por ter me sensibilizado com a sua persistência e determinação para desenvolver essa arte como profissão.

Assim, no dia 23 de janeiro do ano de 2014, entrevistei Rivânia do Nascimento Silva, esposa de Everaldo Rosendo da Silva e mãe de dois filhos: Manoel Rosendo e Glória Maria. Essa senhora foi a primeira indígena de Sagi a se dedicar ao artesanato, procurando um meio de desenvolver seu próprio negócio.

No ano de 2003, a turista Cláudia, de Mato Grosso do Sul, e seu esposo, da Argentina, construíram a primeira barraca de artesanato em Sagi. Na época, todo o artesanato vendido era comprado de artesãos de outras localidades e a proprietária confeccionava roupas indianas. Contudo, como esta precisava de uma pessoa que tivesse talento em bordar e fazer *crochê*, contratou Rivânia, que lhe prestou seus serviços habilidosos.

No ano seguinte, essa comerciante fez-lhe o convite para trabalhar como ajudante e vendedora no seu pequeno negócio, mas essa oportunidade foi passageira, logo o casal voltou para a Argentina e a artesã ficou desempregada.

Posteriormente, no ano de 2006, ela conseguiu construir sua própria “lojinha” de frente para o mar, no terreno de sua sogra – Dona Jacira Inácio da Silva. Era um local vizinho a um bar e cachaçaria, então parada obrigatória para os “bugreiros”, com seus passageiros turistas. Tudo ia bem, mas, com um ano de funcionamento, ela lamentou : “o mar levou minha barraquinha, mas não desisti, construí outra e, em menos de um ano ela foi derrubada de novo, é assim, todo ano o mar bota abaixo e eu construo outra vez. Meu sonho

é ter meu próprio negócio!”.

No ano de 2011, uma grande amiga de Rivânia – Irani, que é agente de saúde na destilaria Baía Formosa –, conhecedora do projeto de vida da amiga e artesã, falou-lhe que repassaria seus conhecimentos sobre a arte de bordar, pintar e criar peças em *tenerife*, para ela incrementar seu negócio. No entanto, demonstrando um espírito solidário, Rivânia respondeu: “eu aceito se você deixar eu chamar umas pessoas que também têm interesse de aprender, pra gente compartilhar o conhecimento, ela aceitou e passei a rebanhar pessoas que eram queridas pra mim, a maioria era da minha própria família”.

Assim, uma vizinha amiga disponibilizou o local para a realização das oficinas, sem cobrar nada. No início do grupo, “era uma união muito grande, pensei até em formar uma associação ou uma cooperativa e para isso fui duas reuniões no SEBRAE, em Natal, mas elas não quiseram”. O trabalho em equipe não estava se desenvolvendo de maneira esperada:

Muitas vezes, botar negócio com a família só dá confusão. A maioria só queria ganhar dinheiro e achava que ia ganhar dinheiro de imediato, aí não deu certo, começou as desavenças e as fofocas. Começou com onze pessoas depois foi caindo, caindo, só ficou eu e Cacilda, que até hoje persevera, mas cada uma em sua casa. Eu até entendo, porque elas se deslocavam de longe, vinham abertamente, trabalhavam e não via o dinheiro entrar, mas todo negócio é assim, nada no início dá lucro – (Entrevista gravada em sua casa, no dia 23/01/2014).

Depois desse incidente, Rivânia ficou desestimulada, mas não parou de produzir suas peças de artesanato, deu apenas uma pausa junto ao grupo: “porque engravidei, e como era uma gravidez de alto risco, não queria me aborrecer, nem perder a cabeça com quem não queria nada”. Mesmo tendo durado pouco tempo, o curso possibilitou a Rivânia desenvolver melhor sua arte.

No projeto original, tinha dois coqueiros dentro da barraca, porque na orla havia nove coqueiros que foram todos derrubados pela maré alta e dois reaproveitados na construção da barraca. Atualmente, ela é simples, no entanto, muito aconchegante e bem organizada. Há um balcão com uma variedade de peças artesanais, um provador, roupas de banho e, principalmente, roupas indianas. Há também bijuterias, sendo algumas peças criadas pela própria Rivânia, que utiliza como matéria-prima quengas de coco, tingidas com tinta *spray*, formando conjuntos compostos por cinto, colar e brinco, um trabalho ímpar de criatividade e inovação.

Passou três anos reconstruindo a barraca atual (cf. Foto 21), mas até o momento não retirou nenhum lucro. Mesmo assim, durante esse tempo, continuou bordando, criando suas bijuterias. Em junho do ano 2013 a reabriu definitivamente ou, pelo menos, até a força da natureza assim permitir. O marido, que no início era contra seu projeto, apoia suas ideias, ao mesmo tempo que venceu a timidez ajudando-a diretamente no balcão como vendedor.

Fotografia 21 – Parte interna da barraca de artesanato na praia de Sagi



Fonte: Gorete Nunes

Apesar de ter no turismo o seu meio de subsistência, não paga nenhuma comissão a “bugreiros” que conduzem os turistas, como ela mesma afirmou: “quem quiser comprar a mim, que compre, mas não dou comissão a ninguém, é por isso que tudo o que entrar é lucro, porque não pago nada a ninguém”.

Levando em conta os relatos apresentados, podemos constatar que as atividades de subsistência desenvolvidas na comunidade não podem ser consideradas como sustentáveis, visto que a sustentabilidade envolve atitudes justas, no tocante aos aspectos econômico, social e cultural. Devido à forma precária como esses trabalhos são desenvolvidos em Sagi, estão longe de serem considerados satisfatórios para os moradores daquele povoado.

CAPÍTULO 3 – TERRITORIALIZAÇÃO EM SAGI

A atual Constituição Federal, promulgada em outubro do ano de 1988, rompeu com os conteúdos anteriores das antigas Cartas Magnas, que intencionavam incorporar o índio à comunhão nacional. Trouxe uma série de inovações no tratamento da questão indígena, assim como novos paradigmas diante das formas usuais de se pensar os povos indígenas na relação entre Estado e sociedade brasileira. Houve, portanto, um avanço significativo no tratamento dessas questões, até então intocadas dentro dos arcaísmos e ditames dos períodos anteriores na história política do Brasil, sobretudo, no período da ditadura militar (1964-1985).

A nova Constituição consagrou, pela primeira vez na história, um capítulo específico e alguns artigos, nos quais expressa os direitos dos povos indígenas brasileiros, além de atribuir ao Ministério Público o dever de garantir esses direitos e de intervir em todos os processos judiciais que digam respeito a seus interesses.

Do ponto de vista territorial, embora a propriedade das terras ocupadas tradicionalmente por essas populações seja da União, sua posse permanente é dos próprios índios, aos quais se reserva a exclusividade do usufruto das riquezas aí existentes, conforme destacam os seguintes artigos:

Art. 20 – São bens da União: XI – as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios. [...] Art. 22 – Compete privativamente à União legislar sobre: XIV – populações indígenas. [...] Art. 49 – É da competência exclusiva do Congresso Nacional: XVI – autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais (BRASIL, 1988).

Na concepção dos grupos sociais que utilizam a terra para garantir sua sobrevivência material e simbólica, o território é percebido não apenas como um espaço de sobrevivência, mas também como um lugar de pertencimento do coletivo, no qual os atores sociais compartilham modos de vida, costumes, memória e história de seus antepassados. Não é à toa que o direito à terra é, sem sobra de dúvidas, o centro das reivindicações por direitos dos povos indígenas, pois, a partir dessa garantia, dependem todos os demais direitos como: moradia, subsistência, saúde, reprodução cultural, entre outros.

Nesta pesquisa, a visão de território é pautada na concepção de Oliveira (2004), o qual expõe que processo de territorialização é “o movimento pelo qual um objeto político-administrativo vem a se transformar em uma coletividade organizada, formulando uma identidade própria, instituindo mecanismos de tomada de decisão e de representação, e reestruturando as suas formas culturais” (OLIVEIRA, 2004, p. 24).

Essa dimensão territorial é percebida como sendo estratégica na relação existente entre o Estado-nação e as populações etnicamente diferenciadas. Além disso, o processo de ter-

ritorialização é também:

[...] um processo de reorganização social que implica: i) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; ii) a constituição de mecanismos políticos especializados; iii) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; iv) a reelaboração da cultura e da relação com o passado (idem, 2004, p. 22). [...] O processo de territorialização na concepção indígena permite que cada grupo étnico repense a “mistura” (OLIVEIRA, 2004, p. 28).

Little (2002) também tem essa mesma concepção, ao afirmar que “o fato de que um território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos”. Desse modo, passa a definir territorialidade “como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu ‘território’ ou *homeland*”, no caso estudado, em meio a processos de organização política em contexto de conflito material e simbólico.

Do ponto de vista histórico, as populações indígenas que hoje habitam o Nordeste provêm de grupos indígenas que foram envolvidos em dois processos de territorialização com características bem distintas: um verificado na segunda metade do século XVII e nas primeiras décadas do século XVIII, associado às missões religiosas; o outro, ocorrido neste século e articulado com a agência indigenista oficial (OLIVEIRA, 2004, p. 24).

Dessa forma, antes do final do século XIX, já não se falava mais em povos e culturas indígenas no Nordeste. Destituídos de seus antigos territórios, não eram mais reconhecidos como coletividades, mas sim referidos individualmente como “remanescentes” ou “descendentes” indígenas, passando a ser identificados como “índios misturados” pelas autoridades, pela população regional e, às vezes, por eles próprios. Da mesma maneira, os registros de suas festas e crenças foram sendo realizados sob o título de “tradições populares” (OLIVEIRA, 2004, p. 26).

Segundo a historiografia oficial, o Rio Grande do Norte era um dos estados do Nordeste em que não se reconhecia a existência dessas populações. Essa ideologia de invisibilidade era reforçada pelo ensino nas escolas através de livros didáticos, que somente abordam o indígena no passado, apresentando-o por meio de imagens estereotipadas, quinhentistas, desaparecendo, assim, do contexto atual. Esses idealizadores desconsideram que as populações indígenas “nunca estiveram paradas, estagnadas num tempo lendário intocável” (LIMA, 2004, p. 417), pelo contrário, sempre estiveram em movimento. Ainda abordando as deficiências dos manuais escolares, que privilegiam a história europeia enquanto ignoram o protagonismo indígena, Grupioni (2004, p. 491) coloca que estes:

[...] continuam a ignorar as pesquisas feitas pela história e pela antropolo-

gia no conhecimento do outro revelando-se deficiente no tratamento da diversidade étnica e cultural existente no Brasil, dos tempos da colonização aos dias atuais, e da viabilidade de outras ordens sociais. E é com esse material, equivocado e deficiente, que professores e alunos têm encontrado os índios na sala de aula. Preconceito, desinformação e intolerância são resultados mais que esperados desse quadro.

Assim sendo, contrariando essas abordagens transmitidas pela escola, diante de quadros de necessidades e da possibilidade de mediações políticas com atores não indígenas (como vimos no capítulo 1), os indígenas do Rio Grande do Norte emergem publicamente. O que ocorreu de fato foi que esses povos empregaram certas estratégias de resistência, dentre as quais o ocultamento de suas identidades como formas de resguardar suas vidas.

Isso não significa que o grupo tivesse esquecido sua formação histórica, ou que um conjunto de relações não estivesse em curso, tendo especialmente as redes de parentesco (consanguíneo e aliança) como modo de organização. Na contemporaneidade, como vimos, é a partir dessas relações que estes se reorganizaram e se fortaleceram politicamente, buscando seu reconhecimento e seus direitos específicos.

No tocante às terras que declaram como sendo ocupadas tradicionalmente pelos indígenas no estado, em especial as de Sagi, pode-se afirmar que atingem uma dimensão agravante, tendo em vista que os atuais especuladores imobiliários da região não aceitam, obviamente, o reconhecimento de seus direitos à terra, desconsiderando o que explicita Carneiro da Cunha (2009, p. 133), dentre outros autores: “As populações indígenas têm direito a seus territórios por motivos históricos, que foram reconhecidos no Brasil ao longo dos séculos”.

Portanto, em sequência, organizarei de maneira resumida o modo como os indígenas relatam o processo de ocupação das terras que reivindicam como de “ocupação tradicional”, o que se articula com a recuperação e afirmação de um etnônimo *Potiguara*, bem como com a organização de narrativas de forma a representar uma história de família, migração e assentamento.

3.1 Reafirmando um etnônimo: *Potiguara*

Segundo as narrativas orais compiladas, os antecessores indígenas que migraram das aldeias *Potiguara* da Paraíba, especialmente dos municípios de Baía da Traição, Marcação e Rio Tinto, se estabeleceram na praia de Sagi, no final do século XIX. Além de ressaltarem a origem indígena, narram que chegaram ao local muito antes de o povoado existir. Conforme afirmou o Sr. Antônio do Nascimento, vulgo *Dedem*, nas primeiras entrevistas realizadas por Jussara Galhardo: “Isso aqui foi a gente que criou. Meu pai, meus bisavó... foi quem fundou isso tudo aqui. Isso aqui não foi prefeito, não foi ninguém não... Foi a própria comunidade mesmo que fundou isso aqui”.

Desde o início de sua autoafirmação, os indígenas de Sagi se identificam como *Potiguara* de Sagi. Utilizam esse etnônimo porque este está presente nas narrativas de sua ori-

gem étnica, sendo usado pelos conhecedores de sua história, os “mais velhos” (pais e avós). Além disso, encontra-se assegurado pelos depoimentos dos *Potiguara* da Paraíba, cujo parentesco é evidenciado ao citarem várias conexões entre as famílias das duas localidades, bem como pelos relatos das migrações que faziam da praia de Baía da Traição/PB até Vila Flor/RN, “a pé, parando aqui e acolá” para se alimentarem e descansarem.

Muitas dessas paradas resultaram em moradia ao longo da praia, onde os *Potiguara* fixaram residência. Além de Sagi, encontram-se relatos de residências na “Boca da Barra”, Barreiras, Cutia e Urubu. Seguindo a proposta de Vansina (1965, p. 19 *apud* PEREIRA, 2009), podemos considerar o conjunto de narrativas compiladas como “uma série de documentos históricos, mesmo que sejam documentos verbais”.

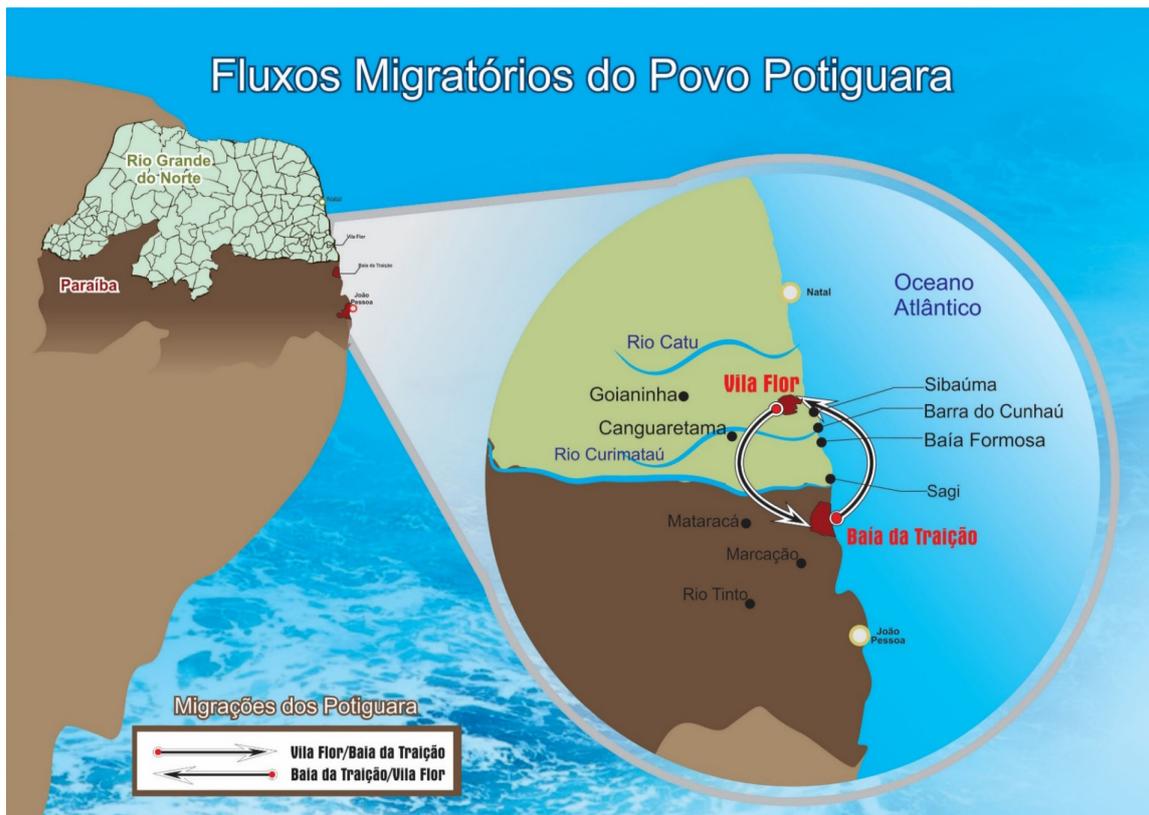
Quando perguntei ao cacique *Manoelzinho* se ele conhecia ou sabia de alguém que veio morar em Sagi vindo de Vila Flor, ele respondeu: “De Vila Flor aqui num tem ninguém, todos vieram da Paraíba ou nasceram aqui. Eu mesmo tenho parente em sete comunidade da Paraíba: Grupiúna, Monte-Mor, Jaraguá, Marcação, Camurupim, São Miguel e Estiva Veia”.

Conforme assegura o relato, os indígenas que moram em Sagi ou nasceram lá ou vieram da Paraíba. Essa afirmação é confirmada através de relatos de outras narrativas registradas por Branco (2012). Entre os indígenas que vieram da Paraíba e fixaram residência em Sagi, foram destacados: Joana Virgílio dos Santos, que nasceu em Lagoa do Mato/PB e morava em Coqueirinho/PB e veio com seu irmão Manoel Virgílio dos Santos (*Bio*): “há mais de 40 anos Dona Joana mora em Sagi” (BRANCO, 2012, p. 47) e até hoje tem primos que moram na aldeia Galego/PB e uma irmã que mora na Barra de Camaratuba/PB; Severino Gomes do Ramo Santos, que também “passou por esse processo de migração” (BRANCO, 2012, p. 45); e o Sr. Manoel Severino do Nascimento, vulgo Manoel *Pau D’arco*, que veio de Laranjeiras/PB e tem familiares em Pau D’arco/PB, bem como um filho – Antônio do Nascimento, na aldeia Galego (BRANCO, 2012, p. 54).

Na página seguinte, apresento o Mapa 5, no qual destaco os fluxos migratórios dos *Potiguara*, entre as cidades de Vila Flor/RN e Baía da Traição/PB, durante o final do século XIX. Lopes (2003) esclarece que, no período colonial, essa primeira cidade era a antiga aldeia de Igramació:

Cascudo informou que: “[...] a região sempre fora habitada pelos índios *tupis*, plantando, caçando, pescando [...]”, o que foi confirmado pelo resultado de escavações arqueológicas feitas na cidade de Vila Flor, onde se encontraram artefatos de tradição Tupi-Guarani nos estratos inferiores, demonstrando a utilização da área como aldeia indígena anteriormente ao estabelecimento do aldeamento (LOPES, 2003, p. 174).

Mapa 5 – Fluxos migratórios dos *Potiguara* entre os estados do RN e PB pelo litoral



e acordo com as narrativas dos interlocutores desta pesquisa, essas migrações aconteceram por vários motivos relacionados, por exemplo, à necessidade de trabalho, conforme podemos observar na carta de Iraci Cassiano (Anexo L): “muitos desceram do Rio Grande do Norte por conta da fábrica (de tecidos) do Rio Tinto”. Esse mesmo motivo também foi citado pelo Sr. Ramos – segundo detalhes apresentados mais adiante –, ao se referir ao motivo pelo qual seus familiares migraram de Vila Flor: “com o objetivo de trabalharem na Cia de Tecidos de Rio Tinto/PB”, ou devido ao trabalho escravo, que “forçaram” eles a migrarem para outros lugares. Conforme as narrativas do Sr. Manoel Pau D’arco:

Meu pai falava que teve problema com o chefe do Posto da Aldeia Forte porque ele mandava que os caboco fosse puxar o carro de boi para limpar o Sítio de Coqueiro. Meu pai revoltou-se com essas coisa e desabou da Baía da Traição. [...] No tempo da morosa, no tempo que era na base da escravidão, esse Castelo Branco chegou e usava cinta de coqueiro, que hoje num tem, acabou tudo. Aí ele pegava o carro de boi e um bucado de índio como boi, aí foi por isso que muito índio desertou (Conforme entrevista realizada por Jussara Galhardo Aguirres Guerra, na Praia de Sagi/RN, em 27 de agosto de 2008).

Os indígenas citados anteriormente migraram da Paraíba, acompanhados de algum membro de sua família, como pai, mãe ou irmã(o). No entanto, uma pessoa que também migrou e me chamou a atenção foi a Sra. Cacilda Maria Pessoa Jerônimo, 62 anos, que na época

era uma adolescente de 13 anos e veio acompanhada dos pais de José Carlos Leôncio do Nascimento, que eram compadres dos pais dela, enquanto a sua família permaneceu na Paraíba. Em Sagi, Dona Cacilda se casou e estabeleceu-se até os dias atuais, foi entrevistada em sua casa, no dia 03 de fevereiro de 2014, e afirmou que há 28 anos ficou viúva, quando seu esposo Orlando Jerônimo faleceu em pleno roçado, com uma parada cardíaca, após tentar apagar um fogo que se alastrava no roçado vizinho.

Ela criou seus seis filhos dependendo de seu trabalho junto à agricultura e à pescaria. São eles: Orlando Jerônimo Filho, Otávio Jerônimo Pessoa, Orlandinês Jerônimo Pessoa, Hortência Jerônimo Pessoa, Osvaldo Jerônimo Pessoa e Osmar Jerônimo Pessoa, todos eles dependem da agricultura e da pescaria. Os seis filhos lhe deram dezenove netos e quatro bisnetos. Dona Cacilda é filha do casal Acácio Feliciano Pessoa e Lutealda Rosa Cândido, que teve trinta filhos, mas criou somente quatro: Acácio Feliciano Filho, Francisco de Assis Pessoa, Iracema Cristina Pessoa e Cacilda, como registrado no meu caderno de campo.

Cláudia Moreira apontou que, quando ela estava realizando sua pesquisa de campo entre o grupo indígena de Catu, precisou ir à Paraíba e, nessa ocasião, Baía Formosa foi citada “por alguns *Potiguara* de Baía da Traição como um antigo núcleo de ocupação daquela etnia”.

Ela ainda registrou um “episódio ocorrido em Baía Formosa” que a fez “considerar a possibilidade de uma ideia difusa sobre a possível continuidade histórica entre os *Potiguara* e os índios do Rio Grande do Norte”. Na oportunidade, ela estava a passeio na localidade, onde aconteceu o seguinte, em suas palavras:

Fui abordada por alguns agentes de passeios turísticos na região. Ao narrarem seu roteiro de viagem, ouvi-lhes falar muito “empolgados” sobre uma visita à “reserva indígena *Potiguara*”, como parte do passeio, cujo ponto de saída era Baía Formosa/RN. [...] O que veio confirmar certa apropriação, feita pelos regionais em determinados contextos, de uma história pensada a partir de elementos políticos e culturais comuns, definidos historicamente. Não obstante, é preciso considerar a proximidade geográfica dessas áreas e a busca pelo “exótico” por parte desses agentes em suas atividades turísticas (SILVA, 2007, p. 132).

No entanto, o que a referida pesquisadora não previa era que aqueles “agentes turísticos” não estavam oferecendo um passeio apenas na “busca pelo exótico”, mas também estavam se referindo ao grupo indígena *Potiguara* que mora realmente em Sagi e não aos que moram em “Baía da Traição como parte da história indígena do RN”. Ela acreditava equivocadamente que eles estavam confundindo a história, no entanto, havia fundamento para o que eles estavam narrando.

Como se pode observar, em várias situações sociais, a relação de parentesco com os *Potiguara* da Paraíba foi evidenciada. Todavia, há um evento em que esse vínculo intensificou-se ainda mais. Foi durante a III Assembleia Indígena do Rio Grande do Norte, que aconteceu

em Sagi, nos dias 6 e 7 de novembro de 2013, quando o cacique *Caboquinho* e sua irmã, a professora Iolanda, da aldeia Forte/Baía da Traição/PB, e Claudécir da Silva Braz – cacique *Cal* da aldeia Monte-Mor/PB –, vieram pessoalmente fortalecer esse vínculo, reiterando que não importa a separação política entre os dois estados vizinhos (PB e RN), pois o que vale é que, conforme assegurou a professora Iolanda durante aquele evento, “somos todos *Potiguara* e, portanto, um só povo” (cf. Foto 22).

Fotografia 22 – III AIRN, 2013. Local: Sagi. Da esquerda para a direita, em pé: Ramos e Iolanda; sentados: Tayse Campos e cacique *Caboquinho*



Fonte: Gorete Nunes

Outro objetivo da presença deles no evento foi solicitar o apoio do movimento indígena do estado às várias famílias indígenas *Potiguara* do RN que moram em aldeias da Paraíba e que, de certa forma, estão sendo desconsideradas pela liderança indígena atual daquele estado.

Na oportunidade, Iolanda lê uma carta (cf. Anexo L) que trouxe de uma parente, da mesma aldeia, que não pôde comparecer à assembleia – Iraci Cassiano Soares, 70 anos, parteira aposentada pela FUNAI e a primeira prefeita indígena do Brasil, que também assegura os laços de parentesco entre os *Potiguara* de Sagi. Após sua leitura, a carta foi entregue ao cacique *Manoelzinho*. Eis um trecho da carta:

Bem, tenho o conhecimento de várias histórias do nosso povo Potiguara, umas que presenciei outras que foi contada pelos meus pais. Como os indígenas daqui iam para Vila Flor e os de Vila Flor viam para cá. As famílias que tenho o conhecimento das famílias dos Santanas, os Eufrasina, a família Gome, Cassianos, Costas, Emilianos, Domingos, os Sinésios, os André, Galdinos, Avelinos, Julião, Freires, Afonsos, Padilhas, Trigueiros, Taginos, Paulinos, Cardosos, Pereira, Conceição, Nicácio, Mendonça, Santos, Cândidos, Ferreira e tantos outros que no momento não estou lembrada eles andavam muito de praia. Então uns moram aqui outros moram

em Vila Flor, Sagi e assim foram se espalhando. Inclusive aqui no Sagi mora uma família que é bem conhecida que é a de Siurinha, Joana, Bio e Rita, eles moravam em Coqueirinho (aldeia). Muitos desceram do Rio Grande do Norte por conta da Fábrica Tecidos de Rio Tinto – (Carta datada de 06/11/2013).

Um dos encaminhamentos dessa assembleia foi enviar à Sra. Maria Augusta Assirati – Presidente da FUNAI/DF – uma “Carta dos povos indígenas no Rio Grande do Norte” (Anexo M), dando apoio às famílias que moram na Paraíba e que estavam presentes na assembleia, entre os quais os representantes Severino Ramos da Cruz (Vila Flor/RN), José Batista dos Santos (Natal/RN) e José Arlindo da Silva (Barra de Cunhaú/Canguaretama/RN).

Assim sendo, no dia 20 de novembro do ano de 2013, os organizadores do evento enviaram a carta àquela instituição, objetivando que esta tomasse as devidas providências quanto ao problema suscitado na III AIRN, sabendo-se que essa é uma de suas atribuições: “proteger os direitos dos povos indígenas”. Essa atitude mostra que, para os Potiguara, as fronteiras administrativas entre estados não são relevantes, porque eles interagem através das “fronteiras sociais”, com base na concepção de Barth (1998, p. 195-196):

Se um grupo conserva sua identidade quando os membros interagem com outros, isso implica critérios para determinar a pertença e meios para tornar manifestas a pertença e a exclusão. [...] Na medida em que os atores usam identidades étnicas para categorizar a si mesmos e outros, com objetivos de interação, eles formam grupos étnicos neste sentido organizacional.

Visando conferir de perto essas conexões, o cacique *Manoelzinho*, Jussara Galhardo e eu fomos à Paraíba no dia 19 de janeiro do ano de 2014. A primeira pessoa que visitamos foi a parteira indígena Iraci, conhecida na aldeia Forte como *Nancy*, a qual confirmou a autoria e envio da carta e demonstrou alegria com a nossa visita, justificando sua ausência na assembleia, pois, na ocasião, encontrava-se em outro evento. Mostrou-se solidária aos *parentes* no RN e demonstrou preocupação, principalmente, com aqueles que enfrentam problemas no recenseamento nas aldeias da Paraíba.

Segundo Dona *Nancy*, “muitos estão afastados, por ocasião do recadastramento, pois a liderança indígena atual os deixou em observação, fora do cadastro, entre estes se encontram lideranças antigas, isso porque suspeitam de suas identidades”. A indignação da anciã estava estampada em seu rosto, quando questionou: “como podem duvidar da autoafirmação étnica dos próprios parentes que lideraram por muitos anos aldeamentos aqui na Paraíba? Isso é uma falta de respeito! Só porque essas famílias vieram do Rio Grande do Norte?”.

Instigados por essa indignação e pelos depoimentos dos indígenas que foram à assembleia em busca de ajuda dos seus parentes do RN, no mesmo dia, à tarde, fomos à aldeia Jaraguá em Rio Tinto, território da Paraíba. Chegando à casa do Sr. Severino Ramos da Cruz (cf. Foto 23), fomos bem recebidos por sua família.

Fotografia 23 – Entrevista na casa do Sr. Ramos. Aldeia Jaraguá/PB. Da esquerda para direita, em pé: Jussara, José Arlindo, Gorete Nunes e José Batista; sentados: cacique *Manoelzinho*, o Sr. Ramos, sua esposa e filha



Fonte: Josenilson Andrade

Os depoimentos foram marcados por desabafos, tristeza e insatisfação, tendo em vista que o Sr. Ramos é uma das pessoas que se encontram “afastadas” pela liderança indígena local, que o colocou em “observação” por duvidar de sua identidade indígena. Essa suspeita surgiu em virtude de o Sr. Ramos ser de Vila Flor, município do Rio Grande do Norte.

De acordo com as afirmações do Sr. Ramos, mais de cem pessoas se encontram em “observação”, assim como ele, sem poderem ser cadastradas. Entre elas, entrevistamos na casa do Sr. Ramos, no mesmo dia, seus convidados: o Sr. José Arlindo da Silva, 67 anos, que afirmou: “meu pai dizia que era caboco e meu bisavô era da Barra de Cunhaú/RN”; e o Sr. José Batista dos Santos, 60 anos: “o nome do meu pai era Paulo Soares dos Santos, que era índio, e minha mãe era Joana Batista de Lima e morava em Natal, nas Rocas”.

Continuando a entrevista, o Sr. Ramos falou sobre seus familiares que saíram de Vila Flor/RN e vieram para a Paraíba, no início do século XX, quando sua avó – Isabel Neta dos Prazeres – e seu tio vieram a pé, pela praia, ela trazendo quatro filhos: João Luiz da Cruz, que mais tarde tornou-se o seu pai, José Luiz da Cruz, Valdomiro da Cruz e Cícero da Cruz, com o objetivo de trabalharem na Cia. de Tecidos de Rio Tinto/PB.

Seus parentes até hoje moram em Vila Flor, no centro da cidade, em frente à praça, mas não se identificam como indígenas, conforme declarou o Sr. Ramos na ocasião da visita : “há muito tempo negam a sua identidade, para não sofrerem represálias, mesmo com a mu-

dança dos tempos, continuam se negando, afirmando que são caboclos, mas o caboclo é o índio que encobre a sua indianidade!”.

O Sr. Ramos apresentou a certidão de nascimento de sua avó, que nasceu em Vila Flor, no dia 10 de dezembro de 1903, registrada no Cartório de Canguaretama/RN, que nessa época era um só município, pois ainda não havia sido desmembrado. Seu avô, João Francisco da Cruz, era afrodescendente, conforme o Sr. Ramos : “meu bisavô abarcou na praia, após um naufrágio e a embarcação que ele vinha era da África, mas meu avô nasceu em Sibaúma/RN e com o tempo casou-se com minha avó que era indígena e a mistura aconteceu!”.

Porém, quando sua avó veio para a Paraíba com seus filhos, seu avô não a acompanhou, ficando em Vila Flor. Já na Paraíba, seu pai, João Luiz da Cruz, casou-se com sua mãe, também afrodescendente, Maria José da Silva Cruz, que nasceu na aldeia Monte-Mor/Marcação/PB, acontecendo mais “uma mistura”. Sua esposa, Maria José Sena da Cruz, é indígena e tem “parentes consanguíneos” cadastrados em Baía da Traição. No entanto, na aldeia *Jaraguá*, ela não é reconhecida como indígena.

Assim, não quero com esse relato assegurar que os indígenas no RN têm autoridade para afirmar que essas pessoas, citadas anteriormente, são ou não indígenas, pois a autoafirmação é o que as determina como tais. Apenas estou enfatizando o fato de que os indígenas da Paraíba reconhecem os seus *parentes* que migraram do Rio Grande do Norte.

Fundamentada nos depoimentos apresentados, pude constatar que a relação de parentesco dos indígenas de Sagi com os *Potiguara* da Paraíba é muito evidente. Por essa razão, esse grupo não tem dúvida quanto a se identificar como *Potiguara* de Sagi, utilizando o mesmo etnônimo dos seus *parentes* na Paraíba.

3.2 Lugares de memória ao longo da praia

Durante o processo de produção dialógica do conhecimento, os especialistas da memória local (LE GOFF, 2003) relataram sobre a existência de vários lugares de moradia na região litorânea de Sagi, que resultaram das migrações realizadas pelos primeiros indígenas, em suas andanças entre Baía da Traição/PB e Vila Flor/RN. Já na obra de Malinowski (1984), ao longo de algumas das viagens do *Kula*, o etnógrafo aborda certos lugares que eram relacionados a momentos de narrativas míticas e históricas. Nora (1993, p. 28) denomina esses sítios de “lugares de memória”, “lugares onde se ancora, se condensa e se exprime o capital esgotado de nossa memória coletiva”.

Nessa perspectiva, objetivando conhecer melhor essas memórias que se tecem em histórias e que se ancoram em lugares, no dia 18 de janeiro do ano de 2014, entrevistei em sua residência o Sr. Antônio Dias Moreira, 66 anos, que nasceu em Sagi *Trabanda*. Seu pai Francisco Dias nasceu em Camaratuba/PB e sua mãe Josefa Dias era “índia de Baía da Traição”. Ele teve três esposas, com as duas primeiras teve 17 filhos, mas apenas a atual é indígena e com ela não

tem filhos. Quando perguntei sobre os seus filhos, o Sr. Antônio disse: “não lembro do nome de todos, tão tudo espaiado por aí!”. Contudo, através do cadastro da FUNAI, foi possível saber o nome de quatro deles: Alcides Dias, Aloíze Dias, Francisco de Assis Dias e Francinete Dias Moreira. A mãe desses é Ana Lúcia da Silva e todos moram em Sagi.

O Sr. Antônio Dias relatou que, quando tinha 16 anos, todas as casas na região do Rio Guaju até Urubu eram de taipa coberta com palha de coco. Ele continuou: “um rico colocou umas teia grande, aí todo mundo, aqui no Sagi, passou a botar teia nas casa de taipa, só depois é que fizeram as casa de tijolo e só tinha quatro casa desse lado (Sagi) e três na outra banda – *Trabanda*”. As famílias que moravam nessas casas vieram todas da Paraíba.

Quando perguntei se ele conhecia essas famílias, respondeu: “do lado de lá (*Trabanda*) morava o pai de *Vilázio* – José Amaro da Silva, o pai de Geralda dos Santos – João dos Santos e o meu pai – Francisco Dias”. E do lado de cá (Sagi)? “Só lembro de D. Antônia Cândido, a bisavó de *Manezinho*”. O Sr. José Amaro da Silva – *Vilázio*, também se recordou: “meu pai veio de Baía da Traição solteiro, aqui se casou, criou nós e quando morreu ficou três moradores aqui: João *Fulô*, *Chico* Dias e *Chicó Caeira*”.

Esses relatos mostram que Sagi e Sagi *Trabanda* são duas localidades distintas, separadas pelo Rio Cavaçu, mas que formam uma única *comunidade*. A primeira é um distrito litorâneo, local de residência de 75 famílias, equivalente a 91,5% das famílias cadastradas pela FUNAI no ano de 2013. Há também pessoas não indígenas, que são investidoras nacionais e internacionais, que “compraram” terras e construíram residências para moradia própria, bem como casas para alugar, pousadas e bares, que recebem turistas durante todo o ano, mas com maior intensidade no período de veraneio – de novembro até o carnaval.

A segunda, denominada pelos indígenas de “Aldeia Sagi *Trabanda*”, recebeu esse nome por ficar do outro lado do Rio Cavaçu, ou seja, na “outra banda de Sagi”, ou como eles chamam “*trabanda*” do rio. Moram nessa localidade sete famílias, que representam 8,5% dos que se cadastraram como indígena. É essa terra que se encontra em processo de disputa judicial.

De acordo com os narradores, em Sagi *Trabanda* moravam os primeiros habitantes do povoado que migraram da Paraíba, local em que enterravam e enterram seus mortos e plantavam e plantam os seus roçados. O cacique *Manoelzinho* confirmou:

Tinha um pessoal que morava aqui e uns que morava lá. *Trabanda* é a outra banda do Sagi, do outro lado do rio. Aí ficou o nome da aldeia e o nome da tribo que pegou Sagi e Guaju e ficou Guajiru, que é um ponto de pescaria e lá tem muito dessa frutinha. Quando fizemos a reunião e falamos pro pessoal, quem trabalhava na divisa disseram: esse nome era o que nós já imaginava. Esse era o nome que a gente poderia dá a nossa tribo. Só tá faltando o pajé, mas nós já temos um nome, mais ainda estamos pensando (Entrevista gravada na casa do narrador, no dia 20/12/2013).

Todavia, em virtude da dificuldade na travessia do rio, que enche com as marés, quem quisesse se aventurar a atravessá-lo teria que passar por uma “pinguela”, que ligava as duas margens, sem nenhuma segurança. O lado de Sagi se desenvolveu mais

rapidamente devido a uma melhor acessibilidade, enquanto a aldeia Sagi *Trabanda* ficou mais “isolada”, por encontrar-se cercada pelo Rio Cavaçu e o oceano Atlântico. É por isso que quando a estrada foi construída pelas máquinas da usina, na década de 1970, não atingiu a aldeia, que permaneceu “protegida”.

Continuando a entrevista, o Sr. Antônio reafirmou que a “beira” da praia foi local de moradia de muitos “caboco” – quando se refere a seus *parentes*, nunca usa o termo “índio” – que migraram da Paraíba. Segundo o Sr. Antônio, na “Boca da Barra”, localizada a 3 km ao sul de Sagi, moravam Geraldo *Cacheiro*, sua esposa Rosa e os filhos: *Novinho* e *Ezídio*. Nas “Barreiras” – 500 metros do Rio Guaju –, moravam o Sr. Francisco Cândido (*Chico Caindo*), que saiu de lá e foi morar em Gameleira/PB, e o Sr. Manoel Cazuzza, que, ao sair de lá, foi morar em Pituba.

Ainda morou em Barreiras o Sr. Manuel de Alexandria, pai de Maria de *Canã*, sogro de Temístocles Inácio – que se aproximou no momento em que eu estava entrevistando o Sr. Antônio e confirmou o relato –, com seu filho João de *Canã*, ambos vieram de Baía da Traição. No entanto, quando o Sr. Manoel morreu, João de *Canã* foi morar em Cutia. Nessa época, também moravam lá: Joaquim Pereira, sua esposa D. Luzia Pereira e mais cinco filhos, até que este veio a falecer e a família migrou para outro lugar. O Sr. Antônio continuou afirmando que “havia umas cinco casas lá” (em Cutia).

De acordo com as narrativas ouvidas a partir de meus interlocutores, dos entrevistados, bem como das conversas informais que mantive com os moradores de Sagi, durante minha pesquisa que realizei naquela *comunidade*, apresento na página seguinte o Mapa 6 com a localização dos lugares de moradias ao longo do litoral, que corresponde a oito quilômetros de praia praticamente deserta. É uma representação espacial dos lugares de memória de um grupo, que busca o seu reconhecimento étnico e, conseqüentemente, a consolidação dos seus direitos.

Visando ampliar meus conhecimentos sobre os antigos moradores de Guaju e Barreiras, entrevistei em sua residência, no dia 04 de fevereiro do ano de 2014, o Sr. Carlos Leôncio do Nascimento, 51 anos. Apesar da pouca idade em relação a outros indígenas de Sagi, ele demonstrou conhecimento acerca de seus parentes antigos que viveram nessas localidades. Ele iniciou sua conversa afirmando: “desde pequeno gosto de ouvir os mais velho, com a idade de sete anos eu acompanhava meu pai pra todo canto que ele ia e ficava horas e horas ouvindo ele e os mais velho conversando”.

Ele ainda lembrou que “do lado de lá (Guaju/PB) morava um ex-combatente de guerra, Seu Aprígio, mas a maré alta começou a cavar e a derrubar tudo, os coqueiro e até a casa dele, aí ele desistiu e foi embora pra Barra de Camaratuba, onde morava a família dele, ele ia e vinha todo dia, pela praia”.

Quando perguntei sobre as famílias que moravam do lado do Rio Grande do Norte, ele me respondeu: “do lado de cá, na minha época, só morava umas duas pessoa: Geraldo Amaro e a família de Dona Anita, que depois eles se casaram e passaram a morar do lado de lá, mas como as barreira estava caindo e derrubando as casa, eles vieram pro lado de cá e morou muito tempo.”

Mapa 6 – Identificação das moradias ao longo de 8km de praia – da “Boca da Barra” a Urubu



O cacique *Manoelzinho* também falou sobre o percurso entre Barreiras e Sagi onde moraram dois indígenas: Geraldo Vila e Lucas Claudino, que é seu primo. Ele continuou : “Lucas criou os filho dele lá. Era um sítio de coqueiro todo cercado e ele criava gado dentro. Tinha um cacimbão que era uma maravilha! A comunidade todinha ia buscar água lá no poço dele”. Dona Cacilda e Carlos Leôncio também mencionaram esses moradores que tanto moraram quanto cultivaram seus roçados nessa região, até que foram “obrigados” a saírem de lá.

Localizada a 4 km de Sagi, Cutia, por ser um local muito sombreado por coqueiros e por ter uma excelente “região de pesca”, também serviu de moradia para muitos “caboco”, conforme afirmam as narrativas do Sr. Antônio, sendo confirmadas por Ednaldo Jerônimo Gomes, vulgo *Dai* (54 anos). Este, por sua vez, é filho de Jerônimo Gomes, que veio da aldeia Galego/PB. Mais tarde, também se aproximou na hora da conversa o Sr. Temístocles, 68 anos, tornando-se uma entrevista coletiva.

Na roda de conversa, que se formou na calçada da casa do Sr. Antônio, no dia 18 de janeiro, os demais presentes confirmaram que João Cassiano era pescador e agricultor e que ele juntamente com sua esposa Rita Cassiano e seu filho André Cassiano foram os primeiros a morarem em Cutia. Plantavam roças de mandioca, feijão, melancia, jerimum e criavam cabras. André Cassiano faleceu ao cair em um buraco: “morreu no buraco do tatu”, relatou o Sr. Antônio e continuou: “quando foi pegar o tatu, a barreira caiu em cima dele e ele morreu, aí Dona Rita saiu de lá e foi morar noutro lugar”.

Nessa época, como não tinha cemitério por perto, todos os que faleciam na “redondeza” eram enterrados do outro lado do Rio Guaju/PB, num povoado conhecido por “Coelhos”. Para enterrar André Cassiano, por exemplo, caminharam uns 10 km pela praia na maré baixa, carregando o defunto em uma “padiola” – um pau, onde em cada extremidade era colocado um punho de rede. O falecido ficava dentro da rede, que era suspensa pelos ombros dos carregadores, que se revezavam entre eles. A esse respeito, o Sr. Antônio lembrou:

Quando morria um aqui, a gente ia carregando numa rede até os Coelho, depois que enterrava a gente trazia a rede de volta, lavava e dava pra outro dormir, era assim, lavava e estava nova de novo. A primeira enterrada aqui no cemitério foi de rede, depois os rico começou com caixão, agora só enterra no caixão, as coisa mudou muito por aqui (Entrevistado em sua casa, em 18/01/2014).

O costume de enterramento dos mortos em caixão foi uma influência urbana, que chegou ao povoado com as pessoas de outras localidades que passaram a viver em Sagi. Para o Sr. Antônio, “rico” são as pessoas “de fora”, que têm condições de comprar um caixão. Observando essa prática, hoje os indígenas não enterram mais os seus mortos em redes. Essa trajetória até o povoado Coelhos/PB era realizada sempre que morria alguém no entorno. Porém, quando o morto era uma criança ou um recém-nascido, evitava-se fazer essa longa caminhada até a Paraíba, fazendo o sepultamento em um local conhecido como “cemitério de anjos”.

Esses sepultamentos aconteceram em Coelhos até o ano de 1911, quando, por fim, foi separada uma área em Sagi *Trabanda* para ser destinada ao sepultamento dos falecidos. A primeira antepassada indígena a ser enterrada nesse novo local foi Dona Tereza Vicêncio da Conceição, vinda da aldeia Tramataia/PB, e, em sua homenagem, o cemitério, quando restaurado e inaugurado, no ano de 1954, recebeu o seu nome.

Meus interlocutores relatam que existiram dois cemitérios antes desse período (1911), nos quais eram enterrados os pequeninos quando mortos. O primeiro era localizado em Sagi *Trabanda*, onde hoje se encontra entre dois blocos de residências em um condomínio particular; o segundo ficava entre Sagi e Guaju, ambos estão desativados. Segundo Dona Cacilda, “era enterrado nesse cemitério os anjinho que não dava tempo de batizar, aqueles que era pagão”. A existência desses cemitérios de “anjos” foi em épocas distintas, ou seja, não existiram simultaneamente.

Continuando o relato das narrativas, informaram-me que, após a saída dos Casiano de Cutia, outras famílias passaram a morar lá, conforme relatou o Sr. Temístocles :

A família *Barçaça*: Maria e sua irmã Conceição, mãe de Deodato, casado com *Ziza* e a família dos *Tragino*: Antônio e Manuel *Tragino*. Deodato morou em Cutia mais de 30 anos e lá criou todos os seus filhos: Raimunda, que casou-se com Cledionor, Matilde, Antônio, Manoel, Dorgival, José, Marli, Manâncio, e João (Entrevista gravada e transcrita pela autora, no dia 18/01/2014, na calçada da casa do Sr. Antônio Dias).

Informaram ainda que esse último, ao morrer, sentiu fortes dores, possivelmente devido a uma crise fatal de apendicite. No entanto, seus parentes acreditaram ter sido algo relacionado à “comida estragada”. A família, traumatizada com a perda do ente querido, deslocou-se para Baía Formosa, onde até hoje Dona *Ziza* mora com sua filha Marli.

No mesmo período, também moravam lá outros dois casais: *Edinho* e *Dôra*; Temístocles e Maria de *Canã*. O Sr. Temístocles lembrou que havia entre quatro e cinco casas de taipa, todas cobertas de palha. Quando alguém se “mudava”, a casa ficava abandonada e logo era destruída pela ação do vento.

Em Urubu, localizado a 1 km de Cutia, moraram Mestre André e sua esposa Dona *Fulô*, indígenas que vieram de Baía da Traição. Em dias atuais, seu irmão *Zico* ainda mora no local e é casado com Nazaré. Esse casal teve três filhos: *Preto*, Edite e Anerita. Pescavam e viviam da agricultura, plantando jerimum, batata, milho e feijão. Dona *Fulô* é viva, tem mais de 90 anos e mora com sua filha Edite, em Baía Formosa. Ela é sobrinha do avô do cacique *Manoelzinho*.

Objetivando conhecer as localidades registradas na memória dos interlocutores, no dia 26 de janeiro de 2014, em um domingo pela manhã, acompanhada do Sr. Temístocles – 68 anos – e do meu companheiro, fizemos a trajetória a pé, de Sagi a Urubu. Parando em cada local de referência, ao longo da praia, embalada pela memória desse experiente indígena.

Essa caminhada proporcionou-me lembrar, com meu interlocutor, momentos significativos da história de seu povo. São quase cinco quilômetros de praia deserta, onde se veem somente o mar de um lado e os morros cobertos pela vegetação, do outro. Encontramos, ao longo das ribanceiras dos morros, quatro marcos de localização de tartarugas marinhas até chegarmos ao pontal de Cutia.

Nossa primeira parada foi na barraca de pescador construída por Ednaldo Jerônimo, vulgo *Dai*, que nos informou, na entrevista anterior, que há mais de 30 anos havia construído a primeira barraquinha de vara, coberta de palha, mas, há uns 10 anos, por temor às cobras, a cobriu com telhas. *Dai* relatou: “aí chegou o IDEMA e mandou derrubar tudo, a mandado do prefeito, mas eu num queria a terra de ninguém, só queria fazer uma sombra pra guardar o material de pesca, mas os homem mandou, aí eu derrubei tudo”.

No entanto, cinco anos depois, *Dai* reergueu, no mesmo local, outra barraca que permanece até os dias de hoje e nós a visitamos. Faço aqui uma breve descrição do lugar: a barraca é coberta de telha de amianto e serve como base de apoio para os pescadores (cf. Foto 24). Tem duas jangadas encostadas na lateral. No seu interior, existem alguns artefatos de pesca, que apenas os visualizamos, pois não pudemos entrar no recinto, porque a porta estava fechada com um cadeado. A localização da barraca é no início do primeiro sítio plantado pelos Cassiano.

Fotografia 24 – Barraca dos pescadores – Cutia



Fonte: Josenilson Andrade

Nessa oportunidade, constatei o que *Dai* havia me informado anteriormente : “tem um poço de água doce. Ainda é o poço original, só que, pra não entrar mais sujeira, a gente se juntou e construiu a boca com tijolo e fez uma tampa de cimento, os turistas para pra tirar foto”.

Deixamos a areia da praia e fomos por um caminho trilhado pelos indígenas, no local onde existiam suas roças, seguindo para o lugar de moradia dos Cassiano, quando de repente o indígena saiu da trilha e me mostrou um local específico, dizendo : “lembra da história que lhe contei sobre a botija que me deram? Pois foi aqui, foi aqui mesmo que tinha uma botija e eu, por ignorância, perdi, mas me arrependo até hoje, o cabelo loiro, que tinha nesse local era o sinal, tenho certeza que não era coisa ruim”.

O Sr. Temístocles aqui se referiu a uma entrevista que fiz com ele, como também com outras pessoas de Sagi, quando cursava a disciplina Memória, Patrimônio e Identidades étnicas – DAN/UFRN (2012), como aluna especial. A avaliação final foi a elaboração de um artigo científico sobre narrativas orais, no qual registrei o relato desse senhor sobre a botija:

Quando foi um certo dia, à tarde, elas vieram: Penha, Maria, só elas duas. Já era quatro e meia pra cinco horas. Aí encheram as latas, nesse tempo, as latas era de gás, essas lata de gás, que tinha um jacaré desenhado. Aí encheram as latas, aí Penha disse: Dona Maria, eu vou aqui urinar. Aí Maria disse: tá certo! Ficaram as duas lata, assim e Penha saiu pro lado pegando o morro. Aí foi fazer a obrigação dela. Aí quando ela chegou, aí viu aqueles cabelo, assim, fora da terra. Só o cabelo, cabelo grande, assim quem o seu. Aí ela se ajeitou e foi. Quando chegou disse: Dona Maria, ali no baixio, tem tanto cabelo. Maria disse: que história é essa, Penha. Ela disse: é, venha ver! Penha disse: eu me baixei aqui, ói aqui os cabelo. Maria disse: tou vendo. Maria não me falou nada. Aí, quando foi bem com uma semana ou menos, a gente tava trabalhando lá e descia pra tomar banho cá e levar água pra casa. Aí Maria contou a estória, aí eu disse: e aonde é, minha véia? Aí ela disse: é aqui, vem vê. Mas Gorete, ó! faça de conta que vocês tão vendo. O cabelo tava fora da terra, loro assim quem o seu, você acredita? Você pode confiar, que eu peguei uma vara, que trouxe lá do roçado, que foi lá, que ela me disse. Eu peguei a vara e enfiei assim, no pé do cabelo, chega ia macio, a vara, dentro do cabelo e eu quem um besta, e num cavei, ainda hoje estou arrependido. Você acredita, Gorete? Ainda hoje tou arrependido, porque num fui até o fim. Depois eu voltei lá, num acertei mais nunca com o canto – (Entrevista gravada e transcrita pela autora, na casa do Sr. Temístocles, no dia 26/06/2012).

Apesar de me indicar o local onde estava a botija, na época do relato, o Sr. Temístocles afirmou que não encontrou mais o “canto” dela, mas quando perguntei sobre isso ele afirmou : “o canto eu sei, como vou me esquecer? Só não encontrei mais o cabelo loiro! Quando eles dão uma botija é pra gente tirar em três dia, senão ela desaparece, essa ainda demorou demais! é porque tinha dado a mim, estava só me esperando, mas eu num soube aproveitar!”.

Continuando a caminhada em Cutia, o Sr. Temístocles não parava de relembrar sobre cada história contada pelos mais velhos, bem como sobre as histórias vivenciadas por ele. Seguindo a trilha, ele fez uma parada, suspirou fundo e declarou : “eu não alcancei os Cassiano, mas a casa dele era aqui. Veja! Não existe mais nada, mas,

quando eu morava aqui, Seu Deodato dizia que era aqui mesmo, e o roçado dele ficava daqui praquele alto e era todo cercado porque Dona Rita criava cabra”.

Segundo ele, aos 12 anos de idade, fazia o percurso de Sagi para Cutia a pé, para comprar leite de cabra para seu irmão mais novo “que não se dava com outro leite”. Nessas andanças, ele conheceu Dona Maria de *Canã*, que, posteriormente, tornou-se sua esposa. Ela faleceu em 2013, aos 83 anos de idade, e o viúvo se casou novamente, sendo sua esposa atual uma das filhas do Sr. Manoel *Pau D’arco*. O Sr. Temístocles relatou:

Quando eu vim morar com Maria de *Canã*, a cacimba era lá embaixo, a gente carregava água numa lata de querosene. Aqui nasceu nossa filha Lucimar, que mora em São Paulo. Quando Maria descansou dela, fiz uma farinha pra tirar a goma pra fazer a comida da menina. Plantava a mandioca nas Vassouras e fazia a farinha em Lagoa D’água, perto de Araraquara. Nesse tempo não tinha peso, media a farinha em cuia, tirei umas dez cuias de farinha (Conforme entrevista *in loco* – em Cutia, no dia 26/01/2014).

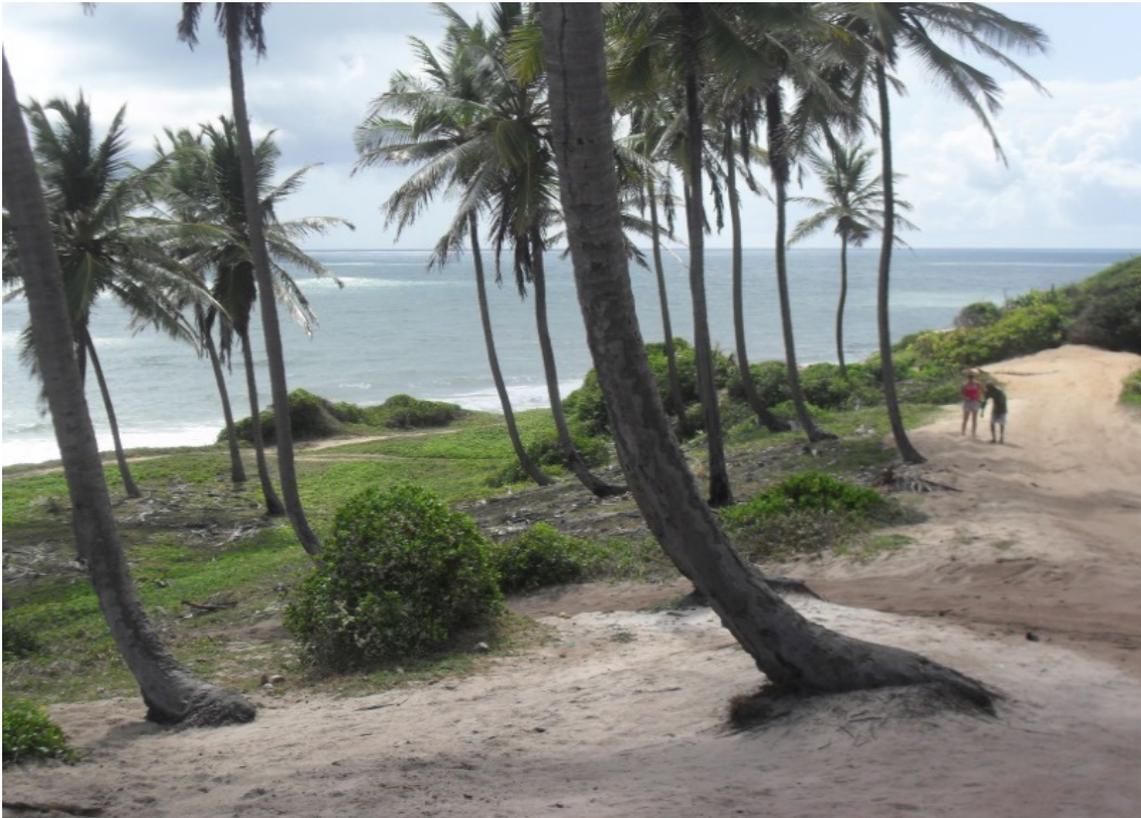
Em Cutia, existem dois sítios de coqueiros. O primeiro foi plantado pelo Sr. Cassiano e encontra-se localizado em um morro vizinho ao segundo, que foi plantado pelo Sr. Temístocles e o Sr. Deodato, donos das últimas moradias existentes ali. A localização das casas permitia uma visão ampla do mar, bem como observar quem se aproximava delas por ambos os lados. O acesso até o cume do morro – onde as moradias eram localizadas – era possível através de um caminho estreito e íngreme. No entanto, nos dias atuais, há uma estrada de areia, de difícil acesso, na qual somente sobem bugres ou carros de tração, possibilitando os passeios turísticos na região.

Na época dos “Cassiano”, o primeiro sítio era maior, hoje existem apenas poucos coqueiros. Contudo, o segundo, por ter sido plantado depois, tem mais coqueiros e, portanto, mais sombra, e é bem cuidado pelos encarregados da usina, cujo proprietário afirma ser “dono da terra”. Assim sendo, visando investir no turismo, construiu no cume do morro uma guarita, que dá acesso à Lagoa de *Araraquara* – nome de origem indígena que significa “toca das araras” –, onde os “bugreiros” pagam uma taxa ao vigia para que o turista tenha acesso a essa “exótica” fonte de “beleza natural”.

Ao chegarmos entre os coqueiros do segundo sítio, o Sr. Temístocles parou e passou a mostrar-me os lugares onde havia as primeiras moradias do lugar (cf. Foto 25), relatando:

A casa de Conceição, a mãe de Deodato, ficava aqui, ó, dessa palha até ali... Deodato e a mulher produziu os filho todo aqui. Deodato morou aqui mais de 30 anos. Hoje Dona *Ziza* (mulher de Deodato) mora em Formosa. *Bilia*, a irmã de Deodato, morou aqui nesse meio e Deodato morou aí perto desse coqueiro. O banheiro deles era ali, perto da guarita, vamos lá! Essas árvore é aricuri e tem outras árvore aqui no meio e esse era o banheiro da família de Deodato. A casa do irmão de Maria (João) era aqui, perto dessa moita, quando ele foi embora pra Cabedelo ficou só eu e Maria. Quando eles vieram morar aqui a casa dos Cassiano já não existia mais. Maria plantava aqui, nesse baixio, isso tudo era cheio de rama de batata, a gente criava tanto galinha! Maria saiu daqui chorando! (Conforme entrevista *in loco* – em Cutia, no dia 26/01/2014).

Fotografia 25 – O Sr. Temístocles mostrando a localização das moradias no segundo sítio de



Fonte: Josenilson Andrade

Enquanto apontava para a localização das casas e falava sobre os seus ocupantes, a emoção do Sr. Temístocles tornava-se visível na expressão do seu rosto e percebida pelo timbre de sua voz. Suas lembranças o reportaram para a época em que morava ali. Ele disse: “olha! *Olê*, irmão de Maria, morou bem nesse canto, quando ele foi embora pra Cabedelo, eu vim morar aqui com Maria, ainda tem o canto...”. Como as casas eram construídas de material perecível – varas e palhas –, quando abandonadas, por causa da ação do vento e da chuva, esse material desaparecia, ficando apenas uma elevação de barro (canto) coberto pelo mato. Mais adiante, ele fez uma parada em frente a uma moita e falou:

Na época que eu morava com Maria isso aqui se chamava Moita Grande. Esse canto era respeitado, as pessoas não passava sozinho à noite, tinha medo. Não era todo cabra que passava aqui não. Nesse lado tinha uma barreira, agora não se vê porque a maré aterrou, é a pedra do guaxinim, a pessoa se escondia nela e ninguém via (Conforme entrevista *in loco* – em Cutia, no dia 26/01/2014).

Quando perguntei a razão de as pessoas terem medo dessa moita, ele respondeu : “porque era mal assombrada! Se via coisa estranha, do outro mundo! Mas esse medo era só de noite! Durante o dia, era tudo normal”. Um pouco à frente, subimos num morro e nos deparamos com um baixio, cercado por morros de areia e coberto por uma vegetação rasteira, onde

o Sr. Temístocles exclamou:

Vamos descer! (pausa) Era aqui a nossa cacimba, a gente carregava água numa lata de querosene nas costas, ou num pote de barro, como pudesse, até lá em cima onde a gente morava, todo dia era a mesma coisa, tinha de fazer esse serviço. Agora tá tudo seco, faz muito tempo que não tem mais água nesse baixio, quando chovia ficava uma lagoa, a água era bem azulada, quando era no verão, a gente cava a cacimba. Olhe aqui, uma moita de guajiru, ela dá essa frutinha que fica roxinha quando tá madura, tem uma massinha, come! É bem docinha. Como tem muito dela por aqui a gente pensou e deu o nome de Guajiru a nossa tribo (Conforme entrevista *in loco* – em Cutia, no dia 26/01/2014).

Para sair do baixio, subimos o morro e continuamos o percurso, seguindo para o último marco de referência narrado pelos meus interlocutores, mais um lugar de memória e de conexão com seus antecessores: a “moradia de Mestre André”, localizada no “quilômetro oito” da praia. Nesse percurso, o Sr. Temístocles desabafou: “se eu ainda tivesse aqui, eu ia lutar por isso aqui. Pra criação aqui é uma beleza! E pra roçado? Tudo o que a gente planta dá”. Calou-se, fez uma pausa, suspirou fundo e disse: “né história de ouvir dizer, não! É história mesmo”! Ele se referiu à sua história, a “história de seu povo”, memória a que se reportou, ao retornar aos lugares onde tudo aconteceu.

Considerando a importância da memória na constituição da história do grupo familiar investigado, foi fundamental compreender a diferença entre memória e história. Para tanto, este trabalho está fundamentado na distinção feita pelo historiador francês Nora:

[...] uma se opõe a outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado (NORA, 1993, p. 9).

Além disso, como propõe outro historiador, Le Goff (2003), a história é um certo tipo de organização das memórias. No caso da construção histórica dos *Potiguara* de Sagi, as memórias estão sendo selecionadas para apresentar uma história de um passado indígena e de uma relação de pertencimento ao território tradicionalmente ocupado por eles. Assim, ainda embalados pela memória do Sr. Temístocles, chegamos a Urubu e nos deparamos com um cenário bem diferente de Cutia (cf. Foto 26). Nesse local, o mar é bravio devido aos arrecifes à beira da praia, fazendo uma curvatura em forma de enseada, conhecida, segundo meu interlocutor, como “espaiado de Mestre André”.

Fotografia 26 – O Sr. Temístocles mostrando a localização das moradias no segundo sítio de coqueiros, em Cutia. “Espaiado de Mestre André” em Urubu – Km 8



Fonte: Josenilson Andrade

De acordo com o Sr. Temístocles, “na época dele (Mestre André) eu não me lembro, mas eles tirava água pra beber numa cacimba aqui perto, vamos lá!”. Chegando à cacimba, pudemos observar que também foi reformada como a primeira, localizada no início de Cutia, sendo a água aparentemente limpa e apropriada para o consumo. Andamos mais um pouco e paramos. Ele continuou mencionando:

Aqui tinha uma moita de cardero e a casa de “Mestre André” era aqui, mas a moradia aqui é mais esquisito (isso em comparação com Cutia, que tem uma vista mais ampla). Ali em baixo (por trás de onde estaria a casa) ele plantava feijão e milho na época, jerimum, batata... Ele era um senhor baixinho... isso aqui (aponta para a visão que se tem do mar em frente ao local da casa) é tudo parracho, você anda na maré baixa e quando a maré cava é só pedra (pausa). Eu pescava polvo aqui nas pedras com Deodato e Maria! (Conforme entrevista *in loco* – em Urubu, no dia 26/01/2014).

A moradia da família de Mestre André localizava-se em uma elevação de terra no centro da enseada. A cacimba ficava a uma distância de duzentos metros, o roçado era na parte de trás onde seria a casa, que era localizada de frente para o mar. Essa parte da praia difere dos outros lugares em que passamos até então, uma vez que é coberta por pedras cortantes, de modo que para andar sobre elas exigem-se prática e habilidade. Isso os pescadores têm de sobra, pois, mesmo à noite, com a ajuda de candeeiros, fisgam nesses arrecifes várias espécies de mariscos, crustáceos e peixes pequenos que durante a maré baixa ficam presos nas pedras.

O Sr. Temístocles prosseguiu relatando:

Pesquei muito de *nylon* quando morava em Cutia e de noite pescava aqui: lagosta, aratu das pedra. Naquela época tinha tanta tainha que a gente matava com varão de ferro, tinha maré que dava tanta tainha que a gente pegava numas bacia de alumínio grande, porque não existia tarrafa. Deodato botava facho aqui! (Conforme entrevista *in loco* – em Urubu, no dia 26/01/2014).

Na época em que havia moradores nessa área – Cutia e Urubu –, os indígenas sobreviviam exclusivamente da pesca e da agricultura. As narrativas sobre as migrações dos indígenas *Potiguara* que percorreram caminhos entre Baía da Traição/PB e Vila Flor/RN, assim como em seu percurso contrário, vão além do quilômetro oito. No entanto, considerando que o objetivo dessa caminhada era traçar um recorte geográfico delimitando esse trecho, foi exatamente o que fizemos nessa investigação, enfocando, principalmente, as paradas efetivadas pelos indígenas, que resultaram em moradias fixadas ao longo desses deslocamentos. Portanto, a entrevista *in loco* encerra-se nesse ponto, já a continuidade da trajetória poderá ser retomada em pesquisas futuras. Entretanto, ao nos prepararmos para retornar a Sagi, o Sr. Temístocles suspirou fundo e disse:

Leonardo de Brasília
não chegou até aqui. Eu falei pra ele sobre a família que morou aqui, mas ele não quis vim, nunca veio até aqui como você. Porque eu acredito na história contada assim, mostrando aonde aconteceu, apresentando o setor. Porque o direito é garantido de acordo com a história, eu conto do meu jeito, mas o que vale é a caneta (Conforme entrevista *in loco* – em Urubu, no dia 26/01/2014).

Ao final de sua fala, o Sr. Temístocles demonstrou a importância do registro escrito de sua história oral, da “história” de seu “povo”, depositando, assim, expectativas positivas no presente estudo, o qual poderá proporcionar um respaldo e suporte político para o processo que se encontra tramitando na justiça. Na verdade, ao mapear esses lugares de memória, fica claro que aflora o sentimento de pertença a um território que não se restringe apenas a Sagi, mas engloba também uma área de oito quilômetros de praia, além de uma extensão maior que abrange os mananciais da região, onde estão localizados os seus roçados e onde existiam os tabuleiros de mangaba.

Esses anseios estão muito presentes no discurso do Sr. Temístocles, que destacou com veemência o tempo em que cada um de seus antepassados viveu nessa região. Para Nora (1993, p. 8-9), “cada gesto, até o mais cotidiano, seria vivido como uma repetição religiosa daquilo que sempre se fez, numa identificação carnal do ato e do sentido. Desde que haja rastro, distância, mediação, não estamos mais dentro da verdadeira memória, mas dentro da história”.

Posteriormente, quando o indaguei sobre a razão pela qual ele saiu de Cutia, embora a moradia fosse de seu agrado, o Sr. Temístocles respondeu: “tempo bom é esse! A vida aqui era muito difícil, tinha que buscar água na cabeça quase um quilômetro, e na cidade a gente tem

água encanada, energia elétrica, aqui era tudo a base de candeeiro. Assim, quem eu, muitos foi embora pra cidade e não quis voltar mais!”. Porém, quando instiguei: Então, se vocês conseguissem essa terra de volta, não teria ninguém para cuidar dela?

Teria sim. Muita gente quer um pedaço de terra pra plantar e num tem, e o que a gente sabe fazer é plantar e pescar, pra pescar é difícil porque a gente num tem dinheiro pra comprar o material e pega só uns peixinho pequeno, a agricultura é mais certo, mesmo morando na cidade, se a gente tivesse esta terra de volta... eu mermo vinha aqui todo dia pra trabalhar, eu ia ficar muito feliz! Porque hoje, quando a gente planta um roçado vem o vigia e destrói tudo, mas na terra da gente a coisa era diferente (Conforme entrevista *in loco* – em Urubu, no dia 26/01/2014).

As moradias foram sendo abandonadas por décadas, em função do reordenamento de uma vida mais urbanizada, mas, ainda assim, a relação dos *Potiguara* com a terra continua, principalmente porque representa seu sustento e o de suas famílias. Um aspecto importante é que, por causa do custo baixo de manuseio, é possível cultivá-la sem depender de terceiros ou de condições favoráveis, devido aos mananciais existentes na região. Como afirmou o Sr. Temístocles: “É só butar a enxada nas costas e sair pra plantar, em pouco tempo é colheita na certa”.

Portanto, apesar de ter havido, no passado, vários lugares de moradia ao longo da praia, conforme já mencionado, com o passar do tempo essas moradias gradativamente extinguiram-se, continuando apenas na memória dos mais velhos, a exemplo do Sr. Temístocles. Posteriormente, as pessoas foram se concentrando em Sagi, que passou a se desenvolver como povoado, devido à construção contígua de várias casas por membros da mesma família.

3.3 Parentesco e moradia em Sagi

Em conversa informal com duas pessoas mais velhas em Sagi, o Sr. Manoel Severino do Nascimento, vulgo Manoel *Pau D’arco*, e D. Luzia Bernardino da Silva, fui informada de que, quando os filhos casam, independentemente do gênero, recebem um “pedaço de terra” para que construam suas casas perto dos pais. Durante as entrevistas realizadas, percebi que os genitores se preocupam em organizar a moradia do novo casal no mesmo “terreiro” para que todos morem juntos.

A situação aqui apresentada se assemelha à análise que Comerford (2003) fez da relação entre os espaços territoriais na região da Mata, no estado de Minas Gerais, onde ele realizou sua pesquisa. No contexto dessa sociedade, o parentesco constitui um princípio organizador básico das relações e do espaço, conforme ele mesmo expõe: “as formas de sociabilidade dos camponeses dessa região delimitam territórios, que eu denomino de parentesco porque é nas práticas e nas retóricas de familiarização que eles se definem e porque têm o parentesco e a família como referência discursiva básica” (COMERFORD, 2003, p. 41).

No exemplo das duas famílias apresentadas acima, observei que no centro do terreno

fica a casa dos genitores e, no entorno, as casas dos filhos. Cada filho casado recebe uma casa do seu pai, quando este tem condições para erguê-la. A casa, com raríssimas exceções, é construída pelo rapaz, desde que fique no “terreiro” do pai da moça. Na maioria das vezes, é o rapaz quem sai da casa de seu genitor para morar com sua esposa em casa construída próxima ao pai desta. Isso prevalece quando o rapaz é de uma família de “fora”, ou seja, seus familiares não são e/ou não se autorreconhecem como indígena.

Essa preocupação é compreensível, pois, apesar de os casamentos, aparentemente, serem duradouros, quando acontece uma separação, a moradia da filha e dos netos fica garantida sob a guarda do pai/avô. Declarou o Sr. Manoel *Pau D’arco*: “gosto de vê meus fios tudo perto de mim. Ali é a casa de um, ali, a casa do outro [...]” e saiu apontando a residência de cada filho, construída perto de sua casa. A casa dele, embora seja pequena por dentro, tem no quintal uma enorme “latada” – espaço coberto com telha – onde ele recebe filhos, netos e bisnetos, para um almoço, reunião ou festa de aniversário.

Durante minha pesquisa, observei essa organização familiar apenas entre essas duas famílias: Nascimento e Bernardino. Diante disso, solicitei ao cacique *Manoelzinho* o esboço de um croqui, no qual destacasse as famílias que ele conhece em Sagi cujos pais constroem as casas dos filhos em seu “terreiro”. Ele me atendeu prontamente, ficando claro que um número maior de famílias se organiza segundo esse costume local. Apresento o desenho na página seguinte.

Enquanto um grupo de cinco pessoas conversava, ele desenhou a organização territorial de cinco famílias, entre as quais duas mães se destacaram: Dona Luzia Bernardino e Vanira Claudino, que, ao ficarem viúvas, tornaram-se chefes de suas famílias. Após a conclusão do croqui, o cacique foi apresentá-lo a mim e aos seus *parentes* que estavam presentes: sua esposa Sandra, Zélio Nascimento e Ailtom Araújo, identificando o nome dos moradores de cada casa, enquanto eu fazia as devidas anotações.

Partindo dos exemplos apresentados por *Manoelzinho* (Croqui 1), observei que entre os *Potiguara* de Sagi tanto os filhos como as filhas moram no “terreiro” dos pais, desde que eles disponham de terra para a construção dessas casas, como é o caso das famílias destacadas pelo cacique. Também se percebe pelo Croqui 1 que não importa o grau de parentesco entre os familiares, há uma tendência para que se mantenham todos juntos – tanto netos, sobrinhos, tios, como primos. Vale lembrar que costumeiramente ocorrem muitos casamentos entre primos, assim como acontece com os *Potiguara* da Paraíba, identificado por Vieira (2010, p. 67):

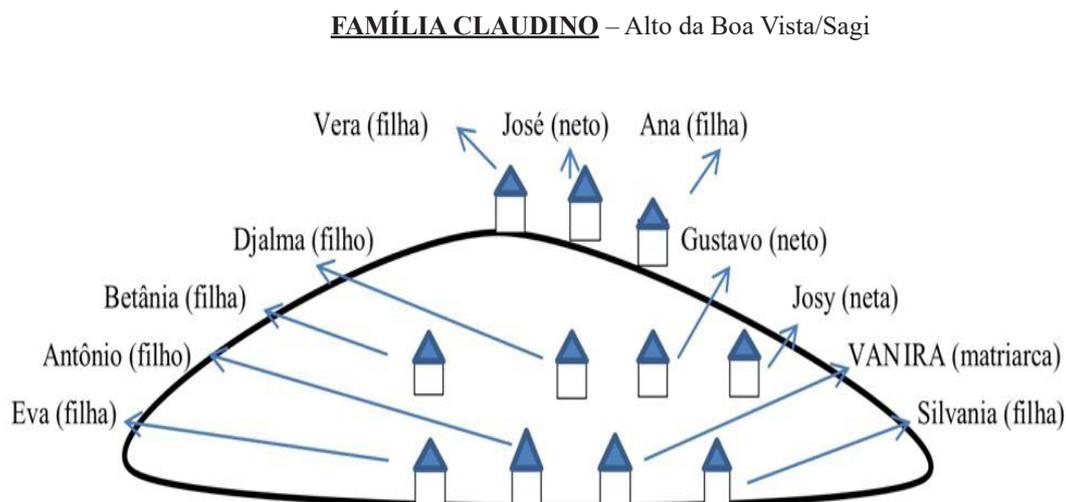
No caso das escolhas matrimoniais dos *Potiguara*, há uma tentativa de manutenção de uniões com os próximos (parentesco e/ou residência), identificadas de maneira especial na recorrência de casamentos entre primos combinado com os casamentos entre grupos de irmão (dois irmãos se casam com duas irmãs) ou um par de irmão/irmã unindo-se a outro par.

Adiante, apresento uma reelaboração – Croqui 2 – do que foi ilustrado anteriormente no Croqui 1, pelo cacique *Manoelzinho*, os quais demonstram como os grupos familiares se organizam socioespacialmente em Sagi, a partir das cinco famílias destacadas: Nascimento, Félix, Dias, Claudino e Amaro, identificadas pelo cacique. No Croqui 2, utilizo as seguintes representações: os genitores – em negrito; o grau de parentesco – entre parênteses; e a localização das casas. Nessa época, o povoado ainda não era dividido em ruas, nem havia calçadas, portanto, as casas ficam em ruas diferentes, apesar de terem sido construídas no mesmo terreno.

De acordo com o Croqui 2 – na subida do morro, logo após a entrada de Sagi – destaca-se, ao lado direito, a moradia da família **Claudino**, cujas casas são construídas em uma duna, por isso ressalto essa elevação com uma linha curva e na parte inferior ficam as casas que estão no nível da rua. No final da descida do morro, à esquerda, inicia-se a Rua Praia do Rio, onde moram as famílias **Nascimento, Félix e Dias**. As linhas paralelas do Croqui 2 representam as ruas, há casas construídas tanto de um lado como do outro lado da rua. Isso se dá porque quando as casas foram construídas as ruas ainda não eram pavimentadas.

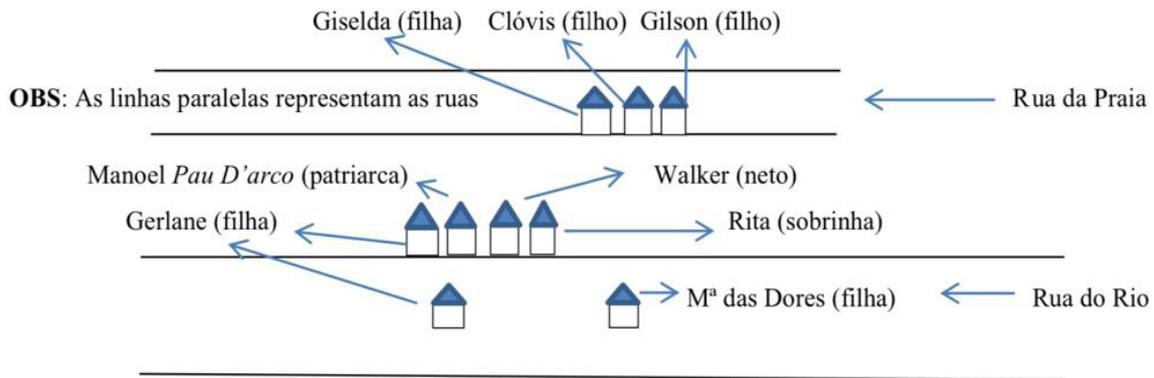
A família Dias mora em casas que ficam tanto na lateral da casa do Sr. Antônio, como por trás desta. Como ficam localizadas num morro, saliento também essa elevação. No fim dessa rua, atravessando a ponte sob o Rio Cavaçu, inicia-se Sagi *Trabanda*, onde mora a família **Amaro**. Os pontos ou estrelas destacadas correspondem às casas que ainda não foram construídas, mas que estão planejadas e algumas destas já com alicerces, conforme a representação do Croqui 2, a seguir.

Croqui 2 – Distribuição espacial de cinco grupos familiares, conforme sua organização social



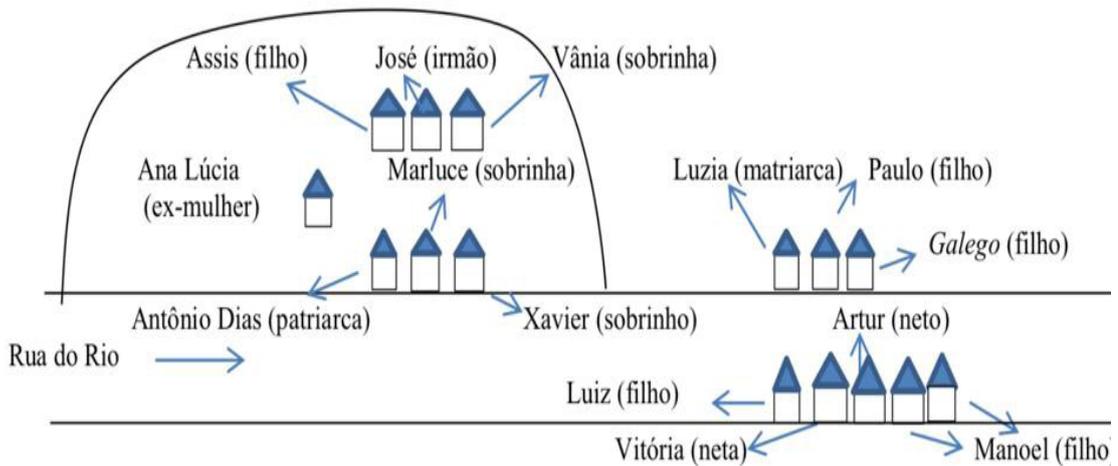
OBSERVAÇÃO: As casas foram construídas num alto. A linha curva representa o formato do morro.

FAMÍLIA NASCIMENTO

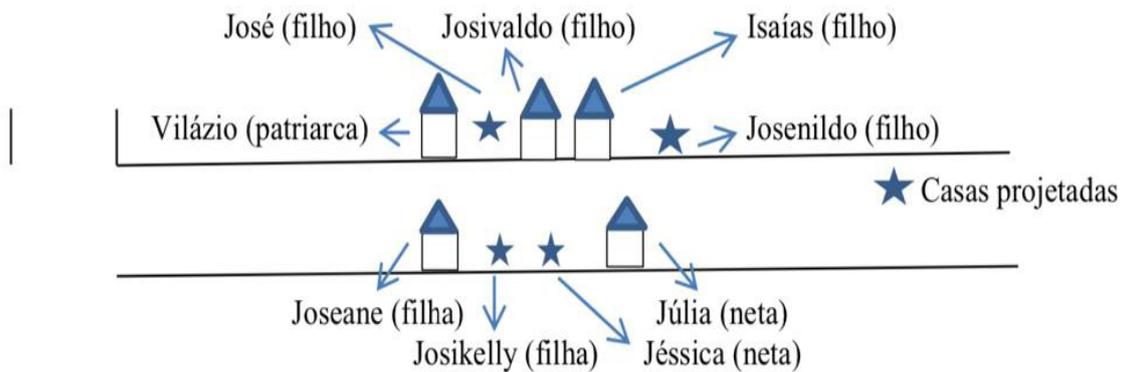


FAMÍLIA DIAS

FAMÍLIA FÉLIX



FAMÍLIA AMARO / SAGI TRABANDA



Tomando como referência as famílias observadas, pude perceber que os filhos, geralmente, exercem a profissão do pai, por isso estão sempre juntos, seja na pescaria, seja no roçado, seja como ajudante de pedreiro, como no caso de Carlos, filho do cacique *Manoelzinho*, que está noivo e construindo com o pai uma casa na sua gleba de terra, em Sagi *Trabanda*.

Por outro lado, as filhas acompanham as mães. A maioria trabalha em sua própria casa, cuidando dos irmãos pequenos, dos afazeres domésticos e das refeições quando as mães saem para a roça, ou mesmo para pescar. No final de semana, elas se unem para organizar a casa, num trabalho mais completo.

Nessa perspectiva, podemos observar como se dão as relações de parentesco e o processo de organização territorial das famílias em Sagi. Sem sombra de dúvida, é uma extensão da organização dos *Potiguara* da Paraíba (VIEIRA, 2010).

3.4 Processos de ocupação das terras

3.4.1 Sagi

Além dos oito quilômetros de praia delimitados nesta pesquisa, que compõem os lugares de moradia e de memória dos *Potiguara* de Sagi, ainda se incluem como lugares de pertencimento desse grupo os mananciais da região e as reservas de Mata Atlântica, onde se localizavam os tabuleiros de mangaba, partindo desde as imediações do povoado até onde hoje se encontra a BR-101.

Como vimos, com base nas narrativas orais dos interlocutores que contribuíram com este trabalho, foram os indígenas *Potiguara* – migrantes da Paraíba, há mais de um século – que formaram o povoado de Sagi. Nesse local, residem e plantam seus roçados, coletam frutos silvestres, pescam peixes e crustáceos. Isso ocorre desde o início da ocupação do lugar por seus antepassados, surgindo nos *parentes* um forte sentimento de pertença a esse espaço sociocultural, que passou a ser seu território, do qual se sentem os legítimos e únicos donos.

Ao relembrar esses tempos passados, quando ainda era um menino que chegou a Sagi com o seu pai, vindos de Baía da Traição, o Sr. Manoel *Pau D'arco* comentou: “quando a gente chegou aqui, plantava aonde queria, ninguém era dono da terra, fazia um roçado aqui, outro ali e ninguém mandava na terra, era da gente mesmo. Até que chegou o Sr. Manuel de Melo, o pai de Tomás, e tudo mudou pra gente!”.

Esses personagens, influentes política e economicamente, que “apareceram” nessa região muito tempo depois dos primeiros habitantes do lugar e passaram a se afirmar como “donos” dessas terras, contribuíram drasticamente para mudar a condição de “paraíso” em que os indígenas viviam desde o início do povoamento daquela localidade. Relatando acerca desse período da história de Sagi, o Sr. Temístocles nos contou:

Quando eu era novo, eu lembro de tudo: o Sr. Manuel de Melo era muito

rico e quem tem dinheiro você sabe como é. Ele tomou conta dessas terras de Sagi até a Barra de Cunhaú, a pessoa rica tem carro e se apossa mais rápido da terra e a gente, coitado de nós... O homem era desembargador, tinha poder demais, ninguém ia contra o homem, o que ele dizia era lei. Ele morava na Fazenda Estrela, lá tinha uma vila, que era perto de Formosa. Seu Tomás num comprou terra de ninguém, ganhou só na lábria. Aí ele morreu! (Conforme entrevista gravada pela autora, por ocasião da visita *in loco* aos lugares de memória e moradia, localizados entre Sagi e Urubu, no dia 26 de janeiro de 2014).

Quando perguntei: Mas, com o falecimento do Sr. Manuel de Melo a posse das terras foi partilhada entre os herdeiros? Ele respondeu: “foi, ficou com Tomás, Frederico e João Maria. Frederico se candidatou a prefeito de Formosa, passou quatro ano e depois botou o irmão Tomás, que passou mais quatro ano e assim ficou, um saía, outro entrava (na prefeitura)”.

Quanto à divisão das terras “conquistadas” pelo Sr. Manuel de Melo, o Sr. Temístocles continuou afirmando: “Tomás ficou com Sagi e a Fazenda Pituba e Frederico ficou com a “Fazenda Estrela e Formosa”. E João Maria? Perguntei. Ele respondeu: “como era meio doido, num ficou com nada, o mundo é dos mais esperto!” (risos).

Ao abordar a ocupação das terras de Cutia, o Sr. Temístocles relatou que “os Cassiano era dono de tudo, tudo era dele”. Perguntei: quanto à família do Sr. Deodato? Ele respondeu: “Deodato e a mulher produziu os filho todo aqui e aqui morou mais de 50 anos. *Bilia*, a irmã de Deodato, morou aqui nesse meio e Deodato morou aí, perto desse coqueiro”.

Ao perguntar sobre o motivo pelo qual o Sr. Deodato saiu de Cutia, ele disse: “quando o filho de Deodato morreu eles foram pra Formosa, abandonou as terra”. Ao questioná-lo acerca da razão pela qual as outras pessoas haviam saído do lugar, afirmou: “a usina comprou essas terras a Tomás de Melo e Tomás não comprou de ninguém. Aí é onde tá o rolo! Ele se apossou. As família teve que sair daqui. Mas quando ele chegou aqui, as família já morava há mais de 100 anos”. Nos dias atuais, essa área pertence, cartorialmente, à “Destilaria Baía Formosa”.

Em conformidade com os relatos apresentados nesta pesquisa, existiram dois tipos de motivações para migrações entre os *Potiguara* de Sagi: a primeira está relacionada à morte de algum ente querido e a segunda às expulsões de suas terras pelos que se afirmavam “posseiros”. Isso se intensifica ainda mais na atualidade, quando certos interesses de empresários da área de empreendimentos imobiliários e turísticos buscam, acima de tudo, “desocupar” determinadas áreas e, para concretizarem seus intentos, utilizam-se de variados artifícios, recorrendo a processos judiciais (Essa questão será abordada mais adiante).

Os indígenas de Sagi enfrentam problemas relacionados às suas terras desde as últimas décadas. *Manoelzinho*, por exemplo, evoca o tempo em que era menino e tinha conhecimento de que nessa época já havia desavenças envolvendo as terras de Sagi. Ele declarou

: “desde 77, aqui em Sagi acontece desgraça, desde que eu me entendi de gente, dos meus 7 a 8 anos que a pisada aqui no Sagi é essa! Desde que eu era pequeno que via briga por conta de terra”.

Esses relatos de discórdia entre os moradores de Sagi e o Sr. Tomás de Melo são corriqueiros entre os interlocutores. Segundo eles, o Sr. Tomás foi o responsável direto pela destruição de muitos roçados plantados na região, até mesmo antes de o pai dele chegar a Sagi. Portanto, não foi por acaso que se criou um clima de animosidade entre eles.

Conforme apontou o Sr. Temístocles, “muita gente botou ele em questão, aí ele teve que dividir umas terras: aqui é sua, aqui é sua! Tinha os dia dele falar com o povo na Pituba. A família de *Galego* “foi uma que brigou e conseguiu suas terra, quem não brigou, perdeu!”. Quando perguntei a *Galego* sobre essa disputa, ele confirmou:

Pra gente conseguir ficar com nossa terra, tivemos que pastorar os trabalhador, que Tomás mandava de madrugada pra colocar uma cerca dividindo a terra. E nós, com foice e machado na mão, num deixava. Eles colocava, nós derrubava, até que ele chamou nós pra conversar. Aí a gente num aceitou como ele queria e continuava a briga. Depois de muito tempo ele deixou nós colocar a cerca no canto certo, mas deu muito trabalho. Nós quase mata ele! (Conversa na residência temporária da autora em Sagi, em 28/01/2014).

Falando o que pensa sobre a família Melo, o cacique *Manoelzinho* descreveu alguns traços da personalidade de Manuel de Melo e de seus filhos Frederico e Tomás de Melo, ao afirmar:

Já ouvi muita gente dizer aqui que seu Manuel de Melo era uma pessoa boa, mas o filho dele Tomás era um carrasco. Desde que eu me entendi de gente eu nunca vi Tomás com boas intenções aqui dentro, mas dizem que o pai dele fazia acordo com as pessoas que trabalhavam com ele e quando queriam sair ele dava um pedaço de terra. Eu sei que Tomás tinha um irmão Frederico, ele é vivo e mora em Natal. O povo aqui gostava muito dele, ele era um cara político, ajudava o pessoal com material de barco, ele foi prefeito em Baía Formosa e Tomás também foi prefeito, mas o povo daqui só gostava de Frederico e o povo de Formosa também. Ele era um caba aberto pro povo (Conforme entrevista realizada em sua casa, no dia 27/01/2014. Gravada e compilada pela autora).

A memória social dos entrevistados revela que os indígenas de Sagi nunca aceitaram a invasão nem a dominação de suas terras de forma passiva, sem resistências, conforme ressaltou *Manoelzinho* sobre o episódio da peleja entre Tomás de Melo e seus *parentes*, que plantavam seus roçados entre as localidades de Sagi e o Rio Guaju.

A parte do TECNARÃO era um sítio de coqueiro de Lucas Claudino, meu primo, onde ele morava e criou os filho lá, mas Tomás tomou com a justiça, com a polícia. Eu tava lá e vi, era um sítio todo cercado, tinha coqueiro e ele criava gado dentro. Severino, o filho dele, que mataram no Rio de Janeiro, em Cabo Frio, deu de garra de uma foice pra rolar a polícia de lá de cima (Em conversa informal, na casa

da autora, em 04/12/2013, conforme registro no caderno de campo).

O local do roçado citado, que foi “tomado” por Tomás, foi vendido a uma firma chilena, chamada TECNARÃO. Mencionando ainda essa “negociação”, o Sr. Carlos, irmão do cacique, afirmou que “Tomás mandou derrubar todo o plantio de coqueiro e vendeu a área à TECNARÃO, por muito dinheiro, há uns dez anos atrás”.

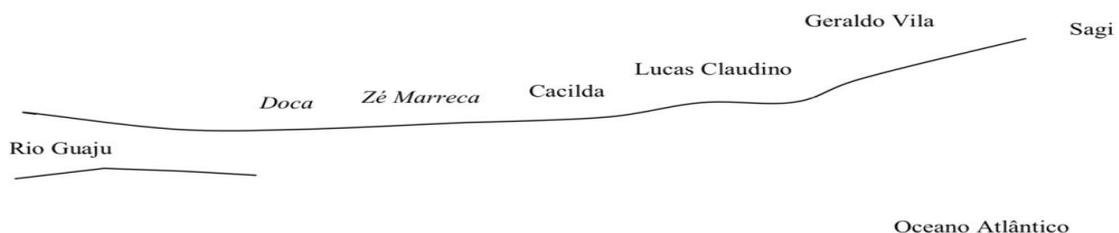
No entanto, Lucas Claudino não se deu por vencido e as narrativas informam que enfrentou o Sr. Tomás de Melo se “apossando” de outro terreno localizado numa área acima da anterior e lá plantou outro sítio. O cacique complementou: “meu primo se apossou de outro terreno ali em cima e fincou o pé e formou um sítio. No primeiro (sítio) num foi disputa, não, ele saiu na marra com a polícia. Depois ele vendeu o sítio, mas lá ele perdeu pra Tomás”.

Geraldo Vila, outro agricultor local que se sentiu prejudicado, também tinha um roçado vizinho ao de Lucas Claudino, o qual Tomás de Melo tentou tomar, no entanto não conseguiu, conforme relato de *Manoelzinho*:

Tomás queria tomar aquela área de Geraldo Vila, que vai desde aquela pousada pra cá, que vai pela beira da praia até a Assembleia de Deus. Mas, como Seu Geraldo tinha muita intimidade com o Tenente Hélio, que era filho natural daqui, filho de Seu Vicente, marido de minha tia e naquela época era do exército e rival de Tomás, aí ele encasquetou em cima de Tomás e não permitiu que prendesse ele. Mas, o resultado dessa peleja foi que Tomás não permitiu que o Seu Geraldo colocasse roçado em nenhuma área local, passou de 8 a 9 anos sem puder botar um roçado aqui, vivia de caranguejo, aratu, siri, massunim e da mangaba. Isso porque não deu o braço a torcer. Pelo gosto de Tomás tinha lhe dado cadeia, mas como não tinha mais poder pra fazer isso..., mas num tomou a terra! (Conforme entrevista realizada em sua casa, no dia 27/01/2014. Gravada e compilada pela autora).

A referida área detém 3 km, estendendo-se de Sagi ao Rio Guaju. Nessa extensão de terra havia roçados de Geraldo Vila, Lucas Claudino, Cacilda Jerônimo, *Zé Marreca* e *Doca*. No entanto, Tomás de Melo a vendeu a empresários do sul do país, como também do município de Natal. A esse respeito, apresentarei abaixo (Figura 1) como era a localização original dos roçados até o ano de 2000.

Figura 1 – Localização dos roçados até o início do século XX, conforme indicam a oralidade e a memória social dos entrevistados (ano 2000)



Cacilda Jerônimo também discorreu sobre o tempo em que tinha um roçado nessa área e que o perdeu, porque se sentiu enfraquecida, uma vez que, sendo viúva e sozinha, não teve forças suficientes para enfrentar Tomás de Melo, segundo ela mesma afirmou contristada:

A minha parte do roçado foi invadida por eles, o roçado era meu e de compadre *Zé Marreca*, a parte dele, ele ganhou, eu num tava, perdi minha parte. Eu cerquei de arame, eles foram lá e derrubaram tudo. Eu fazia farinha de lá, trazia na cabeça, num cesto. Quando eu cheguei no outro dia, tava lá tudo pinicado, quem pinicou foi o velho Juarez e Mestre Paulo a mando de Tomás. *Doca* também tinha roçado lá, mas fez um acordo com eles (Em entrevista gravada na residência temporária da autora em Sagi, no dia 04/01/2014. Nessa ocasião, a autora estava entrevistando o Sr. Carlos Leôncio e Cacilda chegou e participou da conversa.).

Carlos Leôncio concordou com o relato de Cacilda Jerônimo, dizendo que nessa época ele trabalhava na pousada dos paulistas e quando recebeu ordem de destruir o roçado dela – que se localizava na área “comprada” pelos atuais proprietários –, ele baixou a cabeça e confessou: “eu saí de lá por causa dela (aponta para Cacilda). Eles mandaram eu entrar lá e arrancar as roças, aí eu disse: rapaz, desse jeito num dá pra mim não. Perdi o emprego, mas num arranquei as roças”. Cacilda complementou:

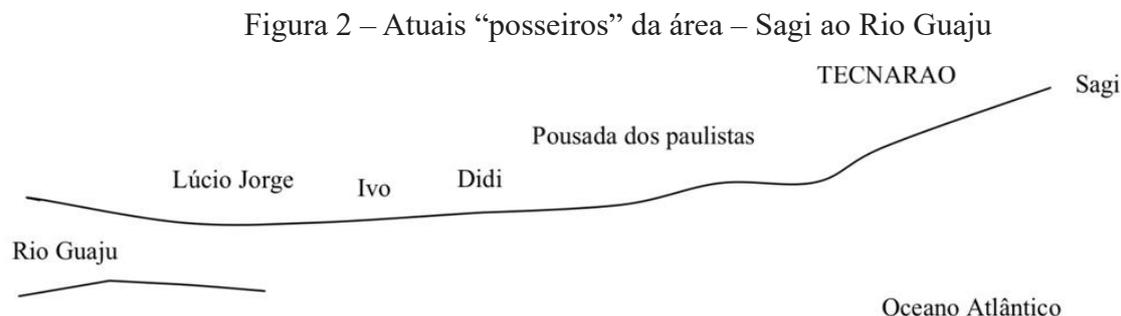
A luta de nós pela terra é de muito tempo, ninguém ficou na terra de mão beijada, não! Eu até procurei Omar com meu filho mais velho e disse: vamos fazer um acordo. Ele disse: não tem acordo, aquela terra é minha, eu comprei de Tomás. Eu respondi: não senhor, aquela terra é minha, eu planto lá há muito tempo. Meu filho queria embrabecer com ele, aí eu disse: deixe meu filho, deixe! (Em entrevista gravada na residência temporária da autora em Sagi, no dia 04/01/2014. Nessa ocasião, a autora estava entrevistando o Sr. Carlos Leôncio, quando Cacilda chegou e participou da conversa).

Essa área, que antes era lugar de moradia de muitas famílias *Potiguara* migrantes da Paraíba e que ao longo do tempo serviu de roçado para muitos indígenas – conforme os relatos apresentados no decorrer deste trabalho –, encontra-se, nos dias atuais, em mãos de outras pessoas de “fora” do grupo. Conforme o Sr. Carlos Leôncio:

Nessa área que os parente plantava, hoje pertence a seis paulista: Carlão, Omar, Jares, Ricardo, Marcão e o outro eu não tou me lembrando... Carlão e Ricardo são os mais rico. Ricardo é o dono dos chalé lá de cima, ele contratou Maria arquiteta, aquela que administra o condomínio, pra cuidar daqui também, ele comprou as terra há uns 10 anos atrás por R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) a Paulo da Pituba – que era o administrador de Tomas (Entrevistado na residência temporária da autora em Sagi, no dia 04/01/2014).

Continuando a mencionar os atuais posseiros dessa área, o Sr. Carlos relatou que “depois da TECNARÃO – que é de Dona Ana lá de Barra de Cunhaú – vem a pousada dos paulista, depois vem *Didi*, depois Ivo, esses dois mora em Natal, pra lá (Rio Guaju) é da Mari-nha, mas quem tá comandando é Lúcio Jorge que toma conta. Cercaram tudo!”. Para se ter uma

melhor visualização, apresentarei abaixo (Fig. 2) a mesma área citada anteriormente, dessa vez, constando os nomes dos atuais “posseiros” dessas terras.



As terras localizadas entre Sagi e Urubu também são marcadas por relatos de conflitos entre os indígenas e os “posseiros” da região, por exemplo, Sagi *Trabanda* situada logo após o Rio Cavaçu, que tem uma disputa judicial em andamento. Tratarei especificamente dessa questão mais adiante.

Os indígenas que moravam em Cutia e em Urubu, como registrado anteriormente, migraram após o falecimento de pessoas da família ou porque as terras foram negociadas por Tomás de Melo ao proprietário da “Destilaria Baía Formosa”. Devido a esses lugares abrigarem pequenos grupos familiares, seus desalojamentos foram mais práticos. Simplesmente foram expulsos das terras, sem que fizessem quaisquer objeções.

3.4.2 Sagi *Trabanda*

Identificada pelos indígenas como “aldeia Sagi *Trabanda*”, lugar de moradias, roçados e onde se situa o cemitério local – no qual há enterramento de seus antecessores há mais de um século –, esse território encontra-se localizado na margem oeste do Rio Cavaçu. Essa área está em litígio devido a um processo de reintegração de posse movido contra eles por Waldemir Bezerra de Figueiredo. Visando compreender melhor como tudo isso aconteceu, farei o relato dessa disputa desde seu início.

No ano de 1982, Tomás Soares de Melo loteou uma área situada logo após o Rio Cavaçu, em frente ao mar (cf. Mapa 7) e negociou a venda desses lotes com pessoas de outras localidades do país e até com estrangeiros. O Sr. “João Holandês”²³¹ foi um dos que compraram alguns de seus lotes, sendo o primeiro a construir²³² nesse mesmo ano.

231 Conforme afirma o cacique *Manoelzinho*, “esse ‘João Holandês’ mora hoje na aldeia ‘Galego’/PB com o indígena Antônio Nascimento, filho de Manoel *Pau D’arco*, e registrou a terra lá na Paraíba no nome de Antônio, porque os *Potiguara* queriam expulsar ele de lá, mas, como vivia com um índio, aceitaram desde que passasse o documento da terra para o índio que morava com ele”.

232 Construiu uma boate muito luxuosa. A energia para seu funcionamento era própria, provida por um gerador particular e também havia um poço artesiano.

Considerando o fato de esse senhor ser estrangeiro e de que houve a necessidade temporária de voltar ao seu país de origem para regularização de seu passaporte, por motivo de sua ausência, ao retornar a Sagi, percebeu que o local onde havia deixado sua “boate” tinha sido vendido a um grupo norueguês para a construção de um condomínio pousada (existente até hoje) com 24 apartamentos, distribuídos em dois blocos²³³, sendo administrado por uma firma paulista.

Mapa 7 – Localização da “aldeia Sagi Trabanda”



Fonte: Google Earth, 2016.

Para evitar conflitos com o novo “proprietário”, o Sr. João abriu mão do seu investimento, não denunciando a questão na justiça. Deu por encerrada a disputa, perdendo o seu empreendimento. Conforme afirmou o cacique *Manoelzinho*:

A primeira pessoa que morou nesse loteamento foi “João Holandês” e “Marinho Holandês”. Ele comprou o lote e foi embora, como não podia ficar direto aqui, de tempos em tempo tinha que voltar pra Holanda. Quando ele voltou, trouxe dois contêineres cheios de roupa, geladeira, TV, pra dá ao povo e construíram lá um bar grande, era tanta luminária que dava gosto de vê. Eles tinham um tempo determinado pra voltar. Eles passaram algum tempo pra banda de lá, quando voltaram Waldomiro Bezerra tinha tomado o terreno deles. Eles já tinham pagado tudo do terreno, todas as promissórias. Mas Waldomiro botou eles na justiça também. Tem loteamento ali que tem cinco dono, quem já viu isso? Mas a gente foi no cartório, eu, Temisto e Ivanio, o tabelião disse: tá vendo aqui? Ele comprou mais não pagou! Lá não tem registro de nada. O Ministério Público Federal mandou um documento pro cartório

233 Entre esses blocos de apartamentos se encontra localizado um cemitério de “Anjos” – local onde os antepassados indígenas faziam os sepultamentos de suas criancinhas.

perguntando quem é o dono dessa terra, o cartório respondeu: ninguém²³⁴ (Conforme registro no caderno de campo, através de conversa informal na casa da autora, no dia 05/12/2013).

Essa narrativa apresenta a cadeia dominial do lote com venda a pessoas diferentes, primeiro para “João Holandês”, depois Waldemir Bezerra e, por último, para o “Grupo Norueguês”. O empresário Waldemir Bezerra afirma ter “comprado²³⁵” do Sr. Tomás de Melo 506 lotes dessa terra para a construção de um *resort*, dentre os quais, a área do condomínio.

Os indígenas apenas observavam os acontecimentos dessas transações, enquanto as terras localizadas, principalmente de frente para o mar, iam sendo passadas e repassadas para diferentes proprietários. Para cada transação que ia sendo consolidada, uma família era atingida diretamente, pois seu roçado, do qual era retirado o sustento, estava sendo destruído e, em seu lugar, construções iam sendo edificadas. Diante dos contextos regionais de subjugo político, as famílias desalojadas nada tinham a fazer, senão lamentarem sua perda, desenvolvendo entre si sentimento de revolta e de injustiça. Aquela terra de plantio, que antes existira ali, dava lugar a uma área privada, cercada com estacas e arames.

Maria da Paz Dias, 45 anos, esposa do Sr. Ailton Araújo, 46 anos, moradores de Sagi *Trabanda*, afirmou²³⁶: “onde hoje é o condomínio era um plantio de coqueiro e cajueiro e meus pais morava lá!”. Isso mostra que a área loteada já tinha ocupação anterior, porém essa foi desconsiderada por Tomás de Melo.

Contudo, quando os indígenas que tinham roça na localidade perceberam que a destruição dos roçados iria para além do loteamento, decidiram se unir e dividir entre si as terras que ainda não estavam cercadas, com o objetivo de impedir o avanço da posse de terceiros. Sabendo que os roçados não estavam sendo respeitados, planejaram a construção de suas residências. Apesar de os indígenas viverem no povoado de Sagi desde a sua formação, há quase um século e meio, foi apenas no ano de 2000 que se iniciou a disputa judicial por essas terras. Conforme declarou o cacique *Manoelzinho*²³⁷, “a gente vive ali há muitos anos, mas desde 2000 a gente começou a se organizar e construir as casas, mas como eu não pude fazer a minha, esperei mais um pouco, mas Zélio e Ailton construíram a casa deles”.

Os senhores Ailton Araújo e Zélio Nascimento foram os primeiros a construírem suas casas entre os roçados e na vizinhança do cemitério na expectativa de que, com eles morando lá, suas terras ficariam protegidas e não seriam alvo de negociações. No entanto, como não dispunham de recursos para a compra de material de construção de forma imediata, as casas foram concluídas somente no ano de 2004. Posteriormente, foi a vez do Sr. José Amaro, *Vilázio*, e de

234 O trabalho de transcrição realizado, não técnico, se baseia em uma aproximação fonética, tentando retratar o português oral de nossos interlocutores.

235 Conforme consta no processo n. 2008.002756-7, p. 3, alínea a: “no dia 15/06/2008 celebrou contrato de compra e venda para a aquisição da Fazenda Sagi, localizada no município de Baía Formosa, tornando-se possuidor do imóvel, podendo dele gozar e dispor livremente”.

236 Conforme entrevista gravada pela autora em sua casa, no dia 26/06/2014.

237 Entrevista realizada em sua casa, gravada e compilada pela autora, no dia 27/01/2014.

Manoelzinho construírem suas casas.

Entretanto, a construção da casa do cacique *Manoelzinho* não foi bem-sucedida, porque o empresário Waldemir Bezerra denunciou a obra como irregular: primeiro alegando que aquela terra lhe pertencia e, segundo, porque aquela área era de preservação permanente ambiental – uma APP. A referida casa, que já estava praticamente concluída, além do plantio de diversas árvores frutíferas em seu sítio, foi derrubada pela ação da polícia, no ano de 2003, conforme relato do cacique²³⁸: “aí no início da construção da minha casa o velho Paulo²³⁹ começou a trazer a polícia. O sítio já tava feito, mas a polícia não respeitou e derrubou a casa e destruiu o sítio”.

Essa casa não pôde mais ser construída. A partir daí, o empresário Waldemir Bezerra não parou nos lotes, procurou os indígenas e mandou desocupar a área que, segundo ele, totalizava 75 ha e havia sido “comprada” a Tomás de Melo. Tratava-se, portanto, da mesma terra que os indígenas estavam dividindo entre si e onde construíam suas casas, abrangendo o cemitério e uma parte dos seus roçados, pois, segundo aquele especulador, havia comprado aquela parte da terra também. Porém, de acordo com o relato de *Manoelzinho*, essa terra já havia sido vendida a mais de uma pessoa, em épocas diferentes:

O velho Paulo passou a terra pra Ivo de João Pessoa²⁴⁰. Em 2007, passou a mesma terra pro Bezerra. Aí Bezerra entrou com outra ação de reintegração de posse. Fomos no cartório e várias vezes o tabelião batia de frente com a gente. Pra onde nós ia, era barreira (Conforme entrevista realizada na residência, no dia 27/01/2014. Gravada e compilada pela autora).

No momento em que aquele empresário exigiu que os indígenas desocupassem a área, os proibiu não apenas de construírem suas casas, mas igualmente de poderem cultivar a terra. Além disso, a ameaça de destruição do cemitério – onde há sepultamentos de seus familiares desde o ano de 1911 –, consiste em uma violação de um espaço sagrado muito dura para essa comunidade. Então, a partir daí, o desrespeito atingiu a todos os moradores de Sagi, tornando-se um problema social de bastante gravidade.

No entanto, apenas dez pessoas²⁴¹ se posicionaram contra a atitude do empresário e constituíram dois advogados²⁴² para sua defesa. Essa causa estava tramitando na justiça esta-

238 Entrevista realizada em sua casa, gravada e compilada pela autora, no dia 27/01/2014.

239 O “velho Paulo” era o encarregado de Tomás de Melo e gerente da Fazenda Pituba, responsável direto pelas negociações das terras de Sagi.

240 Segundo o cacique, certo dia quando ele estava com seu filho no cemitério, esse senhor adentrou no local com uma caminhonete a derrubar o portão do cemitério e, por muito pouco, não atropelou seu filho. *Manoelzinho* fez um boletim de ocorrência na delegacia de Baía Formosa, mas nada foi apurado.

241 Cacilda Maria Pessoa Jerônimo, Antônio do Nascimento, Ailton de Araújo, Raimundo Rosendo da Silva, João Rosendo da Silva, João dos Santos Neto, Manoel Leôncio do Nascimento, Antônio do Nascimento Filho, José Manuel Félix e Evaldo Rosendo da Silva.

242 Luciano Ribeiro Falcão (Projeto Direito Para Todos / Núcleo de Estudos Brasileiros/ *Brazil Foundation*) e Waleska M. D. R. de Medeiros (Federação dos Trabalhadores na Agricul-

dual²⁴³, sendo disputada pelo Presidente do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis do RN, Waldemir Bezerra, conforme nota publicada na época:

Dez indígenas respondem ação de reintegração de posse da Fazenda Sagi (75ha), movida pelo presidente do Conselho, Waldemir Bezerra de Figueiredo, na Comarca de Canguaretama, através do processo nº 0001772-71.2007.8.20.0114. Na fazenda está situado, inclusive, o Cemitério da comunidade. A defesa dos indígenas iniciou o incidente processual de Exceção de Incompetência argumentando tratar-se de terra tradicionalmente ocupada por indígenas nos termos do art. 231 e parágrafos, da Constituição Federal de 1988. Antes de proferir decisão, a Juíza de Canguaretama oficiou a FUNAI-DF indagando se a área em disputa (Fazenda Sagi) incide sobre terra indígena. Em 18/08/11, os Potiguaras ingressaram com representação no Ministério Público Federal no Rio Grande do Norte para que a FUNAI seja RECOMENDADA a instaurar o PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE DEMARCAÇÃO DA TERRA INDÍGENA SAGI *TRABANDA* (Disponível no *site*: <http://www.portaldomiar.org.br>. Acesso em: 20/11/2014).

No dia 09 de junho do ano de 2008, os desembargadores que integram a 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado concederam a reintegração de posse da área em litígio ao empresário reclamante. Por motivo de essa decisão judicial ter sido contrária aos anseios do referido grupo, este resolveu constituir um advogado, Luciano Falcão, para a defesa de seus direitos.

A partir de então, o advogado constituído pelos interessados, em conversa, percebeu que suas origens e memórias os reportavam aos *parentes* – os indígenas *Potiguara* da Paraíba. A atitude do profissional foi a de entrar em contato com a antropóloga Jussara Galhardo, coordenadora do Grupo Paraupaba (MCC/UFRN), para que fossem realizados estudos sobre o grupo visando averiguar suas origens e identidade étnica. Essa pesquisa foi iniciada no ano de 2008. De acordo com o relato do cacique:

Luciano Falcão estava por aqui em conversa com a gente, aí Seu Manoel *Pau D'arco* e Temisto começou a falar, aí Luciano perguntou: aqui tem esse povo? Vocês têm parente em Baía da Traição? A maioria se levantou e disse: sim. Aí ele foi especulando as história e matou a charada. A gente sabia que era índio, mas o que faltava era uma pessoa pra levar o problema pra frente, porque a gente nem sabia por onde começar (Entrevista realizada em sua casa no dia 27/01/2014 e gravada pela autora).

Ainda no ano de 2008, a pesquisadora Jussara Galhardo visitou a comunidade, a partir de um convite feito por Luciano Falcão e *Manoelzinho*, registrando sua opinião em relatório:

Há dois advogados que estão defendendo a causa em favor da comunidade de Sagi contra o assédio especulativo-imobiliário, que tem causado grandes problemas. Juntos recorreram ao Tribunal de Justiça do RN contra a decisão liminar concedida contra o empresário Waldemir Bezerra de Figueiredo, proprietário da empresa Imobiliária Bezerra Imóveis, consistente na reintegração de posse da Fazenda

tura do Estado do Rio Grande do Norte- FETARN).

243 Até o ano de 2013, quando a ação judicial foi transferida para a Agência Geral da União (AGU).

Sagi, de 75 ha. Em março do ano de 2007 houve uma reunião, o Sr. Waldemir Bezerra enviou uma advogada (acompanhada de um policial civil) à comunidade de Sagi para fazer uma reunião e apresentar uma proposta de acordo. O secretário da Associação dos Moradores e Amigos de Sagi, Bráulio Marques, entrou em contato com o Núcleo de Estudos Brasileiros e com Falcão Advocacia Popular, os quais enviaram representantes para participarem da reunião de “acordo”. Durante a reunião a advogada afirmou que o empresário adquiriu a fazenda Sagi no ano de 2005, medindo 75 ha. Ocorre, porém, que para comprovar a existência da suposta propriedade apresentou um contrato de PROMESSA DE COMPRA E VENDA, título este insuscetível de comprovar a propriedade, principalmente num local onde existe um pequeno cemitério. O lugar é trabalhado pelos agricultores locais, que não dispõem de fontes de renda, tendo a necessidade, portanto, de plantar e pescar para alimentar a si e a seus familiares. Inclusive há um cemitério, local de seus mortos, com sepultamentos datados desde 1911, portanto, um patrimônio histórico da comunidade, que está ameaçado de ser “engolido” pela especulação imobiliária na região (Conforme Relatório de viagem de Jussara Galhardo constante nos arquivos do GP, 2008).

Na proporção em que os estudos preliminares do GP se intensificavam, ficaram evidenciados os laços de parentesco dos moradores de Sagi com os *Potiguara* da Paraíba. A partir daí, um grupo²⁴⁴ constituído de representantes dos interessados na autoidentificação passou a comparecer às reuniões do GP, nas quais expuseram suas dificuldades e esclareceram sobre sua relação de parentesco com os indígenas da Paraíba, bem como seus problemas territoriais. Assim, posicionaram-se por sua autoafirmação étnica, pela luta e pela regularização de seu território, que ocupam tradicionalmente há mais de um século. Desde então, uniram-se aos demais indígenas no estado, fato que tem fortalecido os *Potiguara* de Sagi na defesa de suas questões. *Manoelzinho* relatou essas articulações:

Nós sabemos que nossos familiares estão em Baía da Traição tudinho e outros tão aqui, mas a gente não sabia que rumo tomar pra correr atrás de nosso direito. E a gente não tinha uma luz pra nos guiar, foi quando a gente procurou o Grupo Paraupaba e começou a gente viajando pra João Pessoa e encontrar o pessoal de lá e eles vindo pra cá também. Aí pronto, fomos procurar as famílias aqui e encontramos 13 famílias, mas não era só 13, tinha uma ruma. Depois passou pra 42. É tanto que nesse levantamento aí tem 287 que tão fora do cadastro da FUNAI, que são parente de sangue (Entrevista realizada em sua casa, no dia 27/01/2014, e gravada pela autora).

Desse modo, enquanto o processo judicial tramitava, os indígenas ficaram impossibilitados de construir em seu próprio território. Um fato que ocorreu no ano de 2013 ilustra bem essa realidade, pois, quando o cacique tentou construir uma casa para seu filho – Carlos Antônio Leôncio da Silva, que estava noivo e pretendia casar-se –, foi radicalmente impedido de iniciar a pequena obra, localizada perto da casa anteriormente destruída pela ação policial.

Isso ocorreu no dia 04 de julho do ano de 2013, ainda enquanto estavam na edificação, porque receberam a visita de um técnico do Instituto de Defesa do Meio Ambiente do Estado (IDEMA/RN) em uma certa vistoria²⁴⁵, para “verificar possíveis irregularidades de residências

244 O cacique, Temístocles, Osmar – *Mazinho* e Isaías.

245 Em atendimento ao ofício n. 0001772-71.2007.8.20.0114-077- Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Canguaretama/RN.

instaladas às margens do Rio Cavaçu/Sagi²⁴⁶” (cf. Anexo O). Desabafou *Manoelzinho*: “O dinheiro vale muita coisa, esse pessoal de fora chega, constrói [...] e o IDEMA nem a prefeitura empata, mas nós se for fazer uma casinha [...] vem a ordem pra parar”.

Segundo o referido documento, o responsável pela obra foi orientado pelo técnico do IDEMA²⁴⁷: “[...] verbalmente a paralisar a construção de tal residência, uma vez que a mesma está sendo instalada em APP do Rio Cavaçu/Sagi”. No dia 17 de julho do ano 2013, aquele jovem (filho do cacique) foi notificado formalmente para suspender a construção, pois, segundo continua a aditar o documento²⁴⁸: “o não atendimento da presente notificação acautelatória acarretará na adoção das medidas legais cabíveis”.

Assim, desde essa advertência oficial, a construção foi paralisada. No entanto, outras casas estão sendo construídas nessa mesma área, identificada pelo IDEMA como Área de Preservação Permanente (APP), por pessoas de “fora” da comunidade. Indignado, *Manoelzinho* desabafou:

Pra falar a verdade eu já perdi até a fé, porque esses ano todim aqui, esses cara de fora chega, faz, faz e não chega um infeliz lá pra dizer: tá embargada! A gente, na hora que bota um tijolo, os homem chega, leva pra delegacia e já tá processado. Não dá pra entender! Quem tá pagando o pato somos nós. É por isso que eu tou vendo a hora acontecer uma desgraça (Conforme entrevista realizada em sua casa no dia 27/01/2014. Gravada e compilada pela autora).

Há relatos de outros enfrentamentos relacionados à questão de terras. Outro exemplo relevante é o que aconteceu com Rivânia, uma dona de casa que se confrontou com um “encarregado” de Tomás de Melo, conhecido pelos moradores de Sagi como “Paulo da Pituba”. Em seu relato, ela informa que esse referido homem decidiu destruir sua casa, para forçá-la a sair de sua terra, o que, certamente, facilitaria a venda desta. No entanto, os parentes de Rivânia surgiram e a ajudaram com o incidente. O Sr. Paulo não conseguiu realizar seu intento, ficando seu serviço incompleto. Conforme o Sr. Carlos Leôncio expôs:

Foi quando ele destruiu a casa de Rivânia. Derrubou tudo dentro da casa dela e no outro dia ficou de voltar pra vê se ela tinha saído e nós ficamos de tocaia, avisaram a ele e ele não apareceu, se tivesse vindo tinha morrido. Nós fomos de estrovenga na mão, de noite porque ele disse que vinha terminar o serviço, ficamos esperando, mas um peste foi avisar a ele. Nós juntamos e fomos levantar a casa dela que ele derrubou e nós fizemos de tijolo, se juntou todo mudo e ele num foi mais lá (Conforme conversa informal na calçada da casa da autora, no dia 10/02/2014).

Há outro conflito entre os indígenas e os empresários da região, que está relacionado à destruição dos roçados plantados na área do *paul*²⁴⁹ que “pertence” à Destilaria Baía Formosa,

246 Conforme Processo n. 2013-064867/TEC/DOEXT-1797.

247 Idem.

248 Idem.

249 Terra úmida e fértil localizada às margens dos rios, área alagada boa para o plantio de roças.

localizada nas imediações da cidade de mesmo nome. Essa empresa protagonizou o desmatamento dos tabuleiros de mangaba na década de 1970 para servir ao plantio da cana-de-açúcar, matéria-prima para a produção de álcool e de açúcar nessa empresa. Apesar de continuarem plantando nas áreas do *paul*, os agricultores sentem-se acuados, haja vista não terem segurança no momento da colheita, fruto de seu trabalho. Convivem com a insegurança, pois a qualquer momento pode ocorrer uma destruição planejada de suas roças, fato corriqueiro desde o ano de 2013.

No entanto, quando perguntei a Isaías Amaro, um dos agricultores prejudicados pela ação destrutiva da usina, sobre a razão pela qual ele não denunciou o caso à justiça quando teve o seu roçado destruído pelo vigia da referida empresa, ele afirmou:

Chamei os outro pra ir comigo denunciar, mas eles não quiseram ir por conta de que eles diz que a terra é da usina e eu não vou sozinho. Mas a área é da gente trabalhar, mas eles não querem ir. Quanto mais gente fosse mais forte era, a gente podia ir ao Ministério Público fazer a denúncia, mas sozinho eu não fui falar por mim e os outro. Se tivesse uns 4 ou 5 que fosse! A gente não vai brigar com a usina, a gente quer a área pra trabalhar (Entrevistado em sua casa, no dia 28/01/2014).

O cerne das narrativas orais dos agricultores indígenas de Sagi, no que se refere à questão de terras, à construção de suas casas e ao plantio de seus roçados, é marcado por enfrentamentos com latifundiários que se “apossaram” dessa região desde os primórdios de ocupação territorial por essas famílias. Nos dias atuais, essas mesmas terras são cobiçadas pelos empresários que pretendem investir na área do turismo.

Utilizo o termo citado acima entre aspas, em conformidade com a certidão expedida pelo Cartório Único Judiciário de Baía Formosa, datado de 03 de setembro de 2013 (cf. Anexo N), no qual o tabelião Jeremias Duarte Ribeiro constatou “a inexistência da matrícula da referida área mencionada”, ou seja, que não há no cartório nenhum documento comprobatório que indique, de fato, a aquisição dessa terra por algum proprietário, sendo, portanto, uma área ocupada simplesmente por meio de posse.

É imprescindível destacar que, durante o processo de ocupação e posse da terra conhecida por “Sagi”, os latifundiários desconsideraram os direitos dos primeiros moradores a referida terra. Não respeitaram as pessoas, tampouco as famílias que viviam e plantavam nessa área desde antes da chegada daqueles à região. Simplesmente, apossaram-se das terras, retirando do caminho quem ousasse permanecer nelas.

Apesar de várias tentativas do movimento indígena no estado, junto à FUNAI e ao Ministério Público Federal, o processo continuou por muito tempo na justiça estadual. Contudo, durante a III AIRN, então realizada em Sagi no ano de 2013, o Procurador Ronaldo Sérgio compareceu ao encontro e, na oportunidade, foi conhecer Sagi *Trabanda* em companhia do cacique *Manoelzinho*, que descreveu:

Quando terminou a assembleia, o Dr. Ronaldo Sérgio foi com a gente vê o

terreno. Eu perguntei pra ele se o cara que desapropriou o cemitério tinha direito de fazer isso, se ele não era dono de nada porque não existe nenhum documento dessa terra, mas ele não deu resposta. Disse que não podia adiantar nada até conhecer a documentação da terra que está na justiça estadual e que já foi solicitado pelo MP à Comarca de Canguaretama. Ele disse: “Eu preciso analisar esse documento pra poder lhe dá uma resposta” (Entrevista realizada em sua casa, no dia 02/01/2014, e gravada pela autora).

Porém, apenas por ocasião do *Seminário sobre Direitos Indígenas* – organizado e realizado pela FUNAI e UFRN, no período de 07 a 09 de outubro do ano de 2013, no IBAMA/Natal – o processo tomou outra dimensão, haja vista que o próprio procurador da república Dr. Ronaldo Fernandes resolveu agir com maior intensidade sobre o assunto.

Depois de aproximadamente quarenta dias desse evento, em 12 de setembro do mesmo ano, o referido Procurador enviou à Juíza de Direito da Vara Única da Comarca de Canguaretama um requerimento²⁵⁰ solicitando “a remessa imediata dos presentes autos à Justiça Federal para fins de pronunciamento e decisão acerca da existência de interesse jurídico que justifique a presença da FUNAI no processo”.

Nesse documento de dezenove páginas, o procurador ressalta seu entendimento no que concerne à FUNAI ter interesse jurídico na reintegração de posse das terras ocupadas pelos *Potiguara* de Sagi. Aponta que a razão é clara, por existir um forte indicativo de que esses moradores sejam etnicamente indígenas. Desse modo, afirma no referido documento²⁵¹ que, assim como rezam a Constituição Federal e o Estatuto do Índio, compete à instância federal, e não à estadual, julgar se essas terras estão ou não “incorporadas ao patrimônio da União e ao usufruto dos indígenas”.

Ainda nessa mesma notificação, o procurador destaca que, em 03 de julho do ano de 2012, a FUNAI²⁵² “forneceu informações a respeito do andamento do procedimento de reivindicação da terra dos *Potiguara* de Sagi”, bem como enviou outro recurso de apelação à Procuradoria²⁵³, “por meio do qual pugna pelo reconhecimento da nulidade do processo em epígrafe em virtude da incompetência absoluta da Justiça Estadual para processar e julgar o feito e da ausência da intimação da União e do Ministério Público Federal para intervir no feito”.

Na oportunidade, cita como um dos argumentos de sua solicitação alguns trechos do Parecer Pericial realizado em Sagi *Trabanda*, no período de 21 a 24 de maio do ano de 2013, em atenção à sua própria solicitação em nome do Ministério Público Federal²⁵⁴, que destaca alguns elementos de identificação étnica na comunidade de Sagi. O referido documento citado pelo procurador Ronaldo Sérgio foi o Parecer Pericial n. 70/2013, realizado pela 6ª Câmara de Coordenação e Revisão e Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais, redigido em

250 Referência dos Autos n. 0001772-71.2007.8.20.0114 sobre a Ação de Reintegração de Posse. Autor: Waldemir Bezerra de Figueiredo. Réus: Cacilda Maria Pessoas e outros (p. 2).

251 Idem.

252 Idem, p. 6.

253 Idem.

254 Conforme os autos do inquérito civil n. 1.28.000.001078/2011-76.

30 de julho do mesmo ano, contendo 40 páginas e se concentrando em cinco eixos analíticos divididos em seções: “1) Metodologia; 2) Existem índios no Rio Grande do Norte? 3) A história do parentesco; 4) A época da abundância e atual ameaça territorial; e 5) Conclusão” (p. 1). Além disso, apresenta registros fotográficos do cemitério, do lixão, da ponte de concreto, entre outros lugares.

O antropólogo que realizou a perícia passou três dias no povoado – de 21 a 24 de maio do ano de 2013 –, sob a responsabilidade da Subprocuradora Geral da República, Membro Titular da 6ª CCR, Maria Eliane Menezes de Farias, tendo como parte interessada seu solicitante, o Procurador da República do RN – Ronaldo Sérgio Chaves Fernandes.

O pesquisador priorizou como metodologia a observação participante e entrevistas como principais técnicas para o levantamento de dados. O foco do trabalho²⁵⁵ “incidiu na identificação étnica do grupo e como esta gera um pertencimento comunitário”. Desenvolveu o parecer no contexto da invisibilidade, no qual a indianidade do grupo foi frequentemente contestada na relação com os órgãos oficiais²⁵⁶.

Com o objetivo de²⁵⁷ “avaliar de forma mais profunda os laços identitários reivindicados pela comunidade de Sagi-Trabanda”, o antropólogo, a analista processual Carla Negócio e a Subprocuradora da República, Maria Eliane, visitaram Baía da Traição no dia 22 de junho do ano de 2013 e, na ocasião, conversaram com o pajé Francisco, 70 anos, que os informou²⁵⁸ que “várias pessoas se casam em Sagi-Trabanda, como também é comum pessoas de lá virem morar em Baía da Traição, inclusive apontou uma casa próxima da sua na qual o conjunto de moradores é composto por familiares da comunidade de Sagi”. Comprovando, portanto, a estreita relação de parentesco entre os *Potiguara* de Sagi com os *Potiguara* da Paraíba.

Registra também um breve histórico a respeito do início do povoamento de Sagi, das famílias vindas de Baía da Traição e de moradores indígenas de Sagi *Trabanda*. Destaca as dificuldades que os indígenas vivenciaram quando Tomás de Melo passou a herdar a terra de Sagi, o qual exercia seu domínio por meio de ameaças, coagindo e causando medo aos trabalhadores locais, numa atitude incessante pelo poder, buscando se legitimar como proprietário da região. Aborda, ainda, o ápice da discórdia que ocorreu entre os indígenas e um “empresário de fora”, Waldemir Bezerra, que:

[...] não compartilha nenhum símbolo ou identificação local, agindo de forma desrespeitosa. [...] a primeira coisa que iria fazer seria destruir o cemitério para construir um resort e, [...] iria fazer questão de não empregar nenhuma mão de obra local, pois os moradores são desqualificados e preguiçosos (cf. PP– 6ª CCR/MPF n. 70/2013, p. 24 e 25).

Ao tratar da questão da localização da casa do cacique que foi derrubada pela ação da

255 De acordo com o Parecer Pericial – 6ª CCR/MPF n. 70/2013, nota no rodapé, p. 2.

256 Tal como INCRA, FUNAI, Prefeituras e MPF.

257 Idem, p. 28.

258 Idem.

polícia, o antropólogo afirmou²⁵⁹ que “a casa de *Manoelzinho* é uma das mais distantes e está sobre a área pleiteada por Waldemir Bezerra, havendo dezenas de casas mais próximas do rio que nem sequer foram notificadas”. Isso demonstra que a posição imparcial do perito não o impediu de perceber a perseguição política que os indígenas de Sagi vêm enfrentando no decorrer de sua história de resistência. Nessa perspectiva, concluiu o trabalho da seguinte forma:

Tal como os Potiguara de Baía da Traição, é bem possível que os Potiguara de Sagi sejam um dos povos indígenas mais antigos a sobreviver no mesmo lugar desde a chegada dos colonizadores há 500 anos, pois a proximidade e história com os Potiguara de Baía da Traição asseguram um passado amplamente registrado pela historiografia da região (citando Campanilli, 2010). Em termos de memória oral e de parentesco a ligação com os Potiguara de Baía da Traição é evidente, o que corrobora a hipótese da comunidade indígena de Sagi-Trabanda ter sido formada como um aldeamento Potiguara. [...] Logo, a necessidade de regularização como terra indígena não representa apenas uma garantia territorial, mas é o símbolo de resistência secular no qual está em jogo a recuperação de uma identidade indígena estigmatizada e perseguida durante anos (cf. PP– 6ª CCR/MPF n. 70/2013, p. 36, 37 e 39).

Esse parecer pericial contribuiu para reiterar o que está sendo registrado neste trabalho acerca da história dos *Potiguara* de Sagi, quanto à questão da sua identidade étnica e à luta pela terra desde o início da dominação do lugar pela família Melo.

Além dessa grande disputa judicial, os *Potiguara* de Sagi têm enfrentado outras ações judiciais no tocante às questões ambientais que têm implicado protestos e manifestações contra a Prefeitura de Baía Formosa, principalmente em virtude de esta dificultar a resolução dos problemas impactados, criando-se, dessa forma, um clima tenso com a gestão administrativa do município, além de outras pejeas de menor dimensão, que não chegaram a gerar processos, mas que foram registradas em boletins de ocorrências na cidade.

No mesmo ano da conclusão deste trabalho, mediante reivindicações contínuas das lideranças indígenas do estado, foi constituído um Grupo de Técnico (GT), através da Portaria FUNAI/PRES n. 428, de 29.05.2015²⁶⁰, visando a demarcação da terra indígena de Sagi *Trabanda*, conforme texto enviado à autora pelo antropólogo Glebson Vieira – um dos membros do GT – no dia 24/06/2020, via *WhatsApp*, o qual informa sobre o seu objetivo:

Realizar estudos multidisciplinares destinados a identificação e demarcação da Terra Indígena Potiguara Sagi/Trabanda. Os trabalhos do GT estão em curso, tendo sido realizadas etapas de campo, com a finalidade de identificar e descrever as áreas imprescindíveis ao bem-estar e à reprodução física e cultural do povo Potiguara.

Nesse contexto, em 30/11/2015, foram publicadas no Diário Oficial da União n. 228, p. 41, tanto a criação como a composição do GT, autorizando-o a “realizar estudos complementares de natureza etno-histórica, antropológica, ambiental e cartográfica, necessários à identificação e delimitação da Terra Indígena Sagi/Trabanda [...] objeto do Inquérito Civil Público

259 Idem, p. 32.

260 Disponível em: terrasindigenas.org.br.

n. 1.28.000.001078/2011-76”, tendo como componentes: “José Glebson Vieira – Antropólogo coordenador; Bruno Ronald Andrade da Silva – Antropólogo assistente; Antônio Roberto Achel – Geógrafo FUNAI/CR Bahia; e Leonardo Farias Saporito – Historiador – FUNAI/CGID”, determinando 15 dias para o trabalho de campo e estabelecendo 120 dias para “a entrega do relatório circunstanciado”.

Portanto, o trabalho encontra-se praticamente concluído, tendo em vista que todas as etapas foram finalizadas com êxito, apesar de algumas discordâncias internas quanto à demarcação territorial. Isso ocorreu devido aos indígenas, cujos familiares dependem de empregos com os empresários “forasteiros” – basicamente pautados no turismo –, terem sido contra a demarcação das terras ocupadas tradicionalmente pelos seus parentes, negando a sua indianidade e se omitindo a assinar o documento final apresentado pelo GT, em reunião realizada no dia 29/05/2019, na comunidade Sagi *Trabanda*.

Sendo assim, fez-se necessário que a equipe técnica do GT retomasse os estudos preliminares para reduzir a área a ser demarcada, visando evitar mais conflitos entre os envolvidos no processo. A retomada dessa ação resultou na exclusão de uma área consideravelmente extensa, que vai do Rio Guaju a Sagi, entre outras localidades. Segundo o cacique²⁶¹, 60% da área inicial ficaram fora da demarcação.

Como se não bastasse a esse grupo negar sua identidade, o cacique ficou sabendo que fora organizado um abaixo-assinado contra a demarcação. Diante disso, ele notificou o GT, a CTL, a CR/Fortaleza/CE e o MPF, sendo instruído a elaborar outro abaixo-assinado a favor da demarcação, ação que causou até ameaças de morte. No entanto, o cacique não se deixou intimidar e, com o apoio da liderança da aldeia Jacu (Anexo A), continuou na luta, conseguindo a assinatura de 57 famílias apoiadoras desse processo.

Para evitar que futuramente outros parentes negassem a sua identidade – como aconteceu na referida reunião, quando um grupo significativo afirmou que “não há indígenas em Sagi” –, o cacique *Manoelzinho* foi até a CTL, solicitou uma cópia da declaração de autorreconhecimento indígena e preencheu os formulários de todas as famílias que o procuraram após o ocorrido. Assim, o cacique fez um arquivo dessas declarações junto com uma cópia de todos os documentos pessoais dos que afirmam ser indígenas de Sagi, registrando um total de 124 famílias reconhecidas. Esse número continua aumentando diariamente, pois ele já recebeu a documentação de quase 140 famílias. O cacique acredita que isso se dá em virtude das ações emergenciais recebidas nas aldeias devido à pandemia da COVID-19, levando os indecisos a reconhecerem que a resistência promove benefícios mútuos.

261 Conforme diálogo entre a autora e o cacique *Manoelzinho* registrado em áudio, via *Whatsapp*, no dia 11/08/2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: HISTÓRIA, PARENTESCO E TERRITORIALIZAÇÃO

O processo de pesquisa junto ao grupo indígena *Potiguara* de Sagi, tomando como palco sua inserção no campo indigenista recentemente formado no estado do Rio Grande do Norte, parece ser, ao final, um bom exemplo do modo como os grupos étnicos fazem seleções de repertórios simbólicos e materiais para se apresentarem como distintos (BARTH, 1998). No caso em particular, ocorre mediante processos de territorialização (OLIVEIRA, 2004) pelos quais esse grupo vem passando nas últimas décadas.

Minhas investigações centralizaram-se em levantar informações sobre o processo de organização do movimento indígena no estado, bem como a inserção dos *Potiguara* de Sagi na luta pelo autorreconhecimento de sua identidade. Contando com a colaboração dos interlocutores desta pesquisa, produzi uma representação histórica local que apresenta a presença dos *Potiguara* na formação de Sagi. A partir daí, tracei um recorte genealógico acerca de uma das primeiras famílias a morar no povoado, utilizando como critério para sua seleção a relevância dessa família na constituição do grupo investigado.

Um primeiro ponto que recuperei, a partir de redes locais, marcadas por relações diádicas (BARNES, 2009), foi a formação de um campo indigenista no estado do Rio Grande do Norte, com ênfase na formação de um movimento indígena local, a partir de mobilizações políticas organizadas pelos atores sociais e agentes indigenistas, as quais culminaram em diversos momentos de discussões, tais como: audiências públicas, assembleias, reuniões, encontros, mobilizações étnicas, protestos e manifestações públicas que, gradativamente, têm demarcado a superação da invisibilidade étnica no estado onde esta foi impressa nos discursos autorizados e no campo político-ideológico.

Nesse cenário, em especial a partir de conflitos locais, os indígenas de Sagi reafirmaram uma identidade e uma trajetória migratória que os ligam aos *Potiguara* da Paraíba. Por meio de suas narrativas, foi possível encontrar o elo com um de seus antecessores mais antigos, pertencente a uma das quatro primeiras famílias a chegarem a Sagi, vindos da Paraíba, no final do século XIX – a família Cândido. Somando mais de 150 anos de história vivenciada em Sagi desde a sua formação, mediante o registro da genealogia dessa família extensa, foi possível recuperar nominalmente mais de quinhentos descendentes.

Priorizando a memória e as narrativas orais como base para a construção do conhecimento acerca dos *Potiguara* de Sagi, busquei identificar os laços de parentesco com os indígenas da Paraíba, através dos fluxos migratórios deles até chegarem a Sagi, onde permaneceram como lugar de pertencimento e moradia até os dias atuais. Além disso, demonstrei como, diante do contexto político, certas memórias foram especialmente selecionadas para formar a “história” do grupo, que informa sobre o período de formação de Sagi, passando pelo processo de desapropriação e chegando até os conflitos atuais e a mobilização política associada a agentes regionais não indígenas e a mediadores dos *Potiguara* da Paraíba.

Num segundo ponto, pautada nos relatos dos “especialistas da memória” (LE GOFF, 2003), registrei um breve histórico sobre os primeiros indígenas a chegarem em Sagi, recuperando cronologicamente uma representação histórica, fundada no parentesco e na migração, com fins de reconhecimento étnico, pensada como resultado de todos os processos em curso, resultando em uma “história local”, em uma “contra-história” de invisibilidade. Além dos “especialistas da memória”, contei com o apoio de outros colaboradores, identificados como “meus interlocutores”, os quais contribuíram de forma significativa para o entrelaçamento das informações obtidas durante as entrevistas. Nesse sentido, deixo registrada (Anexo O) a autorização escrita desses colaboradores quanto à liberação de imagem, escrita e oralidade obtidas na pesquisa etnográfica, para posterior publicação deste trabalho.

Ao final, o ponto alto de discussão entre os *Potiguara* de Sagi continua sendo a questão da terra ocupada tradicionalmente por eles, pois, uma vez que vivem praticamente da agricultura, dependem dela para suprir suas necessidades de subsistência. Entretanto, os investidores locais estão desconsiderando a história de pertencimento desses indígenas a seus territórios, o que vem causando entre eles grande revolta e sentimento de injustiça.

Desde o início da formação de Sagi, o grupo pesquisado se sente “dono” daquelas terras, até que passaram a enfrentar problemas com latifundiários da família Melo e, posteriormente (década de 1970), com os proprietários da usina de produção de açúcar e álcool localizada naquela região. Foram muitas vezes expulsos dessas terras como se fossem intrusos ou invasores, entretanto, na sua memória, carregam fortes recordações de seus antecessores que tanto labutaram para retirar destas o sustento diário de sua família.

Muitos desses problemas resultaram em ação judicial, chegando até mesmo à intervenção da justiça estadual. Uma nova faceta dessas questões judiciais veio com o uso predatório do meio ambiente, que tem prejudicado diretamente o principal meio de subsistência do grupo: a pesca de pequenos peixes e de crustáceos no Rio Cavaçu, localizado no seio da comunidade.

Os conflitos se acentuaram quando a área identificada pelo grupo por “aldeia Sagi *Trabanda*” passou a ser alvo da especulação imobiliária quando a Empresa Bezerra Imóveis afirmou ser proprietária daquela localidade, desconsiderando a sua “história” e o senso de pertencimento do grupo a uma terra “descoberta” por seus antepassados.

No entanto, com a autoafirmação étnica, esse grupo passou a ter as questões judiciais assessoradas diretamente pelo Ministério Público e pela FUNAI, que, diante da presença desta no estado por meio da instalação de uma CTL em Natal/RN, passou a intervir em defesa de seu território.

Há uma atividade desenvolvida na região que faz parte de um fluxo economicamente rentável no estado e no país, mas que não tem produzido nenhum resultado positivo para os indígenas de Sagi: o turismo. Os grandes empresários dessa atividade financeira desconsideram a presença desse grupo etnicamente diferenciado na região e se beneficiam gananciosamente, excluindo os indígenas da possibilidade de trabalharem nesse setor e de obterem alguma fonte de renda a partir dela.

Diante do que foi abordado até então, é preciso que se percebam os processos históricos, políticos, sociais, a etnogênese e a territorialização desses grupos sociais etnicamente diferenciados, que geram a produção política de uma “história” local, com realidades específicas e uma resistência silenciosa, que agora emanam e clamam por reescrever-se, reinsserir-se, protagonizar-se em sua diferença, saberes, memória, identidade.

Espero contribuir com este trabalho, no sentido de que este impulse aqueles que buscam informações sobre a realidade indígena no estado a perceberem outras versões da história, ou melhor, a conhecerem as histórias particulares de sujeitos históricos que foram ignorados por séculos, haja vista não terem sido objeto de interesse das elites intelectuais e políticas do estado, sendo relegados ao esquecimento.

Este trabalho propõe um rompimento com antigos paradigmas, crenças e valores, contribuindo para uma mudança na forma de se pensar sobre esses atores sociais – os povos indígenas – esquecidos na historiografia, nos livros didáticos, nas escolas, mediante a supremacia dos discursos hegemônicos, usurpados de seus territórios e de seus modos de vida.

Portanto, este livro pretende contribuir com o entendimento de processos sociais, políticos e ideológicos complexos, que escamoteiam a “voz” do “outro”, ao mesmo tempo que renegam a possibilidade de sobrevivência e as dinâmicas socioculturais desses atores sociais.

A revelação das histórias particulares dos *Potiguara* de Sagi indica que houve diversos fluxos migratórios vindos da Paraíba em territórios no Rio Grande do Norte – especialmente em Baía Formosa, Vila Flor e Sagi – em busca de sua reprodução social, conforme são relatados nas narrativas orais. Os *Potiguara* de Sagi se articulam junto ao movimento indígena no estado, exigindo respeito a sua identidade e diferenciação étnicas, seus direitos específicos, justiça, território e dignidade.

REFERÊNCIAS

APOINME. **Microrregional do RN**. Atas realizadas nos Encontros Estaduais, Regionais e Nacionais. Natal/RN, 2011-2013.

ARARAQUARA, **Significado de**. Disponível em: http://www.girafamania.com.br/girafas/lingua_guarani.html. Acesso em: 25 out. 2014.

ARRUTI, José Maurício. Etnogêneses indígenas. *In: Povos Indígenas do Brasil - 2000-2006*. São Paulo: ISA - Instituto Socioambiental, 2006, p. 50-54.

AUGÉ, Marc; AGHASSIAN, Michel; GRANDIN, Nicole. **Os domínios do parentesco**: filiação, aliança matrimonial, residência. Direção de Marc Augé. Lisboa: Edições 70, 1975.

BARNES, Jonh. “Redes sociais e processo político”. *In: FELDMANN-BIANCO, Bella (org.). Antropologia das Sociedades Contemporâneas*. São Paulo: Unesp, 2009. p. 171-204.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. *In: POUTIGNAT, Philippe; STREOFF-FENART, Jocelyne. Teorias da Etnicidade*. São Paulo: UNESP, 1998. Parte II, p. 185-227.

BARTOLOMÉ, Alberto Miguel. **As etnogêneses**: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político. Rio de Janeiro: Mana, 2006. v. 12, n. 1.

BATALHA, Luís. **Breve análise sobre o parentesco como forma de organização social**. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa, 1995. Disponível em: <http://www.iscsp.utl.pt/~lbatalha/downloads/analiseparentesco.pdf>. Acesso em: 27 out. 2014.

BRANCO, Louíse Caroline. **Ser índio na praia**: emergência étnica e territorialidade no Sagi. 2012. 90 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo das Cidades do RN**. 2010. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=240140>. Acesso em: 13 out. 2014.

BRASIL. **Lei n. 11.645**. Estabelece a obrigatoriedade da inclusão da “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, nos Currículos de Ensino da Educação Básica. Brasília, 2008.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n. 9.394**. Brasília, 1996.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. O futuro da questão indígena. *In: _____*. **Cultura com**

aspas. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, MEC, [1955] 1995.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Nomes da Terra**. Natal: Fundação José Augusto, 1968. p. 120.

CAVIGNAC, Julie Antoinete. A etnicidade encoberta: ‘índios’ e ‘negros’ no Rio Grande do Norte. **Mneme: Revista de Humanidades**, Caicó, v. 4, n. 8, abr./set. 2003. Disponível em: www.cerescaico.ufrn.br/mneme. Acesso em: 21 jul. 2014.

CLIFFORD, James. Museologia e contra-história: viagens pela Costa Noroeste dos Estados Unidos. *In*: ABREU, R.; CHAGAS, M. (org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

COHEN, Abner. Introduction: the lesson of ethnicity. *In*: COHEN, Abner (ed.). **Urban ethnicity**. London: Tavistock, 1974.

COMERFORD, John. **Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural**. Rio de Janeiro: NuAP; Relume Dumará, 2003.

CONVENÇÃO n. 169 sobre povos indígenas e tribais. **Resolução** referente à ação da OIT / Organização Internacional do Trabalho. Brasília: OIT, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

GOFFMAN, Erving. Footing. *In*: RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. M. (org.). **Sociolinguística Interacional**. São Paulo: Loyola, 2002.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. Livros Didáticos e fontes de informações sobre as Sociedades Indígenas no Brasil. *In*: SILVA, Aracy Lopes; GRUPIONI, Luís Donisete (org.). **A Temática Indígena na Escola**. BSB: MEC/MARI/UNESCO, 2004.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. **“Regime de Índio” e faccionalismo: os Atikum da Serra do Umã**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. Etnogênese e Regime de Índio na Serra do Umã. *In*: OLIVEIRA, João Pacheco (org.). **A Viagem da Volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste Indígena**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. Toré e Jurema: emblemas indígenas no Nordeste do Brasil. **Ciência e Cultura On-line version**, São Paulo, v. 60, n. 4, out. 2008. ISSN 2317-6660. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252008000400018&script=sci_arttext. Acesso em: 21 jun. 2014.

GUERRA, Jussara Galhardo Aguirres. **Cunhaú e Uruaçu**: uma história de massacres. Produção, direção, roteiro e pesquisa de Jussara Galhardo Aguirres Guerra. Câmera e locução de Márcio Barbosa da Silveira. Ilustração de Gilvan Lira. Realização da Pró-reitoria de Extensão/UFRN. Natal: DV Produções, 1999. DVD.

GUERRA, Jussara Galhardo Aguirres. **BRASIL, outras histórias outros 500**. Direção, roteiro e pesquisa de Jussara Galhardo Aguirres Guerra. Imagem de Márcio Barbosa da Silveira. Narração de Tarcísio Gurgel. VT Produções. Natal, 2000. DVD.

GUERRA, Jussara Galhardo Aguirres. **Mendonça do Amarelão**: caminhos e descaminhos da identidade indígena no Rio Grande do Norte (2007). Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Departamento das Ciências Sociais, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2007.

GUERRA, Jussara Galhardo Aguirres. **Identidade indígena no Rio Grande do Norte**: caminhos e descaminhos dos Mendonça do Amarelão. Fortaleza: Editora do IMEPH, 2011.

GUERRA, Jussara Galhardo Aguirres. **Mendonça do Amarelão**: origem, migrações, aspectos de sua cultura e identidade étnica. João Pessoa: Ideia, 2017. (Col. Matiapoa – vol. I).

HYMES, Dell. The ethnography of speaking. *In*: FISHMAN, J. **Readings in the sociology of language**. Amsterdã: Mouton, 1970. p. 99-137.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Unicamp, 2003.

LIMA, Antonio Carlos. Um olhar sobre a presença das populações indígenas na invenção do Brasil. *In*: SILVA, Aracy Lopes; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). **A Temática Indígena na Escola**. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 2004.

LIMA, Antonio Carlos. **Um grande cerco de paz**: poder tutelar, indianidade e formação do estado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995.

LIMA, Antonio Carlos; BARROSO-HOFFMAN, Maria; PERES, Sidnei. **Notas sobre os Antecedentes Históricos das Ideias de “Etnodesenvolvimento” e de “Acesso de Indígenas ao Ensino Superior” no Brasil**. Rio de Janeiro: LACED, s/d. Disponível em: http://www.trilhasdeconhecimentos.etc.br/artigos/artigo_edu_00.htm. Acesso em: 21 jul. 2014.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Brasília, 2002. (Série Antropológica).

LOPES, Fátima Martins. Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Col. Mossoroense, Série “C”, vol. 1379. Out. de 2003.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O índio Brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/ Museu Nacional, 2006.

LYRA, A. Tavares. **História do Rio Grande do Norte**. Natal: Gráfica, 1998.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**: um relato de empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da nova Guiné Melanésia. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984 [1921]. (Coleção Os Pensadores).

MAPA DO RN. Disponível em: <https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-instant&ion=1&espv=2&ie=UTF-8#q=mapa+do+rn+completo>. Acesso em: 29 out. 2014.

MAPA DO LITORAL DO RN. Disponível em: http://www.natalguia.com.br/mapa_praias.html. Acesso em: 10 nov. 2014.

MUSEU CÂMARA CASCUDO. **Grupo Paraupaba**. Atas realizadas nas Assembleias e Audiências Públicas sobre os Povos Indígenas do RN. Natal, 2005-2013.

NEVES, Eduardo Góes. Os índios antes de Cabral: arqueologia e história indígena no Brasil. In: OLIVEIRA, João Pacheco (org.). **A Viagem da Volta**: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004. p. 181-182.

NOMES DE ORIGEM TUPI: Araraquara. Sambaqui. Disponível em: http://www.brasilrn.com/_pt/VisiteAttractionFiche.php?idmenu=3&idtpattraction=2&idattraction=87. Acesso em: 24 out. 2014.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História**: a Problemática dos Lugares. Tradução de Yara Aun Houry. São Paulo: dez 1993. (Proj. História). 22 p.

OLIVEIRA, João Pacheco (org.). **A viagem da volta**: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. 2. ed. Rio de Janeiro: Contracapa, 2004.

OLIVEIRA, João Pacheco. Entrando e saindo da “mistura”: os índios nos censos nacionais. In: **Ensaio em antropologia histórica**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999.

PEREIRA, Edmundo. **Um povo sábio, um povo aconselhado**: ritual e política entre os Uito-murui. Brasília: Paralelo 15, 2012.

PEREIRA, Edmundo. Terra dos Lázaros: etnografia, historiografia e processo quilombola na Serra de Santana (RN). In: SCHWADE, E.; VALLE, C. G. (org.). **Processos Sociais, Cultura e Identidades**. São Paulo: Annablume, 2009.

PEREIRA, M. G. N. **Temática indígena**: abordagem crítica e reflexiva sobre a implantação e implementação da Lei n. 11.645/2008 na Escola Estadual Professor Anísio Teixeira. Artigo Científico. Universidade Potiguar – UnP. Natal, 2013.

PROJETO “TAMAR”. Disponível em: <http://tamar.org.br/base.php?cod=32>. Acesso em: 20 ago. de 2014.

SILVA, Cláudia Maria. “...**Em busca da realidade...**”: a experiência da etnicidade dos Eleotérios (Catu/RN), 2007. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Departamento das Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio

Grande do Norte, Natal, 2007.

SILVA, Valda Arcanjo. **Reuniões de Mulheres nas Comunidades Indígenas do RN**. Mensagem recebida por e-mail seec.paraupaba@yahoo.com.br, em maio de 2012.

TONKIN, Elizabeth. **Narrating our Past: the social construction of oral history**. New York: Cambridge University Press, 1992.

VALLE, Carlos Guilherme. Experiência e Semântica entre os Tremembé. *In*: OLIVEIRA, João Pacheco (org.). **A Viagem da Volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste Indígena**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004.

VANSINA, Jan. **Oral Tradition: a study in historical methodology**. England: Penguin books, 1965.

VANSINA, Jan. A Tradição Oral e sua Metodologia. *In*: UNESCO. **História Geral da África: metodologia e pré-história da África**. 2010. v. I.

VIEIRA, Glebson. **Amigos e competidores: política faccional e feitiçaria nos Potiguara da Paraíba**. São Paulo: Humanitas, 2010.

YOUTUBE. **Banho na Lagoa da Coca Cola**. Postado por Daniel Amaral Santos, em 22.03.2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fE5xzj-Db9c>. Acesso em: 01 nov. 2014.

YOUTUBE. **Um paraíso chamado Sagi**. Postado por José Vieira Neto, em 25.09.2010. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=0V0Tv84G12w>. Acesso em: 01 nov. 2014.

YOUTUBE. **Prefeito de Baía Formosa/RN descumpre Notificação do IDEMA**. Postado por Luciano Falcão, em 26.11.2010. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=0su-J76OQRSU>. Acesso em: 21 nov. 2014.

YOUTUBE. **LIXÃO e Nascente do Rio Sagi: crime ambiental e racismo ambiental**. Postado por Luciano Falcão, em 26.11.2010. Disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=ixap_GMV-sE. Acesso em: 21 nov. 2014.

YOUTUBE. **População de Sagi revoltada com o destino do lixo de Baía Formosa**. Postado por Luciano Falcão, em 26.11.2010. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=RyV0AepBvME>. Acesso em: 21 nov. 2014.

WEBER, Max. Relações comunitárias étnicas. *In*: _____. **Economia e Sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva**. 3. ed. Brasília: [s.n], 1994. v. 1, cap. 4, p. 267-277.

WIKIPEDIA. **Turismo no Rio Grande do Norte**. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Turismo_no_Rio_Grande_do_Norte. Acesso em: 08 nov. 2014.

WIKIPEDIA. **Mártires de Cunhaú e Uruaçu**. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=M%C3%A1rtires_de_Cunha%C3%BA_e_Urua%C3%A7u&oldid=40024668. Acesso em: 03 out. 2014.

WOORTMANN, Ellen. A Rede de Parentesco. Capítulo II. *In: A Família das Mulheres*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/CNPq, 1987.

WOORTMANN, Ellen. **Herdeiros, parentes e compadres**. Brasília: Ed. Univ. de Brasília, 1995.

ANEXOS

ANEXO A – ALDEIA JACU: UMA HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA²⁶²

A aldeia Jacu é um desmembramento da aldeia Sagi *Trabanda* e faz parte da mesma demarcação dessa terra indígena, medindo 7ha. Abrangendo em sua maioria a área de paul, na qual os agricultores indígenas a cultivam há mais de cento e cinquenta anos, de acordo com o relato oral da Sra. Ivanira dos Santos da Silva²⁶³ – 78 anos (DN: 30.05.1942). Nesse local, seu pai João dos Santos (João Santo) começou a trabalhar, logo que chegou a Sagi, aos 16 anos, vindo da cidade de Santa Cruz/RN. Apesar de trabalhar diretamente com o Sr. Tomás de Melo, há mais de 90 anos, nunca deixou de plantar na referida área nos seus momentos de folga, e, mesmo depois de sua morte – aos 115 anos de idade –, seus parentes continuaram com seu ofício nessa mesma localidade.

Mesmo após quase 40 anos de sua morte, essa terra continua sendo centro de cobiça, uma vez que também foi usurpada por Tomás de Melo (já falecido), atualmente representado na pessoa de sua viúva – Sra. Gabriela de Melo, a qual a vendeu para o Senhor Marcos Góis Fernandes e, no ato da venda, a “proprietária” prometeu cumprir com as indenizações para todos os moradores indígenas que cultivam essas terras e dependem dela para sua sobrevivência.

Apesar de várias tentativas do novo proprietário na expulsão dessas pessoas, não conseguiu seu intento, em virtude de as famílias que lá vivem terem resistido bravamente com o apoio dos *parentes* da aldeia Sagi *Trabanda*, persistindo em continuar no lugar. Assim sendo, o Sr. Marcos recorreu à justiça para conseguir o esbulho. No entanto, com a intervenção e representação da Coordenação Técnica Local – CTL-FUNAI/RN – em favor das famílias indígenas de Jacu, foi dada entrada a um processo na 5ª Vara Federal – Natal/RN, sob Nº 0809429-20.2016.4.05.0000, julgado em 20/08/2018, pelo Desembargador Federal Vladimir Souza Carvalho, que, através de uma liminar, deu ganho de causa aos indígenas.

Tendo em vista que a ação judicial foi perdida para o empreendedor e a antiga proprietária não cumpriu o acordo indenizatório para os que moram e trabalham naquela área, bem como não conseguiu expulsá-los, o Sr. Marcos (falecido) passou a questionar e a exigir da referida senhora o ressarcimento do valor investido naquela terra, pois, segundo *Manoelzinho*²⁶⁴: “ele só queria seu dinheiro de volta”, complementando:

O Senhor Marcos não recorreu mais à justiça. Em pouco tempo se suicidou, não sabemos em que vai dar, só que a justiça deu ganho de causa a nós. Mas a aldeia Jacu faz parte da demarcação de terra de Sagi *Trabanda*, que é a aldeia mãe.

262 Informações cedidas à autora pelo cacique *Manoelzinho*, por meio de diálogo realizado através de áudios, via *Whatsapp*, no dia 05/06/2020.

263 Em entrevista realizada pela autora, em sua residência, no dia 06/08/2020, acompanhada pelo cacique. O objetivo da visita foi levantar mais informações sobre a referida aldeia, bem como conhecer a história dos primeiros indígenas a plantar nessa área de paul, através da memória e oralidade.

264 Informações cedidas à autora pelo cacique *Manoelzinho*, por meio de diálogos realizados através de áudios, via *Whatsapp*, no dia 05/06/2020.

Precisamos garantir porque não sabemos se no futuro outros vão recorrer, mesmo a terra tendo sido ganha, devido a nossa luta, nossos parentes resistiram e vencemos. Fomos comunicados pela FUNAI, na assembleia que aconteceu no Amarelão, que essa terra tá garantida.

Atualmente, com o processo ganho na justiça, essa família extensa passou a viver mais sossegada, no entanto, insegura quanto à decisão judicial! Dona Ivanira – 78 anos, o “tronco velho²⁶⁵” da família, é filha do Sr. João Santo e da indígena potiguara Sra. Maria dos Santos, nascida e criada em Sagi, casada com seu pai aos 13 anos e ele aos 17 anos, também trabalhou nessa área desde os seus 14 anos, chegando a falecer aos 87 anos de idade.

Dona Ivanira trabalha nesse território com os seus filhos, netos, genros e noras, entre outros *parentes*, que se uniram por meio de casamento entre si. Fazem parte dessa genealogia os sobrenomes: Claudino, Santos, Cândido e Leôncio. Rememorando, ela relatou²⁶⁶ o nome dos *parentes* que trabalhavam com o seus pais, na área entre Jacu, Caraúbas e Jacuzinho, hoje denominada aldeia Jacu:

José Claudino (*Zé Marreca*) – esposo, João *Marreca* (falecido aos 109 anos) – sogro, Luiz (Luca) *Marreca* e Jair Claudino – cunhados; Narciso, filho Porcínio e neto *Da Hora*; José Rosendo e seus filhos: João e Raimundo Rosendo – *Doca* (falecido em 13/08/2020); Antônio Inácio – pai de Temístocles e Manoel Inácio; José dos Santos – pai de *Joãozinho* e seu irmão Severino dos Santos (*Bitolônio*); Belizário; *Galego*; Cosme; José Serafim; Pedrinho; Evaristo e José Amaro (*Vilázio*) e seu filho Isaías.

Eles persistiram plantando na área, conforme aponta o cacique²⁶⁷: “*Zé* e João *Marreca*, pois desde o início da peleja estão resistindo aos desmandes de Tomás de Melo na justiça, enquanto os demais foram expulsos de lá pelo feitor da Pituba”. Dentre os citados por Dona Ivanira, ainda estão vivos, além dela: João Rosendo, Luiz Marreca, Jair Claudino e José Amaro. Nos dias atuais (2020), apenas Dona Ivanira trabalha na referida terra com os seus parentes mais próximos (seis filhos, netos, noras, sobrinhos e irmã), segundo informações registradas²⁶⁸ a seguir:

Eva Claudino da Silva (filha e cacique da aldeia) com seus dois filhos: Flávio e esposa Kéthyle (1 filha e 1 enteado) e Gabriel e esposa Alessandra. **Vânia** (filha), esposo Jalmir e seus cinco filhos: Marcelo e esposa Tatiane (4 filhos); Daniele e esposo Claudemir; Vanessa e esposo Edilson (1 filho); Adriano e esposa Taís (1 filha); e Ana Cláudia com o esposo José (2

265 Segundo Vieira (2010): “De forma geral, a observação de que os antepassados eram ‘caboclos velhos’ denota a composição de famílias em torno de um ‘tronco comum’, os chamados ‘truncos velhos’, que formam a base de uma ‘comunidade de sangue’ ou ‘comunidade de parentes’ cujos descendentes são tratados como ‘pontas de rama’” (VIEIRA, 2012, p. 47).

266 Conforme entrevista realizada pela autora, em sua residência, no dia 06.08.2020.

267 Informações cedidas à autora pelo cacique, por meio de diálogos realizados através de áudio, via *Whatsapp*, em 17/08/2020.

268 Conforme informações detalhadas cedidas à autora pela cacique Eva, através de áudios, via *Whatsapp*, no período de 12 a 20/08/2020.

filhas). **Djalma** (filho) e sua esposa Keyla (4 filhos); **Vera** (filha), esposo Dimas e seus 2 filhos: Neto e esposa Eliane (4 filhos) e Silvânia (1 filho); **Mônica** (filha) e seus 3 filhos: José e esposa Leticia, Josy com o esposo Renato (2 filhos) e Inês; **Gustavo** (filho/neto de Dona Ivanira, filho de Betânia que mora no Rio) e esposa Giselle (2 filhos).

Também trabalham no paul: Dona Geralda (viúva e irmã de Dona Ivanira) com seus 4 filhos: Renato (casado com a prima Josy); João, esposa Tatiana e a filha Leticia; Mônica e 3 filhas: Alice, Maria Eugênia e uma menor de idade; e Alcilene. Ainda trabalham Severino dos Santos (*Nilson* – sobrinho); e Jailkson sobrinho filho de Jair.

Quanto aos indígenas que trabalham atualmente (ano de 2020) na área dos pauls, registrei apenas o quantitativo de cada um dos filhos, netos, irmã e sobrinhos de Dona Ivanira, com seus respectivos cônjuges, porque, apesar de acompanharem seus pais no trabalho, ainda são de menor idade. Citei nominalmente apenas os que trabalham e atingiram a maioridade, seja por idade, seja por meio do casamento.

Totalizam, assim, 42 indígenas que trabalham na aldeia Jacu, de onde tiram seu sustento através do plantio de culturas de subsistência, como: macaxeira, batata, inhame, banana, milho, feijão, coco e frutas temporãs: manga, jambo e caju. No que tange ao excedente da produção: banana, macaxeira, feijão e milho verde vendem de porta em porta, num carrinho de mão na área urbana de Sagi. Portanto, esses agricultores indígenas dependem da terra para sua sobrevivência, por isso, espera-se que continuem plantando nessa área por gerações após gerações, assim como os seus antecessores!

ANEXO B – NÚMERO DE INDÍGENAS NO RN - 2020²⁶⁹

Nº	COMUNIDADE	ETNIA	MUNICÍPIO	Nº DE FAMÍLIAS	Nº DE PESSOAS
01	Sagi <i>Trabanda</i>	Potiguara	Baía Formosa	182	760
02	Jacu	Potiguara	Baía Formosa	23	72
03	Catu	Potiguara	Canguaretama/Goianinha	226	992
04	Tapará	Tapuia	Macaíba/São Gonçalo do Amarante	160	620
05	Ladeira Grande	Tapuia	Macaíba/São Gonçalo do Amarante	40	130
06	Lagoa do Mato	Tapuia	Macaíba	45	139
07	Mendonça de Natal	Potiguara	Natal/Zona Norte	48	167
08	Cachoeira	Potiguara	Jardim de Angicos	80	300
09	Ass. Santa Teresinha	Potiguara	João Câmara	200	840
10	Amarelão	Potiguara	João Câmara	340	1.100
11	Serrote de São Bento	Potiguara	João Câmara	104	360
12	Açucena	Potiguara	João Câmara	17	69
13	Ass. Marajó	Potiguara	João Câmara	33	144
14	Caboclos	Caboclos do Assu	Assu	44	134
15	Apodi	Tapuia Paiacu	Apodi	60	240
Total				1.602	6.067

269 Conforme informação disponibilizada por Tayse Campos a Jussara Galhardo e repassada a autora, via *WhatsApp*, em 08/06/2020.

ANEXO C – ESCOLA INDÍGENA DO AMARELÃO²⁷⁰

Desde a sua autoidentificação, no ano 2005, a comunidade indígena do Amarelão, João Câmara/RN, vem pleiteando, junto a SEEC a construção de uma escola genuinamente indígena, com uma infraestrutura que possibilite a oferta de uma educação escolar diferenciada, funcionando em tempo integral, conforme assegura a legislação vigente (CF, 1988; LDBEN, 1996), apesar de a comunidade dispor de duas escolas municipais – ambas com estruturas físicas e materiais precárias, mesmo tendo sido efetivadas várias reivindicações para sua manutenção – as quais não comportam a demanda local, pois ofertam apenas a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental, exigindo que os alunos se desloquem para as escolas do centro da referida cidade, através de transporte inadequado.

A referida exigência acima mencionada se deu à SEEC através do encaminhamento de vários documentos via Associação Comunitária do Amarelão (ACA), ligações, e-mails e visitas aos órgãos competentes através de suas lideranças. No entanto, apenas no ano de 2013 a construção de uma escola foi aprovada, tendo sido financiada pelo BANCO MUNDIAL, em parceria com o governo do estado. Desse ponto em diante, a comunidade esteve sempre atenta no sentido de pleitear o início da sua edificação.

Entretanto, as obras foram iniciadas somente no mês de março do ano de 2018 e concluída em abril do ano de 2019. Em 30 de novembro do ano de 2018, foi publicado o ato de criação da escola no Diário Oficial do Estado, através do decreto de n. 28.536 de 29/11/2018, assinado pelo governador Robinson Farias, como Escola Estadual Indígena Professor Francisco Silva do Nascimento – Ensino Fundamental e Médio.

Após o início da sua construção, lideranças da comunidade se reuniram, por diversas vezes, com técnicos da SOINSPE/SEEC, no sentido de definir os trâmites legais de funcionamento da unidade escolar, focado na oferta de uma educação escolar indígena diferenciada, a ser refletida no cotidiano escolar. Para tanto, fez-se necessário discutir o processo de reelaboração do regimento interno, do projeto político-pedagógico e do currículo, que possibilitassem atender às suas particularidades, as quais foram definidas pela comunidade escolar.

No entanto, era de interesse do estado que a escola adotasse apenas o ensino médio, mas a comunidade não aceitou essa sugestão, uma vez que a demanda partia do ensino infantil ao ensino médio. Com essa imposição das lideranças indígenas, o decreto foi publicado, garantindo o atendimento do ensino fundamental ao médio, enquanto a educação infantil continuou sendo de responsabilidade das escolas municipais já inseridas na comunidade.

Tendo em vista que o objetivo dos pais era o de trazer para a escola da comunidade os alunos que a partir do 6º ano estudavam nas escolas de João Câmara, a ACA resolveu convidar representantes do estado e do município para uma reunião, na qual foi apresentada a proposta de a escola funcionar com os dois poderes: estadual e municipal. O estado se responsabilizaria

270 Texto baseado nas informações escritas, cedidas e encaminhadas pela indígena Professora Ivoneide Campos à autora, via e-mail, no dia 09/06/2020.

pelo ensino médio e a EJA, enquanto o município ficaria responsável pela oferta do ensino infantil e do fundamental. Assim sendo, a proposta foi aceita e o município abraçou a causa, remanejando todos os alunos das comunidades do território Mendonça que estudavam na zona urbana para a nova escola da comunidade e a equipou com o material que lhe foi possível.

Portanto, o ano letivo iniciou no dia 29 de abril do ano de 2019 com 450 alunos, sendo 3 turmas do ensino infantil, 5 turmas do fundamental I e 7 turmas do fundamental II. Considerando que o estado não cumpriu o compromisso de atender a EJA, o município também atendeu duas turmas dessa modalidade, sendo: 1 turma do 4º e 1 do 5º período.

Para o ano letivo de 2020, a proposta era que o estado cumprisse o acordo e assumisse as turmas da EJA e do ensino médio, enquanto o município continuaria atendendo aos demais segmentos. No entanto, com o advento da pandemia causada pela COVID 19 – que assolou o mundo –, as matrículas foram realizadas, mas as aulas tiveram que ser suspensas mediante a necessidade de isolamento social.

A escola ainda não foi equipada, nem inaugurada oficialmente pelo estado, continua com equipamentos cedidos apenas pelo município e pela associação – ACA. Quanto ao quadro de professores, também não foi definido por nenhuma das partes envolvidas no acordo. No entanto, o município já vem discutindo a possibilidade de realizar um processo seletivo específico para professores indígenas, conforme a Profa. Ivoneide²⁷¹:

A comunidade vem cobrando que apenas professores indígenas sejam contratados para o território indígena Mendonça e o mesmo (município) vem respeitando esse acordo desde o ano de 2017, tendo sido contratando professores não indígenas apenas quando na comunidade não há o profissional da área específica.

Ainda, informa que no quadro de funcionários da escola apenas estão definidos os cargos de: diretor, vice-diretor e da coordenação pedagógica do fundamental II – Tayse Campos, efetivada em julho desse ano, após ter sido aprovada no concurso público municipal. Quanto às atividades remotas, estão sendo desenvolvidas por uma equipe de voluntários. Portanto, espera-se que todas as pendências existentes para um bom funcionamento da escola sejam definidas brevemente, após a superação desse momento pandêmico.

271 Através de *e-mail* enviado a autora no dia 31/08/2020.

ANEXO D – MOÇÃO ENCAMINHADA PELA 29ª RBA

(Informativo n. 13/2014 | 17/09/2014 - Conselho Deliberativo do CNPq)
Encaminhamento das Moções aprovadas na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia

Nº	TÍTULO	REMETENTE/S	DESTINATÁRIO/S	ENCAMINHAMENTOS
1	Imediata identificação e delimitação territorial para regularização fundiária da Terra Indígena Potiguara do Sagi	CAI	MJ, SG PR, PGR e FUNAI	Enviada por e-mail (Ofício nº 032/2014/ABA/PRES), dia 04/09/14

Para ter acesso ao texto de todas as moções aprovadas, clique em: <http://www.portal.abant.org.br/index.php/imprensa/outros>.

Moção 1

A Assembleia Ordinária da Associação Brasileira de Antropologia/ABA, realizada em Natal no dia 06 de agosto de 2014, solicita a imediata constituição do grupo técnico de identificação e delimitação territorial para garantir a regularização fundiária da Terra Indígena Potiguara do Sagi (Baía Formosa/RN) e pede providências urgentes para solucionar a ação de reintegração de posse que desalojará 08 famílias e privará pelo menos 82 famílias de dispor de terras para a produção de sua subsistência.

Justificativa

Os Potiguara do Sagi, que estão no litoral sul do RN (município de Baía Formosa) há mais de dois séculos, tiveram a seu desfavor uma ação de reintegração de posse movida por um empresário do ramo imobiliário. A área em litígio é constituída por faixas de terras que estão ocupadas com moradias e sendo utilizadas para o desenvolvimento de atividades agrícolas e pesqueiras, de coleta de frutos e de crustáceos, bem como de lugares de memória, como cemitérios e espaços de antigas moradias e de circulação de pessoas.

Tendo início em 2007, tal ação cível, que estava na jurisdição estadual, foi deslocada em 2013 para a justiça federal a partir de solicitação da Advocacia Geral da União (AGU). No voto do desembargador/relator do TRF/5ª Região, emitido em 24 de abril de 2014, a antiguidade da presença indígena naquela região não foi considerada, além disso, não foi demonstrado conhecimento acerca das demandas pela regularização fundiária apresentadas em 2008 na segunda audiência pública e ratificadas nas três assembleias indígenas do RN (2009, 2011 e 2013). Vale salientar que a autoafirmação étnica-indígena no RN tem revelado um processo político e cultural significativo que contradiz com a historiografia e o imaginário locais de que no RN os indígenas desapareceram.

Encaminhamento:

Ao Ministério da Justiça
À Secretaria Geral da Presidência da República
À Procuradoria Geral da República
À Presidência da FUNAI

ANEXO E – REGISTRO DAS CONTRIBUIÇÕES DAS INSTITUIÇÕES PARCEIRAS - 2015/2020

Após insistência das lideranças indígenas do estado quanto à formação continuada para professores, o Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) aderiu ao Curso Saberes Indígenas na Escola, lançado pelo MEC através da Portaria n. 1.061 e n. 1.062/2013, a qual reconhece: “a importância do fortalecimento de práticas pedagógicas diferenciadas no âmbito do letramento, do numeramento e dos conhecimentos e artes verbais indígenas, por meio da formação continuada dos professores das escolas indígenas”.

Tanto o coordenador geral do curso (Márcio Maia) quanto o adjunto (Alysson de Melo) e a supervisora (Gracielle Moura) fazem parte do quadro de profissionais do IFRN/*Campus* de Canguaretama, enquanto a equipe de formadoras aprovadas foi submetida a critérios de seleção: Gorete Nunes, Eliene Amorim, Elizânia Vicente e Andressa Moraes.

A formação foi realizada durante os anos de 2016 e 2017, o coordenador geral do programa – Márcio Maia/IFRN – reuniu as lideranças para a organização do calendário de estudo e as oficinas. O ano de 2018 foi dedicado à conclusão do material produzido de modo presencial, obedecendo à seguinte carga horária:

I - 200 (duzentas) horas anuais, incluindo as atividades extraclasse, para os professores da educação escolar indígena que atuam como orientadores de estudos; e II - 180 (cento e oitenta) horas anuais, incluindo atividades extraclasse, para os professores das turmas de estudantes das escolas indígenas (Por. Nº 98/2013).

Cada grupo de estudo – formado por mais de uma comunidade e organizado em três núcleos/polos: Canguaretama = Catu e Sagi; Amarelão = Mendonça e Caboclos de Açú; e Macaíba = Tapará – contou com um orientador indígena e um coordenador de ação do município envolvido na ação, todos os bolsistas foram remunerados com recursos do MEC/FNDE.

Nas aldeias, os orientadores realizavam: semanalmente, estudos com os cursistas, oportunidades destinadas ao estudo da legislação vigente que trata da EEI; oficinas temáticas visando a elaboração de materiais que atendessem as necessidades específicas dos envolvidos no processo educativo; e encontros mensais, que aconteceram nas comunidades e no *campus* entre os formadores, orientadores e coordenadores de ação, contemplando uma comunidade por encontro, em que seus planejamentos e demandas eram apresentados.

Durante o período de formação, foram elaborados vários cadernos pedagógicos – os quais possibilitarão orientar os professores nas atividades didáticas; cartilhas – contendo conteúdos significativos para serem trabalhados com os alunos, conduzindo-os a compreender o significado dos seus saberes tradicionais com os saberes do senso comum; E-book – contendo a história dos Mendonça narrada pelos próprios protagonistas; material bilíngue – português/*tupi* – língua materna dos potiguara e português/*brobo* – língua nativa dos tapuias; planos de aula – com sugestões de atividades para serem trabalhadas em sala de aula, projetos inter-

disciplinares – que visam dialogar os saberes tradicionais/conhecimentos científicos, cordel, brochuras, mapas, entre outros.

Diante das mudanças no cenário político do país, a formação, cuja proposta inicial era para ser continuada, descontinuou. Faltaram recursos para a publicação dos materiais didáticos produzidos pelos cursistas e orientados por nós formadores. Apesar de a proposta do curso garantir a publicação do material didático construído a partir da vivência dos cursistas, isso não aconteceu. O programa continua parado!

Outra instituição que também desenvolve um trabalho significativo, voltado para as necessidades específicas dos povos indígenas, é a UFRN, que, entre suas atividades acadêmicas, passou a ofertar o Curso de Licenciatura Intercultural Indígena, coordenado pelo DAN, através dos professores Glebson Vieira e Rita Neves. Para tanto, anteriormente, todas as comunidades indígenas do estado foram visitadas durante o ano de 2018, visando a construção de um diagnóstico para a elaboração do projeto do referido curso.

No mesmo ano, no período de 04 a 06/12, os professores citados acima realizaram no Praia Mar Hotel – Ponta Negra – Natal/RN, oficinas para o Curso de Licenciatura específica para a formação de professores indígenas em nível superior, no qual participaram lideranças de todas as comunidades indígenas do estado, com o objetivo de: “pensar uma licenciatura intercultural indígena para professores indígenas do RN, discutindo o formato do curso; estrutura curricular; processo seletivo e o número de vagas; perfil de egressos e sistema de avaliação²⁷²”.

Depois desses eventos, foi montada uma comissão para a elaboração do Projeto Político-Pedagógico (PPP) do curso de licenciatura intercultural. Porém, os trabalhos foram suspensos devido à mudança no governo federal, no ano de 2019, o qual extinguiu a SECADI/MEC e, conseqüentemente, o programa também, faltando a indefinição de um edital específico. Conforme indica o Professor Glebson²⁷³:

O curso não foi ofertado porque a SECADI foi extinta e não havia nenhum tipo de sinalização por parte do governo de manutenção do PROLIND nem abertura (lançamento) de um novo edital para submissão de projetos e propostas de licenciatura intercultural. No entanto, devido a uma mobilização indígena em Brasília, junto ao MEC, no setor que substituiu a SECADI, foram notificados de que havia uma possibilidade de ofertar o curso, só que isso faz mais de um ano, permanecendo tudo incerto!

Portanto, o curso não aconteceu tendo em vista o descaso do Governo Bolsonaro quanto a não apoiar as políticas públicas para formação de professores indígenas que estavam sendo desenvolvidas pelos governos anteriores.

272 Conforme informação disponibilizada por Tayse Campos no relatório de atividades do movimento indígena local (Apêndice A).

273 De acordo com informações repassadas à autora, por meio de áudio, via *WhatsApp* em 29/06/2020.

ANEXO F – DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO DA IDENTIDADE ÉTNICA DOS POTIGUARA DE SAGI – APOINME



DECLARAÇÃO

A Articulação dos Povos e Organizações Indígenas no Nordeste Minas Gerais e Espírito Santo- APOINME, organização indígena de articulação dos povos e comunidades indígenas, que atua nos estados do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo fundada em abril de 1995 na cidade do Recife, declara para os devidos fins necessários que reconhece a comunidade de Sagi – Baía Formosa - RN como sendo da etnia indígena POTIGUARA, e que a citada comunidade faz parte da área de abrangência desta organização indígena bem como definiu seu coordenador regional.

Assim a APOINME pede que os poderes públicos tratem a comunidade indígena do Sagi- Baía Formosa - RN, levando em consideração a legislação indigenista brasileira assim como os tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário.

Pernambuco, fevereiro de 2010.

Manoel Uilton dos Santos
(Coordenador Geral da APOINME)

Av. Sigismundo Gonçalves, 654,
Olinda - Pernambuco - Brasil
CEP 53. 010 - 240

Caixa Postal - 35
Olinda - Pernambuco - Brasil
CEP 53.120 - 970

Fone/Fax: (81) 3429 5191
E-mail: apoinme@oi.com.br

ANEXO G – CERTIDÃO DE PROPRIEDADE E ÔNUS

CARTÓRIO ÚNICO JUDICIÁRIO DE BAIA FORMOSA/RN
ALZENIR FREIRE RIBEIRO - TABELIÃO
ASTROGILDO BARBOSA FREIRE - SUBSTITUTO

Rua José Freire, 192
Baía Formosa - RN
CNPJ: 08.483.281/0001-92

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CARTÓRIO ÚNICO JUDICIÁRIO DE BAIA FORMOSA/RN
COMARCA DE CANGUARETAMA/RN
ALZENIR FREIRE RIBEIRO - TABELIÃO
CPF/MF: 039.520.614-68
ASTROGILDO BARBOSA FREIRE - SUBSTITUTO
CPF/MF: 203.475.104-34
CNPJ: 08.483.281/0001-92

SECRETARIA JUDICIÁRIA
de Canguaretama - RN

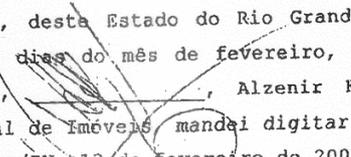
S/J Comarca
de Canguaretama - RN
Fls. 222

CERTIDÃO DE PROPRIEDADE E ÔNUS

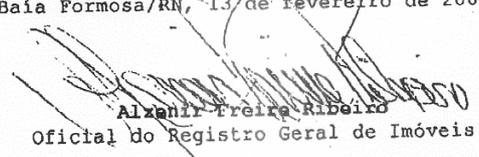
Alzenir Freire Ribeiro, Tabelião do Cartório Único Judiciário, Privativo ao Registro de Imóveis, da cidade de Baía Formosa - Termo da cidade de Baía Formosa - Comarca de Canguaretama, Estado do Rio Grande do Norte, na forma da lei, etc.

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a pedido verbal de parte interessada que conforme busca procedida no arquivo imobiliário deste Cartório Único Judiciário de Baía Formosa/RN, quanto ao registro de uma Propriedade de Ônus de uma área de 75 há. (setenta e cinco hectares), levantada topograficamente conforme planta em anexa devidamente assinada pelo topógrafo Filemon R. de França, localizada no Distrito do Sagi, Município de Baía Formosa, Estado do Rio Grande do Norte, ser a mesma de propriedade da Firma Empisel - Empreendimentos Pituba Serviços LTDA, inscrita no CGC/MF sob o nº 087.237.521/0001-79, com sede nesta cidade de Baía Formosa/RN, representada pelo seu Sócio Majoritário, o Sr. THOMAZ SOARES DE MELLO, brasileiro, divorciado, agropecuarista, portador da Cédula de Identidade de Nº 160.669 - SSP/RN, inscrito no CPF/MF sob o nº 002.969.614-34, residente e domiciliado em Recife, Capital do Estado de Pernambuco, cuja área é desmembrada da propriedade maior pertencente a Empisel - Empreendimentos Pituba e Serviços LTDA., denominada de Fazenda Sagi com 315,01 (trezentos e quinze vírgula zero um hectares) devidamente registrada no Primeiro Cartório Imobiliário de Canguaretama/RN, no Protocolo 01 (um), nº de Ordem 4.865, fls., fls. 200 - Registro Geral, Livro 021, fls. 56 - R2, referente a matrícula 1.632 de 15 de janeiro de 1988. Prossequindo na busca quanto a Ônus existente, constatei existir um mandado de Registro de Penhora exarado pelo Juiz de Direito Substituto Dr. Airton Pinheiro em data de 11 de Junho de 2001. por:

meu cartório proceda uma penhora de 70 Hectares (setenta hectares) de uma reclamação trabalhista nº 238/95, cujo exequente é o Sr. Severino Ferreira de Lima sobre uma gleba de terra denominada de Fazenda Sagi dizendo pertencer ao Sr. Thomaz Soares de Melo (Fazenda Pituba). CERTIFICO AINDA, que consta o registro de um Contrato Particular de Compra e Venda deste Imóvel, registrado em 13.02.2007 neste Cartório com o seguinte teor: "Procede-se ao registro do contrato particular de promessa de compra e venda celebrado em 15.06.2005, tendo como promitente comprador Waldemir Bezerra de Figueiredo, brasileiro, casado, empresário, CPF/MF nº 074.992.304-66, residente e domiciliado em Natal-RN, tendo como objeto o imóvel com área de 75,00 hectares, desmembrado de área maior, denominado Fazenda Sagi, com 315,01 hectares, devidamente registrada no Primeiro Cartório Imobiliário de Canguaretama, matrícula 1632 de 15.01.1988, posteriormente registrado neste cartório na matrícula nº. 581, conforme instrumento de contrato apresentado a registro nesta serventia".

Fora estes registros, nada mais conta nenhum outro ônus, que pese na Gleba de 75 hectares. Objeto desta certidão, estando a mesma livre de outros até esta data de 13 de fevereiro de 2007, com Registro no Cartório Único Judiciário, da cidade de Baía Formosa, Estado do Rio Grande do Norte. O referido é verdade e dou fé. Dada e passada nesta cidade de Baía Formosa/RN - Termo Judiciário da Comarca de Canguaretama, deste Estado do Rio Grande do Norte, em Cartório aos 13 (treze) dias do mês de fevereiro, do ano de 2007 (dois mil e sete). Eu,  Alzenir Freire Ribeiro, Oficial do Registro Geral de Imóveis, mandei digitar e assino.

Baía Formosa/RN, 13 de fevereiro de 2007.


Alzenir Freire Ribeiro
Oficial do Registro Geral de Imóveis



CARTÓRIO ÚNICO JUDICIÁRIO

Alzenir Freire Ribeiro

TABELIA E ESCRIVÃO OFICIAL DO REGISTRO CIVIL

CPF 039.520.614-68

Astroquildo Barbosa Freire

SUBSTITUTO

CPF 039.475.104-34

Rua João Freire de Souza, 105
Baía Formosa/RN - CEP 59.100-000

ANEXO H – CERTIDÃO DO CARTÓRIO – BAÍA FORMOSA



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
COMARCA DE CANGUARETAMA/RN
CARTÓRIO ÚNICO JUDICIÁRIO
BAÍA FORMOSA/RN
Jeremias Duarte Ribeiro
Interventor
CPF/MF: 035.043.644-40
CNPJ: 08.483.281/0001-92

OFÍCIO Nº 013/2013

Baía Formosa/RN, 03 de setembro de 2013.

A SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E DA CULTURA
Sr. Osvaldo Gomes Neto
Subsecretário de Educação
Centro Administrativo – Lagoa Nova – Natal/RN

Assunto: Certidão

Sr. Secretário,

1. Conforme solicitação feita através do Ofício nº 05/2013-SEEC/GS, datado de 20/08/2013, informo a Vossa Senhoria que conforme busca procedida neste Cartório, constatamos a **INEXISTÊNCIA** da matrícula da referida área mencionada.
2. Sendo só o que se apresenta no momento, renovo os votos de estima e mais distinta consideração.

CARTÓRIO ÚNICO JUDICIÁRIO
CNPJ 08.483.281/0001-92
Jeremias Duarte Ribeiro
Interventor

Av. João Ferreira de Souza, 192 - Centro
Baía Formosa / RN - CEP 59.194-000
(84) 9102-6209
E-mail: cartoriodebaiaformosa@hotmail.com

Respeitosamente,

Jeremias Duarte Ribeiro
Interventor

Av. João Ferreira de Souza, 369 - Centro - Baía Formosa/RN - CEP: 59.194-000
Fone: (84) 3244-2378 / 9102-6209- E-mail: cartoriodebaiaformosa@hotmail.com

**ANEXO I – PARECER TÉCNICO SOBRE O “BARREIRO” DE SAGI
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
MUSEU CÂMARA CASCUDO
DEPARTAMENTO DE PALEONTOLOGIA**

VISITA TÉCNICA À PRAIA DE SAGI – RN, em 25 de junho de 2014.

AVALIAÇÃO DE POSSÍVEL OCORRÊNCIA DE SAMBAQUI EM DEPÓSITOS DE DUNAS NA PRAIA DE SAGI, BAÍA FORMOSA, RN.

INTRODUÇÃO

A pedido da servidora da UFRN, Mestre em Antropologia, Jussara Galhardo Aguirres Guerra, ao Departamento de Paleontologia do Museu Câmara Cascudo, UFRN, foi agendada e realizada uma visita à Praia de Sagi, município de Baía Formosa, com o objetivo de verificar, analisar e interpretar a possível ocorrência de conchas e área de dunas, como possível estrutura de sambaqui, de acordo com informações da mestranda em antropologia Maria Gorete Nunes Pereira, que desenvolve trabalho de pesquisa na área, colhendo dados para sua dissertação.

A visita ocorreu no dia 25 de junho de 2014, com a presença da equipe do Dep. de Paleontologia, composta pelos Professores: Claude Luiz de Aguiar Santos e Maria de Fátima Cavalcante Ferreira dos Santos; Estagiários do Dep. de Paleontologia: Lucas Henrique, (aluno do curso de Geologia), Olda (aluna do curso de Biologia) e Antropóloga Jussara Galhardo pesquisadora de Assuntos Indígenas, todos do Museu Câmara Cascudo, por moradores locais.

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

A área visitada corresponde às faixas de intermaré e supra maré, no trecho situado entre o vilarejo da Praia de Sagi – RN e a foz do Rio Guaju, numa extensão de aproximadamente 2,25 km. Figura 1



Fig. 1: Faixa de dunas percorrida durante a visita.

No percurso o perfil de praia (figura 2) exibe uma topografia com declive moderado, com presença de afloramentos de arenitos de praia, (conhecidos popularmente como recifes de arenito), na zona de arrebentação durante ao nível da maré baixa. Na faixa de intermaré há

depósitos de areia média a grossa, com presença de conchas e fragmentos de algas coralíneas, seixos e fragmentos de arenito ferruginoso.

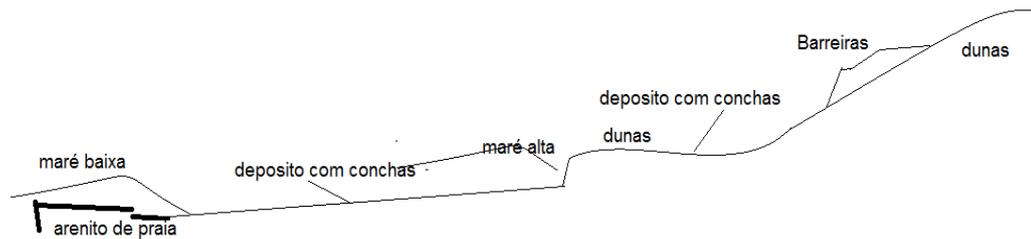
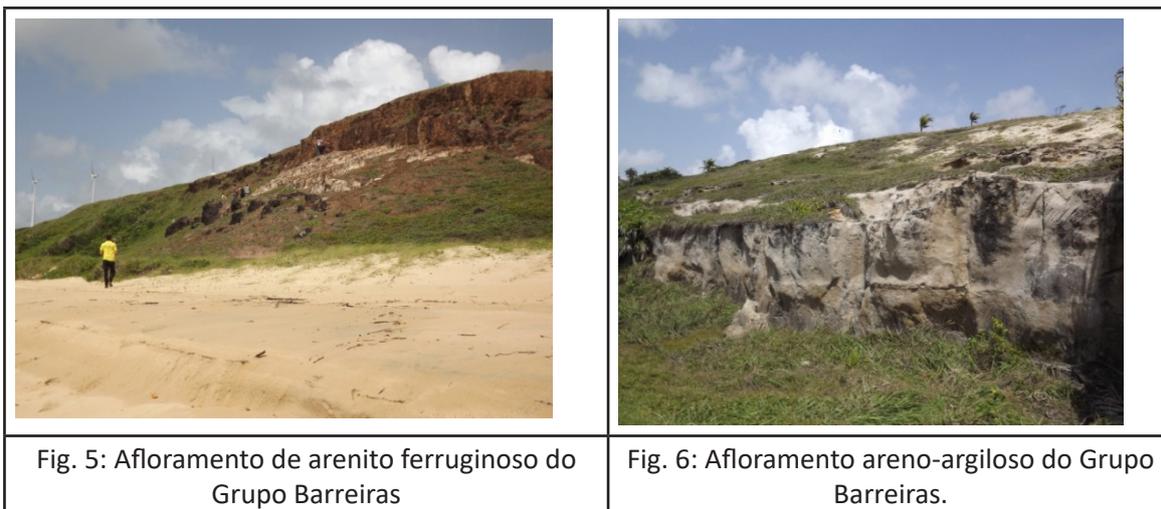


Fig. 2

2 – Perfil de praia.

O limite superior entre a zona de intermaré e supramaré é marcado por topografia de erosão pela ação de ondas de marés altas (figura 3), com depósito arenoso contendo eventualmente, concentrações de organismos marinhos já mencionados no parágrafo anterior (gastrópodes e bivalves de pequeno porte - menor que 4 cm). A presença dessas conchas foi constatada também em áreas do supra-litoral (figura 4), em sedimentos arenosos sobrepostos a depósitos de dunas que recobrem relevos do Grupo Barreiras (figura 5). Esta unidade rochosa aflora em vários trechos do percurso, nas dunas exibindo feições de falésias variando entre composição ferruginosa (figura 5), consolidada e argilo-arenosa com coloração cinza (figura 6).





DISCUSSÃO -

As indicações de ocorrências das conchas estariam acima do limite da maré alta em sedimentos dunares, nas proximidades de afloramento um argilo-arenoso, o “barreiro” (figura 6), que de acordo com informações dos moradores presentes, já foram utilizados como fonte de material para edificação de “casas de taipa”. Não houve, entretanto, confirmação dessa informação, pois nenhuma evidencia da presença de conchas foi encontrada no local.

A presença de conchas marinhas foi observada nos depósitos em nível superior à faixa de intermaré, logo no início da zona de supramaré, mas sem qualquer relação evidente com o afloramento mencionado acima. Este tipo de ocorrência sugere depósito marinho em nível superior ao conhecido na atualidade, o que estaria relacionado ao recuo do nível do mar. Porém, alguns aspectos foram observados:

A – Não foi registrada a presença de evidências de restos de cerâmica ou quaisquer outros vestígios materiais da atividade ou permanência humana da área em questão.

B – As espécies de conchas encontradas no local diferem das já registradas em outras praias do litoral do RN, onde se verifica a seleção e quebra intencional das conchas, formando depósitos onde fragmentos líticos ou de cerâmica podem ser encontrados.

C – A topografia do depósito com presença de conchas não é compatível com depósitos de supramaré.

D – Embora a morfologia do depósito arenoso possa ser atribuído à ação eólica, não temos elementos para afirmar se o nível de energia eólica teria competência para o transporte dos fragmentos de conchas até a faixa em questão, que exibem os mesmos aspectos de desgaste natural pela ação das ondas observados nos fragmentos jacentes na faixa de intermaré.

E – Foi constatada a presença de homens e máquinas atuantes na retirada e transporte de areia na faixa de intermaré, que segundo informações colhidas no local, destina-se ao uso em processos de composição de filtros para recursos hídricos provenientes de poços. É possível que as conchas presentes nos depósitos nas vizinhanças do limite de supramaré resultem do descarte de porções da areia recolhida na praia.

F – Há evidências de uma “estrada” utilizada por veículos motorizados ou de tração animal, paralela à linha de praia, que no local em questão passa entre o depósito de conchas e o afloramento do “barreiro”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As conchas observadas durante o percurso são espécies holocênicas, facilmente encontradas a partir da inframaré ou em poça de intermarés e associados a depósitos de intermarés.

Embora se tenha conhecimento de aproveitamento dessas espécies na alimentação humana atualmente, não se verificou indícios dessa atividade no material encontrado. As características dessas conchas sugerem depósitos naturais na zona de intermarés, removidos mecanicamente e descartados como rejeito em trechos do supralitoral.

Pelas características mencionadas, entendemos que a ocorrência de conchas no trecho visitado não caracteriza a estrutura de sambaqui.

Prof. Ms. Claude Luiz de Aguiar Santos

Profª. Ms. Maria de Fátima Cavalcante Ferreira dos Santos

ANEXO J – GENALOGIA DA FAMÍLIA CÂNDIDO

1ª GERAÇÃO	2ª GERAÇÃO	3ª GERAÇÃO	4ª GERAÇÃO	5ª GERAÇÃO	6ª GERAÇÃO	7ª GERAÇÃO
Cândido Martins Emília Cândido Martins (+)	1) Antônia Cândido ³⁶³ (+)	1) Joana C. Serafim José Leôncio do Nascimento (+)	1) Arlinda Leôncio. do Nascimento Antônio dos Santos (+)	1) José dos Santos Severina Félix dos Santos	Maria dos Santos	-
				2) Dulce dos Santos Pedro Justino	Josivaldo	-
				3) Genival dos Santos	Não Informado – NI	-
				4) Severino dos Santos Tânia Dias da Silva Santos	1) Sandro da Silva Santos Maria Carolina Delfino	Ana Luíza Delfino dos Santos
					2) Samara da Silva Santos Bruno Delfino	1) Breno Delfino dos Santos 2) Bento Delfino dos Santos 3) Benício Delfino dos Santos
					3) Suênia da Silva Santos	-
					4) Sayonara da Silva Santos Simeão Lira de Sousa	1) Aghata Sofia da S. de Sousa 2) Agnes Velentina da S. Sousa
				5) Francisca dos Santos Pai: NI	1) Fagner 2) Jhonathas	- -
				6) Gilvan dos Santos Maria das Dores Félix	Geovânia Félix dos Santos	-
				7) Gilvanda dos Santos Pai: NI	Leandro dos Santos Aline de Fátima Moreira Dayane dos Santos	Paloma Moreira dos Santos -
				8) Francisco dos Santos Verônica Claudino da Silva	Silvania Pai: NI	Yan
					José Neto dos Santos Eliane do Nascimento Silva	1) Maria Luíza Santos Silva 2) Lázaro dos Santos Silva 3) Willame dos Santos Silva
				9) Mª das Neves dos Santos	NI	OBS: Mora em SP
				10) Erivan dos Santos	NI	-
				11) Roseli dos Santos	-	-
			12) Reginaldo dos Santos (+)	-	-	
2) Neusa Leôncio do Nascimento (+) Pai: NI	1) Edmilson Leôncio (+)	-				
	2) Luiz Leôncio	NI	OBS: Tambaú/PB			
	3) José Carlos Leôncio	NI	-			

Cândido Martins Emília Cândido Martins	1) Antônia Cândido	1) Joana C. Serafim José Leôncio do Nascimento	4) Ednaldo Leôncio	NI	-	
			3) Nair Leôncio do Nascimento (+) Pai: NI	1) João Branco Leôncio	NI	OBS: Cabedelo/PB
				2) Ângela Leôncio	NI	-
				3) Ane Coeli Leôncio	NI	-
				4) José Leôncio	NI	-
				5) Jorge Leôncio	NI	OBS: Cabedelo/PB
			4) Natelssa Leôncio do Nascimento / Zé Baé	Três filhos	NI	OBS: Cabedelo/PB
			5) Manoel Leôncio do Nascimento / Diva (+)	Maria Luzinete Leôncio Pai: NI	1) Dayana/ Pai: NI	1 filho: NI
					2) Rodrigo	-
			6) José Leôncio do Nascimento (+) M ^a das Neves Vidal do Nascimento	1) José Carlos Leôncio do Nascimento a) Antônia da S. Nascimento	1) Micarla da S. Nascimento <i>Deo</i>	Itauã Nicássio
					2) Niêdija da S. Nascimento	-
					3) Carla Danielle da Silva Nascimento	-
				b) Kátia Delfino Cardoso	4) Carlos Afonso do Nascimento	-
				c) Rayra Avelino da Silva	5) Mirella Avelino do Nascimento	-
				2) Antônia Leôncio do Nascimento Antônio Joaquim da Silva	1) Aline Nascimento da Silva Jefferson	Ália Vitória
					2) Alef Silva do Nascimento	-
					3) Alisson S. do Nascimento	-
				3) Manoel Leôncio do Nascimento Sandra Silva Teles	1) Carlos Ant ^a Leôn. da Silva	-
					2) Alessandro Leôncio Silva	-
					3) Elaine Leôncio Silva	-
				4) Francisco Leôncio do Nascimento Edenilza Raimunda da Silva	1) Stephiane Vinício Leôncio do Nascimento	-
					2) Stwart Deived Leôncio do Nascimento	-
					3) Slayne Grazielly Leôncio do Nascimento	-
				5) José Leôncio do Nascimento Ivanoska	1) João Victor do Nascimento	-
					2) José Venícius do Nascimento	-
				6) Maria Leôncio do Nascimento Luciano Paulo do Nascimento	1) Iara Lúcia do Nascimento Pai: NI	1 filho: NI
					2) Jaciara L. do Nascimento Carlos	Samuel do Nascimento

Cândido Martins Emilia Cândido Martins	1) Antônia Cândido	1) Joana C. Serafim José Leôncio do Nascimento (+)			3) Naiara do Nascimento Mauro	Maiara do Nascimento	
					4) Luciana Paula do Nascimento	-	
			7) Francisco Leôncio do Nascimento (+)	-	-	-	
			8) Maria Leôncio do Nascimento	-	-	-	
				9) Leda Leôncio do Nascimento	NI	-	-
		2) Mª Cândido Serafim Vicente (+)	1) Mª das Graças Vicente Luiz Delfino Filho	Sem filho	-	-	
			2) Maria dos Anjos Vicente Edgar Lobo	Sem filho	-	-	
			3) José Vicente Mãe: NI	1) Karine Torquato	-	-	
				2) Karol Torquato	-	-	
				3) Marcelo Torquato	NI	OBS: Mora no RJ	
			4) Maria Vicente Agrício	1) Jacira	NI	OBS: Baía Formosa/RN	
		2) João		NI	OBS: Baía Formosa/RN		
		3) Santana C. Serafim (+) João do /Esp.Santo Claudino – 107 anos (João Marreco)	1) Josefa Claudino a) Severino Marcelino	1) Gilberto Claud. dos Stos Deiziane Borges da Silva	1)Kaíke Gabriel Clau. da Silva	-	
					2)Andrielle Claudino da Silva	-	
				2) Gilmar Claudino dos Santos / Adriana Moreia	Ariane Moreira dos Santos	-	
				3) Givanildo Claudino	-	-	
			b) Bionor	4) Nívia Bezerra da Costa	Vitória Bezerra da Silva	-	
			c) José Félix Neto	5) Poliana Félix da Silva	-	-	
				6) Ana Paula F. da Silva	-	-	
				7) Shirley Félix da Silva Igor Marcos M. Viturino	Cauã Marcos da Silva	-	
			2) Jair Claudino Solange Moreira da Silva	1) Jailkson Claudino da Silva	-	-	
				2) Jailson Claudino da Silva	-	-	
				3) Jair Claudino da Silva Nelsivâmoa	Ruan Carlos Claudino	-	
				4) Janaina Claudino da Silva Paulo Miguel Barbosa	Mateus Claudino	-	
3) Lucas Claudino a) Maria Lobo (Neta)	1) Alandi Claudino a) Betânia Claudino	1) Gustavo Claudino	-				
	b) Maria Gorete Pai: NI	2) Alessandra Claudino	-				
		3) Alisson Claudino	-				
	2) Severino Claudino (+) Isabel Aragão	1) Denilson Claudino	-				

Cândido Martins Emília Cândido Martins	1) Antônia Cândido	3) Santana C. Serafim João do /Esp.Santo Claudino – 107 anos (João Marreco)	3) Lucas Claudino a) Maria Lobo (Neta)	3) Walter Claudino Vera Lúcia Albuquerque	1) Fabrício Alb. Claudino	-
					2) Fabíola Alb. Claudino	-
					3) Fabielle Alb. Claudino	-
				4) Mª Aparecida Claudino Rui Delfino Cardoso	1) Renata Delfino Cardoso Rafael Amaro da Silva	Raoni Cardoso da Silva
					2) Ricardo da Silva Cardoso	-
					5) Patrícia Claudino	NI
			b) Maria Isabel	6) Márcio Claudino	NI	-
				7) Marcia Claudino	NI	-
				Mais 5 filhos	NI	OBS: Total = 13 filhos
			3) Lucas Claudino / NI	NI	-	Pituba/RN
			4) José Claudino (+) Vanira dos Santos	1) Verônica Claudino Francisco dos Santos	1) José Neto dos Santos Eliane Nascimento Filho	1) Maria Luíza Santos Silva 2) Lázaro dos Santos Silva 3) Willame dos Santos Silva
					2) Silvania dos Stos Claudino Pai: NI	Yan
				2) Vânia Claudino da Silva Jalmir Feliciano da Silva	1) Danielle Feliciano da Silva Pai: NI	Laís
					2) Vanessa Felic. da Silva / NI	Edson Venício
					3) Ana Cláudia Felic. da Silva Pai: NI	1) Isabelle Feliciano 2) Iasmim Feliciano
					3) Adriano Feliciano da Silva Tayse	Andrielle Feliciano
					4) Marcelo Feliciano da Silva Rosa	1) Beatriz Feliciano 2) Anne Emanuelle
					3) Betânia Claudino Alandi Claudino	Gustavo
				4) Eva Claudino José Adauto Filho	1) Flávio Adauto da Silva	-
					2) Gabriel Adauto da Silva	-
				5) Mônica Claudino a) NI	Josy Claudino da Cruz Fiolayne Avelino	Daniel Avelino Claudino
				b) José Romário Filho	1) José Romário Neto	-
					2) Inês Romário Claudino	-
				6) Antônio Claudino Sandra	1) José Antônio Claudino	-
2) Mateus Claudino	-					
3) Alessandro Claudino	-					
4) Alessandra Claudino	-					

Cândido Martins Emília Cândido Martins	1) Antônia Cândido	3) Santana C. Serafim João do /Esp.Santo Claudino – 107 anos (João Marreco)	4) José Claudino (+) Vanira dos Santos	7) Djalma Claudino Keila	1)Rebeca Claudino da Silva	-	
					2)David Claudino da Silva	-	
					3)José Claudino da Silva	-	
				8) Ana Claudino a) Lúcio	1)Suzane Silva Gomes	-	
					2)Nazareno Gomes da Silva	-	
				b) Pai: NI	3)Catarina Claudino da Silva	-	
					4)Jaime Claudino da Silva	-	
					5)Ivanira Claudino da Silva	-	
					6)Eloá Claudino da Silva	-	
				9) Sylvania Claudino	-	-	
			5) Djalma Claudino (+) Josefa (Zefinha)	NI	-	-	
			6) Jaime Claudino (+)	NI	-	OBS: mora no RJ	
			7) Vanira Claudino (+)	NI	-	OBS: mora no RJ	
			8) Moça Claudino João Marcelino	1) Sheila	NI	-	
				2) Sandra Dinita	1)Fernanda	NI	
					2)Danilo	-	
				3) Sergio	NI	-	
			4) Mariquinha C. Serafim José Inácio (Porcinio)	1) Ramos Inácio	NI	-	OBS: mora no RJ
				2) Geminha Inácio José Alagoas	1) Welliton Inácio	NI	-
					2) Jeová Inácio Mãe: NI	Maia	-
					3) Marta Inácio	-	-
				3) José Inácio (Zequinha) Zélia Delfino Cardoso	Camila Mila	-	-
				4) Concebida Inácio Ednaldo	1) Débora	NI	-
					2) David	NI	-
				5) Antônio Inácio	NI	-	OBS: mora no RJ
				6) Paulo Inácio = Solange	Liliane	-	-
				7) Marcossuel Inácio	-	-	-
	8) Elaine Inácio Geraldo Madeiro	1) Naiane	-	-			
		2) Daniel	-	-			
		3) Marcus Paulo	-	-			
	5) Cândido Serafim de Lima (+)	1) Roberto Serafim de Lima	-	-	-		
		2) Nilson Cândido S. Lima	1)Maria Isabel de Lima Ant ^o Madeiro da Costa Neto	1)M ^o Cândida de L. Madeiro	-		
				Antony Gabriel de Lima Madeiro	-		

Cândido Martins Emília Cândido Martins	1) Antônia Cândido	Isabel Claudino da Silva	Maria de Lourdes da Silva Lima	2) Ana Cristina de Lima Gildo Amaro da Silva	Paulo Henrique Amaro de Lima	-		
		5) Cândido Serafim de Lima (+) Isabel Claudino da Silva	3) Ivan Serafim de Lima NI		Paula	-	-	
			4) Everaldo Serafim de Lima		NI	-	OBS: mora no RJ	
			5) Antônio Cândido Serafim – 74 anos – 18.03.1940. Tereza Marreca		Quatro filhos	NI	OBS: mora no RJ	
			6) José Cândido Serafim (+) / NI	1) Janaina da Silva Serafim		Solteira	-	-
				2) Marcelo da Silva Serafim/ NI		Quatro filhos: NI	NI	-
		3) Marcos da Silva Serafim/NI			1 filho: NI	NI	-	
		4) Márcio da Silva Serafim/NI			1 filho: NI	NI	-	
		7) Pedro Cândido Serafim (+) Antônia	1) Evaristo Cândido (+)		NI	-	OBS: morava em JP	
			2) Vanildo Cândido (+)		NI	-	OBS: morava na PB	
			1) Luzinete Cândido		NI	-	-	
			2) Valdete Cândido		NI	-	-	
		8) Mila C. Serafim (+)	3) Maria Cândido Otávio de Araújo		1) Valdir Cândido de Araújo	NI	-	
			4) José Cândido Mãe de <i>Zecarlos</i>		2) Consuelo C. de Araújo	NI	-	
				3) Vilani Cândido de Araújo	NI	-	-	
	2) Oliva Mª da Conceição (Santina) Manoel Inácio da Silva	1) Antônio Inácio (+) Mª do Carmo (Nega)	1) Antônio Inácio Filho (<i>Rei</i>)		-	-	-	
			2) Temístocles Inácio da Silva Maria Joana da Conceição		1) Lucimar	Jean	-	
			3) Jacira Inácio da Silva Raimundo Rosendo da Silva (<i>Doca</i>)		2) Maria (+)	-	-	
			4) Alice Inácio da Silva		Everaldo Rosendo da Silva Rivânia da Silva. do Nascimento	1) Manoel Rosendo da Silva	-	
			5) Berenice Inácio da Silva			2) Glória Mª Rosendo da Silva	-	
			6) Maria Inácio da Silva		NI	-	-	
			7) Manoel Inácio da Silva		NI	-	-	
			2) João Inácio da Silva (+) a) Maria Padre	1) Vanja Inácio da Silva Antônio Pereira		1) Priscila Pereira da Silva	-	-
		2) Mª das Neves Inácio a) Celson			2) Alisson Pereira da Silva	-	-	
				b) Pai: NI		3) NI	-	-
				c) Pai: NI		1) Celson Júnior	-	-
		b) Terezinha		3) José Inácio da Silva (Dede)		2) Clarice	-	-
				3) Camille	-	-		
	1) José Inácio Ribeiro Francisca		-	-	-			
			1) João Paulo	NI	-			
			2) João Victor	NI	-			

Cândido Martins Emília Cândido Martins	2) Oliva M ^ª da Conceição (Santina) Manoel Inácio da Silva	3) Joaquim Inácio da Silva (+) Maria Ribeiro	2) Auzenir Inácio Antônio Padre	1) Sebastiana Inácio 2) Antônio Inácio	NI -	OBS: mora em BF -
			3) Inês Inácio /NI	Mércia	NI	-
			4) Maria de Lourdes Inácio José Cândido Serafim	1)Milla Inácio 2)Luiz Inácio	NI NI	OBS: mora em BF OBS: mora em B. da Traição
			5) Mariquinha Inácio (+) / NI	Antônio Inácio	NI	-
			6) Antônia Inácio Ribeiro/ NI	1)Cláudia Inácio 2)Elinaldo Inácio	NI NI	OBS: mora em BF OBS: mora em BF
		4) Maria Inácio da Silva (M ^ª Grande) João Santa	1) Antônia Inácio (+) Manoel Madeiro	1)Marta Inácio Madeiro	Tereza	-
				2)Antônia Inácio Madeiro 3)Emiliano	José Jonas	OBS: Barra de Camaratuba/PB OBS: mora em Barra de Camaratuba/PB
				4)Antônio Inácio Madeiro	NI	-
				2) Jandira Inácio (Bila)	NI	-
			3) Geralda Santos Nascimento a) NI	1)João dos Stos Nascimento Tatiana Valentim	1)João Lucas Valentim Stos 2)Mateus Henrique V. Stos	- -
	2)Mônica Stos do Nasc. a) José Inácio da Silva b) Cirilo Costa			1)Alice do Nascimento 2)Maria Eugênia S. da Costa 3)Maria Gabriela S. da Costa	- - -	
	b) Assis Queiroz c) NI			3)Aucilente dos S. Nasc. 4)Renato dos Santos	- -	
	4) Ivanira Santos Silva José Claudino		1)Sílvia Claudino da Silva 2)Ana Claudino da Silva a) NI	1)Catarina Claudino da Silva 2)Jaime Claudino da Silva 3)Ivanira Claudino da Silva 4)Eloá Claudino da Silva	- - - -	
				b) Lucivaldo Gomes	5)Nazareno Gomes da Silva 6)Suzane Silva Gomes	- -
				3)Eva Claudino da Silva José Aduino	1)Flávio Aduino da Silva 2)Gabriel Aduino da Silva	- -
				4)Antônio Claudino da Silva Sandra	1)Mateus 2)Alessandro 3)José Antônio 4)Alessandra	- - - -
			5)Djalma Claudino da Silva Keila	1)Rebeca Claudino da Silva 2)David Claudino da Silva 3)José Claudino da Silva	- - -	
			6)Verônica Claudino da Silva Francisco dos Santos	1)José Neto dos Santos Eliane Nascimento Silva	1)Maria Luíza 2)Lázaro 3)Willame	- - -
				2)Silvania dos Santos / NI	Yan	-
			7)Vânia Claudino da Silva	1)Marcelo Claudino 2)Adriano Claudino / Tayse 3)Danielle Claudino	- Andrielle OBS: mora em Mataraca/PB	- - -

Cândido Martins Emília Cândido Martins	2) Oliva Mª da Conceição (Santina) Manoel Inácio da Silva	4) Maria Inácio da Silva (Mª Grande) João Santa	Jalmir	4)Vanessa Claudino	-	
				5)Ane Claudino	-	
				8)Betânia Claudino / NI	1)Gustavo	-
			9)Mônica Claudino Pai: NI	1)Josy Claudino da Cruz Filayne	Daniel Avelino Claudino	
				2)José Romário Neto	-	
				3)Inês Claudino Romário	-	
			5) Antônio (Bistota) Maria Pereira	1)Antônio dos Santos Givalda Luiz Isidoro	1)Cristine	-
					2)Cristiano	-
					3)Cristina	-
				2)Edvaldo dos Santos Maria Conceição da Cunha	Jéssica dos Santos Cunha Willame do Nascimento	Maia Santos do Nascimento
				3)Edilma dos Santos	NI	OBS: mora em BF
				4)Eliane dos Santos	NI	OBS: mora em BF
				5)Eleni dos Santos	NI	OBS: mora em BF
			6)Sérgio dos Santos	-	-	
			6)José dos Santos Ademilia Miguel Salustiano	1)José Nilton dos Santos Luciana Freire	1)Leila Freire Santos Edson da Silva Zidoro	Álvaro Zidoro Freire
	2)Laura Freire Santos	-				
	3)Lúcio Freire Santos	-				
	2)Viviana dos Santos / NI b) Marinaldo A. de Melo	Viviane dos Santos Lohan dos Santos Alves		-		
	3)Alena dos Santos	NI		-		
	4)Alenice dos Santos	-	-			
	7) João Inácio (+)	-	-			
	5) Maria Pequena	Não teve filho	-			
	6) Manoel Inácio da Silva Filho	NI	-			
	3) João Cândido Domitila C. Martins	1) Antônia Cândido Martins Pedro Madeiro da Costa	1) Eugênio Madeiro da Costa a) Mirian Alexandre b) Janeide Avelino c) Teilza Guimarães	1)Eugênio Madeiro da Costa Filho	-	
				2)Euclenes Avelino Madeiro	-	
				3)Teilde de Lourdes Guimarães Madeiro. Pai: NI	Felipe	
			d) Ivonete Ferreira Madeiro	4) Karoênia Ferreira Madeiro	-	
				5)Kaênio Ferreira Madeiro	-	
				6)Kauen Ferreira Madeiro	-	
			2) João Madeiro da Costa a) Válbia Rubia de Menezes	1) Ohanna Maria Menezes Madeiro da Costa	-	
2) Virrna Maria M. Madeiro				-		
3)João Madeiro da . Júnior a) Leonoura de Moura Leitão			1) Juan Gustavo de Moura Madeiro	-		
			2) João Gabriel de M. Madeiro	-		

Cândido Martins Emília Cândido Martins	3) João Cândido Domitila C. Martins	1) Antônia Cândido Martins Pedro Madeiro da Costa	b) Ivonete Porfírio	b) Mãe: NI	3) João Vitor Alexandre Madeiro	-
				4) Túlio Anacleto da Costa Mãe: NI	1) Gabriel Jose Martins Anacleto	-
					2) Pedro Lucas Tiere Anacleto	-
				5) Meryelle Anaci. da Costa a) Jeremias Duarte	Willian	-
				b) Pai: NI	Wesley	-
			c) Mônica Carvalho	6) Maria Antonia	-	-
				7) Maria Eduarda	-	-
			3) Simião Madeiro da Costa a) Niralva Vicente	1) Richarlisson Vicente Madeiro	-	-
			b) Joelma Cândido do Rosário	2) Joellyngton do Rosário Costa	-	-
			c) Adenilda Vitorino	3) João Pedro V. Madeiro	-	-
			4) Lourenço Madeiro da Costa Lucrécia Maria Ferreira da Cruz Madeiro	1) Ledja Lorena Ferreira Madeiro da Cruz	-	-
				2) Lívia Karine Ferreira Madeiro da Cruz	-	-
				3) Leticia Louise Ferreira Madeiro da Cruz	-	-
			5) Antônio Madeiro da Costa a) Aparecida Cardoso	1) Antonione Madeiro Cardoso da Costa Isa Beatriz	Celine Madeiro	-
				2) Ânela Júlia Madeiro Cardoso da Costa	-	-
				3) Antônia Heloísa Madeiro C. da Costa	-	-
			b) Elisângela M. da Costa	4) André Marcolino da Costa	-	-
			c) Maria Isabel de Lima	5) Maria Cândida de Lima Madeiro	-	-
				6) Antoni Gabriel de Lima Madeiro	-	-
			6) Mª da Conceição M. da Costa Rosivaldo Beija da Silva	Rodrigo Madeiro da Silva	-	-
			7) Mª Verônica M. da Costa a) Valdézio L. Figueiredo	1) Vinícius Madeiro de Figueiredo	Davi Lucas Custódio Madeiro de Figueiredo	-
				b) Pai: Não Declarado - ND	2) Vivian Maria Madeiro	-
			8) Mª Adelaide M. da Costa Marcílio Brasileiro	1) Marcelly Brasileiro Madeiro	-	-
				2) Marlon Madeiro Brasileiro	-	-
				3) Mateus Madeiro Brasileiro	-	-
			2) José C. Martins Guacira Nobre	Donália Cândida Nobre Hélio Padilha da Costa	Leonor Cândida da Costa	-
	1) Maria Francisca	NI	-			
			OBS: mora em JP/PB			

Cândido Martins Emília Cândido Martins	3) Eunice Cândido Martins José Paulo da Silva (+)	2) Maria das Graças	NI	-	OBS: mora em JP/PB		
		3) Maria José	-	-	-		
		4) Maria de Lourdes	NI	-	OBS: mora em Acari/RN		
		5) Raimundo	NI	-	OBS: mora no RJ		
		6) Cícero Marluce	1) Suênia	NI	OBS: mora em JP/PB		
			2) Suede	NI	-		
		7) Severino Severina	1) Josenildo	NI	-		
			2) Patrícia	NI	OBS: mora em JP/PB		
		8) Francisco	NI	-	OBS: mora em Montanhas/RN		
		9) Antônio	NI	-	OBS: mora em Camurupim/PB		
	4) Antônio Cândido Martins (+)	NI	-	-	OBS: morava no RJ		
	5) Durval Cândido Martins (+) / NI	NI	-	-	OBS: morava em Brasília/DF		
	6) Fernando C. Martins (+) / NI	NI	-	-	OBS: morava no RJ		
	3) João Cândido Domitila C. Martins	7) Maria das Dores C. Martins Antônio Severino Marques	1) Francisco de Assis	Sem filhos	-	-	
			2) Francisca / NI +	Mariana	-	-	
		3) Aurilete Cândido da Silva Lourival Primo do Nascimento	1) André	1) André	-	-	-
				2) Lenival Marília	1) Isac	-	-
			2) Lenine		-	-	
			3) Genival Mércia Gomes	1) Tairine	-	-	
				2) Tayse	-	-	
				3) Thais	-	-	
			4) Fábio Márcia	4) Gabriel	-	-	
				1) Fernanda	-	-	
			2) 1 filho: NI	-	-		
			5) Emerson (Joca) Rosa	1) (Lindinha) (Kaúna)	1) Artur	-	
		2) Carla		2) Thaylla	-		
		6) Milene Odilon Madeiro	1) Diógen / NI	1 filho: NI	-		
			2) Yvirgin / NI	Sury	-		
		7) Nirli Jersivaldo Batista de Mendoça	Raquel	-	-		
		8) Cireide João Gaspar	1) Maicon	-	-		
2) Amara Hélio Ferreira			Joana	-			
Noraide	NI (RJ)	OBS: mora no RJ	-				
4) Antônio Cândido da Silva Pedro Belarmino de Araujo (+)	1) Cristiane Cândido de Araújo / Sílvia Monte	Sem filhos	-				
	2) NI	-	-				
5) Arisvaldo (+)	NI	-	OBS: mora no RJ				
8) Josefa C da Silva	Sem filhos	-	-	OBS: cria dois filhos adotados			

Cândido Martins Emília Cândido Martins	3) João Cândido Domitila C. Martins	José Guilermino da Silva				
		1) Jonas José Cavalcante a) Célia Barros	1) Doalice (+) Cláudio	1) Beatriz 2) Cláudio Filho 3) Raquel / José	- OBS: mora em Tibau do Sul/RN NI	
			2) Cândido / Celi	NI	-	
			3) Joabe	-	-	
			4) Jonaim	-	-	
			5) Jonaina Pai: NI	1) Kalebe 2) 1 filho: NI	- -	
		1) Jonas José Cavalcante a) Célia Barros	6) Saraína	-	-	
		b) Judith Alves Cavalcanti	7) Lucimar Alves Cavalcanti	NI	-	
		2) Maria da Selva Cavalcanti Francisco Cipriano dos Anjos	1) Francisco Cipriano <i>Nenem</i>	1) Romário	-	
				2) Rodrigo	-	
				3) Francisco Neto	-	
				4) Eduarda	-	
				5) 1 filho: NI	-	
				2) Nerecinor Daniele Viana	1) Antoni 2) Danilla	- -
		3) Flávio	-	-		
		4) Efigênia Antoino	1) Júlia 2) Vitória	- -		
		3) João Cavalcanti Alderina Anacleto Bejamim	1) Bruno a) Cristiane b) Paula	1) Artur 2) Vitória 3) Ana	- - -	
			2) Marcelo	-	-	
			3) Pedro Duarte a) Ana Cristina b) <i>(Ezinha)</i>	1) Manuelle <i>(Berguinho)</i> 2) 1 filho: NI	João Lucas -	
			4) Francisco Canindé Maria Mercedes	1) Maria Cecília Pai: NI	Leonardo	OBS: mora em Recife
				2) Danielle	-	-
		5) Deodato Cavalcanti Laurinetti Bezerra Cavalcanti	1) Denones a) NI b) Janigley	1) Jonh Kennedy	-	
				2) Lady Dayanna	-	
				3) Lázaro	-	
				4) 1 filho: NI	OBS: mora em Goiás	
			2) Lailton Rozangêla Mandu	1 filho: NI	-	
3) Cliston Elizângela	1) Deodato Neto 2) 1 filho: NI		- -			
4) Leusson	-		-			
5) <i>(Moça)</i>	-		-			
6) Ana Cristina / NI	NI	-				

				7) <i>(Lula)</i> /NI	Sem filhos	-
				8) Cideones	-	OBS: mora em Goiás
				9) Gideones / NI	NI	-
				10) <i>(Pia)</i>	-	OBS: mora em Goiás

ANEXO K – REGISTRO DE NASCIMENTO DE ANTÔNIA CÂNDIDO

Talão N. _____

REPUBLICA DOS ESTADOS 

Registro Civil das Pessoas

ESTADO DE RIO GRANDE DO NORTE
MUNICÍPIO DE CANGUARETAMA
DISTRITO DE CANGUARETAMA

Certidão de Nascimento N. 3.433

CERTIFICO que do livro n.º 8 dos assentos de nascimentos d'êste distrito, à fl. 220, sob o n.º 3.433 consta o registro de ANTONIA CANDIDA MARTINS, do sexo FEMININO de cor BRANCA nascido aos 19 de OUTUBRO de 1957 às 20 horas, em BATA FORMOSA DESTA MUNICÍPIO sendo filha legítima de JOÃO CÂNDIDO MARTINS E DOMITILA CANDIDA MARTINS São seus avós paternos CÂNDIDO MARTINS E EMILIA MARTINS e maternos CILZENANDO GONÇALVES REZERRA E MARIA BENTA FREIRE

OBSERVAÇÕES Isenta de selos para fim trabalhista.

O referido é verdade e dou fé.

CANGUARETAMA, 17 de Julho de 1957

 Jackson D. Fernandes de Negreiros
Tabelião, Escrivão, Oficial do Reg. Civ.
Iolanda Xavier da Silva
SUBSTITUTA
CANGUAR

Iolanda Xavier da Silva
OFICIAL DO REGISTRO CIVIL

ANEXO L – CARTA DE IRACI CASSIANO

06/11/2013

Aldeia Forte, Baía da Traição - PB

Bom dia !

Eu Iraci Cassiano Soares, tenho 40 anos, aposentada pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) Porteira há 52 anos, nasci e me criei na Aldeia Forte e permaneço até hoje graças a Deus.

No momento não tive como comparecer na conferência, pois tenho outro encontro das Porteiras em Blinda, peço desculpas, mas, estou encaminhando esta mensagem.

Bom, tenho o conhecimento de várias histórias do nosso Povo Potiguara, umas que presenciei ou outras que foi contada pelos meus pais. Como os indígenas daqui iam para Vila Flor, e os de Vila Flor iam para cá. As famílias, que tenho o conhecimento das famílias dos Santanas, os Eufasina, a família Gomes, Cassianos, Costas, Emiliano, Domingos, Os Simões, os Andre, Galdino, Melino, Juliano, Frazes, Afonso, Pedrinho, Trigueros, Targino, Paulino, Cardoso, Pereira, Benedito, Nicácio, e outros ^{transdona Santos, Antônio, Fátima} que no momento não estou lembrada, eles andaram muito de praia. Então ~~as~~ moram aqui outras moram em Vila Flor, Sagi e assim foram se espalhando. Inclusive aqui no Sagi mora uma família que é bem conhecida que é

SULAMERICANA

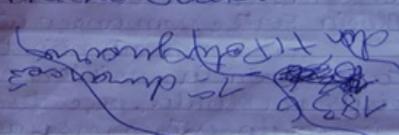
a de Siurinha, Joana, Bô e Rita, eles moram em Coqueirinho (Aldeia)

Muitos deixaram do Rio grande do Norte por conta da Fábrica de Rio Tinto (Fábrica de Alcatraz).

Termino agradecendo a oportunidade.

Obrigada.

Ass: Iraci Cassiano Soares


 Iraci Cassiano Soares
 1829

ANEXO M- CARTA DOS POVOS INDÍGENAS



Ofício nº 0140/2013

Natal/RN, 20 de novembro de 2013

A:
Ilustríssima Senhora
Maria Augusta Assirati
MD. Presidenta da Fundação Nacional do Índio - FUNAI

Senhora Presidenta,

Encaminho a Vossa Senhoria a **Carta dos Povos Indígenas do Rio Grande do Norte** em apoio às famílias indígenas, parentes dos povos indígenas do nosso estado, que hoje habitam aldeias indígenas no estado da Paraíba. Essa Carta foi feita durante a nossa III Assembleia Indígena, realizada nos dias 06 e 07 de novembro deste ano de 2013, na aldeia Sagi/Trabanda/Baía Formosa/RN.

Essas famílias indígenas citadas acima estão enfrentando dificuldades no estado da Paraíba, pois não está sendo respeitado o direito a autoafirmação de suas identidades.

Solicito que a Vossa Senhoria leia a nossa Carta com atenção e que tome providências, enquanto FUNAI, para resolver esse problema. Não estamos pedindo nada demais e nem queremos nos indispor com qualquer liderança indígena, mas essas famílias tem o Direito de serem reconhecidas e assistidas como indígenas, uma vez que o são.

Aguardo uma posição desta instituição que tem como dever PROTEGER os DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS.

Respeitosamente,


Tayse Micheline Campos da Silva
Coordenadora da Microrregional da APOINME no Rio Grande do Norte

Comunidade Amarelão, nº 06
Zona Rural, João Câmara/RN
CEP:59550-000

Telefone: (84) 9103-3044 / 9137-7320
E-mail: tayse.potiguaram@hotmail.com

ANEXO N – NOTIFICAÇÃO DO IDEMA

Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos



NOTIFICAÇÃO Nº _____ / _____			
PROCESSO Nº <u>2013-064867/PEC/DOEXT-1997</u>			
1 - NOME DO NOTIFICADO <u>Carlos Antônio Leônico da Silva.</u>			
2 - ENDEREÇO <u>Rua do Rio Sagi</u>		3 - NÚMERO <u>04</u>	04 - BAIRRO <u>Praia de Sagi</u>
5 - CEP <u>59.194-000</u>	6 - MUNICÍPIO <u>Baía Formosa / RN</u>	7 - CNPJ - CPMF	8 - INSCRIÇÃO ESTADUAL
9 - ATIVIDADE			
10 - DESCRIÇÃO DA NOTIFICAÇÃO <p><u>Em atendimento ao Ofício nº 0001772-71.2007.8.20.0114-007 - Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Camoandama / RN, foi realizada uma vistoria no dia 04/07/13 à Rua Praia de Sagi, Baía Formosa / RN, para verificar possíveis irregularidades de residências instaladas às margens do Rio Cavacu / Sagi.</u></p> <p><u>Na ocasião verificamos que a casa do Sr. Carlos Antônio Leônico da Silva, encontrava-se em processo de instalação, estando localizada a aproximadamente 20 (vinte) metros da margem do Rio (Área de Preservação Permanente - APP).</u></p> <p><u>Na ocasião orientamos o responsável verbalmente a paralisar a construção de tal residência, uma vez que a mesma está sendo instalada em APP do Rio Cavacu / Sagi.</u></p> <p><u>Tal orientação, agora formalizada, deverá ser devidamente atendida. O não atendimento da presente NOTIFICAÇÃO ACATELATORIA acarretará na adoção das medidas legais cabíveis.</u></p> <p><u>OBS.: O proprietário deverá aguardar o posicionamento deste Órgão e do Poder Judiciário para dar continuidade ou não da construção da residência.</u></p>			
11 - DATA <u>Natal / RN</u> <u>17</u> de <u>julho</u> de <u>2013</u> .		12 - PRAZO PARA ATENDIMENTO <u>0</u> dias (IMEDIATO).	
13 - ASSINATURA, CARIMBO E NÚMERO DE MATRÍCULA DO TÉCNICO DO IDEMA  Márcia de Medeiros Fiscal Ambiental IDEMA/CMA/FISCAL:ZACAL Mat. 125402-2		14 - RECEBIDO POR: <u>Sandra Silva Teles</u> <u>mãe</u>	
1ª VIA - PROCESSO - 2ª VIA - EMPREENDEDOR			

Avenida Nascimento de Castro, 2127 - Lagoa Nova
Natal - RN - CEP 59056-450 - Tel: (84) 3232-2102 / 3232-1975 / 3232-2118 / 3232-1985 - Fax: (84) 3232-5879 / 1970
Inscrição no CNPJ (MF) 08.242.166/0001-26
Website: www.idema.rn.gov.br - E-mail: idema-atendimento@rn.gov.br

APÊNDICES

APÊNDICE A

Pretendo apresentar neste texto uma síntese cronológica dos eventos organizados pelo movimento indígena do estado, bem como destacar as ocasiões de discussões, protestos e reivindicação nas quais as lideranças indígenas participaram no período de 2015 a 2020.

No período de 28 a 30 de julho do ano de 2015, aconteceu no Amarelão a *I Conferência Nacional de Políticas Indigenistas* (CNPI), objetivando “avaliar a ação indigenista no estado e propor diretrizes para a construção e a consolidação da política nacional indigenista” (GUERRA, 2017, p. 174). No mesmo ano, no período de 01 a 03 de dezembro de 2015, na comunidade dos Caboclos de Açu, foi realizada a *IV AIRN* com os objetivos de: “evoluir nas discussões, ações e encaminhamentos das AIRNs anteriores e traçar metas e estratégias de atuação para atender as demandas”.

No ano de 2016, aconteceram três eventos relevantes quanto aos avanços no campo interétnico dos povos indígenas do/no estado, os dois primeiros seguiram o planejamento das lideranças – o qual tem como meta realizar esses momentos de interação a cada dois anos: 1º) II Assembleia de Mulheres Indígenas no RN – II AMIRN realizada no Serrote de São Bento nos dias 07 e 08 de julho; o 2º) II Encontro de Jovens Indígenas no RN – II EJIRN, que aconteceu na comunidade Tapará/Macaíba, no período de 28/11 a 01/12, no qual participei como convidada para falar na mesa de discussão sobre “Educação Escolar Indígena e a Juventude”; e o 3º) foi o protesto realizado na divisa dos estados da PB/RN, no dia 26 de outubro desse ano, que contou com a participação dos indígenas da Paraíba, dos Mendonça e do cacique de Sagi *Manoelzinho*. O referido protesto foi em prol da saúde indígena e, conseqüentemente, contra a Portaria Nº 1.907/2016, que tirava a autonomia financeira da Secretaria Especial de Saúde Indígena – SESAI. No entanto, a mesma foi revogada.

Logo no início do ano de 2017, uma comissão³⁶⁴ foi a Brasília e participou de quatro encontros para encaminhar suas demandas. No dia 11 de janeiro, foi com a FUNAI objetivando “tratar de assuntos com esse órgão e seus setores específicos para atendimento aos indígenas no RN”, no dia 12, do mesmo mês e ano com a 6ª Câmara – Procuradoria Geral da República, para fazer uma “denúncia contra a SESAI”, conseguir a “contratação de uma segunda equipe multidisciplinar de Saúde Indígena” e propor a formação de “parcerias com a AGU e a Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para fortalecimento do movimento indígena no RN” (GUERRA, 2017, p. 175).

³⁶⁴ Formada por lideranças indígenas dos Mendonça do Amarelão, AST e Serrote de São Bento.

Ainda no mesmo dia, reuniu-se com técnicos do MEC buscando providências quanto: “regularização das escolas indígenas, cadastramento dos estudantes indígenas no censo escolar, criação da categoria professor indígena, material didático específico para trabalhar a EEI e curso de formação para professores indígenas”. Por último, no dia seguinte, 13 de janeiro do mesmo ano, voltou a reunir-se com a FUNAI para buscar apoio quanto à realização de Seminários: de “Formação de Lideranças” e de “Regularização das Terras Indígenas” (GUERRA, 2017, p. 176).

Atendendo a uma dessas reivindicações, logo no período de 27 a 29 de março de 2017, realizou-se no Centro de Treinamento João Paulo II – em Ponta Negra, Natal/RN – o Encontro de Formação de Lideranças em Política Indigenista e Direitos Indígenas, que contou com a participação de representantes de todas as comunidades indígenas do estado, com a FUNAI e com “instituições parceiras: OAB, MPF, UFRN, IFRN etc.”. Na oportunidade, foram formados “GTs e mesas-redondas que discutiram: reivindicações dos indígenas, etno-desenvolvimento e políticas sociais, saúde indígena, ações e denúncias dos indígenas no RN que tramitam na justiça” (Idem).

No período de 03 a 07 de abril no ano de 2017, representantes das comunidades indígenas do estado participaram da manifestação “ocupa FUNAI”, permanecendo na sede da CTL/FUNAI em Natal/RN, juntamente com técnicos da FUNAI e representantes de “instituições parceiras: OAB, colaboradores políticos, UFRN, IFRN, GP e simpatizantes”, objetivando “reforçar a luta contra o Decreto 9.010 e pela reabertura da CTL fechada por força desse decreto” (Idem).

Ainda nesse ano de 2017, foram realizadas outras manifestações em defesa da manutenção da CTL-FUNAI/RN. Uma dessas ocasiões aconteceu no dia 05 de abril, na Procuradoria da República – Ministério Público Federal – Natal/RN, com a participação de representantes das comunidades indígenas do estado: “Ismael e João Paulo – Amarelão; Dioclécio – AST; Meyriane – Catu; Francisca – Tapará; e *Manoelzinho* – Sagi; Técnico da CTL-FUNAI-Natal/RN: Yure e os Procuradores: Victor Mariz (MPF) e Felipe Amorim (AGU)”. Na referida reunião, o

MPF instaurou procedimentos para apurar o fechamento da CTL/Natal. O Procurador da República Victor Mariz anunciou que levará o caso ao conhecimento da 6ª Câmara de Coordenadoria e Revisão do MPF em Brasília/DF. Também solicitou a FUNAI esclarecimentos quanto aos critérios técnicos utilizados na decisão de fechamento da referida CTL (GUERRA, 2017, p. 177).

Ainda nesse mesmo mês e ano, aconteceu outra manifestação de significado ímpar para o movimento indígena nacional: Acampamento Terra Livre – ATL em Brasília/DF, no período de 19 a 26. Representando os indígenas do estado, compareceu ao evento Francisco Ismael – Mendonça do Amarelão, na oportunidade foi desenvolvida a seguinte agenda: dia 20: reabertura da CTL/Natal – com a presidência da FUNAI; dia 24: tratou sobre o projeto de produção da castanha de caju e distribuição de sementes – Amarelão – com a CGE; dia 25: falaram sobre a reabertura das 12 CTL no país – com a presidência da FUNAI; dia 26: sobre o processo territorial de Sagi *Trabanda* – com a Procuradoria da FUNAI, e, no mesmo dia, sobre a agricultura familiar e desenvolvimento agrário – com a PRONAF (Idem).

No dia 24 de maio do ano de 2017³⁶⁵, representantes das comunidades: Amarelão – Tayse, José Carlos e João Paulo; Serrote de São Bento – Rejane; Assentamento Santa Terezinha

– Dioclécio; Catu: Meyriane e Valda; Tapará – Francisca; e Apodi – Lúcia – reuniram-se com a Comissão de Direitos Humanos na OAB/Natal, com o objetivo de resolver problemas no atendimento à saúde nas comunidades indígenas do RN.

Tendo em vista a reabertura da CTL/Natal, as lideranças do Amarelão – Tayse e José Carlos; Catu – Valda, Luiz, Alexandria, *Ninho* e Meyriane; Sagi – *Manoelzinho* e Tapará – Francisca tiveram um encontro no local no dia 31/05/2017 para a elaboração de uma agenda do Movimento Indígena para 2017.

Em 26 de junho do ano de 2017, as lideranças do Amarelão – Tayse, Hugo e Ismael; Serrote – Rejane; Assentamento Santa Terezinha – Dioclécio; Catu – Valda, Luiz, Alexandria e Meyriane; Sagi – *Manoelzinho*, Zélio e Isaiás; Tapará – Francisca e Zuleide e Apodi – Lúcia se reuniram na CTL-FUNAI/Natal para a elaboração do Cadastro Ambiental Rural para as comunidades indígenas e iniciar a construção da programação da V AIRN. No mesmo dia, reuniram-se com a Comissão de Direitos Humanos na OAB para denunciar os problemas relacionados à educação das comunidades indígenas do RN.

Tendo em vista o reconhecimento de mais um grupo da família Mendonça, a FUNAI foi convidada a participar de uma reunião, no dia 10/11/2017, na comunidade Cachoeira/Nova Descoberta, no município de Jardim de Angicos, para dar a assistência necessária à referida comunidade. Estiveram presentes, além dos indígenas locais: Yuri Vasconcelos – FUNAI; Amarelão – Tayse, Ivoneide e Kaline; Serrote de São Bento – Rejane; e AST – Dioclécio.

Considerando o empenho das lideranças indígenas no estado no intuito de fortalecer sua luta e reivindicações realizadas nos últimos anos, apresentarei uma síntese dessa

³⁶⁵ Todas as informações dos eventos do Movimento Indígena Local (MIL), registradas nesse trabalho a partir de maio/2017, foram cedidas pela liderança do Amarelão: Tayse Campos.

participação em várias ocasiões de discussão política, envolvendo sua causa, no Quadro Demonstrativo das Ações do Movimento Indígena Local – 2018 a 2020.

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES DO MOVIMENTO INDÍGENA LOCAL
– 2018 a 2020

EVENTO: Reunião do PTR/FUNAI	LOCAL: Genipabu/RN	PERÍODO: 13 e 14/01/2018.
PARTICIPANTES: Yuri e Romeu (FUNAI); Serrote de São Bento – Rejane, Edna e Genilda; AST – Dioclécio; Amarelão – Tayse, José Carlos, Liziane e João Paulo; Apodi – Lúcia, Mônica, Jailson, Socorro e José Expedito; Tapará – Francisca, Zuleide e Léo; Sagi – <i>Manoelzinho</i> ; Catu – Luiz, João Paulo e <i>Ninho</i> .		
OBJETIVO: Construir o Plano Regional de Trabalho da FUNAI para o ano de 2018.		
EVENTO: Reunião Ampliada do Movimento Indígena com a Previdência Social		DATA: 21/02/2018.
LOCAL: Gerência da Previdência Social em Natal		
PARTICIPANTES: José Carlos/Coordenador da Microrregional da APOINME/RN e outros indígenas.		
OBJETIVO: Debater sobre problemas que vinham acontecendo no atendimento aos indígenas nas Agências da Previdência Social dos municípios.		
EVENTO: Reunião sobre educação no território Mendonça	LOCAL: ACA	DATA: 04.03.2018.
PARTICIPANTES: Lideranças e professores do referido território.		
OBJETIVO: Construção de propostas de Processo Seletivo específico para professor indígena e PPP Indígena para as escolas.		
EVENTO: Reunião com Secretário de Educação e Presidente da Câmara de Vereadores de Baía Formosa		DATA: 15/03/2018.
LOCAL: Baía Formosa		
PARTICIPANTES: José Carlos/ C. da M. da APOINME/RN, Yuri Vasconcelos/CTL e cacique <i>Manoelzinho</i> .		
OBJETIVO: Construção de Audiência Pública sobre Educação Escolar Indígena.		
EVENTO: Reunião com Secretário de Educação e Presidente da Câmara de Vereadores de Canguaretama		DATA: 15/03/2018.
LOCAL: Canguaretama		
PARTICIPANTES: José Carlos/C. da M. da APOINME/RN, Yuri Vasconcelos/CTL e lideranças do Catu.		
OBJETIVO: Construção de Audiência Pública sobre Educação Escolar Indígena.		
EVENTO: Reunião com Secretário de Educação e Presidente da Câmara de Vereadores de Goianinha		DATA: 15/03/2018.
LOCAL: Goianinha		
PARTICIPANTES: José Carlos/C. da M. da APOINME/RN, Yuri Vasconcelos/CTL e lideranças do Catu.		
OBJETIVO: Construção de Audiência Pública sobre Educação Escolar Indígena.		
EVENTO: Reunião com Secretário de Educação e Presidente da Câmara de Vereadores de Macaíba		DATA: 16/03/2018.
LOCAL: Macaíba		
PARTICIPANTES: José Carlos/C. da M. da APOINME/RN, Yuri Vasconcelos/CTL e lideranças de Tapará.		
OBJETIVO: Construção de Audiência Pública sobre Educação Escolar Indígena.		
EVENTO: Reunião com Secretário de Educação e Presidente da Câmara de Vereadores de S. G. do Amarante		DATA: 16/03/2018.
LOCAL: São Gonçalo do Amarante		
PARTICIPANTES: José Carlos/C. da M. da APOINME/RN, Yuri Vasconcelos/CTL e lideranças de Tapará.		
OBJETIVO: Construção de Audiência Pública sobre Educação Escolar Indígena.		
EVENTO: Revisão do Censo Agropecuário/IBGE	LOCAL: Amarelão	PERÍODO: 22 e 23/03/2018.
PARTICIPANTES: Tayse e João Paulo/ACA e representantes do IBGE		
OBJETIVO: Fazer revisão das informações colocadas no Censo Agropecuário do IBGE/2018.		
EVENTO: Reunião para criar Associação indígena no Assentamento Marajó		DATA: 27/03/2018.
LOCAL: Assentamento Marajó/João Câmara		
PARTICIPANTES: Tayse e José Carlos – ACA, Rejane – Associação Comunitária Indígena do Serrote – ACS, Dioclécio – Associação Indígena do AST e indígenas Mendonça de Marajó.		
OBJETIVOS: Criação da Associação Indígena de Marajó – AIM.		
EVENTO: Reunião do Fórum de Lideranças Mendonça		DATA: 01/04/2018.
LOCAL: Comunidade Cachoeira/Nova Descoberta-Jardim de Angicos		
PARTICIPANTES: Lideranças do Território Mendonça.		
OBJETIVO: Discussões das comunidades indígenas Mendonça, deliberar sobre suas demandas.		
EVENTO: II Encontro Nacional de Diálogo das Mulheres Indígenas		PERÍODO: 02 a 06/04/2018.
LOCAL: Lábrea/Amazonas		

<p>OBJETIVO: Levantar e encaminhar demandas dos povos indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Esp. Santo.</p> <p>EVENTO: Conferência Nacional de Educação</p> <p>LOCAL: Brasília/DF DATA: 21 a 23.11.2018.</p> <p>PARTICIPANTES: Tayse/Fórum de Lideranças Indígenas do RN</p> <p>OBJETIVO: Discutir sobre a questão da educação para os povos indígenas em nível nacional.</p>
<p>EVENTO: Oficina Curso de Licenciatura Específica para formação de professores indígenas em nível superior no RN – Promovido pela UFRN: Glebson Vieira e Rita Neves</p> <p>LOCAL: Praia Mar Hotel – Ponta Negra – Natal DATA: 04 a 06.12.2018.</p> <p>PARTICIPANTES: Amarelão, Serrote de São Bento, Açucena, Cachoeira, Assentamento Marajó, Assentamento Santa Terezinha, Catu, Sagi, Taparará e Apodi.</p> <p>OBJETIVO: Pensar uma Licenciatura Intercultural Indígena para professores indígenas do RN: formato do curso; estrutura curricular; processo seletivo e número de vagas; perfil de egressos e sistema de avaliação.</p>
<p>EVENTO: Reunião com o Secretário de Educação Getúlio Rêgo do Governo Fátima Bezerra</p> <p>LOCAL: Escola de Governo – Centro Administrativo/Natal DATA: 06.12.2018.</p> <p>PARTICIPANTES: Amarelão – Tayse e José Carlos; Cachoeira – Luíza Anaílda; Ass. Marajó – Kaline.</p> <p>OBJETIVO: Demandas de educação das comunidades indígenas do RN e Escola E. Indígena no Amarelão.</p>
<p>EVENTO: Reunião com Deputada Federal Natália Bonavides</p> <p>LOCAL: Praia Mar Hotel – Ponta Negra – Natal DATA: 06.12.2018.</p> <p>PARTICIPANTES: Representantes do Amarelão, Serrote de São Bento, Açucena, Cachoeira, Assentamento Marajó, Assentamento Santa Terezinha, Catu, Sagi, Taparará e Apodi.</p> <p>OBJETIVO: Demandas do Movimento Indígena do RN: demarcação de terras, acesso à água, educação, ATL 2019.</p>
<p>EVENTO: Reunião do PTR/FUNAI – Promovido pela FUNAI – Yure</p> <p>LOCAL: SINAI – Natal DATA: 16 e 17.12.2018.</p> <p>PARTICIPANTES: Amarelão – Tayse, José Carlos, João Paulo e Liziane; Serrote de São Bento – Rejane; Açucena – Ednete; Cachoeira – Betânia; Assentamento Marajó – Kaline; Assentamento Santa Terezinha – Dioclécio; Catu – Luiz, <i>Ninho</i>, João Paulo, Graciliano e Ladislane; Sagi – <i>Manoelzinho</i>; Taparará – Zuleide e Eduarda; Caboclos – Adriano.</p> <p>OBJETIVO: Construir o Plano Regional de Trabalho da Funai para 2019.</p>
<p>EVENTO: Reunião com o Secretário de Recursos Hídricos de João Câmara – João Caetano</p> <p>LOCAL: Secretaria de Recursos Hídricos de João Câmara DATA: 20.12.2018.</p> <p>PARTICIPANTES: Yuri – FUNAI; Amarelão – Tayse e Ismael; e Serrote de São Bento – Rejane.</p> <p>OBJETIVO: Planejar ações e projetos de acesso à água para o Território Indígena Mendonça.</p>
<p>EVENTO: Reunião com o Secretário de Educação do Estado Getúlio Rêgo</p> <p>LOCAL: SEEC – Centro Administrativo – Natal DATA: 08.01.2019.</p> <p>PARTICIPANTES: Amarelão – Tayse e Rafael; AST – Dioclécio; Silvano – Secretário de Educação do Município de João Câmara e Pedro – Mandato da Deputada Federal Natália Bonavides.</p> <p>OBJETIVO: Resolver demandas da Escola Estadual Indígena no Amarelão.</p>
<p>EVENTO: Protocolo de ação judicial contra Bolsonaro</p> <p>LOCAL: Ministério Público do RN – Natal DATA: 10.01.2019.</p> <p>PARTICIPANTES: Amarelão – Tayse; Açucena – Ednete; Serrote de São Bento – Rejane; Sagi – <i>Manoelzinho</i>; Taparará – Francisca; Caboclos de Açu – Adriano.</p> <p>OBJETIVO: Representação da APIRN – Articulação dos Povos Indígenas do Rio Grande do Norte, contra a Medida Provisória n. 870/2019 que ameaça os direitos indígenas ao transmitir a competência de demarcação de terras indígenas da Fundação Nacional do Índio – FUNAI para o Ministério da Agricultura.</p>
<p>EVENTO: Reunião com a COEPPIR – Giselma, Aécio, Tainá, Ludjânio e Maria da Paz</p> <p>LOCAL: COEPPIR e EMATER respectivamente. DATA: 05.02.2019.</p> <p>PARTICIPANTES: Amarelão – Tayse; Catu – Luiz; Cachoeira – Luíza; Assentamento Marajó – Kaline e Taparará - Zuleide.</p> <p>OBJETIVO: Apresentar demandas do movimento indígena do RN.</p>
<p>EVENTO: Reunião com a EMATER – Aurélio</p> <p>LOCAL: EMATER DATA: 05.02.2019.</p> <p>PARTICIPANTES: Amarelão – Tayse; Catu – Luiz; Cachoeira – Luíza; Assentamento Marajó – Kaline; Taparará – Zuleide e COEPPIR – Giselma, Aécio, Tainá, Ludjânio e Maria da Paz.</p> <p>OBJETIVO: Apresentar demandas do movimento indígena do RN.</p>
<p>EVENTO: Reunião com Coordenação de Gestão Democrática da SEEC</p> <p>LOCAL: SEEC – Centro Administrativo – Natal DATA: 25.02.2019.</p> <p>PARTICIPANTES: Amarelão – Tayse e Assentamento Santa Terezinha – Dioclécio.</p> <p>OBJETIVO: Alteração da Lei estadual que determina as eleições democráticas em escolas estaduais para poder nomear indígena diretor sem necessariamente ele ser efetivo do estado.</p>

<p>PARTICIPANTES: Tayse/Fórum de Lideranças Indígenas do RN, Professor Glebson Vieira, FUNAI, Gorete Nunes e lideranças indígenas de todas as comunidades indígenas do RN. OBJETIVO: Acesso e permanência de estudantes indígenas na UFRN.</p>
<p>EVENTO: Reunião do Fórum de Lideranças no RN LOCAL: CTL/FUNAI/NATAL/RN DATA: 16.07.2018. PARTICIPANTES: José Carlos e Tayse – Amarelão; <i>Manoelzinho</i> e Zélio – Sagi, Francisca e Zuleide – Tapará, Dioclécio – Assentamento Santa Terezinha, Rejane – Serrote de São Bento e Kaline – Marajó. OBJETIVO: Deliberar sobre as demandas das comunidades.</p>
<p>EVENTO: III Encontro de Jovens Indígenas no RN – III EJIRN LOCAL: Assentamento Santa Terezinha – AST DATA: 01 a 03.08.2018. PARTICIPANTES: Representantes das comunidades de Catu, Tapará, Assentamento Santa Terezinha, Amarelão, Serrote de São Bento, Açucena, Assentamento Marajó, Caboclos do Assu. OBJETIVO: Discussão e encaminhamento das demandas dos jovens indígenas às instituições competentes.</p>
<p>EVENTO: Audiência Pública sobre a EEI LOCAL: Câmara de Vereadores de Canguaretama DATA: 09.08.2018. PARTICIPANTES: José Carlos/APOINME e Tayse/Fórum de Lideranças Indígenas do RN, indígenas de Catu, FUNAI, IFRN/<i>Campus</i> Canguaretama. OBJETIVO: Discutir sobre a implementação da EEI na Escola Indígena João Lino – Catu/Canguaretama.</p>
<p>EVENTO: Reunião com PROGRAD e PROGESP/UFRN LOCAL: UFRN DATA: 27.09.2018. PARTICIPANTES: Tayse/Fórum de Lideranças Indígenas do RN, José Carlos/APOINME/RN, Professor Glebson Vieira, FUNAI, lideranças de Tapará e Kaline – Assentamento Marajó. OBJETIVO: Acesso e permanência de estudantes indígenas na UFRN.</p>
<p>EVENTO: Reunião do Fórum de Lideranças Indígenas do Rio Grande do Norte LOCAL: CTL/FUNAI/NATAL/RN DATA: 27.09.2018. PARTICIPANTES: Tayse/Fórum de Lideranças Indígenas do RN, José Carlos/APOINME/RN, Professor Glebson Vieira, FUNAI, lideranças de Tapará, Dioclécio – Assentamento Santa Terezinha, Rejane – Serrote de São Bento, Kaline – Assentamento Marajó. OBJETIVO: Deliberação sobre as demandas das comunidades.</p>
<p>EVENTO: VI Conferência Nacional de Saúde Indígena – Etapa Local/Rio Grande do Norte LOCAL: BIBLIOTECA CENTRAL ZILA MAMEDE – UFRN DATA: 28.09.2018. PARTICIPANTES: Representantes indígenas de Sagi, Catu, Tapará, AST, Amarelão, Serrote de São Bento, Açucena, Assentamento Marajó, Cachoeira, Caboclos do Açu e Apodi. OBJETIVO: discutir sobre as demandas da saúde indígena no RN.</p>
<p>EVENTO: Reunião com Rita Potiguara – SECADI/MEC LOCAL: SEEC/RN DATA: 18.10.2018. PARTICIPANTES: Representantes indígenas de Sagi, Catu, Tapará, Assentamento Santa Terezinha, Amarelão, Serrote de São Bento, Assentamento Marajó e Apodi, FUNAI, SEEC, Secretarias M. de Educação. OBJETIVOS: Discutir sobre a EEI no RN. Visitar a escola que está sendo construída no Amarelão pelo programa Governo Cidadão/Governo do RN.</p>
<p>EVENTO: Licenciatura Intercultural Indígena – Promovido: UFRN – Glebson Vieira e Rita Neves LOCAL: ACA PERÍODO: 20 e 21.10.2018. PARTICIPANTES: Tayse/Fórum de Lideranças Indígenas do RN e José Carlos/APOINME/RN. OBJETIVO: Construção de diagnóstico para a elaboração do projeto de Licenciatura Intercultural Indígena (o projeto será construído e encaminhado ao MEC pela UFRN). OBS: Esse encontro se realizou nas demais comunidades.</p>
<p>EVENTO: Reunião para criação de associação na comunidade Cachoeira LOCAL: Cachoeira DATA: 05.11.2018. PARTICIPANTES: Tayse/Fórum de Lideranças Indígenas do RN e indígenas da referida comunidade. OBJETIVO: Criar a associação de Cachoeira.</p>
<p>EVENTO: Reunião para a Construção do Currículo da Escola Indígena do Amarelão LOCAL: ACA DATA: 09.11.2018. PARTICIPANTES: Lideranças e professores indígenas do Território Mendonça, SEEC/RN, Secretaria Municipal de Educação de João Câmara. OBJETIVO: Construir o currículo da escola que está sendo construída no Amarelão pelo programa Governo Cidadão/Governo do Estado do RN.</p>
<p>EVENTO: Assembleia Geral da APOINME LOCAL: Aldeia Tapeba/Caucaia-CE PERÍODO: 12 a 14.11.2018. PARTICIPANTES: José Carlos e Tayse – Amarelão; <i>Manoelzinho</i> – Sagi Zuleide, Elen e Léo – Tapará; Dioclécio – Assentamento Santa Terezinha; Rejane – Serrote de São Bento.</p>

OBJETIVO: Levantar e encaminhar demandas dos povos indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Esp. Santo.
EVENTO: Conferência Nacional de Educação LOCAL: Brasília/DF DATA: 21 a 23.11.2018. PARTICIPANTES: Tayse/Fórum de Lideranças Indígenas do RN
OBJETIVO: Discutir sobre a questão da educação para os povos indígenas em nível nacional.
EVENTO: Oficina Curso de Licenciatura Específica para formação de professores indígenas em nível superior no RN – Promovido pela UFRN: Glebson Vieira e Rita Neves LOCAL: Praia Mar Hotel – Ponta Negra – Natal DATA: 04 a 06.12.2018. PARTICIPANTES: Amarelão, Serrote de São Bento, Açucena, Cachoeira, Assentamento Marajó, Assentamento Santa Terezinha, Catu, Sagi, Tapará e Apodi. OBJETIVO: Pensar uma Licenciatura Intercultural Indígena para professores indígenas do RN: formato do curso; estrutura curricular; processo seletivo e número de vagas; perfil de egressos e sistema de avaliação.
EVENTO: Reunião com o Secretário de Educação Getúlio Rêgo do Governo Fátima Bezerra LOCAL: Escola de Governo – Centro Administrativo/Natal DATA: 06.12.2018. PARTICIPANTES: Amarelão – Tayse e José Carlos; Cachoeira – Luíza Anaílda; Ass. Marajó – Kaline. OBJETIVO: Demandas de educação das comunidades indígenas do RN e Escola E. Indígena no Amarelão.
EVENTO: Reunião com Deputada Federal Natália Bonavides LOCAL: Praia Mar Hotel – Ponta Negra – Natal DATA: 06.12.2018. PARTICIPANTES: Representantes do Amarelão, Serrote de São Bento, Açucena, Cachoeira, Assentamento Marajó, Assentamento Santa Terezinha, Catu, Sagi, Tapará e Apodi. OBJETIVO: Demandas do Movimento Indígena do RN: demarcação de terras, acesso à água, educação, ATL 2019.
EVENTO: Reunião do PTR/FUNAI – Promovido pela FUNAI – Yure LOCAL: SINAI – Natal DATA: 16 e 17.12.2018. PARTICIPANTES: Amarelão – Tayse, José Carlos, João Paulo e Liziane; Serrote de São Bento – Rejane; Açucena – Ednete; Cachoeira – Betânia; Assentamento Marajó – Kaline; Assentamento Santa Terezinha – Dioclécio; Catu – Luiz, <i>Ninho</i> , João Paulo, Graciliano e Ladislane; Sagi – <i>Manoelzinho</i> ; Tapará – Zuleide e Eduarda; Caboclos – Adriano. OBJETIVO: Construir o Plano Regional de Trabalho da Funai para 2019.
EVENTO: Reunião com o Secretário de Recursos Hídricos de João Câmara – João Caetano LOCAL: Secretaria de Recursos Hídricos de João Câmara DATA: 20.12.2018. PARTICIPANTES: Yuri – FUNAI; Amarelão – Tayse e Ismael; e Serrote de São Bento – Rejane. OBJETIVO: Planejar ações e projetos de acesso à água para o Território Indígena Mendonça.
EVENTO: Reunião com o Secretário de Educação do Estado Getúlio Rêgo LOCAL: SEEC – Centro Administrativo – Natal DATA: 08.01.2019. PARTICIPANTES: Amarelão – Tayse e Rafael; AST – Dioclécio; Silvano – Secretário de Educação do Município de João Câmara e Pedro – Mandato da Deputada Federal Natália Bonavides. OBJETIVO: Resolver demandas da Escola Estadual Indígena no Amarelão.
EVENTO: Protocolo de ação judicial contra Bolsonaro LOCAL: Ministério Público do RN – Natal DATA: 10.01.2019. PARTICIPANTES: Amarelão – Tayse; Açucena – Ednete; Serrote de São Bento – Rejane; Sagi – <i>Manoelzinho</i> ; Tapará – Francisca; Caboclos de Açu – Adriano. OBJETIVO: Representação da APIRN – Articulação dos Povos Indígenas do Rio Grande do Norte, contra a Medida Provisória n. 870/2019 que ameaça os direitos indígenas ao transmitir a competência de demarcação de terras indígenas da Fundação Nacional do Índio – FUNAI para o Ministério da Agricultura.
EVENTO: Reunião com a COEPPIR – Giselda, Aécio, Tainá, Ludjânio e Maria da Paz LOCAL: COEPPIR e EMATER respectivamente. DATA: 05.02.2019. PARTICIPANTES: Amarelão – Tayse; Catu – Luiz; Cachoeira – Luíza; Assentamento Marajó – Kaline e Tapará - Zuleide. OBJETIVO: Apresentar demandas do movimento indígena do RN.
EVENTO: Reunião com a EMATER – Aurélio LOCAL: EMATER DATA: 05.02.2019. PARTICIPANTES: Amarelão – Tayse; Catu – Luiz; Cachoeira – Luíza; Assentamento Marajó – Kaline; Tapará – Zuleide e COEPPIR – Giselda, Aécio, Tainá, Ludjânio e Maria da Paz. OBJETIVO: Apresentar demandas do movimento indígena do RN.
EVENTO: Reunião com Coordenação de Gestão Democrática da SEEC LOCAL: SEEC – Centro Administrativo – Natal DATA: 25.02.2019. PARTICIPANTES: Amarelão – Tayse e Assentamento Santa Terezinha – Dioclécio. OBJETIVO: Alteração da Lei estadual que determina as eleições democráticas em escolas estaduais para poder nomear indígena diretor sem necessariamente ele ser efetivo do estado.

<p>EVENTO: Reunião da APIR LOCAL: CTL – FUNAI – Natal PARTICIPANTES: Amarelão – Tayse e José Carlos; Sagi – <i>Manoelzinho</i>; AST – Dioclécio; Tapará – Zuleide; Serrote de São Bento – Rejane; Yuri/FUNAI; Rodrigo Palmares e Amauri Gurgel. OBJETIVO: Discutir sobre ATL e o Plano de Trabalho da FUNAI.</p>	<p>DATA: 25.03.2019.</p>
<p>EVENTO: Reunião com a Governadora Fátima Bezerra LOCAL: Governadoria, Centro Administrativo, Natal PARTICIPANTES: Amarelão – José Carlos; Sagi – <i>Manoelzinho</i>; AST – Dioclécio; Tapará – Zuleide e Francisca; Serrote de São Bento – Rejane; Catu – Luiz; Caboclos – Adriano; Apodi – Lúcia. OBJETIVO: Demandas das comunidades indígenas do RN.</p>	<p>DATA: 29.03.2019.</p>
<p>EVENTO: Acampamento Terra Livre LOCAL: Brasília – DF PARTICIPANTES: Amarelão – Tayse, José Carlos, Cícero, Toinho, Selma; Ass. Marajó – Cícero, Kaline, Ana e José Pinheiro; Tapará – Zuleide e Francisca; Sagi – <i>Manoelzinho</i> e Isaiás; Catu – João Paulo. OBJETIVO: Ato em defesa dos povos indígenas do Brasil.</p>	<p>DATA: 24 a 26.04.2019.</p>
<p>EVENTO: Reunião da APIRN LOCAL: CTL-FUNAI, Natal – Yuri e Romeu – FUNAI PARTICIPANTES: Amarelão – Tayse, João Paulo e José Carlos; Sagi – <i>Manoelzinho</i>; Tapará – Zuleide; Catu – Meyriane; Caboclos – Adriano; Açucena – Ednete; Apodi – Lúcia; Ass. Marajó – Kaline. OBJETIVO: ATL, Plano de Trabalho da FUNAI e Licenciatura Intercultural Indígena.</p>	<p>DATA: 10.05.2019.</p>
<p>EVENTO: Reunião da APIRN – GT: Demarcação da aldeia Sagi – Antônio, Cícero, Maurício e Glebson LOCAL: Natal PARTICIPANTES: Amarelão – Tayse e José Carlos; AST – Dioclécio; Tapará – Francisca e Zuleide; Catu – Luiz, João Paulo e <i>Ninho</i> e Amauri Gurgel. OBJETIVO: Demarcação de terras na aldeia Sagi/<i>Trabanda</i>.</p>	<p>DATA: 01.06.2019.</p>
<p>EVENTO: Audiência Pública sobre Plano Nacional de Educação Escolar Indígena LOCAL: João Pessoa/PB PARTICIPANTES: Amarelão – Ivoneide; AST – Dioclécio e Tapará – Francisca e Zuleide. OBJETIVO: Apresentar demandas para o PNEEI.</p>	<p>DATA: 11.07.2019.</p>
<p>EVENTO: Oficinas sobre violência contra a mulher indígena – Promovidas pela FUNAI e Mov. Ind./RN LOCAL: Comunidades PARTICIPANTES: Comunidades do Amarelão, Açucena, Apodi, Caboclos de Açú, Catu e Tapará. OBJETIVO: Violência contra a mulher indígena e Lei Maria da Penha</p>	<p>PERÍODO: 22.07 a 02.08.2019.</p>
<p>EVENTO: Reunião da APIRN LOCAL: CTL, FUNAI, Natal PARTICIPANTES: Amarelão – Tayse; Apodi – Lúcia, Isaac e Francisco; Tapará – Francisca e Zuleide; Catu – Luiz, Meyriane e Valda; Ass. Marajó – Kaline; Serrote de São Bento – Rejane; Açucena – Ednete; Caboclos de Açú – Adriano e Yuri – FUNAI. OBJETIVO: Demandas do movimento indígena. Tayse comunicou seu afastamento da coordenação da APIRN por motivos pessoais, Luiz – Catu – assume a coordenação.</p>	<p>DATA: 06.08.2019.</p>
<p>EVENTO: Reunião da Coordenação Regional da FUNAI LOCAL: Fortaleza – CE PARTICIPANTES: Catu – Luiz; Tapará – Francisca; Sagi – <i>Manoelzinho</i>; Apodi – Lúcia e Yuri/CTL-FUNAI-Natal. OBJETIVO: Demandas do RN no Plano Regional de Trabalho da FUNAI.</p>	<p>PERÍODO: 19 e 20.08.2019.</p>
<p>EVENTO: Reunião da APIR LOCAL: CTL, FUNAI, Natal PARTICIPANTES: Amarelão – Tayse; Tapará – Zuleide; Catu – Luiz; Sagi – <i>Manoelzinho</i>; Ass. Marajó – Kaline; Serrote de São Bento – Kaline; Caboclos – Adriano; Yuri, Romeu e Heloisa/FUNAI. OBJETIVO: Demandas do Movimento Indígena do RN.</p>	<p>DATA: 27.11.2019.</p>
<p>EVENTO: VI AIRN LOCAL: Comunidade do Amarelão PARTICIPANTES: Representantes de Apodi, Assentamento Marajó, Açucena, Serrote de São Bento, Amarelão, Assentamento Santa Terezinha, Tapará, Ladeira Grande – Macaíba, Catu, Sagi e Jacu – B. Formosa. OBJETIVO: Demandas das comunidades indígenas do RN.</p>	<p>PERÍODO: 16 a 18.12.2019.</p>
<p>EVENTO: Reunião do PTR/FUNAI LOCAL: SINAI – Natal</p>	<p>PERÍODO: 19 e 20.12.2019</p>

<p>PARTICIPANTES: Amarelão – Tayse e José Carlos; Tapará – Zuleide e Francisca; Catu – Luiz; Sagi – <i>Manoelzinho</i>; Assentamento Marajó – Kaline; Serrote de São Bento – Rejane; Caboclos – Adriano; Açucena – Ednete; Yuri, Romeu e Heloisa/FUNAI.</p> <p>OBJETIVO: Construir o Plano Regional de Trabalho da Funai para 2020.</p>	
<p>EVENTO: Reunião da APIRN</p> <p>LOCAL: CTL, FUNAI, Natal</p> <p>PARTICIPANTES: Tapará – Zuleide; Catu – Luiz; Sagi – <i>Manoelzinho</i>; Ass. Marajó – Kaline; Serrote de São Bento – Kaline; Caboclos – Adriano; Yuri, Romeu e Heloisa/FUNAI.</p> <p>OBJETIVO: Demandas do Movimento Indígena do RN.</p>	<p>DATA: 10.02.2020.</p>
<p>EVENTO: I Encontro da Organização de Juventude Indígena do Território Mendonça</p> <p>LOCAL: ACA</p> <p>PARTICIPANTES: Representantes do Amarelão; Assentamento Santa Terezinha.</p> <p>OBJETIVO: Demandas de juventude indígena do Território Mendonça.</p>	<p>DATA: 16.02.2020.</p>
<p>EVENTO: Campanhas das comunidades indígenas e APIRN por alimentos</p> <p>LOCAL: Comunidades indígenas do RN</p> <p>PARTICIPANTES: Representantes das comunidades.</p> <p>OBJETIVO: Comunidades em situação de vulnerabilidade social diante da pandemia COVID-19.</p>	<p>PERÍODO: Março e Abril/2020.</p>



MARIA GORETE NUNES PEREIRA

Funcionária Pública Estadual Aposentada (1985 a 2017); Pedagoga – Administração Escolar (UFRN, 1986). Técnica Pedagógica – SEEC/NECAD (2005 a 2017); Membro do Grupo PARAUPABA: Grupo de Estudo da Questão Indígena no RN – Representando a SEEC (2006a 2019). Especialista em Docência (UnP, 2013). Mestre em Antropologia Social (PPGAS/UFRN). Dissertação: “*POTIGUARA DE SAGI: da invisibilidade ao reconhecimento étnico*” (2015). Professora Formadora do Programa Saberes Indígenas na Escola – IFRN *Campus* Canguaretama/RN (2017 – 2019). Funcionária Pública Municipal de Goianinha/RN – Supervisora Pedagógica (desde 2002). Lotada na Escola Municipal Nazaré de Andrade Duarte (desde 2007); Coordenadora Geral do Programa PCN em Ação (2002 e 2003); Coordenadora Pedagógica da Escola Municipal Indígena Alfredo Lima (2018).

Artigos Publicados: EEI: construindo uma proposta curricular diferenciada na Escola Municipal Indígena Alfredo Lima (*Anais da 3ª CIPIAL*³⁶⁶, 2020) e JEPURUVÔ ARANDU: “Utilizando Sabedoria”: uma experiência com educadores e gestores em torno da temática indígena nas escolas do RN de acordo com a Lein. 11.645/2008 (*Anais da 3ª CIPIAL*, 2020).

Currículo Lattes:

<https://www.cnpq.br/cvlattesweb/PKG_MENU.menu?f_cod=EE3DD08C7ECD4265FF-7392203F52A127>

E-mail: professoragoretenunes@gmail.com

WhatsApp: (84) 996362512.

Celular: (84) 981604499.

³⁶⁶ Congresso Internacional dos Povos Indígenas da América Latina.



CACIQUE MANOELZINHO

É importante ter nossa história escrita num livro. Nossa comunidade merece porque é muito sofrida desde as antiga até agora. Somos prejudicados por fazendeiros e pelos que acha que são dono dessa terra, é preciso ter relato disso aí! Sua vinda pra cá e a de Jussara do Grupo Paraupaba foram muito importante porque nos fortaleceu muito! Foi um ponta pé inicial em busca de nossas origens, quando fomos na aldeia de Baía da Traição, em Jaraguá – da família de Ramos –, na aldeia Galego e em muitas outras atrás do nosso autorreconhecimento junto aos parentes de lá! Esse trabalho seu foi e é muito importante, lembro como ajudou a gente na batalha contra a usina lá em Recife. Com o livro, a comunidade ficará muito bem documentada, aonde chegar temos uma história pra contar e pra mostrar. Agradeço a você Gorete por seu trabalho magnífico e pela ajuda de Jussara. Vocês nos apoiaram muito e sempre estão nos ajudando. Temos muito que agradecer a você Gorete e tiro o chapéu para seu trabalho!

Manoel Leôncio do Nascimento
Cacique da aldeia Sagi *Trabanda* – Baía Formosa/RN

(Depoimento concedido à autora através de áudio via *WhatsApp*, no dia 18/05/2020).

